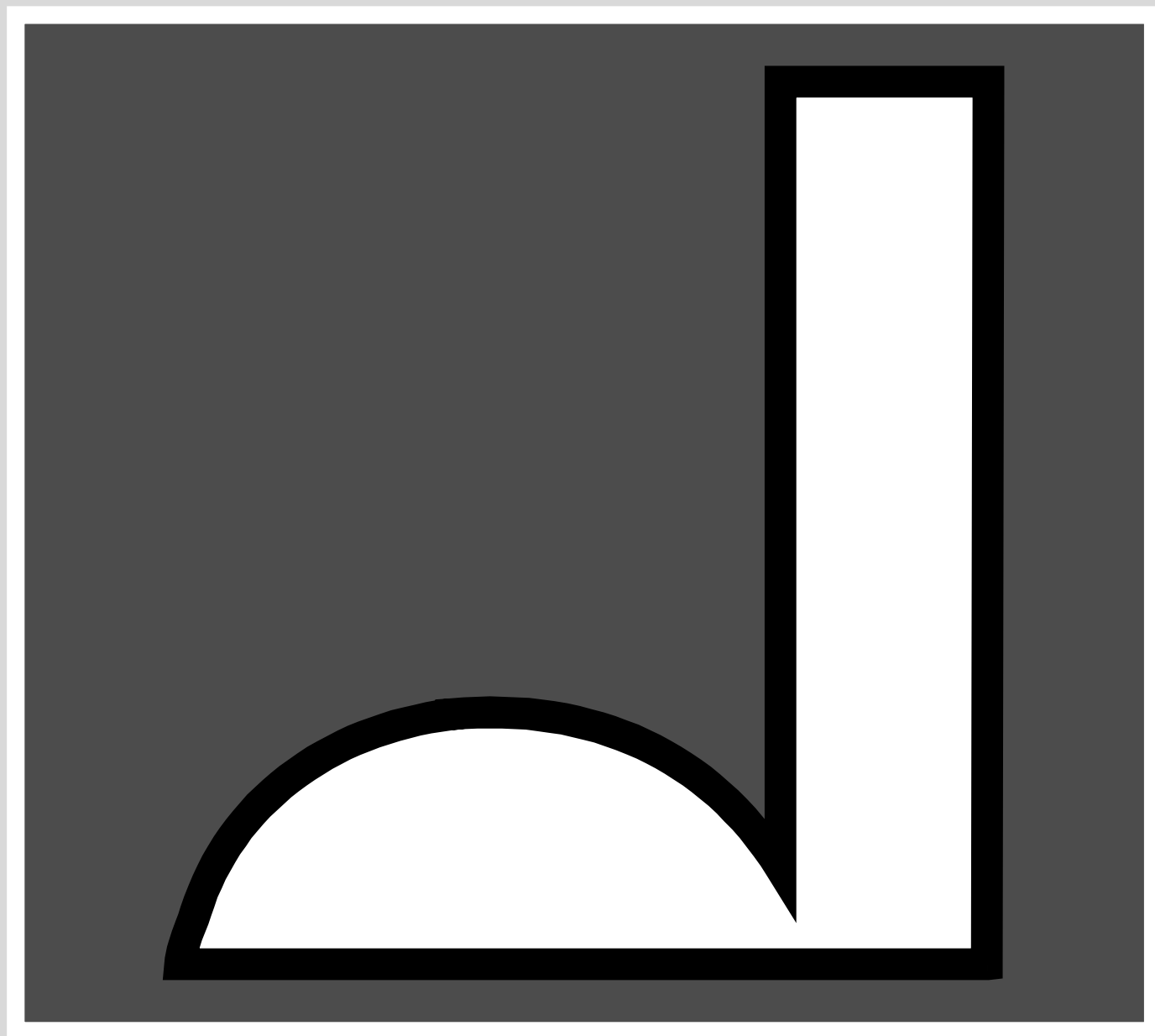




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 045 - QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2002 - BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lohã – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>		
<p>3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> 2º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> 3º <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> 4º <i>Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>		
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		
<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> <i>Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM</i></p>		
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mesquita</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PFL – 17</p> <p>Líder <i>José Agripino Maia</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> Vago <i>Maria do Carmo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes Vago <i>Romero Jucá</i> Vago <i>Freitas Neto</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PFS) – 9</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

- (1) Reeitos em 2/04/1997
(2) Designação: 27/06/2001
(3) Eleito em 20/09/2001
(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal
(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular
(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 25 DO CORRENTE, QUINTA-FEIRA, ÀS 13 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, DESTINADA À VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2001-CN, DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2002-CN, E DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS 4, 5, 6, 7 E 8, DE 2002-CN.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 47ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE ABRIL DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 125, de 2002 (nº 279/2002, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Francisco Silva Marcos para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. 05653

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 184/2002, de 16 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 27, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo. ... 05654

Nº 360/2002, de 17 do corrente, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 58, de 2002, do Senador João Alberto Souza. Ao Arquivo. 05654

1.2.3 – Pareceres

Nº 281, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 115, de

2002 (nº 249/2002, na origem), que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$24,000,000.00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antonio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267. **(Projeto de Resolução nº 16, de 2002)**. 05655

Nº 282, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 120, de 2002 (nº 281/2002, na origem), que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$6,148,348.00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação

das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter. **(Projeto de Resolução nº 17, de 2002)**

05658

Nº 283, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 121, de 2002, que encaminha pleito do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). **(Projeto de Resolução nº 18, de 2002)**

05661

Nº 284, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 124, de 2002 (nº 287/2002, na origem), que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de US\$62,800,000.00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor – PRAPEM. **(Projeto de Resolução nº 19, de 2002)**

05665

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 16 a 19, de 2002, resultantes de pareceres lidos anteriormente.....

05667

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 199, de 2002, de autoria do Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 31 de outubro de 2002, seja destinada a homenagear o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. Será votado após a Ordem do Dia.

05667

1.2.6 – Ofício

Nº 339/2002, de 16 do corrente, do Senador Moreira Mendes, solicitando a republicação do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2002, de sua autoria, que autoriza a criação de Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia, e dá outras providências, por conter erros de digitação na sua justificativa. **Deferido.**

05667

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 200, de 2002, de autoria da Senadora Emília Fernandes, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2001, de autoria do Senador Mauro Miranda, que dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de

domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher, seja remetido para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

05668

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR RICARDO SANTOS – Realização, pela Comissão de Educação, de simpósio sobre Educação Infantil, que coincide com a Semana Unesco de Educação para Todos.....

05669

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa da cultura de soja na região amazônica....

05672

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Irregularidades na venda do Banco do Estado do Paraná para o Itaú, com prejuízo para os credores daquele banco.

05684

SENADOR MOREIRA MENDES – Agravamento dos conflitos em reserva indígena próxima ao município de Espigão D'Oeste, em Rondônia, em consequência da ação de garimpeiros em busca de diamantes.....

05686

SENADOR EDISON LOBÃO – Benefícios do programa de aproveitamento da energia solar em implantação em 24 municípios do Estado do Maranhão.

05687

SENADOR TIÃO VIANA – Elogios ao artigo publicado na revista virtual **Debater**, de autoria do Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Luiz Carlos Romero, sobre a Agencificação da Administração Pública e a Reinstauração do Sistema Múltiplo de Saúde.....

05689

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 201, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001, que institui a Política Nacional do Livro, e dá outras providências, com o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2002, que dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio, por disporem sobre matéria correlata. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

05691

1.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que acrescenta o inciso XI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

05691

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que modifica o art. 2º e o art. 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante

do Ensino Superior (FIES), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 05692

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 05694

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º, da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... 05696

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 05699

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que estabelece regras para os serviços de proteção ao crédito e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 05700

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2002, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera o § 1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, de forma a isentar a garantia do Juízo mediante comprovação do pagamento do débito fiscal ou sendo pessoa pobre. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 05701

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que dispõe sobre a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 05702

1.2.11 – Ofícios

Nº 31/2002, de 23 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Luiz Otávio para exercer a função de Vice-Líder do Governo no Senado Federal. À publicação..... 05703

Nº 189/2002, de 23 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.182-18, de 2001..... 05703

Nºs 50 a 63, de 22 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição

de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.156-5, 2.206-1, 2.214, 2.216-37, 2.221, 2.157-5, 2.187-13, 2.226, 2.217-3, 2.184-23, 2.189-49, 2.159-70, 2.181-45 e nº 10, de 2001, respectivamente..... 05703

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 202, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão..... 05705

1.2.13 – Leitura de indicação

Indicação nº 2, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, sugerindo à Comissão Diretora constituir comissão para estudar a criação do Centro de Recepção ao Turista do Senado Federal ou do Congresso Nacional. À Comissão Diretora. 05706

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 203, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 16, de 2002, resultante de parecer lido anteriormente, sobre a Mensagem nº 115, de 2002. Será votado após a Ordem do Dia. 05707

Nº 204, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 17, de 2002, resultante de parecer lido anteriormente, sobre a Mensagem nº 120, de 2002. Será votado após a Ordem do Dia. 05707

Nº 205, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 18, de 2002, resultante de parecer lido anteriormente, sobre a Mensagem nº 121, de 2002. Será votado após a Ordem do Dia. 05707

Nº 206, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 19, de 2002, resultante de parecer lido anteriormente, sobre a Mensagem nº 124, de 2002. Será votado após a Ordem do Dia. 05707

Nº 207, de 2002, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2001, que modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (medidas cautelares em caso de violência doméstica). Será votado após a Ordem do Dia. 05708

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 16, de 2001, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Aprovada**, sendo rejeitada a Emenda nº 1 e prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2002. À promulgação..... 05708

Item 2

Medida Provisória nº 17, de 2001, que dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica – CONDECINE, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2002.** À sanção. 05712

Item 3

Medida Provisória nº 18, de 2001, que dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo – GLP, e dá outras providências. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2002,** com votos contrários dos Srs. Paulo Hartung e Ricardo Santos, tendo usado da palavra o Sr. Carlos Wilson. À sanção. 05736

Item 4

Medida Provisória nº 19, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de treze milhões de reais, para os fins que especifica. **Aprovada,** tendo usado da palavra o Sr. Casildo Maldaner, a Srª Emília Fernandes, os Srs. Ney Suassuna e Lúcio Alcântara. À promulgação. 05741

Item 5

Medida Provisória nº 20, de 2001, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor de dois bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos e vinte e oito reais, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de um bilhão, oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e cinco reais, para os fins que especifica. **Aprovada.** À promulgação. 05745

Item 6

Medida Provisória nº 21, de 2001, que institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – Profae. **Aprovada,** tendo usado da palavra os Srs. Casildo Maldaner, Carlos Patrocínio e Tião Viana. À promulgação. 05789

Item 7

Medida Provisória nº 22, de 2001, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002,** após esclarecimentos prestados pelo Sr. Paulo Souto (Relator Adjunto), tendo usado da palavra os Srs. Paulo Hartung, Eduardo Suplicy e a Sra. Heloísa Helena, havendo o Sr. Presidente Ramez Tebet manifestado-se a respeito da aprovação da matéria. À sanção. 05791

Item 8 (Incluído na pauta com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 23, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), para os fins que especifica. **Aprovada.** À promulgação. 05801

Item 9 (Incluído na pauta, com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 25, de 2002, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. **Aprovada.** À promulgação. ... 05803

Item 10 (Incluído na pauta, com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 27, de 2002, que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição Federal. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2002.** À sanção. 05806

Item 11 (Incluído na pauta, com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 26, de 2002, que dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional, e dá outras providências. **Aprovada,** tendo usado da palavra o Sr. José Fogaça. À promulgação. 05808

Item 12 (Incluído na pauta, com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 29, de 2002, que dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências. **Aprovada.** À promulgação. 05810

Item 13 (Incluído na pauta, com aquiescência das lideranças partidárias)

Medida Provisória nº 30, de 2002, que institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002,** tendo usado da palavra a Sra. Heloísa Helena e o Sr. Eduardo Suplicy. À sanção. 05812

1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Ramez Tebet) Inclusão da Medida Provisória nº 24, de 2002, na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, como primeiro item. 05815

1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)**Item 14**

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Romeu Tuma, que altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais) (Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno). **Apreciação adiada.**.....

05815

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao § 1º do art. 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o § 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. (Segunda sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação adiada.**.....

05815

Item 16

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos) (Primeira sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação adiada.**.....

05815

Item 17

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Especial Mista de Segurança Pública, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências. **Apreciação adiada.**.....

05815

Item 18

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2001 (nº 895/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova solicitação de o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na Convenção. **Apreciação adiada.**.....

05815

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2001 (nº 397/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque), concluída em Nova Iorque, em 10 de junho de 1958. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2001 (nº 806/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Mundonovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Mundo Novo, Estado da Bahia. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2001 (nº 745/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Estudantil da Zona Sul de Belo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 22

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2002 (nº 1.044/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 23

Requerimento nº 147, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 1999, e 284, de 2001, por regularem a mesma matéria. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 24

Requerimento nº 155, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2001, a fim de aguardar decisão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, por se tratar de matérias correlatas. **Apreciação adiada.**.....

05816

Item 25

Requerimento nº 136, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando voto de censura ao Governo do Estado de Israel pela invasão militar da Cisjordânia, Estado da Palestina. **Apreciação adiada.**.....

05816

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *ARTUR DA TÁVOLA* – Congratulações à Presidência pela condução dos trabalhos e votação das Medidas Provisórias na presente sessão.

05817

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Considerações sobre a aprovação da Medida Provisória nº 18, de 2002.

05817

SENADORA *MARINA SILVA*, como Líder – Esclarecimentos sobre o caso do ex-Governador de Brasília, Cristovam Buarque, condenado por crime de desobediência a ordens da Justiça Eleitoral.

05818

SENADOR *ÁLVARO DIAS* – Denúncia do sindicato dos transportadores rodoviários autônomos de Veículos e Containers do Estado do Paraná sobre a tentativa de monopólio do setor pelo Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos de Pequenas e Mi-

croempresas de Transporte Rodoviário de Veículos – Sindicato Nacional dos Cegonheiros, com sede em São Paulo.....

05821

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Tributo ao jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, que completaria 110 anos no dia 23 de abril, por ocasião da realização, em Maceió/AL, do Congresso Nacional de Direito Privado Constitucional e a Sétima Conferência Estadual dos Advogados.

05822

SENADORA *EMILIA FERNANDES* – Testemunho do convênio realizado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o governo da Espanha, para realização do estudo de viabilidade do programa de recuperação e desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio Santa Maria.....

05824

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Regozijo pela assinatura de contratos de outorga de concessão de uso de bem público de aproveitamento hidrelétrico no Estado de Tocantins, com destaque para o Projeto de São Salvador, no rio Tocantins, e o Projeto Santa Isabel, no rio Araguaia.....

05826

1.3.4 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor José Reginaldo Duarte

1.3.5 – Comunicação

Do Senador Reginaldo Duarte, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação.....

05829

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 25 do corrente, quinta-feira, às 13 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à votação do Projeto de Resolução nº 5, de 2001-CN, discussão do Projeto de Lei nº 5, de 2002-CN, e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 4, 5, 6, 7 e 8, de 2002-CN.

05829

1.3.7– Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Transcrição de debate proferido no Seminário Maracanaú 2002, promovido pela Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Ceará – AVIPRECE, em 19 de abril do corrente, para discussão da Municipalização da Saúde no Brasil.....

05829

SENADOR *CARLOS BEZERRA* – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Ex^a, que modifica o trajeto original da BR-242, no Estado de Mato Grosso.

05831

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Homenagem pelo transcurso do Dia do Exército Brasileiro, comemorado no último dia 19.

05832

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Congratulações ao Ministro da Educação, Paulo Renato, pelo Programa de Alfabetização Solidária, com atendimento a jovens e adultos.

05833

SENADOR *ROMEY TUMA* – Transcrição de pronunciamento do Comandante Helder Fernando de Souza, realizado no segundo aniversário do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva de São Paulo – CPOR-SP, em 6 de abril do corrente.

05833

SENADOR *TIÃO VIANA* – Homenagem pela comemoração do Dia do Índio.

05835

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Comentários à pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, por solicitação da Confederação Nacional da Agricultura, que mostra que o homem do campo no Brasil está envelhecendo. Cobrança de investimentos governamentais para reduzir o êxodo rural.....

05837

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Fragilidade das democracias no continente sul americano, citando a crise institucional por que passou a Venezuela e que culminou com a deposição do Presidente Hugo Chávez.

05839

1.3.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.

05840

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 23-4-2002

3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 10, de 2002.

05845

4 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 32 e 33, de 2002.

05847

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 452 a 457, de 2002.

05848

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 51ª LEGISLATURA

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 47ª Sessão Deliberativa Ordinária em 23 de abril de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão,
Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alberto Silva – Álvaro Dias – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 125, DE 2002

(Nº 279/2002, na Origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Francisco Silva Marcos para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

E.M. Nº 19/MT

Brasília, 15 de abril de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 88, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, levo à consideração de Vossa Excelência a indicação de Luiz Francisco Silva Marcos, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes, enfocando a necessidade de submissão à aprovação do Senado Federal, consoante parágrafo (início do citado artigo).

Respeitosamente, – **João Henrique de Almeida Sousa**, Ministro de Estado dos Transportes.

CURRICULUM VITAE

NOME: **Luiz Francisco Silva Marcos**

IDENTIDADE: 27.892-D – CREA/RJ

CPF: 269.130.547-34

ENDEREÇO: QRSW 7 – Bloco A5 – APT. 105 –
Sudoeste – Brasília – DF

DATA. DE NASC: 16 de abril de 1946

FILIAÇÃO: Luiz Mendes Marcos e Lygia Silva
Marcos

NATURALIDADE: Rio de Janeiro

NACIONALIDADE: Brasileira

INSTRUÇÃO/GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO:

1 – Engenharia Operacional Civil

Faculdade Souza Marques – Rio de Janeiro

Duração 3 anos – Ano de Conclusão-1970

2 – Engenharia Civil (Complementação)

Faculdade Souza Marques – Rio de Janeiro

Duração 2 anos – Ano de Conclusão-1972

3 – Curso de Especialização em Conservação

Rodoviária

Instituto de Pesquisas Rodoviárias IDNER – Rio
de Janeiro Duração 6 meses – Ano de Realiza-
ção-1976

4 – Curso de Chefia e Liderança

Programa de Capacitação de Pessoal/DNER

Duração 4 dias – Ano de Realização-1994

5 – Curso de Microinformática e Processamento

de Dados

Programa de Capacitação o de Pessoal/DNER

Duração 4 dias – Ano de Realização-1995

6 – Treinamento em Desenvolvimento Gerencial

para Gestão da Qualidade Programa de Restauração
e Descentralização de Rodovias

Duração 2 dias – Ano de Realização-1999

7 – Curso de Avaliação Ambiental de Projetos

Programa de Capacitação de Pessoal/DNER

Duração 5 dias – Ano de Realização 1999

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL – período de ja-
neiro/73 a dezembro/73

– engenheiro responsável pelo acompanha-
mento e fiscalização de obras civis: dentro das insta-
lações da autarquia no Campo de Santana – RJ.

CONSTRUTORA FUNDAMENTA RIO LTDA. –
período de janeiro/74 a agosto/74

– construção de cinco casas de veraneio no Mu-
nicipio de Araruama – RJ

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS
DE RODAGEM – período de agosto/74 até a pre-
sente data

Agosto/74 a dezembro/74 – Engenheiro do Sv.
de Estudos e Projetos/8º DRF Janeiro/75 a setem-
bro/77 – Engenheiro Adjunto da Divisão de Conser-
vação

Setembro/77 a junho/91 – Chefe do Serviço de
Custos e Produção da Divisão de Conservação (DAI
110)

Junho/91 a setembro/2000 – Chefe da Divisão
de Conservação (DAS 1012), depois renomeada Di-
visão de Manutenção

Setembro 2000 a agosto/2001 – Coordenador
da Diretoria de Engenharia Rodoviária

(DAS 1013), em janeiro/2001 foi designado
substituto do Diretor de Engenharia (DAS).

1014), tendo exercido a Diretoria no período de
23-2 a 5-8/2001

Agosto/2001 a fevereiro/2002 – Diretor de
Administração e Finanças (DA 1014) Fevereiro/2002
– Assessor Especial da Inventariança DNER em ex-
tinção (DAS 1025)

Brasília, 15 de abril de 2002. – Luiz Francisco
Silva Marcos.

(*Á Comissão de Serviços de Infra-Estru-
tura.*)

AVISOS**DE MINISTROS DE ESTADO**

Nº 184/2002, de 16 do corrente, do Ministro de
Estado da Fazenda, encaminhando as informações
em resposta ao Requerimento nº 27, de 2002, do Se-
nador Eduardo Suplicy; e

Nº 360/2002, de 17 do corrente, do Ministro de
Estado da Saúde, encaminhando as informações
em resposta ao Requerimento nº 58, de 2002, do
Senador João Alberto Souza.

*As informações foram encaminhadas,
em cópia, aos Requerentes.*

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PERECERES

PARECER Nº 281, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 115, de 2002, (nº 249, de 10 de abril de 2002, na origem) que solicita autorização para a contratação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Por meio da Mensagem nº 115, de 2002 (nº 249, de 10 de abril de 2002, na origem), o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal autorização para a contratação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.

A operação de crédito pretendida deverá ser realizada com as seguintes características:

Mutuário: Estado do Mato Grosso do Sul;

Mutante: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

Garantidor: República Federativa do Brasil;

Valor: Equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Modalidade de Empréstimo: Moeda única (dólar americano).

Finalidade: Financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica da Rodovia MS-384, trechos

Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267;”

Prazo: 180 (cento e oitenta) meses;

Carência: 6 (seis) meses;

Prazo de Desembolso: 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da vigência do contrato;

Juros: 3,25% a.a. (três e vinte e cinco décimos por cento ao ano) mais a taxa LIBOR de 6 meses para dólares dos Estados Unidos, vigente na data da assinatura do contrato de fornecimento, incidente sobre o saldo devedor do principal a partir do primeiro desembolso. Obs. Esta taxa poderá sofrer redução de 0,25% após o prazo previsto para ocorrer o último desembolso;

Comissão de Compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, vencendo-se a primeira 180 dias contados a partir da vigência do contrato. Obs. Esta taxa poderá ser alterada para 1% após o prazo previsto para ocorrer o último desembolso;

Comissão de Administração: US\$ 203.475,00 (duzentos e três mil quatrocentos e setenta e cinco dólares americanos);

Juros de Mora: 20% (vinte por cento) das taxas normais de juros Libor mais 3% (três por cento) de *spread* sobre as parcelas vencidas;

II – Condições de Pagamento

Do principal: Em 22 (vinte e duas) parcelas semestrais, consecutivos e iguais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias;

Dos juros: Semestralmente vencidos;

Da Comissão de Compromisso: Juntamente com as parcelas de principal;

Da Comissão de Administração: Em uma única parcela na data do primeiro desembolso.

A Mensagem presidencial esta acompanhada da Mensagem MF 00066 em Crédito Externo Fonplata do Ministério da Fazenda, de Exposição de motivos do Ministério da Fazenda; do Parecer PGFN/COF nº 900/2002, de 8 de abril de 2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; do Parecer STN/COREEF nº 115, de 25 de março de 2002, e do Parecer STN/COREEF nº 504, de 26 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional; do Ofício DECEC/DIOPE/SUAUT – 2002/128, de 4 de abril de 2002; do Ofício OF/GOV/MS/ nº 174/2001, de 5 de julho de 2001, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; informações sobre os limites de endividamento da União e cópias das minutas contratuais.

Uma estimativa do custo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo da operação junto ao

FONPLATA realizada pela STN, através do parecer STN/COREEF nº 504, situa-se em 5,75%.

II – Análise

É de atribuição desta Comissão, nos termos do art. 393, inciso IV, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique no exercício da competência privativa do Senado Federal, prevista no art. 52, inciso V a IX, da Constituição Federal, de dispor sobre limites globais e condições para a realização de operações de crédito interno e externo, incluída a prestação de garantia, pela União, Estado e Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através do Parecer PGFN/COF nº 900/2002, de 8 de abril de 2002, examinou o pleito do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul seguindo os critérios estabelecidos na Resolução do Senado Federal nº 43/2002 e não verificou óbice legal para a realização da operação de crédito.

A Secretaria do Tesouro Nacional através do Parecer STN/COREEF nº 504, de 26 de dezembro de 2001, confirma que o Governo Estadual cumpriu as exigências previstas na Resolução do Senado Federal nº 43/2002, a exceção dos limites de endividamento nos termos dos incisos II e III do art. 7º. A STN esclareceu ainda que a presente operação de crédito por estar prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul, segundo a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, está excepcionada da obrigatoriedade de cumprimento desses limites. Ademais, segundo o Parecer da STN, o Estado do Mato Grosso do Sul tem cumprindo regularmente os compromissos e metas contratualmente assumidas com a União.

Segundo a Nota Técnica STN/COREM nº 823, de 5 de setembro de 2001, (fls. 381/382 do processo) que investiga a Capacidade de Pagamento do Estado de Mato Grosso do Sul constata os esforços do governo estadual para a obtenção de resultados fiscais positivos. No ano de 2000, o Estado, pela segunda vez consecutiva, obteve superávit primário, fato ocorrido somente em 1995, o que enseja concluir que houve um avanço na tendência de reversão da seqüência de resultados negativos, que se observava anteriormente.

O ofício do Banco Central do Brasil - DECEC/DIOPE/SUAUT – 2002/128, de 4 de abril de 2002, informa que o pleito em análise está devidamente credenciado no Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio, do Banco Central do Brasil,

atendendo às diretrizes de captação de recursos externos.

Segundo a Secretaria de Estado de infra-estrutura e Habitação, a construção da rodovia visa a tender de forma adequada a demanda estadual das áreas produtivas, das quais se destacam as atividades agropecuárias, e de expansão de fronteiras econômicas, reduzindo custos e permitindo o escoamento da produção por meio da integração destas áreas de produção com o mercado nacional e com os países localizados na Bacia do Prata.

No sistema rodoviário estadual, a rodovia permite uma ligação intermodal, que integra o modal rodoviário com o fluvial, por meio do terminal portuário do Município de Porto Murtinho, a que ampliará a competitividade dos produtos desse estado e a redução dos custos operacionais de transporte e a economia de tempo.

A rodovia tem também um traçado estratégico na defesa nacional, pois integra uma grande extensão de fronteira seca, interligando os comandos militares da região sudoeste do estado, facilitando o controle e a fiscalização dessa região.

Constam do processo originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos, conforme requeridas pela Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001:

a) Pedido do Chefe do Poder Executivo acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos demonstrando a relação custo benefício, o interesse social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidas pela Resolução;

b) Autorização legislativa para a realização da operação (art. 21, inciso II);

c) Comprovação da inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação pleiteada, exceto no caso de operações por antecipação de receita orçamentária (art. 21, inciso III);

d) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas do último exercício analisado (art. 21, inciso III, alínea a);

e) Certidão expedida pelo Tribunal de Contas em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso (art. 21, inciso IV, alínea b);

f) Declaração entregue ao Tribunal de Contas (art. 21, inciso V);

g) Comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento com a União relativo aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como às garantias das operações de crédito.

to, que tenham sido, eventualmente, honradas (art. 21, inciso VI);

h) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (art. 21, inciso VIII);

i) Certidão de Regularidade de Situação do FGTS (art. 21, inciso VIII);

j) Certidão de Regularidade Previdenciária – CRP, expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, comprovando o disposto na Lei nº 9.717/98 (art. 21, inciso VIII);

k) Comprovação do encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União, para fins da consolidação de que trata o **caput** do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (art. 21, inciso XII);

l) Comprovação das publicações a que se referem os arts. 52 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (art. 21, inciso XIII);

m) Lei orçamentária do exercício em curso; (art. 21, inciso XIV);

n) Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso (art. 21, inciso XV).

III – Voto

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente a autorização desta Casa do Congresso Nacional que conferirá eficácia à celebração da operação de crédito em tela, nos termos do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2002

Autoriza a União a prestar garantias em operação de crédito externo no valor equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica autorizada a União a conceder garantia em operação de crédito externo no valor equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da

Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.

Art. 2º A operação de crédito externo a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

I – *Mutuário*: Estado de Mato Grosso do Sul;

II – *Mutante*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

III – *Garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *Valor*: Equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – *Finalidade*: Financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-67”;

VI – *prazo*: 180 (cento e oitenta) meses;

VII – *Carência*: 6 (seis) meses;

VIII – *Prazo de Desembolso*: 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da vigência do contrato;

IX – *Juros*: Exigidos semestralmente, no valor de 3,25% a.a. (três e vinte e cinco décimos por cento ao ano) mais a taxa Libor de 6 meses para dólares dos Estados Unidos, vigente na data da assinatura do contrato de fornecimento, incidente sobre o saldo devedor do principal a partir do primeiro desembolso;

X – *Comissão de Compromisso*: 0,75% a.a. (setenta e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, vencendo-se a primeira 180 dias contados a partir da vigência do contrato;

XI – *Comissão de Administração*: US\$203.475,00 (duzentos e três mil quatrocentos e setenta e cinco dólares americanos);

XII – *Juros de Mora*: 20% (vinte por cento) das taxas normais de juros Libor mais 3% (três por cento) de **spread** sobre as parcelas vencidas.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Carlos Bezerra** – **Lúdio Coelho** – **José Agripino** – **Jonas Pinheiro** – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma** – **Ney Suassuna** – **Arlindo Porto** – **Paulo Souto** – **Romero Jucá** – **Paulo Hartung** – **Antônio Carlos Junior** – **Freitas Neto**.

PARECER Nº 282, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 120, de 2002 (Mensagem nº 281, de 17 de abril de 2002, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$6.148.348,00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 120, de 2002, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$6.148.348,00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Conforme a Mensagem, os recursos da operação serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter.

Acompanham a Mensagem, a Exposição de Motivos MF nº 75 em Fonplata Campo Grande, de 17 de abril de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, Interino; o Aviso nº 312, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República; o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nº PGFN/COF/Nº 982/2002; os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional nºs STN/COREF nº 130, de 4 de abril de 2002; STN/COAFI nº 103/2002, de 19 de março de 2002; STN/COREF/GERFJ nº 499, de 26 de dezembro de 2001; Nota Técnica STN/COREM/DIREM nº 388, de 10 de maio de 2001; Ofícios DECEC/diope/suaut-2001/294 e 295, de 7 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil; Ofício OF/GAPRE/Nº 301/02, de 18 de fevereiro de 2002, do Prefeito Municipal de Campo Grande (MS), enca-

minhando ao Secretário do Tesouro Nacional os documentos requeridos pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal; Demonstrativos dos limites de endividamento da União; Ata de Reunião de Negociação e Minuta do Contrato de Empréstimo.

A operação constitui-se das seguintes características:

Mutuário: Município de Campo Grande (MS)

Mutuante: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)

Garantidor: República Federativa do Brasil

Natureza da Operação: crédito externo

Valor: o equivalente a até US\$6,148,348.00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal

Juros: Libor-US\$-6 meses + 1,4500% ao ano, pagos semestralmente

Outros Encargos: Comissão de administração igual a US\$61.483,00 Comissão de compromisso igual a 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado

Prazo: 144 (cento e quarenta e quatro) meses

Principal: amortizável em 20 (vinte) parcelas semestrais consecutivas

Carência: 30 (trinta meses)

Liberção: ano de 2002: US\$4,090,394.53 ano de 2003: US\$2,057,953.47

Índice de atualização: variação cambial (dólar norte-americano)

Leis Municipais autorizativas: nº 3.857, de 24-5-2001 e nº 3.907, de 19-11-2001

Finalidade: financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação Preservação Áreas Degradadas do Córrego Sóter, visando à melhoria da qualidade de vida da população residente na região de influência do Córrego Sóter, recuperando e integrando as áreas do entorno

II – Análise

A concessão de garantia pela União, assim como as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão disciplinadas, respectivamente, pelas Resoluções nº 96, de 1989 e nº 43, de 2001, alterada pela Resolução nº 3, de 2002, todas do Senado Federal.

A luz das citadas normas, especialmente do art. 23 da citada Resolução nº 43, de 2001, e do caso em tela, o Presidente da República deve solicitar autorização ao Senado Federal, mediante o encaminhamento de Mensagem acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, dos Pareceres da

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e documentação especificada no art. 21 da mencionada Resolução nº 43, de 2001.

O Ministro de Fazenda, assim como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN) manifestaram-se favoravelmente a operação. Segundo os respectivos Pareceres, o pleito satisfaz os limites, condições e instruções processual estabelecidos pelo Senado Federal para o endividamento dos Municípios, em especial:

- A arrecadação de todos os tributos de competência do Município, consoante o art. 156 da Constituição Federal, conforme atesta o Chefe do Poder Executivo;

- As Certidões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, certificando o cumprimento dos arts. 29, VI e 212 da Constituição Federal; dos dispositivos da Lei Complementar nº 101 e da Emenda Constitucional nº 29 (gastos com saúde);

- Certidões Positivas de Débito com Efeito de Negativa da Previdência Social, quanto à Dívida União, de Tributos Federais e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal e Certidão de Regularidade de Situação junto ao FGTS;

- Inclusão dos Programas em que se insere o Projeto em questão no Plano Plurianual e Lei Orçamentária de 2002;

- Inexistência de pendências relativas a compromissos e metas assumidos contratualmente junto a STN;

- Capacidade de pagamento do Município reconhecida e classificação do mesmo na categoria "A" pela STN e, portanto, suficiente para a concessão de garantia pela União;

- Inexistência de débitos do Município de Campo Grande junto à União, uma vez que não contratou operações de crédito externo com garantia da União;

- As obrigações contratuais constantes da minuta de contrato de empréstimo, bem como aquelas do contrato de garantia, são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não sendo atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos junto a órgãos multilaterais;

- Inexistência de pendências do Município quanto à prestação de contas de recursos recebidos da União;

- Observância, por parte da União, das restrições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, para a concessão da garantia pleiteada;

- Atendimento pelo Município dos limites e condições estabelecidos para a contratação da presente operação de crédito;

- Inexistência de débitos pendentes em nome do Município ou de suas entidades junto a União e entidades do poder público federal, conforme consulta junto ao Cadin;

- As recentes alterações introduzidas pela Resolução nº 3, de 3 de abril de 2002, não modificaram a análise financeira da operação, anteriormente realizada pela STN;

- As condições contratuais satisfazem o disposto no art. 5º da Res. nº 96/89, que veda, entre outras, disposição contratual de natureza política, atentatória A soberania nacional e A ordem pública.

A operação foi devidamente credenciada pelo Banco Central do Brasil, em 7 de dezembro de 2001, com prazo prorrogado por mais 90 dias a partir de 8 de março de 2002, fls. 2.

O Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Setor, a ser executado pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas, visa melhorar a qualidade de vida da população residente na região, recuperando e integrando as áreas do entorno.

O Parecer Técnico da Prefeitura de Campo Grande informa que Projeto beneficiará, direta e indiretamente, moradores de vários bairros da capital sul-matogrossense, mediante oferta de habitações de bom padrão e infra-estrutura para a população removida, recuperação do ecossistema para a manutenção do equilíbrio ecológico na bacia hidrográfica do Córrego Sóter, reconstituição da vegetação ciliar, contenção de processos erosivos, reestruturação do sistema vários e obras de saneamento básico e distribuição de energia elétrica. A avaliação econômico-financeira do projeto indica taxas de retomo entre 12 e 18% para a recuperação das áreas e desenvolvimento de infra-estrutura urbana, respectivamente.

O custo total do Projeto foi estimado em US\$7,6 milhões, sendo que US\$6,1 milhões serão financiados com recursos do Fonplata e US\$1,5 milhão serão aportados pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, como contrapartida nacional, com desembolsos previstos para 34 meses, retomo em 24 parcelas semestrais e juros determinados pela Libor acrescidos de margem de 1,45 ao ano.

O custo efetivo da operação junto ao Fonplata situa-se em 3,65% ao ano, considerado em patamar aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O inciso III do art. 23 da Resolução nº 43, de 2001, estabelece que, na instrução processual dos pleitos ao Senado Federal, deverão conter, entre outros, a documentação exigida pelo art. 21, da mesma Resolução. Embora não constem do processado todos os documentos a que se refere o art. 21, há que se ressaltar o exame e referência a eles nos Pareceres da STN e PGFN, configurando-se, assim, o atendimento dos requisitos formais pelo solicitante junto aos órgãos do Poder Executivo.

III – Voto

O empréstimo externo do Município de Campo Grande aportar recursos para o desenvolvimento urbano e melhoramento das condições de vida de sua população, direta e indiretamente beneficiada pelo projeto que financiará.

O Município tem capacidade de pagamento e oferece contragarantia adequada à União. Ambos estão dentro dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal.

As condições financeiras da operação são compatíveis com a política e custos de captação de poupança externa, especialmente nesse caso que destinará recursos ao desenvolvimento urbano e social da capital do estado.

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação do pleito, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 17, DE 2002

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito externo, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total equivalente a US\$6.148.348,00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) autorizada a contratar operação de crédito externo, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total equivalente a US\$6,148,348.00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** deste artigo serão des-

tinados a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter.

Art. 2º A operação de crédito constitui-se das seguintes características e condições:

I – *Mutuário*: Município de Campo Grande (MS);

II – *Mutuante*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III – *Garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *Natureza da Operação*: crédito externo;

V – *Valor*: O equivalente a até US\$6,148,348.00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

VI – *Juros*: Libor – US\$-6 meses + 1,4500% ao ano, pagos semestralmente;

VII – *Outros Encargos*: Comissão de administração igual a US\$61,483.00 Comissão de compromisso igual a 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado;

VIII – *Prazo*: 144 (cento e quarenta e quatro) meses;

IX – *Principal*: amortizável em 20 (vinte) parcelas semestrais consecutivas;

X – *Carência*: 30 (trinta) meses;

XI – *Liberação*: ano de 2002: US\$4,090,394.53 ano de 2003: US\$2,057,953.47;

XII – *Índice de atualização*: variação cambial (dólar norte-americano);

XIII – *Leis Municipais autorizativas*: nº 3.857, de 24-5-2001 e nº 3.907, de 19-11-2001.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia e operação de crédito a que se referem os artigos anteriores, tendo como contragarantia oferecida pelo Município de Campo Grande (MS) as quotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 e § 4º do art. 167, da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito e a celebração do respectivo contrato de contragarantia.

Art. 4º As partes envolvidas na presente operação deverão cumprir e reconhecer o cumprimento, preliminarmente as formalizações contratuais, do atendimento de todas as condicionalidades prévias realização do primeiro desembolso do empréstimo.

Art. 5º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Hartung** – **Romeu Tuma** – **Gilvan Borges** – **José Fogaça** – **Paulo Souto** – **Roberto Saturnino** – **José Agripino** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Bezerra** – **Lúdio Coelho** – **Antonio Carlos Júnior**.

PARECER Nº 283, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 121, de 2002, do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Santa Catarina, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

Foi encaminhado para a apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 121, de 2002, por intermédio da qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Santa Catarina, para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União.

Como é sabido, as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 40 e 43, de 2001. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, tendo passado a vigor a partir de 21-12-2001, data de sua publicação.

Já a Resolução nº 43, de 21-12-2001, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, tem sua vigência a partir de 26-12-2001, data em que foi publicada no DOU.

Com efeito, cumpre destacar que essas resoluções, em verdade, compatibilizam o exercício do controle do processo de endividamento dos referidos entes federados com as disposições contidas na Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina – Etapa IV que objetiva “implantar e pavimentar novas rodovias estaduais, restaurar rodovias estaduais já pavimentadas, além de investir no fortalecimento institucional do Departamento de Estradas e Rodagem – DNER/SC e em segurança viária”.

Segundo informações contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US\$300,0 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes desse empréstimo pretendido, serão aportados, como contrapartida nacional, até US\$150,0 milhões pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina.

Desta forma, a operação de crédito externo pretendida será realizada nas seguintes condições:

Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

Garantidor: República Federativa do Brasil, tendo como contragarantias, como definido no texto da Lei nº 11.830, de 10 de julho de 2001, autorizativa do empréstimo pretendido, consubstanciadas no produto proveniente da arrecadação do orçamento do estado, nas cotas-partes dos fundos constitucionais de repartição tributária, bem como no aval da Agência Catarinense de Fomento S/A – BADESC e da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;

Valor: US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$352.230.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e duzentos e trinta mil reais), em 28-2-2002;

Prazo de Desembolso: em 5 anos a contar da data de assinatura do contrato;

Modalidade de Empréstimo: Cesta de Moedas;

Amortização: em até 30 parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira na subsequente data fixa para pagamentos após transcorridos seis meses da data de encerramento dos desembolsos, e a última em 10-3-22;

Juros: exigidos semestralmente, calculados com base nos custos dos Empréstimos Multimonetários Qualificados contraídos pelo Banco no semestre anterior, acrescidos de margem fixada periodicamente pelo BID;

Comissão de Compromisso: 0,75% ao ano, exigida semestralmente, nas mesmas datas do paga-

mento dos juros, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a data da assinatura do contrato:

Comissão à vista: 1% sobre o montante total do empréstimo, sacados da conta do empréstimo em prestações trimestrais, tanto quanto possíveis iguais.

II – Análise

A operação de crédito pretendida pelo Estado de Santa Catarina alcança o valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), e destina-se ao financiamento da Etapa IV do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina. Esse empréstimo contará, também, com recursos do Tesouro do Estado de Santa Catarina, como contrapartida nacional, e deverá ser contratado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo. Nos pareceres são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação do Estado de Santa Catarina no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União corresponde à operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando-a, tão-somente, para operações financeiras externas, ou internas que extrapolem aqueles limites, a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional que o garantido, Estado de Santa Catarina, tem condições de cumprir com as obrigações financeiras a serem garantidas pela União. Isso porque;

a) há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado de Santa Catarina, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas por recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, bem como no aval da Agência Catarinense de Fomento S/A – BADESC e da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;

b) assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela Coref/STN acerca do comprometimento das receitas do Estado de Santa Catarina, o Estado dispõe de margens de recursos suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito pretendida.

Por outro lado, de acordo com informações contidas no Parecer STN/COREF nº 152, de 12 de abril de 2002, “Consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, indicou a existência de débitos em nome da Imprensa Oficial, da Administração do Porto de São Francisco e da Empresa Agropecuária e Difusão do Estado, junto à União e às entidades da administração pública federal”.

Em decorrência, há inobservância do inciso II do § 9º do art. 3º da referida Resolução nº 96, de 1989, e do § 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como essas entidades são autarquias estaduais e empresa estatal dependente, respectivamente, seus débitos para com a União necessitariam ser equacionados preliminarmente à contratação da referida operação de crédito. Com efeito, na própria Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda que acompanha a Mensagem Presidencial, é enfati-

zado que “previamente à contratação da operação de crédito, haja comprovação de adimplência, pelo Estado e suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, para com a União e sua administração indireta, a teor do art. 40, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Entendemos, entretanto, como também, implicitamente, é reconhecido pela própria STN, ser possível dispensar tratamento excepcional a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como (ii) o Estado apresenta capacidade de pagamento do empréstimo, de acordo com Nota Técnica STN/COREM nº 1.212, de 2001, e (iii) o Estado de Santa Catarina conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo, não impondo, portanto, restrições a atual situação fiscal do Estado, nem atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de pendências no âmbito do SIAFI em relação à prestação de contas de recursos recebidos da União, assim como não há registro de débito em nome do Estado de Santa Catarina em operações de crédito já garantidas, de acordo com informação prestada pela STN.

Dessa forma, entendemos, s.m.j., estariam sendo satisfatoriamente observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF nº 485, de 20 de dezembro de 2001;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1.000/2002, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam de alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual do Estado de Santa Catarina para o período 2000/2003 já enviada à Assembléia Legislativa do Estado.

Ainda, as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual do Estado de Santa Catarina para o exercício de 2002 deverão ser suficientes para a sua execução neste exercício. Conclui a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando o cronograma estimativo de desembolso e o quadro de detalhamento de despesas, “os recursos orçamentários disponíveis serão suficientes para atender o fluxo previsto da operação para o primeiro ano de execução”;

d) o Parecer STN/COAFI nº 137, de 08 de abril de 2002, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, ressalta que a operação de crédito pretendida pelo Estado de Santa Catarina atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, a exceção do definido no inciso II do art. 7º que trata do limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada.

Todavia, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento do mencionado limite, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001. Mais ainda é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina atesta o cumprimento, pelo estado, do disposto na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, enfatizando, entre outros aspectos, os explicitamente exigidos nos termos do inciso IV do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da carta de credenciamento DECEC/GABIN – 2001/238, cuja validade foi prorrogada por mais 90 dias, contados a partir de 17 de abril de 2002, evidenciando, portanto, que ela atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 6,77% a.a., sendo, portanto, indicativo de condições financeiras aceitáveis pela referida secretaria.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de Santa Catarina, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Santa Catarina encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2002

Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina – Etapa IV.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

II – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

III – *valor*: US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$352.230.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões e duzentos e trinta mil reais), em 28-2-2002;

IV – *prazo de desembolso*: em cinco anos a contar da data de assinatura do contrato;

V – *modalidade de empréstimo*: Cesta de Moedas;

VI – *amortização*: em até trinta parcelas semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira na subsequente data fixa para pagamentos após transcorridos seis meses da data de encerramento dos desembolsos, e a última em 10-3-22;

VIII – *juros*: exigidos semestralmente, calculados com base nos custos dos Empréstimos Multimoetários Qualificados contraídos pelo Banco no semestre anterior, acrescidos de margem fixada periodicamente pelo BID;

IX – *Comissão de Compromisso*: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

X – *comissão à vista*: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo, sacados da conta do empréstimo em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Santa Catarina na operação de crédito externo referida no art. 1º desta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado de Santa Catarina vincule, como contragarantias à União, as transferências constitucionais de receitas tributárias a que faz jus, complementadas por suas receitas próprias, bem como o aval da Agência Catarinense de Fomento S/A – BADESC e da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, mediante formalização de contrato de contragarantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Ad. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2002. – **Geraldo Althoff**, Presidente Eventual; **Lúcio Alcântara**, Relator; **Waldeck Ornelas** – **Carlos Bezerra** – **Jefferson Péres** – **Lauro Campos**, (Vencido) – **José Agripino** – **Lúdio Coelho** – **Romeu Tuma** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **José Fogaça** – **Paulo Souto** – **Antonio Carlos Júnior**.

PARECER Nº 284, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 124, de 2002 (nº 287/2002, na origem), do Presidente da República, que propõe seja autorizada à contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de US\$62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEM).

Relator: Senador **Lúcio Alcântara**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou a esta Casa a Mensagem nº 124, de 2002 (Mensagem nº 287, de 19-4-2002, na origem), propondo seja autorizada, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEM).

A operação de crédito tem as seguintes características:

a) valor: US\$62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$146.079.080,00 (cento e quarenta e seis milhões, setenta e nove mil e oitenta reais), à taxa de câmbio de 19-4-2002;

b) contrapartida do Estado: US\$43.980.400,00 (quarenta e três milhões, novecentos e oitenta mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$102.302.800,00 (cento e dois milhões, trezentos e dois mil e oitocentos reais), à taxa de câmbio de 19-4-2002;

c) garantidor: República Federativa do Brasil;

d) principal: 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas;

e) carência: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do contrato;

f) juros: exigidos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo de captação do BIRD;

g) comissão de compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros;

h) comissão de abertura de crédito: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo, sacados da conta do empréstimo em uma parcela;

i) finalidade: financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEM).

Os autos do presente processo encontram-se instruídos com toda a documentação exigida pela Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e pela Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito da União e estabelece limites e condições para a concessão, pela União, de garantia em operações de crédito.

É o relatório.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 393, parágrafo único, a, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique o exercício da competência privativa do Senado Federal, prevista no art. 52, incisos V a IX, da Constituição Federal, de dispor sobre limites globais e condições para a realização de operações de crédito interno e externo, incluída a prestação de garantia, pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias.

O Parecer PGFN/COF/Nº 1.050/2002, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que apreciou os aspectos jurídicos da operação de crédito, e o Parecer STN/COAFI nº 136, de 8-4-2002, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que examinou o mérito da operação financeira, declaram não haver óbices à contratação da mesma.

A STN informa que a operação de crédito sob exame enquadra-se nos limites de endividamento fixados na Resolução nº 43, de 2001, e está excepcionalizada da obrigatoriedade de cumprimento do limite de que trata o inciso II do art. 7º da mesma Resolução, por estar prevista no Programa de Reestruturação e

Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Ainda segundo o parecer da STN, o Estado de Santa Catarina tem cumprido regularmente os compromissos e metas assumidos contratualmente com a União.

O Banco Central do Brasil informa, por meio do expediente Decec/Diope/Sucre-2002/009, de 18-4-2002, que a operação de crédito em tela foi credenciada pelo Departamento de Capitais Estrangeiros (DECEC), do Banco Central do Brasil, atendendo, portanto, às diretrizes da política de captação de recursos externos.

Conforme requeridos pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, constam do processo os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:

a) autorização legislativa para a realização da operação (art. 21, II);

b) comprovação da inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação pleiteada (art. 21, III);

c) certidão do Tribunal de Contas do último exercício analisado (art. 21, IV; **a**);

d) certidão do Tribunal de Contas, do exercício ainda não analisado, e, quando pertinente, do exercício em curso (art. 21, IV; **b**);

e) declaração do Chefe do Poder Executivo atestando o cumprimento do art. 5º, III (art. 21, V);

f) comprovação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao adimplemento com a União relativo aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como às garantias a operações de crédito, que tenham sido, eventualmente, honradas (art. 21, VI);

g) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (art. 21, VIII);

h) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (art. 21, VIII);

i) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art. 21, VIII);

j) Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), comprovando o disposto na Lei nº 9.717, de 1998 (art. 21, VIII);

k) comprovação do encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União, para fins da consolidação de que trata o **caput** do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (art. 21, XII);

l) comprovação das publicações a que se referem os arts. 52 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (art. 21, XIII);

m) Lei Orçamentária do exercício em curso (art. 21, XIV);

n) Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício em curso (art. 21, XV).

III – Voto

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação da Mensagem nº 124, de 2002, para o que proponho o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, 2002

Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), bem como autoriza a União a prestar garantia à referida operação de crédito, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEM).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica o Governo do Estado de Santa Catarina autorizado, nos termos da Resolução nº 43, de 2001, a contratar, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), operação de crédito externo para o financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (PRAPEM).

Art. 2º Fica a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a prestar garantia à operação de crédito externo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

I – valor: US\$62.800.000,00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

II – contrapartida do Estado: US\$43.980.400,00 (quarenta e três milhões, novecentos e oitenta mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – principal: 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas,

V – carência: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura do contrato;

VI – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo de captação do BIRD;

VII – comissão de compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros;

VIII – comissão de abertura de crédito: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo, sacados da conta do empréstimo em uma parcela.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º, bem como a prestação da garantia pela União, deverão efetivar-se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data da publicação desta resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2002. – **Geraldo Althoff**, Presidente Eventual – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Waldeck Ornelas** – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Junior** – **Jefferson Péres** – **Lauro Campos (vencido)** – **José Agripino** – **Carlos Bezerra** – **Lúdio Coelho** – **Romeu Tuma** – **José Fogaça** – **Paulo Souto** – **Roberto Saturnino** – **Casildo Maldaner**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução nºs 16 a 19, de 2002, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para o recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 31 de outubro de 2002 seja destinada a homenagear o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2002. – **Senador Tião Viana**, **José Sarney** – **Antônio Carlos Valadares** – **Eduardo Cabral** – **Gilberto Mestrinho** – **Marluce Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. GSMM nº 339/2002

Brasília, 16 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de V. Exª solicitar seja republicado o Projeto de Lei do Senado, nº 87, de 2002, de minha autoria, por conter erros de digitação na sua justificativa.

No ensejo aproveito para renovar protestos de estima e consideração. – Senador **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência defere a solicitação feita e determina a republicação da matéria nos termos do texto encaminhado em anexo ao ofício do Senador Moreira Mendes.

É o seguinte o projeto que se republica:

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2002

Autoriza a criação de Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia.

Art. 2º O Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia tem como objetivo principal a criação de linhas de crédito especiais de custeio e comercialização, capazes de garantir aos produtores locais preços mínimos compatíveis com os custos de produção e com a importância socioeconômica do cultivo para a região.

Art. 3º Compete aos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário determinar as normas técnicas e financeiras para o estabelecimento do Programa Especial referido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A safra brasileira de café, temporada 2002/2003 está estimada entre 37,6 e 39,6 milhões de sacas de 60,5kg beneficiados, conforme estimativa da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Desse total, a produção de café no Estado de Rondônia corresponderia a aproximadamente 1.680.000 sacas, todas da variedade "robusta". Aliás, Rondônia e o Estado do Espírito Santo são os maiores produtores nacionais desse tipo de café.

Segundo informações da **Gazeta Mercantil**, os preços do café caíram dia 7 de março do corrente ano, "após dois dias consecutivos de forte alta no pregão da bolsa de Nova York. Os contratos para entrega em maio foram negociados a 48,60 centavos de dólar por libra-peso, recuo de 1,9% sobre o pregão anterior". A queda está sendo atribuída à realização de lucros por parte dos fundos e especuladores, bem como ao volume de vendas originadas do Brasil.

Essa tendência de queda das cotações no mercado internacional afeta negativamente a produção nacional, pois os exportadores brasileiros já venderam antecipadamente grande volume de café no mercado internacional, a preços baixos, e agora necessitam de recursos governamentais para financiar a colheita e a pré-comercialização da safra. Sem esse aporte de recursos governamentais para continuar com as atividades e garantir um mínimo de remuneração aos investimentos, os produtores serão muito prejudicados, especialmente os produtores da região Norte, em sua maioria pequenos agricultores.

As informações da Conab já acusam uma redução nas estimativas da produção de café em Rondônia, de 1.910.000 sacas beneficiadas na temporada 2001/2002 para, no máximo, 1.680.000 sacas beneficiadas na safra 2002/2003.

Sem um esforço governamental de garantir uma política de financiamento capaz de garantir a produção e a comercialização compatíveis com os custos de produção, o setor vai sofrer pesadas perdas, que, dada a importância da cultura para o Estado, vão causar grande impacto na renda e no emprego do setor agrícola local.

Assim, é fundamental um programa especial de crédito para auxiliar os produtores de café de Rondônia a superarem essa crise e lançarem os fundamentos da expansão da cultura no longo prazo.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª terá a palavra após a leitura do expediente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Quero apenas parabenizar a V. Exª pela abertura da sessão e por ter chegado aqui exatamente no horário. V. Exª é o mais comportado e cumpridor membro da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Muito obrigado. Todos os dias estamos aqui neste horário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, que o PLS nº 16, de 2001, seja remetido para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senadora **Emília Fernandes**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero solicitar a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Igualmente, Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve e urgente comunicação.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, da mesma na forma, peço a palavra para falar em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Roberto Requião e Moreira Mendes serão atendidos

na forma regimental, de acordo com o que dispõe o art. 158, § 2º, para uma comunicação inadiável, na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos, por permuta com o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Educação desta Casa oferece esta semana, de 22 a 25 de abril, uma contribuição significativa para celebrar a Semana Unesco de Educação para Todos. Esse evento, de caráter mundial, visa a recordar o compromisso firmado por inúmeros países, inclusive o Brasil, no Fórum Mundial de Educação, no sentido de alcançar os objetivos e as metas de educação para todos, para cada cidadão e cada sociedade.

Particularmente nesta semana, cumpre lembrar esses seis objetivos:

1. Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente das mais vulneráveis e em maior desvantagem;

2. Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e nas crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade, até o ano 2015;

3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada e às habilidades para a vida;

4. Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos.

5. Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade.

6. Melhorar todos os aspectos na qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de modo a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, espe-

cialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida.

O Brasil tem feito esforços expressivos para alcançar esses objetivos, sendo que, na década da Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (em 1990), o País deu passos decisivos para alcançar vários deles, dentre os quais a quase universalização do ensino fundamental e esforço no sentido da melhoria da qualidade e da democratização. O Fundef, correspondente a uma reforma tributária em favor da educação, ofereceu significativo aporte para essas realizações.

Os números mostram que tão somente no fim da década passada a expansão da educação brasileira foi notável, inclusive no campo da educação continuada. Se o ensino fundamental, partindo de um robusto contingente prévio de matrículas, teve um incremento de 7,8% entre 1996 e 2000, o ensino médio cresceu quase 43%; o ensino presencial de graduação superior, 44%, e o ensino de pós-graduação **stricto sensu**, 52%. Somando os diversos programas não formais e uma estimativa não oficial do Sistema S, pertencente às Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e Serviços, pode-se afirmar que, em 2000, cerca de 40% do total da população recenseada e em torno de 80% do grupo de zero a 24 anos de idade tiveram frequência a algum tipo de programa, curso ou projeto de educação formal ou não formal. Esses números mostram que se desenvolve uma consciência coletiva no sentido de valorizar a educação na sociedade brasileira.

Todavia, se o País chegou a 2002 com notórias realizações, não se pode deixar de observar que a educação pré-escolar teve uma redução de 10,8% na matrícula no mesmo período, ou seja, entre 1996 e 2000. Sabe-se que ela foi parte do preço dos importantes avanços no ensino fundamental, declarado compulsório e direito público subjetivo, portanto, priorizado em obediência à Constituição Federal. Ora, a expansão e o aperfeiçoamento da educação infantil, especialmente dos grupos mais vulneráveis e com maior desvantagem, como vimos, é o primeiro compromisso coletivo firmado pelas nações que participaram da Conferência de Dakar, inclusive o Brasil.

Por esse motivo, a Comissão de Educação do Senado, com um brilhante grupo de parceiros, realiza esta semana o simpósio Educação Infantil: Construindo o Presente. Tal evento está sendo realizado hoje e amanhã, no Auditório Petrônio Portela (e está sendo transformado em teleconferência graças à infovia da

Confederação Nacional da Indústria, com recepção organizada em 20 capitais do País e em mais de 70 centros urbanos, fato inédito na história desta Casa). Esse encontro conta com o patrocínio da Comissão de Educação do Senado, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, da Unesco, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil e da Universidade de Brasília, bem como com o inestimável apoio do Ministério da Educação, do Serviço Social da Indústria, do Conselho Nacional de Secretários de Educação, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação e do Unicef.

Os objetivos desse seminário são discutir e propor soluções para os principais entraves ao alcance das metas do Plano Nacional de Educação, referentes à expansão e ao aperfeiçoamento da educação infantil. Como todos sabem, essas metas prevêm que, no ano 2011, tenhamos pelo menos 80% das crianças na faixa de 4 a 6 anos na pré-escola, e pelo menos 50% na faixa de 0 a 3 anos em creches.

Em segundo lugar, esse seminário tem por objetivo incluir a expansão e o aperfeiçoamento da educação infantil na agenda política brasileira e aprovar e divulgar uma carta-compromisso para o cumprimento das metas sobre a educação infantil dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

Portanto, é muito importante que, na Semana Unesco de Educação para Todos, a educação infantil seja o foco das nossas atenções. Entretanto, esta é a continuação de uma série de iniciativas da Comissão de Educação desta Casa, que me foi dada a honra de presidir e que se tornou um fórum vivo de debates e contribuições para o desenvolvimento educacional.

Em novembro do ano passado, foi realizado o Seminário Nacional sobre Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação para a década 2001/2010, organizado e apoiado por amplo espectro de instituições: a Comissão de Educação do Senado Federal; a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados; o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); o Ministério da Educação, por meio especialmente da Fundação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Unesco, contando ainda com a participação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

Em seguida, veio a lume uma co-edição do Plano Nacional de Educação, realizada por esta Casa e pela Unesco para melhor difundir esse notável documento. No mês de fevereiro último, o Estado e to-

dos os Municípios do Espírito Santo se reuniram no Centro de Convenções de Vitória para discutir a elaboração dos Planos Estadual e Municipais de Educação, num desdobramento do primeiro seminário. Em prosseguimento, virão os anais do seminário de novembro e do simpósio sobre educação infantil, que se realiza nesta semana. A Comissão está também co-patrocinando um seminário internacional sobre bolsa-escola, bem como o Congresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos e o II Telecongresso Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos.

Ao mesmo tempo, foram apresentadas e estão tramitando proposições legislativas que visam ao aperfeiçoamento da educação brasileira. Entre elas, encontra-se uma proposta de emenda constitucional, que, atendendo às mudanças demográficas e educacionais do País, permite que o salário-educação seja utilizado também em favor da educação infantil pública.

Outra proposta de emenda constitucional, estabelecendo equidade com o setor de saúde, permite a acumulação de dois cargos técnicos na área da educação por parte de profissionais desse setor.

Depois de 13 anos da promulgação da Carta Magna, um projeto de lei de minha autoria propõe a regulamentação do regime de colaboração entre os governos na organização dos seus sistemas de ensino, com um conjunto de providências cada vez mais necessárias.

Outros três projetos, de nossa autoria, que estão sendo apresentados hoje a esta Casa e que serão lidos pela Mesa, objetivam o aprimoramento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, a nova versão do crédito educativo, instrumento impulsor da democratização da educação superior no Brasil. Ainda outro projeto de lei, recentemente aprovado por esta Casa, amplia o acesso ao ensino fundamental para as crianças de seis anos, aumentando o tempo da criança na escola. Afinal, tramita um projeto determinando a distribuição aos Municípios responsáveis pela manutenção da educação infantil de parte substancial da cota estadual do salário-educação.

Ao apresentar esse balanço, é fundamental destacar que a educação é o caminho por excelência para o desenvolvimento humano. Ao se pretender avaliar os benefícios da educação, é preciso pensar na função que ela exerce, de impedir que inúmeros males se instalem em grande parte da população. Cumpre avaliar a educação pelo que ela faz acontecer e pelo que ela evita que venha a acontecer. Ela está fundamentalmente ligada à vida, à melhoria dos cuidados das crianças, à redução da mortalidade geral e infantil, em virtude dos cuidados com a saúde e

com a prevenção de riscos e acidentes. E, sobretudo, neste início de milênio, a educação constitui o maior meio de luta contra as doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, por desempenhar o papel básico de prevenção, da maior importância, em especial nos países em desenvolvimento.

Em nosso País, o Plano Nacional de Educação constitui a melhor expressão dos compromissos em favor da Educação para Todos. Esse plano de Estado, negociado laboriosamente pelo saudoso Deputado Nelson Marchezan, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, seguindo mandamento da Lei de Diretrizes e Bases, estatui os grandes horizontes e caminhos da educação no País. Portanto, comemorar a Semana Unesco de Educação para Todos é também renovar o empenho pelo seu desdobramento nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Do mesmo modo, é destacar a urgência de todos esses planos serem monitorados e avaliados de perto, para que a caminhada de dez anos seja a mais profícua possível. Tendo a competência legal de participar do acompanhamento e da avaliação do Plano Nacional de Edu-

cação, a Comissão de Educação desta Casa se tem preparado e procurado contribuir para que essa missão seja cumprida da melhor forma. Esse processo tem sempre em mente os quatro pilares destacados pelo Relatório Delors sobre a educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Na oportunidade, estamos anexando a este pronunciamento dados relativos às matrículas na educação formal e não-formal, nos diferentes níveis de escolaridade e sistemas de ensino, como forma de confrontar esses dados com os grandes desafios que se abrem para a educação brasileira e que se encontram consubstanciados no Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RICARDO SANTOS EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

**TABELA ANEXA AO DISCURSO DO
SR. SENADOR RICARDO SANTOS**

**MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO FORMAL E EM
SISTEMAS SELECIONADOS DE EDUCAÇÃO FORMAL E
NÃO FORMAL
1996-2000
(Em milhões)**

Níveis de escolaridade e sistemas	1996	2000	Variação Percentual
Pré-escola	5,7*	5,0	- 10,8
Educação infantil	...	5,9	...
Ensino fundamental	33,1	35,7	+ 7,8
Ensino médio	5,7	8,2	+ 42,8
Educação superior:			
✓ Cursos presenciais de graduação	1,9	2,7	+ 44,2
✓ Mestrado e doutorado	0,06	0,08	+ 52,0
Educação de jovens e adultos	2,8*	3,7	+ 33,8
Educação especial	0,2	0,5	+ 130,5
Educação profissional	...	2,9	...
Sistema S**	...	5,0	...
PLANFOR	1,2	3,1	

Fontes dos dados originais: Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego. Estimativas não oficiais, quando indicado

• 1995

** Estimativa não oficial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Iris Rezende.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de dar início ao pronunciamento que pretendo fazer desta tribuna hoje, gostaria de fazer dois registros.

Primeiramente, quero dizer que apresentei hoje à Mesa do Senado um projeto de lei complementar que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios. Esse projeto, Sr. Presidente, visa desengessar a situação criada pela emenda constitucional que praticamente proibiu a criação de novos Municípios no País.

Gostaria de apresentar aqui, entre outros, um ponto de minha justificativa: "...devemos ter em conta a autonomia dos Estados que compõem a nossa Federação e não criar normas que desprezem a diversidade existente nas diferentes unidades federativas e impliquem o menoscabo daquela autonomia, inclusive pelo risco de inconstitucionalidade".

Esse projeto vem ao encontro da recente reunião da União Nacional dos Legislativos Estaduais, a Unale, realizada em Manaus há poucos dias, em que os Legislativos Estaduais reclamam do procedimento do Congresso Nacional, que engessou, efetivamente, a criação desses Municípios, sem levar em conta – repito – as diversas questões regionais.

Por fim, quero fazer um registro aqui de um **clipping** da página www.gazetadigital.com.br, em que se diz o seguinte:

Índios querem que seja criado um novo Estado.

Se depender da vontade dos 6 mil índios das tribos Munduruku, Maytapu, Cara Preta, Tupinambá e Arapiun, que vivem en-

tre os rios Tapajós e Arapiuns, no oeste do Pará, o Estado será dividido para a criação do Estado do Tapajós, cuja capital ficaria em Santarém. A decisão dos índios foi tomada durante plebiscito realizado nas aldeias nos últimos dias. Para o Grupo Consciência Indígena (CGI), que promoveu a consulta, a posição dos índios do oeste paraense diverge da postura adotada pelos índios do Estado do Amazonas, que são contrários à criação dos três territórios. Os caciques da nação Munduruku entendem que, com o Estado do Tapajós, as reivindicações nas áreas de saneamento, educação e saúde poderão ser mais facilmente atendidas, o que não ocorre hoje.

'A grande distância do poder central, em Belém, distante mais de 2 mil quilômetros das aldeias do oeste paraense, impede que seus anseios por melhores condições de vida se transformem em realidade', argumenta o frei Florenço Vaz, sociólogo que vive há mais de 20 anos na região.

A entidade que ele representa realiza um trabalho de formação política de líderes, revalorização cultural e também de mobilização pela demarcação de terras indígenas.

Vaz vê diferença entre a proposta de criação do Estado do Tapajós e dos territórios no Amazonas.

Sr. Presidente, faço esse registro para demonstrar que o anseio pela redivisão territorial e, especificamente, pela criação do Estado do Tapajós não é apenas um interesse localizado, não é um anseio apenas dos políticos, mas de toda a comunidade do oeste do Pará. Esse anseio é expresso pelas comunidades indígenas e também pela Associação Comercial, a Associação das Indústrias, a Igreja Católica e outras entidades favoráveis ao projeto. No entanto, lamentavelmente, ele está dormitando na Câmara dos Deputados depois de ter sido aprovado pelo Senado Federal.

Passo agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao pronunciamento que tencionava fazer hoje.

A divulgação de um conceito errôneo, quando insistentemente repetido, acaba por fazê-lo passar por verdade. Não há novidade na frase que venho de dizer, mas ela se mostra oportuna, mais uma vez, como pretendo mostrar-lhes.

A mistificação – esse processo de criar um consenso de verdade em torno de uma falsidade – é muito facilitada quando um tema é, ao mesmo tempo, objeto da preocupação e da ignorância de muitos. É o caso, infelizmente, de quase tudo o que se refere à Amazônia.

É compreensível, e mesmo justo, que os brasileiros se preocupem com a preservação da floresta equatorial úmida, nossa floresta amazônica. Trata-se de um ecossistema único no mundo em sua biodiversidade e na riqueza potencial que representa para o País. Ocorre, porém, que uma pequena minoria de nossos compatriotas conhece, de fato, a região e está imune às mistificações. A maior parte deles, com o saber somente do "ouvir dizer", é presa fácil dos boateiros e alarmistas que estão sempre por aí, prontos a bloquear o desenvolvimento e, por consequência, a condenar nosso povo à marginalidade econômica e social.

Exemplo escandaloso desse tipo de consenso fabricado é a condenação **in limine** do cultivo de soja como ameaça à floresta amazônica. Desmentir mais essa mistificação é necessidade imperiosa para o desenvolvimento da região, e, por isso, eu gostaria de saudar a publicação, no diário **O Estado de S. Paulo**, no dia 31 de março, da reportagem sobre o assunto assinada por Herton Escobar.

Aspecto da maior relevância nessa matéria jornalística, em minha opinião, é o fato de a refutação do mito provir de técnicos insuspeitos, estudiosos e conhecedores da Amazônia. Mais importante ainda, trata-se de gente empenhada no progresso da região e do País, gente que enxerga as reais oportunidades econômicas daquela área e tem a noção exata do seu potencial produtivo.

Trata-se de gente, por exemplo, como Vicente Godinho, engenheiro agrônomo que trabalha na unidade de Rondônia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele ressalta a necessidade de não confundir a floresta amazônica com a divisão territorial, de ordem política, definida como Amazônia Legal. De fato, do total de 514 milhões de hectares desse território – que abrange os Estados da Região Norte mais o Mato Grosso e parte substancial do oeste do Maranhão –, cerca de 17% são compostos de cerrados, e 7%, de campos. A floresta propriamente dita corresponde aos restantes 392 milhões de hectares.

Tenho a forte impressão de que são muitos os brasileiros do Centro-Sul do País que fazem esta la-

mentável confusão, achando que a Amazônia é somente floresta, que não existem cerrados e não existem campos naturais.

A verdade, no entanto, é que, quando se menciona alguma atividade agrícola ocorrendo em um dos nossos Estados, nem sempre isso significa que um pedaço da floresta foi derrubado. Ao contrário, como diz Godinho com base em estatística da Embrapa, "a agricultura hoje só ataca regiões de cerrado na Amazônia". Mesmo nas mais fortes hipóteses de expansão de agricultura, no dizer do especialista, essa atividade não poderia ocupar mais de 10% das áreas fora do cerrado.

A afirmação é ratificada pelo Diretor-Executivo da Embrapa, José Roberto Rodrigues Peres. Para ele, não há necessidade de se abrir nem um só hectare de floresta para dar lugar à agricultura na Amazônia, porque ela tem muito espaço para crescer sem necessidade de qualquer desmatamento. Ao contrário, o argumento econômico é que derruba qualquer mistificação: sairia caro demais para o produtor desmatar para plantar soja.

Isso é também o que declara o Engenheiro Agrônomo Fabiano Guimarães Costa, que recentemente defendeu tese de mestrado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq-USP). Desmatar a floresta amazônica para a agricultura, segundo ele, "é extremamente caro, e o solo, mesmo depois de limpo, é pobre e difícil de fertilizar". Muito arenoso, o solo não conseguiria reter os nutrientes por muito tempo. Além disso, o clima chuvoso favorece o crescimento de fungos, tornando a produção, em termos técnicos e econômicos, "praticamente inviável".

Quero ressaltar aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, o argumento econômico, para que não resistam dúvidas quanto ao fato de que a soja não está avançando sobre a floresta amazônica. Só para arrancar as raízes do solo após derrubar as árvores, segundo Costa, são necessários meses de trabalho empregando maquinaria pesada. O custo para se abrir uma área de plantio a partir da floresta em pé seria de sessenta a setenta sacas por hectare, caro demais se comparado ao de quatorze a quinze sacas por hectare da preparação do cerrado.

Do outro lado da questão, há uma potencialidade imensa, quase inimaginável, para a expansão do cultivo da soja nos campos e cerrados da região – campos como, por exemplo, do meu Estado de Roraima e, inclusive, de Estados como o Acre e o

Amazonas. No Mato Grosso, por exemplo, onde se atingiram os maiores níveis de produtividade de soja por hectare do mundo, há 40 milhões de hectares de cerrado, mas somente 2,7 milhões de hectares estão plantados com soja. Em toda a Amazônia, os 3,2 milhões de hectares de soja plantada correspondem a apenas 10% da área com potencial para a atividade na região.

O que entrava no crescimento do plantio de soja na Amazônia não é a questão ambiental – que, como vimos, não se apresenta –, mas o custo do transporte para o escoamento da produção. Boa parte das áreas com potencial produtivo se encontra em regiões isoladas das vias de transporte que ligam o Norte aos portos de Santos e Paranaguá, por onde escoam a maior parte de nossas exportações de soja, provenientes dos Estados do centro-sul do País.

Os plantadores da chapada dos Parecis, no oeste do Mato Grosso, ainda conseguem fazer escoar sua produção por um complicado trajeto que começa nos caminhões trafegando pela BR-364 até Porto Velho, onde as cargas são passadas às barcaças da hidrovia do Madeira, que as levam ao porto amazônico de Itacoatiara, onde, por fim, elas são embarcadas nos navios oceânicos que seguem para a Europa.

Já os plantadores do norte do mesmo Estado não têm como escoar sua produção, apesar dos recordes mundiais de produtividade que alcançam. A BR-163 – que liga a capital Cuiabá a Santarém, no Pará – tem pavimentados apenas 200 de seus 1.200 quilômetros. O resto é barro, buracos e pinguelas horrorosas. Na estação chuvosa, pior: a lama não deixa passar nada. Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o asfaltamento integral da Cuiabá-Santarém resultaria em uma redução da ordem de R\$3 por saca de soja embarcada para o mercado externo.

Estamos falando de um mercado que se encontra em expansão, de cerca de 3% ao ano, principalmente na Rússia e na China, que empregam o farelo da soja para ração animal. Os norte-americanos são os maiores exportadores mundiais, mas seus agricultores somente são competitivos à custa de pesados subsídios de seu governo. Se os agricultores da Amazônia puderem fazer seu produto chegar ao mercado, eles acabarão, com sua extraordinária produtividade, por deslocar a soja americana. Nosso gargalo, repito, não é a questão ambiental, mas o transporte.

Sr. Presidente, quero registrar que uma ONG chamada Focus estaria pagando aos produtores de soja do Brasil para que não a produzissem. É interessante, portanto, que reflitamos sobre esse quadro mundial, em que a competitividade é um marco, visto que o Brasil está sendo vítima dessa competição.

Se o Governo brasileiro fizer os investimentos necessários na BR-163, a Cargill, principal compradora de nossa soja, já tem planos para um novo terminal graneleiro em Santarém. Com a facilidade de escoamento, a produção amazônica de soja poderia disparar, trazendo ao País as divisas tão necessárias para a solução de nossos problemas sociais e econômicos.

No entanto, ainda se fazem ouvir por aqui, com irritante frequência, as vozes de representantes de organizações não-governamentais boateiras e alarmistas, que tentam convencer a desinformada opinião pública dos centros decisórios do País desta grande mentira: a de que a soja ameaça a floresta tropical úmida. É a ação deles, também, que anda embargando obras de hidrovias na Amazônia, impedindo, assim, a redução dos custos de transporte da produção agrícola da região. Em nenhum outro lugar do mundo, segundo especialistas, obras de hidrovias são bloqueadas por questões ambientais. Isso ocorre somente na Amazônia!

Não sejamos ingênuos: será por mero acaso que essas ONGs têm, na maioria, sede nos Estados Unidos, justamente o país que mais perderá se o Brasil conquistar posições no mercado mundial da soja? Deixemos de dar ouvidos a esses mistificados e ouçamos os verdadeiros especialistas e patriotas, como Costa e Godinho!

A maior ameaça à Amazônia é a ignorância por parte de brasileiros até bem-intencionados, mas excessivamente crédulos e desinformados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2002

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º, da Constituição Federal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma desta lei complementar.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei considera-se:

I - criação de Município: a emancipação de área de Município preexistente, dando origem a novo Município;

II - incorporação de Município: a integração de Município a outro, ambos preexistentes, perdendo o Município incorporado a sua personalidade;

III - fusão de Municípios: a união de dois ou mais Municípios preexistentes, dando origem a novo Município;

IV - desmembramento de Município: a separação de área de Município preexistente para se integrar a outro, também preexistente.



V - Municípios envolvidos: aqueles que podem perder ou adquirir áreas territoriais em caso de criação, incorporação, fusão e desmembramento.

Art. 2º O procedimento destinado a criação de Município se iniciará mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa do Estado assinada, no mínimo, por cem eleitores domiciliados na área que se pretende emancipar.

§ 1º No caso de desmembramento a representação deverá ser assinada por cem eleitores domiciliados na área que se pretende desmembrar e por cem eleitores domiciliados no Município que se pretende adquira a área desmembrada.

§ 2º No caso de incorporação ou fusão a representação deverá ser assinada por cem eleitores domiciliados em cada um dos Municípios envolvidos.

§ 3º A representação que não for assinada pelo número de eleitores estabelecido neste artigo será arquivada.

Art. 3º Recebida a representação e instalado o procedimento para criar Município ou desmembrar área de Município, a Assembléia Legislativa providenciará estudos para apurar, no prazo de quatro meses:

I - no caso de criação de município, a viabilidade tanto do município que se pretende criar como do Município que perderá a área territorial;

II - no caso de desmembramento a viabilidade do Município que perderá a área territorial.

Art. 4º Os estudos de viabilidade municipal abrangerão, entre outros, aspectos geográficos, econômicos, sociais e administrativos.

§ 1º Considera-se inviável a criação de Município que não atenda aos seguintes requisitos:

I - eleitorado mínimo de um mil eleitores;



II - centro urbano constituído;

III - estimativa de receita compatível com a execução das funções típicas da administração municipal.

§ 2º Considera-se também inviável Município que não atender aos requisitos do § 1º sem a área que se pretende desmembrar para se integrar a outro Município.

§ 3º No caso de incorporação e fusão a viabilidade é presumida.

Art. 5º Concluídos os estudos de viabilidade municipal serão eles publicados no órgão oficial do Estado e apreciados pela Assembléia Legislativa, que decidirá a respeito, após a realização de audiências públicas para ouvir os interessados.

§ 1º Se a Assembléia Legislativa considerar viável o Município que se pretende criar ou o Município de que se pretende desmembrar área, requisitará, ao Tribunal Regional Eleitoral, a realização do plebiscito previsto no art. 1º desta Lei. Em caso contrário o procedimento será arquivado.

§ 2º Será realizado plebiscito também no caso de fusão ou incorporação.

Art. 6º O Tribunal Regional Eleitoral realizará o plebiscito de que trata esta Lei no prazo de seis meses contados do recebimento do pedido da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. Se o resultado do plebiscito for favorável à criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Município caberá à Assembléia Legislativa aprovar a respectiva Lei.

Art. 7º Os limites territoriais que resultarem de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Art. 8º Os primeiros Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de Município novo serão escolhidos nas subseqüentes eleições municipais, nos termos previstos no art. 29, I, da Constituição Federal.



Art. 9º A instalação do Município dar-se-á por ocasião da posse dos respectivos Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 10. Instalado o Município, caberá à Câmara Municipal, pelo voto de dois terços de seus membros, em dois turnos de discussão e votação, aprovar a Lei Orgânica respectiva, no prazo de seis meses, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual (art. 29, I, da CF c/c art. 11, parágrafo único, do ADCT).

§ 1º Até a sua instalação o novo Município será governado pela administração do Município de origem.

§ 2º Até a aprovação da Lei Orgânica Municipal vigorará em novo Município a legislação vigente à data da instalação no Município de origem.

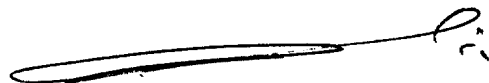
§ 3º No caso de fusão caberá à nova Câmara Municipal decidir pela aplicação da legislação de um dos Municípios fundidos.

Art. 11. É vedada a instalação de procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios a partir de um ano da data prevista para a realização simultânea das eleições municipais previstas no art. 29, I, da Constituição Federal até a data da posse dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Parágrafo único. Se já em tramitação o procedimento previsto no art. 2º desta Lei ficará sobrestado durante o lapso referido no *caput* deste artigo.

Art. 12. Aplica-se, no que couber, o disposto nesta Lei à criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município localizado em Território Federal.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora submetemos à análise dos nossos colegas pretende regulamentar o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

Com a nova redação o texto do normativo em tela passou a ser o seguinte:


Art. 18.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Ocorre que a lei complementar federal prevista confere ao novo texto do § 4º do art. 18 do Estatuto-Mor qualidade de **norma constitucional de eficácia limitada**, uma vez que requer legislação futura que complete a sua eficácia e lhe dê efetiva aplicação, de acordo com a tipologia de JOSÉ AFONSO DA SILVA (*Cf. Aplicabilidade das Normas Constitucionais, Ed. Malheiros, 3ª edição, 1998 p. 123*).

Isso significa que, apesar de imediatamente revogar a legislação anterior com ela incompatível, o novo texto do § 4º do art. 18 não recebeu do legislador constituinte (no caso reformador) normatividade suficiente para a sua aplicação, tendo sido deixada para o legislador infraconstitucional a tarefa de completar a regulamentação da matéria nele traçada (*Cf. Aplicabilidade das Normas Constitucionais, Ed. Malheiros, 3ª edição, 1998, p. 262*).

Dessa forma, por ter a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, estabelecido que os Estados só poderão criar **Municípios dentro do período determinado por lei complementar federal**, enquanto essa lei complementar não for aprovada, fixando tal período, não poderá haver criação (bem como incorporação, fusão ou desmembramento) de Municípios.



Esse é o entendimento do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, consoante os seguintes Acórdãos: Recurso Especial Eleitoral nº 16164-RO, de 14/12/99, Relator: Ministro EDUARDO RIBEIRO; Mandado de Segurança nº 2798-PA, de 28/03/2000, Relator: Ministro GARCIA VIEIRA; e Mandado de Segurança nº 1480-SP, de 13/04/2000, Relator: Ministro NELSON JOBIM.

Por conseguinte, encontra-se hoje paralisada a criação de novos Municípios, o que tem causado prejuízo ao nosso País, mormente naquelas regiões onde é mais necessária a intervenção do Estado como agente indutor do desenvolvimento.

Destarte, urge que o Congresso Nacional aprove a lei prevista no § 4º do art. 18 da Lei Maior para que seja retomada, onde necessária, a criação de novos Municípios.

É o que ora estamos propondo.

Nesse sentido, o projeto de lei ora justificado define os passos do procedimento destinado a criar, incorporar, fundir e desmembrar Município bem como, estabelece, explicitamente que é vedada a instalação de procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios a partir de um ano da data prevista para a realização simultânea das eleições municipais até a data da posse dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Da mesma forma, se o procedimento já estiver em tramitação ficará sobrestado durante o lapso referido.

Por outro lado, estamos propondo que se deixe estatuído que os estudos de viabilidade municipal abrangerão, entre outros, aspectos geográficos, econômicos, sociais e administrativos.

Além disso, estatui-se que os limites territoriais que resultarem de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.



Outrossim, para evitar confusões estamos propondo, também, pelo art. 2º da proposição em pauta, a definição legal dos institutos da criação, da incorporação, da fusão e do desmembramento de Municípios, sendo que, para tanto, nos valem das lições daquele que foi ilustre municipalista e um dos luminares do nosso direito público, o Prof. HELY LOPES MEIRELLES (*Cf. Direito Municipal Brasileiro, Ed. Malheiros, 6ª Edição, 1993, p. 60.*)

Fica também firmado que os primeiros Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de Município novo serão escolhidos nas subseqüentes eleições municipais, nos termos previstos no art. 29, I, da Constituição Federal e que a instalação do Município dar-se-á por ocasião da posse dos respectivos Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

De outra parte, procuramos tomar o cuidado para não estatuir exigências demasiadas para a criação de municípios, pois o exagero dessas exigências significaria, na prática, impedir a instituição de novos municípios e, por extensão, o próprio desenvolvimento de diversas áreas do nosso País.

Além disso, devemos ter em conta a autonomia dos Estados que compõem a nossa Federação e não criar normas que desprezem a diversidade existente nas diferentes unidades federativas e impliquem o menoscabo daquela autonomia, inclusive pelo risco de inconstitucionalidade.

Ante o exposto, tendo em vista a relevância do projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres colegas, solicitamos o indispensável apoio para a aprovação.

Sala das Sessões, 23.4.02



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º - Brasília é a Capital Federal.

§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(*) § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei."

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 13/09/96:

CAPÍTULO IV

Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 11. Cada Assembleia Legislativa, com o poder constituinte, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

PDC 731-A/2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós)

Tramitação: encaminhado à Câmara dos Deputados em 13-12-2000. Em 09/03/2001 foi despachado à CCJ, onde foi apensado ao PDC 120/91. Atualmente encontra-se pronto para ordem do dia no plenário da Câmara dos Deputados, consta requerimento de urgência a ser aprovado pelo plenário o qual foi retirado de pauta no dia 06/12/2001.

População atingida: 1.028.088

Área(km²): 517.867

Municípios abrangidos: 25

CLIPPING AMBIENTAL

Cuiabá, 04 de janeiro de 2002

Índios querem que seja criado um novo Estado

Se depender da vontade dos 6 mil índios das tribos Munduruku, Maytapu, Cara Preta, Tupinambá e Arapiun, que vivem entre os Rios Tapajós e Arapiuns, no oeste do Pará, o Estado será dividido para a criação do Estado do Tapajós, cuja capital ficaria em Santarém. A decisão dos índios foi tomada durante plebiscito realizado nas aldeias nos últimos dias. Para o Grupo Consciência Indígena (CGI), que promoveu a consulta, a posição dos índios do oeste paraense diverge da postura adotada pelos índios do Estado do Amazonas, que são contrários à criação de três territórios. Os caciques da nação Munduruku entendem que, com o Estado do Tapajós, as reivindicações nas áreas de saneamento, educação e saúde poderão ser mais facilmente atendidas, o que não ocorre hoje.

"A grande distância do poder central, em Belém, distante mais de 2 mil quilômetros das aldeias do oeste paraense, impede que seus anseios por melhores condições de vida se transformem em realidade", argumenta o frei Florêncio Vaz, sociólogo que vive há mais de 20 anos na região.

A entidade que ele representa realiza um trabalho de formação política de líderes, revalorização cultural e também de mobilização pela demarcação das terras indígenas.

Vaz vê diferença entre a proposta de criação do Estado do Tapajós e dos territórios no Amazonas. A redivisão do Amazonas, diz ele, não significará nenhuma vantagem para os índios, uma vez que eles sempre foram marginalizados, sejam das discussões ou benefícios. No Pará, porém, os índios são mais organizados e têm maior "poder de pressão" junto aos governantes.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, por permuta com o Senador Lauro Campos, por 20 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Paraná, nesses últimos dias, surgiu nas telas das televisões, com a absurda autorização da Justiça Eleitoral, um comercial de um jovem apedeuta do PTB comentando o fato de os três Senadores do Paraná jogarem contra o Estado, fazerem gol contra, dificultarem a vida financeira do Governo, fiscalizando em excesso a aplicação do dinheiro público, que, de resto, Sr. Presidente, tem sido desviado sistematicamente.

O Governador, como V. Ex^a sabe, era do PDT, passou para o PFL e, desesperadamente, tentou ser vice do José Serra, do PSDB, traindo, inclusive, o Partido.

Esse apedeuta, seguramente ágrafo, chamado Toninho Garcia – imagine, Sr. Presidente, um homem com o nome de Toninho ser Deputado Estadual; é realmente uma graça, Senador Iris Rezende, ele que é bronzeado com lâmpada artificial, um menino realmente bonito –, acusa a mim e aos outros dois Senadores do Paraná de sermos inimigos do Estado.

Hoje chega às minhas mãos uma negociata feita durante a venda do Banco do Estado do Paraná. A avaliação desse Banco, Senador Paulo Souto – e, se o que vou dizer tivesse acontecido na Bahia, imagine como estaria V. Ex^a indignado –, foi feita pelo grupo conhecido pelo nome de Goldman Sachs, que jogou o preço lá para baixo, fazendo com que o Itaú comprasse o Banco do Estado do Paraná a preço de fim de feira. Mas, como disse o Presidente Setúbal, do Itaú, quem ganhou foi o Banco do Estado do Paraná, já que, em função da subavaliação, o suposto **spread** colocado em cima do preço básico do leilão será deduzido do Imposto de Renda do conglomerado durante os próximos anos.

Terminada a venda do Banco, o grupo Goldman Sachs, que havia feito a avaliação, comprou os créditos do Itaú contra empresários paranaenses. Mas os comprou por quanto? Por 50% do valor? Eram créditos em liquidação? Não! Ele comprou o equivalente a R\$537.605.599,00 por R\$12.037.040,00,

ou seja, ele comprou o crédito do Banestado por 2,24% – em valor arredondado, porque, na verdade, seriam 2,239% – e hoje está executando os credores do Banco pelo valor real, acrescido de todas as cominações legais, multas e juros possíveis.

Aqui, da tribuna do Senado, quero chamar a atenção dos credores do Banestado no Paraná e levar a eles uma sugestão: vão a juízo e exerçam o seu direito de preferência! Se o Banco do Estado do Paraná podia vender os créditos por 2,24%, por que não ofereceu esses créditos, por esse valor, aos devedores?

É evidente que há uma manobra do Itaú, do Banestado, da Administração do Estado e do Goldman Sachs, que foi o avalista que jogou para baixo o preço, o que redundou em uma negociata em detrimento do Estado do Paraná.

Fica a minha sugestão para os credores do Banestado que estão hoje devendo para a Rio Paraná Seguros, do Grupo Goldman Sachs: vão a juízo, requeiram os documentos do Banco Central e depositem, exercendo o seu direito de preferência, 2,24% dos seus débitos, porque não tem cabimento essa operação. O Itaú, na verdade, está simulando um prejuízo, está diminuindo o seu ganho, e o Paraná perdeu algo em torno de R\$500 milhões ou, pelo menos, a metade disso, porque é evidente que esses créditos poderiam ser resgatados pelo menos pela metade. E o lucro não aparecerá no Itaú, não irá melhorar a situação do Paraná, mas será um lucro rigorosamente injustificável na Rio Paraná Seguros, da Goldman Sachs.

Tenho os documentos na minha mão, que chegaram pelo correio, sem identificação. Não sei quem os enviou para mim, mas são absolutamente sérios. São documentos do Banco Central e documentos que transcrevem o contrato feito entre o Banestado/Itaú e o Grupo Goldman Sachs, por intermédio de sua subsidiária Rio Paraná Seguros.

Por isso, Sr. Presidente, nós, do Paraná, ficamos tão preocupados com o futuro do nosso Estado. Quando deixei o Governo do Estado, havia uma dívida de R\$1,1 bilhão, contraída desde a emancipação do Paraná – que era província de São Paulo – até o momento em que deixei o Governo. A dívida, hoje, é de R\$17,6 bilhões. É o famoso Governador Jaime Lerner flagrado, pilhado e revelado da tribuna do Senado em mais uma incrível malandragem, que prejudica profundamente os paranaenses e, cá entre nós, os empresários paranaenses também.

A sugestão, senhores credores da Rio Paraná, é que vão a juízo e exerçam o seu direito de preferência, depositando exatamente 2,24% dos seus débitos.

Aproveito o tempo, ainda, Sr. Presidente, para comentar um pouco a situação política do Brasil e do meu Partido, o PMDB.

Senador Iris Rezende, como vai mal o nosso velho PMDB de guerra! Que direção frouxa, aderida, sem doutrina, sem programa! Estão discutindo negócios em vez de coligações.

Faço, desta tribuna, uma sugestão aos candidatos de outros partidos que pretendam uma coligação com o PMDB, mas deixo claro que a minha posição, até a convenção, é a do lançamento do Senador Pedro Simon como candidato a Presidência da República. Partidos fazem coligações, sim, quando não viabilizam os seus candidatos, mas as coligações devem discutir programa de governo, propostas para o Brasil. E o Brasil vai muito mal, apesar da grande imprensa.

Um desses atletas mentais do Fundo Monetário Internacional visitou o Brasil, deu uma série de entrevistas, e os "jornalões" publicaram, no dia seguinte, mensagens ufanistas na primeira página. Procurei ler nas agências exatamente o que tinha dito o representante do Fundo Monetário Internacional. Ele disse que a nossa dívida externa está em US\$ 237 bilhões, que a dívida brasileira está significando 3,3 vezes o PIB, ou seja, 333% a mais do que o PIB. Ele disse mais, que o **spread** brasileiro no mercado internacional é de 7 pontos, enquanto o **spread** do México é de 2 pontos e o do Chile é de 1 ponto. E disse que a dívida brasileira é inegociável, porque é rigorosamente impagável.

No entanto – ele não disse, mas quero trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores –, antes dessa proposta ingênua e alienada de abertura comercial, de globalização, de mudança constitucional, o nosso País participava, Senador Geraldo Melo, com 1,2% do comércio mundial. Muito pouco. Realmente, muito pouco. Mas, depois da abertura, a nossa participação caiu em um terço, ou seja, para 0,8%! E, para quem não conseguir visualizar com clareza o que representa essa queda, significa o valor somado do comércio externo do Chile, da Argentina, do Peru, do Equador, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, multiplicado por dois, provavelmente.

Portanto, estamos muito mal. Estamos no caminho da "argentinização": o momento em que, apesar dos elogios que se faziam à economia, a Argentina não conseguiu mais dar conta das suas dívidas. Mas, muito pouco tempo antes dessa catástrofe, o Fundo Monetário Internacional acompanhava o Governo do Carlos Menem, elogiando cada ato e considerando-o um exemplo de administrador nacional para o mundo. O Presidente Bill Clinton disse exatamente isto, que o

Menem era o melhor Presidente da República do planeta Terra naquele momento. Hoje, a Argentina está falida e o Fundo Monetário Internacional pede ao País que corte 60% dos investimentos públicos.

Eu e os Senadores José Fogaça e Roberto Saturnino estivemos em Buenos Aires, em uma reunião com Anoop Singh, o auditor do FMI encarregado de levantar a situação da Argentina. A República Argentina teve uma queda no movimento comercial de 60%; 22% dos trabalhadores que estavam empregados estão desempregados; e 20% estão subempregados. Isso significa que a miséria na Argentina já atingiu 42% da população. É uma situação rigorosamente terrível. Lá também obtivemos a informação de que, há pouco mais de uma década, a Argentina tinha 21 milhões de habitantes, sendo 2 milhões de pobres, enquanto que hoje tem 36 milhões de habitantes e 14 milhões de pobres vivendo abaixo do nível da miséria.

No Brasil, Srs. Parlamentares, a situação é mais ou menos a mesma. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos diz que 31% dos nossos irmãos, cidadãos brasileiros, estão vivendo abaixo do limite da miséria. Isso significa que, quando estão empregados – e não é sempre que estão empregados, em grande parte os brasileiros estão desempregados –, não ganham R\$80 por mês.

Uma pesquisa da **Folha de S.Paulo** nos revela que cerca de 52% a 53% dos trabalhadores não recebem férias nem 13º salário. Enquanto isso, o Governo da República pretende estripar a CLT porque está muito antiga. E isso me preocupa, Sr. Presidente Ramez Tebet, porque mais antiga que a CLT é a Lei Áurea e a Lei do Ventre Livre. Não me surpreenderá se, de uma hora para outra, em nome do pagamento da dívida externa e da vitalidade da economia, queiram restabelecer, progressivamente, talvez – primeiro a Lei do Ventre Livre e depois a Lei Áurea –, a escravidão no nosso País.

No entanto, Senador Iris Rezende, a Executiva do PMDB se reúne com candidatos à Presidência da República, e algumas figuras ilustres – parte da Executiva Nacional – saem dizendo à imprensa que estão fazendo um bom negócio. Será que temos o direito de negociarmos com o futuro do nosso País?

Quero expor a posição menos maniqueísta possível. Ou o PMDB lança o nosso candidato à Presidência da República, que é o Senador Pedro Simon, colaborando com possibilidades de vitória para o grande debate nacional, ou – se não conseguirmos suporte para lançá-lo – começamos a discutir não candidatos à Vice-Presidência, do Sul, do Norte ou do Nordeste, mas um programa de recuperação do Bra-

sil, pois a atual condução econômica do País está nos levando ao mesmo buraco onde está enterrada a República Argentina. E, amanhã, o Fundo Monetário Internacional estará aqui a nos exigir cortes e medidas duras que a República Argentina só poderá executar dentro de uma ditadura de extrema direita, com fuzilamentos e repressão extremamente pesada à sua população.

Podemos não chegar a esse ponto, mas temos uma irresponsabilidade absoluta na condução econômica. Iniciei esta intervenção lendo os dados de uma negociata feita pelo Grupo Goldman Sachs com o Banco do Estado do Paraná, quando a subsidiária do Goldman Sachs, a Rio Paraná Seguros, comprou, por 2,24% do valor, créditos do Banco do Estado, com prejuízo evidente ao Paraná, numa operação de sonegação casada com a atual direção do Banco Itaú, que é o detentor da titularidade do Banco do Estado do Paraná. Mas essa operação teve a concordância do Banco Central. O Banco Central, em vez de procurar colocar na cadeia os responsáveis, convalidou a operação dizendo que era uma operação privada.

O Brasil precisa de uma mudança e o PMDB tem que começar a discutir um programa de salvação nacional, um programa extremamente sério, de modificação profunda na condução da política econômica. O Governo continua falando na Alca e o nosso Chanceler, Senador Ramez Tebet, é posto quase em pêlo num aeroporto americano para ingressar nos Estados Unidos, numa humilhação jamais vista por um chanceler brasileiro. Ao mesmo tempo, o nosso representante na Organização de Repressão e Controle de Armas Químicas é derrubado sem que o Governo brasileiro mexa uma palha. Aliás, em vez de mexer uma palha, consta que o Presidente da República teria se recusado a ser fotografado na companhia do Embaixador que presidia a Organização de Fiscalização das Armas Químicas, que foi ontem derrubado, com a liderança dos Estados Unidos, por 48 países. O Brasil não se mexeu, não esboçou uma defesa, não fez um comentário, porque praticamente inexistente uma política externa soberana nacional.

A minha preocupação é com o País. A aliança que temos que fazer é com o Brasil. Portanto, devemos conversar sim com o Serra, com o Lula, a fim de procurar o melhor caminho. Imaginava-se que, com aquela espécie de arcabuzamento sofrido pela Roseana Sarney, o índice de aceitação do Serra subiria. Mas o **Jornal do Brasil** nos informa hoje que 60% da população não quer votar no Governo. Qualquer candidato que significar a continuidade da política governamental será arcabuzado não pela Polícia Federal

numa ação de investigação extraordinariamente suspeita, mas será arcabuzado pelo voto popular.

No entanto, resta um espaço. Esse maltratado, esfarrapado PMDB, que outrora foi o nosso glorioso PMDB de guerra, ainda é o maior Partido do Brasil, com uma base aguerrida, com uma base profundamente vinculada aos anseios populares. Esse Partido, se tiver um programa, um candidato ou uma aliança que signifique uma mudança no Brasil, se levanta; e se levanta numa composição decente com o PT ou com qualquer outro partido. O que não podemos é assistir impávidos à proposta das coligações negociatas, coligações negociadas como num mercado persa.

Qualquer candidato, de esquerda ou de direita, que se alie com o PMDB adesista, qualquer que seja a sua proposta, levará para o fundo do poço o estigma que fez com que este Senado mandasse o Senador Jader Barbalho para casa, para fazer política no Pará. Nós, do PMDB, temos uma oportunidade única de participar do processo político nacional. Confesso que, neste momento, a minha simpatia é, de forma clara e franca, por uma coligação com o Partido dos Trabalhadores, porque atualmente é o único Partido que sinaliza com uma mudança profunda no comportamento e na condução da política econômica brasileira. Mas não descarto também – e que isto fique claro – uma conversa com o PSDB, desde que não seja a conversa da negociata, dos cargos e dos acertos, e sim em torno de um programa econômico alternativo e nacionalista para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe no Estado de Rondônia, mais precisamente no Município de Espigão do Oeste, um garimpo de diamantes cujas pedras são consideradas de excelente qualidade, comparável às melhores lavras existentes na África do Sul e em outras incidências do nosso País. Essa informação seria maravilhosa, não fosse a circunstância de que a referida área está encravada na Re-

serva Indígena Cinta Larga, etnia dos índios tupi monde. Essa reserva ocupa parte do Estado de Rondônia e parte do Estado de Mato Grosso, perfazendo cerca de 2.732.557 hectares, cerca de 24.000 km², sendo que, em pesquisas geológicas, cerca de 62% da sua área está confirmada com incidência de minerais, especialmente diamante.

Nessa reserva indígena, Sr. Presidente, vivem cerca de 1.200 índios cinta larga, divididos em quatro clãs, considerados altamente belicosos e unidos. O problema é que, com a eclosão do garimpo, essa área do igarapé Lajes, que é um afluente do rio Roosevelt – cuja denominação foi dada por ter sido descoberto pelo Presidente dos Estados Unidos, no século passado, quando viajava por aquela região –, está sendo hoje palco de extrema violência entre garimpeiros e índios. A eclosão do garimpo no Roosevelt ocorreu em razão da invasão de garimpeiros, que adentraram a área, com a autorização de caciques indígenas, mediante o pagamento de uma espécie de pedágio, por um período de trabalho de 30 dias. Essa prática continuou sendo motivo de um entra-e-sai constante e muitos litígios decorreram exatamente daí.

Quanto aos índios, já houve uma morte no Município de Espigão do Oeste: o índio Cezar Cinta Larga foi assassinado e teve uma de suas mãos cortada. A polícia, embora tenha registrado a ocorrência e tenha procedido às investigações, ainda não conseguiu chegar ao responsável pelo assassinato. Nos meses anteriores, dentro da área da reserva, identificaram-se seis garimpeiros mortos, quatro numa ocorrência que está sendo investigada pela Polícia Federal e dois já identificados, sendo seus autores conhecidos e motivo de processo crime em andamento.

Nesta semana, a situação agravou-se com a prisão dos Caciques Nacoça Pio Cinta Larga e Alzak Cinta Larga, ambos funcionários da Funai. E, ontem, dia 23, foi preso o Cacique João Cinta Larga, que tem a alcunha de João Bravo, por ordem do Juiz Federal de Porto Velho.

Isso tudo, Sr. Presidente, ocorre porque o Congresso Nacional, principalmente a Câmara dos Deputados, tem sido omissa e negligente na questão da discussão e da aprovação ou não do projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Romero Jucá, já aprovado nesta Casa há mais de seis anos, hoje tramitando na Câmara dos Deputados sob o nº 1.610-B, de 1996, sendo relator o Deputado José Borba.

Esse projeto de lei regulamenta os arts. 170, § 1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, que tratam exatamente dos direitos de exploração dos recursos flores-

tais e minerais, por parte dos índios, encontrados nas reservas indígenas do País.

E este é o resultado trágico: são mais de oito mortes, e a Polícia Federal não consegue desocupar a área. Quando consegue, ocorre nova invasão. O Estado de Rondônia vive, hoje, esse problema grave de garimpeiros invadindo reservas indígenas, muitas vezes estimulados por funcionários da Funai.

Faço esse registro e também um alerta aos Srs. Deputados, ao Congresso Nacional, para que procurem, o mais rapidamente possível, colocar em votação esse importante projeto de lei de autoria do Senador Romero Jucá, que regulamenta a exploração mineral e a exploração das riquezas nas reservas indígenas. Aí, sim, o processo poderia ser feito de forma legal, racional, deixando algo de positivo para os índios, com o recolhimento de impostos.

O que acontece hoje é o desvio da atividade, a corrupção, a sonegação de impostos e, para tristeza de todos nós, a perda de vidas humanas como tem acontecido no Município de Espigão d'Oeste, no Estado de Rondônia, mais especificamente na reserva indígena Cinta Larga.

Era esse o registro de urgência que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Edison Lobão, também pelo prazo improrrogável de cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vinte e quatro Municípios e localidades do Maranhão têm hoje 20 mil moradores que já se beneficiam com os programas de energia alternativa, criados com os recursos do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prode-em). A prioridade de atendimento, que se preocupa com o aspecto social e não com a situação financeira dos beneficiados, atinge as entidades comunitárias, tais como as associações de moradores e as escolas distantes pelo menos cinco quilômetros da rede de energia convencional, que recebem a custo zero os equipamentos adequados à captação de energia solar.

O projeto e instalação dos **kits** fotovoltaicos são do Governo do Estado, através da Subgerência de Desenvolvimento Energético.

Sabem V. Ex^{as} o esforço que tenho despendido nesta Casa, da tribuna e na apresentação de proposições, com o objetivo de conscientizar os meios privados e públicos para a oportunidade de se estender, no Brasil, a utilização mais efetiva das energias alternativas. Temos tudo em nosso País, graças ao privilégio

de uma invejável natureza, para realizar, nesse campo, o que não temos realizado. Outras nações, sem as nossas fontes naturais, já executaram ou vêm executando com êxito esse programa.

Sou autor do Projeto de Lei nº 27/96, já aprovado no Senado, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis.

Entre outras oportunidades em que debati esse tema, disse desta tribuna, a 19 de abril do ano passado:

O país tem, hoje, cerca de 20 milhões de brasileiros sem energia elétrica. Por outro lado, o Brasil recebe, por ano, aproximadamente 15 trilhões megawatt de energia solar (...). Usando apenas uma parte desse potencial, seria possível gerar um suplemento equivalente a quatro vezes a energia gerada no mesmo período por uma grande usina hidrelétrica.

E acrescentei:

O aproveitamento das fontes alternativas só é possível através de investimentos governamentais. Na Alemanha, por exemplo – país que não prima pela abundância do sol o ano inteiro –, três mil casas já contam com painéis captadores de energia solar acoplados à rede convencional, gerando economia de até 50% no consumo energético. E o governo alemão programa agora instalar os painéis em 100 mil novas casas.

Volto a repetir o que dissera em outras oportunidades: torna-se óbvia, notadamente nesses tempos de sucessivas ameaças de racionamento, a necessidade do aproveitamento do que nos oferece a natureza. Seria uma solução para as comunidades rurais, distantes da rede elétrica, uma solução para o aquecimento de água nos chuveiros elétricos, o principal vilão denunciado pelas empresas de distribuição de energia. O Brasil é o país que mais utiliza o chuveiro elétrico no mundo, sendo 25% da energia produzida consumida nas residências. Desse total, um terço é gasto somente com chuveiro elétrico, ou 8% da produção nacional, segundo os dados oferecidos.

Nós continuamos subestimando o privilégio da natureza, que nos assegura a média, praticamente em todo o território nacional, de 2.500 horas de sol por ano. Vale lembrar que esse é um dos requisitos essenciais para o emprego econômico da energia so-

lar, cujo objetivo, entre nós, seria o de ampliar, por processos limpos e não poluentes, nossa capacidade energética.

Daí a minha satisfação com o que se faz no Maranhão em relação à energia solar. É, realmente, uma gota no oceano, mas apenas o começo de uma programação que deve se estender.

Sr. Presidente, peço-lhe que receba como lido o restante do meu pronunciamento.

Eram essas as considerações que desejava fazer sobre o assunto.

Muito obrigado.

SEGUE CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A mais recente comunidade a beneficiar-se com o programa foi o da Associação Maranhense de Maricultores do Pau Deitado, em Paço do Lumiar, que recebeu do Governo do Estado do Maranhão um sistema fotovoltaico de 250 watts de potência para geração de energia elétrica alternativa.

Destaque-se o fato de que a produção mensal de ostras dessa Associação situa-se em torno de 31 mil dúzias, além de a entidade ter planos de crescimento a médio prazo. O sistema projetado para a associação é pequeno, mas promissor no tocante ao incremento do uso das fontes de energias alternativas. O equipamento possui autonomia de dois dias, o que lhe permite sustentar cargas durante igual período caso ocorram problemas no sistema fotovoltaico.

O local de cultivo de ostras da Amamar fica situado em uma pequena ilha do rio Santo Antônio, em Paço do Lumiar. Está isolado de centros com densidade populacional e totalmente sem acesso à energia elétrica convencional.

As pessoas envolvidas na exploração de ostras naquela localidade têm, agora, com o uso de energia de fonte alternativa, a expectativa de que poderão produzir com segurança e conforto. Eles esperam, ainda, que o novo benefício seja o prenúncio de melhor qualidade de vida para a comunidade tão carente.

Além de Paço do Lumiar, o município de São Pedro dos Crentes também ganhou kits fotovoltaicos para funcionamento de sistema de bombeamento d'água em escolas dos povoados Caburé, Pé de Coco, Brejo Novo e Madalena. O equipamento trou-

xe água encanada aos filhos de 135 famílias dessas comunidades.

São números, como se vê, bastante modestos em face do número dos que ainda não usufruem os benefícios energéticos. Mas já são números, significando que podem crescer.

No Maranhão, a utilização desta fonte de energia alternativa é muito importante, já que o Estado ainda apresenta muitas demandas por energia elétrica em locais longínquos aonde a empresa fornecedora de eletricidade, agora privatizada, não tem como atender plenamente. São programas como este que levam a oportunidade concreta de melhoria social e financeira das comunidades, antes isoladas culturalmente ou fora do processo produtivo.

A propagação das energias alternativas constitui sempre uma notícia alvissareira, pois estimula os investimentos no setor.

Tenho esperanças, Sr. Presidente, de que autoridades públicas e empresas privadas acordem para a conveniência, até mesmo comercial, de se investir no Brasil na tecnologia de captação das energias alternativas. Assim o fazendo, reduzirão o custo dos equipamentos, tornando-os acessíveis a todas as categorias sociais.

Estas as reflexões que achei de bom alvitre registrar hoje neste Senado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Edison Lobão, V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muita satisfação, trago ao Plenário do Senado Federal uma manifestação técnica de um importante e qualificado servidor público do Senado Federal, Consultor Legislativo, Dr. Luiz Carlos Romero, um especialista na área de saúde pública. Foi um prazer ler seu artigo publicado na revista virtual **Debater**, no seu Boletim Informativo nº 12, em que aborda um tema que julgo da maior importância no cenário da saúde pública brasileira hoje e que deve ter a atenção de todos os Parlamentares. O artigo diz respeito à chamada reforma do aparelho de Estado e aborda especificamente o tema:

A Agencificação da Administração Pública e a Reinstauração do Sistema Múltiplo de Saúde.

1 – Agencismo

É preciso, antes de mais nada, esclarecer que sou médico especialista em Saúde Pública e não sou versado nem em Direito Público, nem em Administração Pública. Apesar disso, chama-me a atenção e preocupa-me o fenômeno do agencismo que tomou conta da Administração Pública, o seu entendimento, mesmo por pessoas que considero esclarecidas, como panacéia, e seus reflexos sobre a construção – tão trabalhosa e com tantos inimigos – do Sistema Único de Saúde.

As criações de agências, isto é, essa nova forma de autarquia que entrou em moda é compreensível, à luz do que dispõe a Constituição Federal sobre as competências da União para exercerem ações reguladoras sobre duas situações: a execução de atividade privadas sujeitas à regulação estatal, isto é, aquelas que, por sua relevância pública, têm sua regulamentação, fiscalização e controle atribuídos ao Poder Público, e quando se trata de serviço público concedido, isto é, um daqueles serviços em relação aos quais a Constituição permite a substituição da ação governamental direta pela de entes privados, mediante autorização, concessão ou permissão (telecomunicações, radiodifusão, energia elétrica, transportes, etc.)

As primeiras agências criadas realmente tinham função tipicamente reguladora e a abrangência acima. No entanto, não só não ficaram nisso – ampliando o seu espectro de atuação para além da mera regulação –, como começaram a ser criadas por outras em áreas não previstas, como meio ambiente, saúde, seguros, etc.

A criação de agências acabou virando uma panacéia para “melhorar o serviço público” e, como solução, se difundiu como fogo no mato seco.

Essa ‘agencificação’ produziu, no meu ponto de vista, uma concentração de poder como nunca se viu na Administração Pública: além da regulação, passaram a desempenhar também funções paralelas às do Le-

gislativo e dos tribunais administrativos a atuarem com poder de polícia. Atuam como legislador, promotor e juiz. E, agora, aparecem também "agências executoras". Tudo isso com uma grande autonomia não questionada. E acham que não têm que prestar contas a ninguém.

Quando da crise de energia, por exemplo, o Presidente da Agência, a que, supostamente, estava afeta a questão, negou-se a prestar informações ao Senado por não se considerar alcançável pelo dispositivo constitucional que dá às Casas do Congresso poder de convocação de "titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência de República" a prestarem informações. Ninguém fez nada. Não vi ninguém reclamar. Ficou por isso mesmo.

2. As agências e o Sistema Único de Saúde.

No âmbito do SUS, a "agencificação" está alcançando níveis tais que concorre para desconstruir o princípio constitucional da direção única em cada esfera do Governo.

Quando a situação dos planos de saúde ficou insuportável, no ano passado, os usuários se dirigiram ao Ministro da Saúde. Ele disse não ter nada com isso, que agora era simplesmente responsabilidade do Presidente da Agência de Saúde Suplementar. É claro que teve que voltar atrás, mas o episódio deixou claro que esse é o "espírito da coisa".

Com a criação de um conjunto de agências – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Saúde Suplementar e, agora, Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apec) –, concluiu-se um processo que vinha sendo urdido desde 1988: a "inampização" do Ministério da Saúde.

Com a retirada de sua competência da regulação, fiscalização e até mesmo da execução de um conjunto de ações e serviços típicos de saúde pública – vigilância sanitária, saúde suplementar, controle de doenças –, o que sobra para o Ministério da Saúde? A assistência médica e a assistência farmacêutica – exatamente as atribuições do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Mas a "inampização" não se restringe à passagem das atribuições de saúde pública da esfera do Ministério da Saúde para agências autônomas: todo o processo de financiamento do setor continua basicamente fundamentado no pagamento de procedimentos – como fazia o antigo Inamps. A ação ou serviço que não puder se caracterizar como um "procedimento" não tem como ser remunerada e, portanto, ninguém quer produzi-las. Um exemplo disso são as ações de educação para a saúde.

Como os procedimentos laboratoriais auxiliares do diagnóstico clínico são melhores pagos, os laboratórios de saúde pública se restringem a fazer exames de fezes, de urina e de sangue pedidos pelos clínicos, em vez dos testes necessários ao controle de doenças e vigilância sanitária.

Só fico esperando a epidemia de dengue do verão do ano que vem – ou, quem sabe, a reurbanização da febre amarela, que alguns já estão vaticinando – quando o Ministério da Saúde vai poder dizer que não tem nada com isso: ele só tem responsabilidade com a assistência médica; o controle de doenças é responsabilidade da Apec.

O "agencismo", como remédio prescrito para a Administração Federal da Saúde, constitui, a meu ver, uma tentativa de reconstituição do Sistema Múltiplo de Saúde.

Brasília, 13 de março de 2002. – **Luiz Carlos Romero**, Médico de Saúde Pública, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Entendo que se trata de um belíssimo manifesto crítico a essa deturpação e violação que está sendo dada ao Sistema Único de Saúde, um bem sagrado da reforma política e da Constituição de 1988.

A minha homenagem ao Dr. Luiz Carlos Romero, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2002

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001, que "Institui a Política Nacional do Livro, e dá outras providências" e o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2002, que "Dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio", por disporem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Ricardo Santos**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 95, DE 2002**

Acrescenta o inciso XI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

Art. 20.

XI – amortização total ou parcial, pelo estudante ou seu avalista, das parcelas vencidas e vincendas de empréstimo concedido pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

.....(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Os últimos anos têm presenciado crescente demanda pela educação superior, em decorrência não apenas da expansão do ensino médio, como também da percepção social sobre a importância da educação na conquista de melhores posições no mercado de trabalho. Assim, entre 1996 e 2000, concentrou-se no setor privado, uma vez que a expansão da rede pú-

blica viu-se atingida por problemas de natureza orçamentária.

Ocorre, todavia, que parcela considerável dos egressos do ensino médio enfrentam dificuldades para arcar com os custos das mensalidades escolares. Muitos desses estudantes cursaram o ensino médio público e se viram em situação de desvantagem na concorrência pela vagas do ensino superior oficial, conquistadas, de modo desproporcional, por estudantes de família de renda mais elevada, que puderam pagar os custos dos encargos educacionais em boas escolas particulares de ensino médio.

O financiamento das mensalidades escolares tomou-se, assim, a única opção de acesso à educação superior para milhares de alunos. Após o esgotamento do Programa de Crédito Educativo, criado nos anos setenta e reformulado nos anos seguintes, instituiu-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, reeditada sucessivas vezes e convertida na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. O Fundo possui aperfeiçoamentos em relação ao sistema anterior de crédito educativo, como a divisão do risco de inadimplência entre a instituição de educação superior, a Caixa Econômica Federal e o aluno. Além disso, os recursos públicos não são destinados a qualquer instituição de educação superior, mas àquelas que atingem padrões mínimos no sistema de avaliação do Ministério da Educação.

O projeto de lei que apresentamos estabelece a possibilidade de saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação do empréstimo do Fies pelo estudante ou seu avalista. Dessa forma, pretende-se ampliar as oportunidades de pagamento dos financiamentos e, conseqüentemente, contornar o fantasma da inadimplência, que atormenta significativo número de estudantes que utilizam o Fies ou pretendem a ele recorrer.

Convém estar atento para a necessidade da criação de mecanismos que garantam a ampliação do acesso ao ensino superior. Caso contrário, não teremos condições de cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação de criar, em dez anos, mais 2,5 milhões de vagas no ensino superior e alcançar o índice de 30% da população de 18 a 24 anos matriculada nesse nível de ensino.

Em vista das razões expostas, contamos com o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Ricardo Santos**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

**Dispõe sobre o Fundo de Garantia
do Tempo de Serviço, e dá outras provi-
dências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja conce-

dido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII – quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2002

Modifica o art. 2º e o art. 5º incisos II e III da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de forma a instituir a opção do fundo de aval com o garantia dos financiamentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor acrescido do seguinte § 6º:

Art. 2º

§ 6º Fica criado, no âmbito do Fies, fundo de aval a ser constituído por parte dos recursos de que trata o inciso III deste artigo. (NR)

Art. 2º O art. 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 5º

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento, com taxas diferenciadas, conforme o grau de carência do estudante e, ainda, segundo sua adesão ao fundo de aval;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado, ou, alternativamente, sua adesão ao fundo de aval do Fies;

.....(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor trinta dias após a sua data de publicação.

Justificação

Em decorrência da reduzida oferta de vagas na rede pública de educação superior, significativo número de estudantes é levado a procurar os serviços dos estabelecimentos particulares. Essa contingência revela, freqüentemente, uma realidade perversa. Os estudantes de famílias mais abastadas, que tiveram condições de estudar em escolas de ensino médio de melhor qualidade, são beneficiados pela gratuidade do ensino oficial, enquanto a universidade paga se apresenta como a única alternativa para considerável parcela dos egressos do massificado ensino público de nível médio, reservado à população mais pobre.

Os programas de financiamento estudantil foram criados com a finalidade de amenizar o peso dessa realidade, ao permitir que os estudantes de menor renda pudessem recorrer a empréstimos subsidiados para custear os seus estudos. O Programa de Crédito Educativo, criado nos anos setenta, abriu oportunidades para milhares de estudantes. A escassez de recursos orçamentários e a introdução da correção mo-

netária nos cálculos dos financiamentos conduziram ao esgotamento dessa iniciativa.

O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), criado pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999 – reeditada sucessivas vezes e convertida na Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 –, promoveu alguns aperfeiçoamentos no programa de empréstimos para os estudantes. Assim, por exemplo, foi introduzida a divisão do risco de inadimplência entre a instituição de educação superior, a Caixa Econômica Federal e o alunos. Além disso, os financiamentos passaram a não ser mais destinados a qualquer instituição de educação superior, mas àquelas que atingem padrões mínimos no sistema de avaliação do Ministério da Educação.

No entanto, o Fies também precisa ser aperfeiçoado. Entre as condições que a Lei nº 10.260, de 2001, impõe para a obtenção dos financiamentos encontra-se o oferecimento de garantias adequadas pelo estudante, que vêm a ser, basicamente, a apresentação de fiador. Nossa proposta procura facilitar o oferecimento dessas garantias, mediante a criação de fundo de aval optativo, que permitirá ao estudante que não possa, ou não deseje ter fiador, contar com outra alternativa.

A instituição do fiador, excelente para um mundo em que predominavam as relações face a face e de intimidade, não é mais adequada às grandes sociedades urbanas caracterizadas pelo anonimato. Temos ouvido observações de que esse é um obstáculo importante para alunos socialmente desfavorecidos. A sugestão de criar o fundo de aval resulta de diversas experiências bem sucedidas, como no caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Espera-se que esse fundo, a ser composto por parte dos encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos, possa simplificar e democratizar o acesso ao crédito pelo estudante.

Cumpre lembrar que, para o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação de criar, em dez anos, mais 2,5 milhões de vagas na educação superior e alcançar o índice de 30% da população de 18 a 24 anos matriculada nesse nível de ensino, é fundamental que sejam assegurados mecanismos democráticos de acesso à educação e de continuidade dos estudos.

E o Fies constitui um instrumento que, mediante aperfeiçoamentos, muito poderá contribuir para isso.

Em vista do exposto, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Ricardo Santos**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUB SECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente Da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 2º Constituem receitas do FIEB:

I – dotações orçamentárias consignadas ao MEC, ressalvado o disposto no art. 16;

II – trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição, ressalvado o disposto no art. 16;

III – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos ao amparo desta lei;

IV – taxas e emolumentos cobrados dos participantes dos processos de seleção ou para o financiamento;

V – encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo, de que trata a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, ressalvado o disposto no art. 16;

VI – rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VII – receitas patrimoniais.

§ 1º Fica autorizada:

I – a contratação, pelo agente operador do FIES, de operações de crédito interno e externo na forma disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);

II – a transferência ao FIES dos saldos devedores dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei nº 8.436, de 1992;

III – a alienação, total ou parcial, a instituições financeiras credenciadas para esse fim pelo CMN, dos ativos de que trata o inciso anterior e dos ativos representados por financiamentos concedidos ao amparo desta lei.

§ 2º As disponibilidades de caixa do FIES deverão ser mantidas em depósito na conta única do Tesouro Nacional.

§ 3º As despesas administrativas do FIES, conforme regulamentação do CMN, corresponderão a:

II – até zero vírgula dois por cento ao ano ao agente operador, pela gestão do Fundo, calculado sobre suas disponibilidades;

II – até zero vírgula três por cento ao ano ao agente operador, pela gestão do Fundo, calculado sobre o saldo devedor dos repasses às instituições financeiras;

III – até 1,5 por cento ao ano aos agentes financeiros, calculado sobre o saldo devedor, pela administração dos créditos concedidos e absorção do risco de crédito efetivamente caracterizado, no percentual estabelecido no inciso V do art. 5º.

§ 4º O pagamento das obrigações decorrentes das operações de que trata o inciso I do § 1º terá precedência sobre todas as demais despesas.

§ 5º Os saldos devedores alienados ao amparo do inciso III do § 1º deste artigo poderão ser renegociados entre a instituição financeira adquirente e o devedor, segundo condições que estabelecerem, relativas à atualização de débitos constituídos, saldos devedores, prazos, taxas de juros, garantias, valores de prestações e eventuais descontos, observado o seguinte:

I – eventuais condições de renegociação e quitação estabelecidas pela instituição financeira adquirente deverão contemplar, no mínimo, a recuperação dos valores nominais desembolsados;

II – as instituições adquirentes deverão apresentar ao MEC, até o dia 10 de cada mês, relatório referente aos contratos renegociados e liquidados no mês anterior, contendo o número do contrato, nome do devedor, saldo devedor, valor renegociado ou liquidado, quantidade e valor de prestações, taxa de juros, além de outras informações julgadas necessárias pelo MEC.

.....
(À Comissão da Comissão de assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2002

Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir, do Imposto de Renda devido, respectivamente,

te, até oitenta por cento e sessenta por cento dos valores efetivamente doados ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que trata Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Parágrafo único. A dedução prevista neste artigo:

I – é limitada a dez por cento do imposto devido pelas pessoas físicas e será efetuada na declaração de ajuste anual;

II – é limitada a cinco por cento do imposto devido pelas pessoas jurídicas e será efetuada no período de apuração em que tenha havido a doação, facultado aos contribuintes de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, optar pela dedução no próprio mês de competência ou da apuração anual.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 10 de janeiro do exercício subsequente.

Justificação

A expansão do ensino superior tem sido preponderantemente assentada em estabelecimentos privados, agravando um problema social antigo, que é a distribuição perversa de oportunidades de educação superior tendente a beneficiar os estudantes ricos com vagas nas universidades públicas, relegando os estudantes pobres às instituições pagas.

Na falta de um sistema de atribuição de bolsas a estudantes carentes.

O financiamento das mensalidades tornou-se a única opção de acesso ao ensino superior para milhares de alunos.

Este projeto tem o objetivo de carrear recursos para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, criado pela Lei nº 10.260, de 2001, em substituição ao antigo Programa de Crédito Educativo, cujo modelo se esgotou.

O incentivo a que pessoas físicas e jurídicas patrocinem, mediante a atribuição de bolsas de estudo a estudantes carentes é uma experiência exitosa em vários países. O ideal seria de que o patrocínio pudesse ser feito diretamente, ligando o patrocinador ao patrocinado. Entretanto, essa seria, também, a modalidade que mais se prestaria a fraudes ou, no mínimo, a distorções.

Forçosamente, a seleção do estudante beneficiário teria que ser chancelada por um órgão público e teriam que ser criados controles específicos para assegurar que, realmente, o valor da bolsa estivesse

sendo integralmente entregue para o fim a que se destina.

Por isso, a opção foi a de utilizar o próprio Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior como o canal entre o patrocinador e o estudante carente, considerando que ele já opera segundo regras, critérios e parâmetros julgados adequados.

Como a doação será feita a um fundo público federal, não se trata de renúncia de receita, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicando ao caso, portanto, o disposto do seu art. 14, nem as regras correspondentes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E o que se coloca à judiciosa deliberação das Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Ricardo Santos**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUB SECRETARIA DE ATA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente, dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30 a 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

§ 1º O imposto a ser pago mensalmente na forma deste artigo será determinado mediante a aplica-

ção, sobre a base de cálculo, da alíquota de quinze por cento.

§ 2º A parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$20.000,00 (vinte mil reais) ficará sujeita à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento.

§ 3º A pessoa jurídica que optar pelo pagamento do imposto na forma deste artigo deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano, exceto nas hipóteses de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo anterior.

§ 4º Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor:

I – dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observados os limites e prazos fixados na legislação vigente, bem como o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

II – dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

III – do imposto de renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

IV – do imposto de renda pago na forma deste artigo.

.....
(À Comissão de assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADOR Nº 98, DE 2002 COMPLEMENTAR

Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma desta lei complementar.

Parágrafo único. Para os fins desta lei considerase:

I – criação de município: a emancipação de área de município preexistente, dando origem a novo município;

II – incorporação de município: a integração de município a outro, ambos preexistentes, perdendo o município incorporado a sua personalidade;

III – fusão de municípios: a união de dois ou mais municípios preexistentes, dando origem a novo município;

IV – desmembramento de município: a separação de área do município preexistente para se integrar a outro, também preexistente;

V – municípios envolvidos: aqueles que podem perder ou adquirir áreas territoriais em caso de criação, incorporação, fusão e desmembramento.

Art. 2º O procedimento destinado a criação de município se iniciará mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa do Estado assinada, no mínimo, por cem eleitores domiciliados na área que se pretende emancipar.

§ 1º No caso de desmembramento a representação deverá ser assinada por cem eleitores domiciliados na área que se pretende desmembrar e por cem eleitores domiciliados no município que se pretende adquire a área desmembrada.

§ 2º No caso de incorporação ou fusão a representação deverá ser assinada por cem eleitores domiciliados em cada um dos municípios envolvidos.

§ 3º A representação que não for assinada pelo número de eleitores estabelecido neste artigo será arquivada.

Art. 3º A Recebida a representação e instalado o procedimento para criar município ou desmembrar área de município, a Assembléia Legislativa providenciará estudos para apurar, no prazo de quatro meses:

I – no caso de criação de município, a viabilidade de tanto do município que se pretende criar como do município que perderá a área territorial;

II – no caso de desmembramento a viabilidade do município que perderá a área territorial.

Art. 4º Os estudos de viabilidade municipal abrangerão, entre outros, aspectos geográficos, econômicos, sociais e administrativos.

§ 1º Considera-se inviável a criação de município que não atenda aos seguintes requisitos:

I – eleitorado mínimo de um mil eleitores;

II – centro urbano constituído;

III – estimativa de receita compatível com a execução das funções típicas da administração municipal.

§ 2º Considera-se também inviável município que não atender aos requisitos do § 1º sem a área que se pretende desmembrar para se integrar a outro município.

§ 3º No caso de incorporação e fusão a viabilidade é presumida.

Art. 5º Concluídos os estudos de viabilidade municipal serão eles publicados no órgão oficial do Estado e apreciados pela Assembléia Legislativa, que decidirá a respeito, após a realização de audiências públicas para ouvir os interessados.

§ 1º Se a Assembléia Legislativa considerar viável o município que se pretende criar ou o município de que se pretende desmembrar área, requisitará, ao Tribunal Regional Eleitoral, a realização do plebiscito previsto no art. 1º desta lei. Em caso contrário o procedimento será arquivado.

§ 2º Será realizado plebiscito também no caso de fusão ou incorporação.

Art. 6º O Tribunal Regional Eleitoral realizará o plebiscito de que trata esta lei no prazo de seis meses contados do recebimento do pedido da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. Se o resultado do plebiscito for favorável à criação, incorporação, fusão ou desmembramento de município caberá à Assembléia Legislativa aprovar a respectiva lei.

Art. 7º Os limites territoriais que resultarem de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Art. 8º Os primeiros Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de município novo serão escolhidos nas subseqüentes eleições municipais, nos termos previstos no art. 29, I, da Constituição Federal.

Art. 9º A instalação do município dar-se-á por ocasião da posse dos respectivos Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 10. Instalado o município, caberá à Câmara Municipal, pelo voto de dois terços de seus membros, em dois turnos de discussão e votação, aprovar a Lei Orgânica respectiva, no prazo de seis meses, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual (art. 29, I, da CF do art. 11, parágrafo único, do ADCT).

§ 1º Até a sua instalação o novo município será governado pela administração do município de origem.

§ 2º Até a aprovação da Lei Orgânica Municipal vigorará em novo município a legislação vigente à data da instalação no Município de origem.

§ 3º No caso de fusão caberá à nova Câmara Municipal decidir pela aplicação da legislação de um dos municípios fundidos.

Art. 11. E vedada a instalação de procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios a partir de um ano da data prevista para a realização simultânea das eleições municipais previstas no art. 29, I, da Constituição Federal até a data da posse dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Parágrafo único. Se já em tramitação o procedimento previsto no art. 2º desta lei ficará sobrestado durante o lapso referido no **caput** deste artigo.

Art. 12. Aplica-se, no que couber, o disposto nesta lei à criação, incorporação, fusão e desmembramento de município localizado em Território Federal.

Art. 13. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição que ora submetemos à análise dos nossos colegas pretende regulamentar o disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.

Com a nova redação o texto do normativo em tela passou a ser o seguinte:

Art. 18.

.....

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Ocorre que a lei complementar federal prevista confere ao novo texto do § 4º do art. 18 do Estatuto-Mor qualidade de norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que requer legislação futura que complete a sua eficácia e lhe dê efetiva aplicação, de acordo com a tipologia de José Afonso da Silva (Cf Aplicabilidade das Normas Constitucionais, Ed. Malheiros, 3ª edição, 1998, p. 123).

Isso significa que, apesar de imediatamente revogar a legislação anterior com ela incompatível, o novo texto do § 4º do art. 18 não recebeu do legislador constituinte (no caso reformador) normatividade suficiente para a sua aplicação, tendo sido deixada para o legislador infraconstitucional a tarefa de completar a regulamentação da matéria nele traçada (Cf Aplicabi-

lidade das Normas Constitucionais, Ed. Malheiros, 3ª edição, 1998, p. 262).

Dessa forma, por ter a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, estabelecido que os Estados só poderão criar Municípios dentro do período determinado por lei complementar federal, enquanto essa lei complementar não for aprovada, fixando tal período, não poderá haver criação (bem como incorporação, fusão ou desmembramento) de municípios.

Esse é o entendimento do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, consoante os seguintes Acórdãos: Recurso Especial Eleitoral nº 16.164-RO, de 14-12-99, Relator: Ministro Eduardo Ribeiro; Mandado de Segurança nº 2798-PA, de 28-3-2000, Relator: Ministro Garcia Vieira; e Mandado de Segurança nº 1480-SP, de 13-4-2000, Relator: Ministro Nelson Jobim.

Por conseguinte, encontra-se hoje paralisada a criação de novos municípios, o que tem causado prejuízo ao nosso País, mormente naquelas regiões onde é mais necessária a intervenção do Estado como agente indutor do desenvolvimento.

Destarte, urge que o Congresso Nacional aprove a lei prevista no § 4º do art. 18 da Lei Maior para que seja retomada, onde necessária, a criação de novos municípios.

E é o que ora estamos propondo.

Nesse sentido, o projeto de lei ora justificado define os passos do procedimento destinado a criar, incorporar, fundir e desmembrar município bem como, estabelece, explicitamente que é vedada a instalação de procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios a partir de um ano da data prevista para a realização simultânea das eleições municipais até a data da posse dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Da mesma forma, se o procedimento já estiver em tramitação ficará sobrestado durante o lapso referido.

Por outro lado, estamos propondo que se deixe estatuído que os estudos de viabilidade municipal abrangerão, entre outros, aspectos geográficos, econômicos, sociais e administrativos.

Além disso, estatui-se que os limites territoriais que resultarem de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Outrossim, para evitar confusões, estamos propondo, também, pelo art. 2º da proposição em pauta, a definição legal dos institutos da criação, da incorpo-

ração, da fusão e do desmembramento de municípios, sendo que, para tanto, nos valem das lições daquele que foi ilustre municipalista e um dos luminares do nosso direito público, o Prof. Hely Lopes Meirelles (Cf Direito Municipal Brasileiro, Ed. Malheiros, 6ª Edição, 1993, p. 60.)

Fica também firmado que os primeiros Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores de município novo serão escolhidos nas subseqüentes eleições municipais, nos termos previstos no art. 29, I, da Constituição Federal e que a instalação do município dar-se-á por ocasião da posse dos respectivos Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

De outra parte, procuramos tomar o cuidado para não estatuir exigências demasiadas para a criação de municípios, pois o exagero dessas exigências significaria, na prática, impedir a instituição de novos municípios e, por extensão, o próprio desenvolvimento de diversas áreas do nosso País.

Além disso, devemos ter em conta a autonomia dos Estados que compõem a nossa Federação e não criar normas que desprezem a diversidade existente nas diferentes unidades federativas e impliquem o menoscabo daquela autonomia, inclusive pelo risco de inconstitucionalidade.

Ante o exposto, tendo em vista a relevância do projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres colegas, solicitamos o indispensável apoio para a aprovação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO I

Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformando em estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(*) “§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.”

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 13-9-96:

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos Membros da Câmara Municipal, que promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo País;

TÍTULO X Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 11. Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano contado da promulgação de Constituição Federal, obedecidos aos princípios desta.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição do Estado, caberá a Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2002

Altera o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941. (Código de Processo Penal).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. É vedada a incomunicabilidade do indiciado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941 e o art. 69 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Justificação

A incomunicabilidade do indiciado, prevista no art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941 tornou-se, em nosso entendimento, um instrumento contrário à própria Constituição Federal.

A Lei Maior, em seu art. 136 § 3º, IV dispõe que “na vigência do estado de defesa: é vedada a incomunicabilidade do preso”.

Ora, se numa situação grave de estado de defesa, a Carta Magna veda a incomunicabilidade do preso, numa situação de normalidade esta proibição deve prevalecer ainda mais.

Além do mais, a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que Dispõe sobre o Estatuto da OAB, em seu art. 7º, inciso III, declara que são direitos do advogado “comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados comunicáveis”.

Diante disso, submeto aos ilustres pares, o presente projeto que visa corrigir essa discordância, adequando o espírito da Constituição de 1988 à norma infraconstitucional.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 2 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

Art. 21. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir. Parágrafo único. A incomunicabilidade não excederá de três dias.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO V
Da Defesa do Estado e das
Instituições Democráticas**

**CAPÍTULO I
Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio**

**SEÇÃO I
Do Estado de Defesa**

Art. 136.

§ 3º Na vigência do estado de defesa:

I – a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II – a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III – a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV – é vedada a incomunicabilidade do preso.

.....
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966

**Organiza a Justiça Federal de primeira
instância, e dá outras providências.**

.....
Art. 69. O parágrafo único do art. 21 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 89, inciso III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963).”

.....
LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

**Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia
e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

.....
Art. 7º São direitos do advogado:

I – exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

II – ter respeitada, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca ou apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB;

III – comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;

.....
*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 100, DE 2002**

**Estabelece regras para os serviços
de proteção ao crédito e dá outras provi-
dências.**

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Os serviços de proteção ao crédito não poderão inscrever em seus bancos de dados informações relativas a consumidores que estejam contestando judicialmente as dívidas que lhes são imputadas.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no **caput** deste artigo redundará em multa ao responsável pelo serviço de proteção ao crédito que variará de R\$50.000,00 até R\$150.000,00, a ser aplicada pelo órgão de proteção ao consumidor do estado em que residir o consumidor.

Art. 2º Os serviços de proteção ao crédito que prestarem informações incorretas em relação a situação de inadimplência de consumidores deverão indenizar os mesmos em valor igual ao débito que lhes sejam imputado.

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sem dúvida nenhuma, a última década caracterizou-se por um avanço nas questões relativas à defesa dos interesses dos consumidores. Entretanto, conforme a imprensa tem relatado continuamente, os serviços de proteção ao crédito caracterizam-se por desprezar os interesses dos consumidores.

A base de dados de tais serviços deve ser extremamente confiável e vinculada a regras específicas, pois o prejuízo que se origina de um erro nesta base pode ter conseqüências extremamente graves para os cidadãos. Dentro desse contexto, não podemos deixar que dívidas que estão sob questionamento judicial, sejam utilizadas como desabono para consumidores.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Geraldo Althoff**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 101, DE 2002

Altera o § 1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, de forma a isentar a garantia do Juízo mediante comprovação do pagamento do débito fiscal ou sendo pessoa pobre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 1º Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução, salvo nos casos em que o devedor comprovar a quitação do débito fiscal ou ser beneficiário da justiça gratuita.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Justificação

O presente projeto de lei objetiva corrigir uma injustiça àqueles que já tendo realizado o pagamento do débito fiscal em execução ou que não tenham recursos para garantir o juízo quando do oferecimento dos embargos à execução.

A execução fiscal, para cobrança da dívida ativa, baseia-se no título executivo criado pela Fazenda Pública. A dívida ativa, por sua vez, é o crédito da Fazenda Pública regularmente inscrito no órgão e por autoridade competente, após esgotado o prazo final para pagamento fixado pela lei ou por decisão final, em processo administrativo regular. A inscrição é o ato de controle administrativo da legalidade, para apurar a liquidez e certeza do crédito, tributário ou não, da Fazenda Pública, operado por autoridade competente, que é o órgão jurídico, por meio de seus procuradores, advogados especializados, que deve-

rão ater-se somente à apreciação da parte formal, da legalidade e da legitimidade do ato.

A Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a chamada Lei de Execução Fiscal (LEF), regula a cobrança da dívida da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil.

O art. 16 oferece ao devedor fiscal o prazo de 30 dias para apresentar embargos ao próprio juízo da execução, ocasião em que o executado deverá alegar toda a matéria útil à sua defesa, requerer provas e juntar documentos e o rol de testemunhas, segundo o princípio da eventualidade, centrando-se toda a defesa do devedor.

O ponto crucial do presente projeto de lei é a de facilitar a admissibilidade dos embargos sem a garantia do juízo a quem comprove o pagamento do débito fiscal ajuizado ou aos beneficiários da justiça gratuita. Ora, a LEF não admite os embargos, antes de garantido o juízo, que também é a prêdica do CPC em seu art. 737, o que demonstra uma injustiça, um cerceamento de defesa, garantia comezinha em qualquer Estado de Direito que mereça tal adjetivação.

Pode-se citar o beneplácito da jurisprudência e a visão acertada da doutrina. Há diversos acórdãos que admitem a apresentação de embargos, antes de seguro o juízo, nos casos em que o título executivo não se reveste de formalidades legais, denotando abuso de direito ou se o executado é pobre não dispõe de bens para dar à penhora. Em harmonia com o sacro princípio constitucional do contraditório, o insigne jurista Athos Carneiro visibilizou essa posição.

A doutrina e a jurisprudência contemplam fartamente a tese já vitoriosa de que a nulidade da execução pode ser argüida a qualquer momento e não requer seja o juízo seguro, nem sejam apresentados embargos à execução, bastando uma simples petição, devendo ser decretada **ex officio** ou resolvida incidentalmente, como exceção de pré-executividade ou atividade pré-processual ou processual, nas lições de Pontes de Miranda.

As leis são amostras de comportamento que traduzem a consciência social de uma era e de um povo na sapiência do professor e advogado Leon Fredja Szklarowsky, Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional aposentado, juiz arbitral da American Arbitration Association e da Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal. A cobrança dos créditos tributários tem despertado tanto os estudiosos quanto a própria comunidade e induzido a deba-

tes dos mais oportunos e profícuos, porquanto se, de um lado, a Justiça deve ser ágil e dinâmica, de outro, os direitos fundamentais do homem não podem ser postergados, sob pena de se esmigalharem milhares de anos de fecunda civilização.

De fato, afigura-se revolucionária e de bom senso, alicerçando-se em garantias legais e constitucionais, a não apresentação da segurança do juízo no oferecimento dos embargos, caso já tenha havido a quitação do débito fiscal ou se o executado for beneficiário da justiça gratuita.

Diante da comprovada justiça dessa medida e do seu amplo alcance social, espero contar com o apoio de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Lauro Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.830,
DE 22 DE SETEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 16. O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados:

- I – do depósito;
- II – da juntada da prova da fiança bancária;
- III – da intimação da penhora.

§ 1º Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

§ 2º No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

§ 3º Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

Brasília, 22 de setembro de 1980; 159º da Independência e 92º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO – Ibrahim Abi-Ackel – Ernane Galvêas – Hélio Beltrão**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2002

Dispõe sobre a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir o leite na pauta dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

Art. 2º Serão beneficiados por esta lei produtores e suas cooperativas.

Art. 3º Os recursos necessários para cobrir os gastos decorrentes da inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), serão alocados pelo Poder Executivo quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A pecuária leiteira ocupa aproximadamente 3 milhões e 200 mil pessoas e gira mais de 6 bilhões de reais por ano no Brasil. Entretanto, os produtores nacionais, especialmente os pequenos e médios proprietários, sofrem com uma remuneração em geral insuficiente para compensar os custos da produção.

Na cadeia produtiva do leite, a comercialização, pela concentração existente, representa o maior entrave para o desenvolvimento equilibrado do setor. Três empresas distribuem 45% do produto e apenas duas detêm metade do mercado de iogurte. Outras duas empresas dominam 50% do mercado de leite "longa-vida" e apenas uma vende metade do leite em pó consumido no País. Este mercado comprador, claramente um oligopsônio, é responsável, em parte, pelos baixos preços recebidos pelos produtores.

Embora os produtores de leite tenham apresentado significativa melhora tanto em termos sanitários quanto tecnológicos, esta melhora não causou aumento na renda dos produtores. Tampouco os consumidores foram beneficiados pela redução nos preços pagos aos produtores – de fato, apenas o setor industrial tem se apropriado dos lucros nesta cadeia produtiva.

Entidades como a Confederação Nacional de Agricultura e outras organizações representativas do setor consideram que a inclusão do leite na política de preços mínimos seria uma das formas para o Gover-

no incentivar e resguardar os produtores rurais desse setor, de tanta importância social e econômica para a sociedade brasileira.

Do exposto, consideramos que a aprovação do projeto de lei em análise viria a beneficiar os produtores brasileiros de leite, razão pela qual pedimos sua aprovação nos termos em que se apresenta.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Carlos Bezerra**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

OF. Nº 31/2002 GLGSF

Brasília, 23 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Indico, nos termos do parágrafo único do art. 66-A, do Regimento Interno, o Exmº Sr. Senador Luiz Otávio para o exercício da função de Vice-Líder do Governo no Senado Federal.

Respeitosamente. – Senador **Artur da Távola**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 189

Brasília, 23 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Eunício Oliveira passa a integrar, na qualidade de titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.182-18, de 24 de agosto de 2001, em substituição ao Deputado João Henrique.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputada **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 50/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.156-5 de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 51/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.206-1 de 6-9-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 52/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.214, de 31-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 53/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.216-37, de 31-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 54/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.221, de 4-9-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 55/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.157-5 de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 56/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação Robinson examinar do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.187-13 de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 57/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.226, de 4-9-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 58/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.217-3, de 4-9-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 59/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como titular, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.184-23, de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 60/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.189-49, de 23-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 61/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.159-70, de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 62/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.181-45, de 24-8-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 63/2002

Brasília, 22 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em substituição ao Senador Robinson Viana, como suplente, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 10, de 13-11-01.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2002

Requeiro, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno, que o Ministro de Desenvolvimento Agrário, José Abrahão, responda esse pedido de informações, também em meio eletrônico.

1. Qual a definição oficial de assentado e de assentamento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA?

2. Com base nas definições detalhadas na questão 1 listar os assentamentos rurais que não se enquadram nestes conceitos.

3. Relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário contendo os assentamentos rurais criados até dezembro de 2001, especificando os seguintes dados: região, estado, denominação do projeto de assentamento, município sede, número de famílias be-

neficiadas, área, ato de criação, forma de aquisição e o estágio de desenvolvimento do assentamento (definidos no documento "Relatório de Atividades do Incra 1995-1999) e sua fase (definidas no "Manual dos Assentados e das Assentadas da Reforma Agrária", disponibilizado na página do Incra na internet).

4. Relatórios das Superintendências Regionais do Incra com informações sobre assentamentos realizados pelo governo federal especificando: região, estado, denominação do projeto de assentamento, município sede, número de famílias beneficiadas, área, ato de criação, forma de aquisição e o estágio de desenvolvimento do assentamento (definidos no documento "Relatório de Atividades do Incra 1995-1999) e sua fase (definidas no "Manual dos Assentados e das Assentadas da Reforma Agrária", disponibilizado na página do Incra na internet).

5. Nas listagens referentes aos assentamentos, que estão disponibilizadas no **site** do Incra, um dos itens trata da forma de aquisição de cada assentamento.

Explicar o que significa a palavra reconhecimento que aparece ao lado das palavras desapropriação, arrecadação e compra.

Justificação

O jornal **Folha de S.Paulo**, dos dias 21 e 22 de abril de 2002, afirma que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está inflando os balanços anuais da reforma agrária com assentamentos que não foram efetivamente realizados.

Segundo esse órgão da imprensa, os dados do Ministério sobre o número de famílias supostamente assentadas em 2001, está inflando em pelo menos 5.009 famílias, se comparado com os dados divulgados por 20 superintendências regionais do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária).

De acordo com levantamento feito pelo referido jornal, que excetuou os beneficiados pelo programa Banco da Terra, a diferença entre os dados do ministério e os do Incra é de aproximadamente 25.000 trabalhadores rurais.

Diante essas contradições, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para os trabalhos desta Casa.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002 – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, indicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 2, DE 2002

Sugere à Comissão Diretora constituir comissão para estudar a criação do Centro de Recepção ao Turista do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, sugere-se que a Comissão Diretora constitua comissão específica destinada a estudar a criação do Centro de Recepção ao Turista do Senado Federal.

Paralelamente, sugere-se a adoção de providências no sentido de agregar a Câmara dos Deputados à iniciativa, com o objetivo de examinar a viabilidade de que a mencionada unidade administrativa seja instituída como Centro de Recepção ao Turista do Congresso Nacional.

Justificação

O Projeto “Visite o Senado”, de responsabilidade da Subsecretaria de Relações Públicas, tem se mostrado uma das mais bem sucedidas atividades do Senado Federal em seu relacionamento com o público externo. Fundado nos objetivos de aproximar o cidadão brasileiro de sua representação parlamentar e de democratizar o acesso à informação legislativa, o projeto tem apresentado, a milhares de pessoas, as instalações físicas do Senado e valorizado a importância histórica e arquitetônica do parlamento brasileiro.

O interesse pelo projeto, crescente ao longo dos seis anos de sua execução, trouxe às dependências do Senado Federal, somente em 2001, 55.391 turistas e estudantes, 5% deles de origem estrangeira. A iniciativa do Senado inspirou medida análoga na Câmara dos Deputados, que igualmente tem logrado sucesso. Segundo dados da Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (ADETUR – DF), somados os visitantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Museu do Senado, o Congresso Nacional já constitui a 5ª atração turística mais visitada da Capital da República.

Entretanto, o próprio êxito alcançado pelo projeto torna evidente suas limitações e a necessidade de tratar a recepção ao turista de modo ainda mais abrangente e qualificado. Para tanto, a exemplo do que ocorre em vários parlamentos em todo o mundo,

o Congresso Nacional deveria dotar-se de um Centro de Recepção ao Turista capaz de melhor servir ao propósito de apresentar as instalações e divulgar as atividades do Poder Legislativo.

Vocacionada para o turismo cívico, Brasília tem sua imagem diretamente vinculada ao Congresso Nacional, seja pela qualidade peculiar de sua arquitetura, projeto de Oscar Niemeyer, seja pela importância das decisões políticas aqui tomadas. Não por acaso, jornais impressos e a mídia eletrônica levam diariamente, ao restante do Brasil e ao exterior, fotos e cenas dos edifícios e das cúpulas do Congresso como representativas da Capital. Não bastasse o natural interesse turístico que decorre dessa constante divulgação, a privilegiada situação urbana dos prédios – localizados no principal vértice do triângulo conformado pela Praça dos Três Poderes – ajuda a atrair a curiosidade do visitante.

A par de cativar o turista, nacional ou estrangeiro, é preciso recebê-lo bem e oferecer-lhe as facilidades e confortos necessários. Estacionamento para ônibus de turismo, espaço adequado para a recepção, sala para a divulgação audiovisual dos trabalhos parlamentares, loja para a venda de presentes e souvenirs de qualidade, adoção de um projeto gráfico de identificação dos produtos, ao lado de uma “praça” de alimentação e serviços, elevariam o patamar do atendimento oferecido.

Ademais, a análise de viabilidade econômica do Centro deverá necessariamente levar em conta que suas instalações comerciais tenderão a ser utilizadas não apenas pelos visitantes – turistas e estudantes –, mas igualmente pelos servidores do Congresso Nacional, que atualmente não dispõem de serviços como farmácia, livraria, restaurantes fast-food e outros, aos quais poderiam ser agregados alguns dos serviços existentes, como banca de jornais e tabacaria, por exemplo.

Deve-se notar, ainda, que os custos de construção e manutenção do Centro de Recepção ao Turista, bem como a especificidade de sua gestão, podem recomendar algum modelo de transferência de encargos e direitos a terceiros, tema a ser devidamente examinado pela comissão encarregada dos mencionados estudos.

Estamos certos, assim, de que a sugestão que ora formulamos em muito contribuirá para a melhor compreensão dos relevantes serviços prestados pelo Congresso Nacional ao Brasil e aos brasileiros.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A indicação será publicada e remetida à Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISFI requeremos urgência, para o PRS nº 16 advindo da aprovação da Mensagem nº 115, de 2002, que “propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184km da Rodovia MS nº 384, trechos Antonio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.

Sala das comissões, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara – Carlos Bezerra – Freitas Neto – Lúdio Coelho – José Agripino – Eduardo Suplicy – Roberto Saturnino – Romero Jucá Romeu Tuma – Paulo Souto – Arlindo Porto – Paulo Hartung – Ney Suassuna – Jonas Pinheiro – Antonio Carlos Júnior.**

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PRS nº 17 advindo da aprovação da Mensagem nº 120, de 2002, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$6,148,348,00 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da

Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter”.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara – Ney Suassuna – Lúdio Coelho – José Agripino – Jonas Pinheiro – Roberto Saturnino – Romeu Tuma – Paulo Hartung – Eduardo Suplicy – Paulo Souto – Gilvan Borges – José Fogaça – Carlos Bezerra – Antonio Carlos Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, há três requerimentos da mesma importância sobre a mesa, razão pela qual consulto o Plenário se posso ler os outros três requerimentos. (Pausa.)

Não havendo objeção, determino ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, que proceda à leitura dos outros três requerimentos, que têm a mesma finalidade.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF requeremos urgência, para o PRS nº 18, advindo da aprovação da Mensagem nº 121, de 2002, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina – IV”.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara – Geraldo Althoff – Carlos Bezerra – Antonio Carlos Júnior – Eduardo Suplicy – Waldeck Ornelas – Paulo Souto – Jonas Pinheiro – Jefferson Péres – Lúdio Coelho – Lauro Campos – José Fogaça Roberto Saturnino – Casildo Maldaner – José Agripino – Romeu Tuma.**

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PRS nº advindo da aprovação da Mensagem nº 124, de 2002, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$62,800,000.00 (sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar parcialmente o “Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor – Prapem”.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2002. – **Lúcio Alcântara – Geraldo Althoff – Carlos Bezerra – Waldeck Ornelas – Jefferson Péres – Lauro Campos – José Agripino – Casildo Maldaner – José Fogaça – Roberto Saturnino – Lúdio Coelho – Jonas Pinheiro – Romeu Tuma – Paulo Souto – Eduardo Suplicy – Antonio Carlos Júnior.**

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2002

Senhor Presidnete,

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2001, que "Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995" (medidas cautelares em caso de violência doméstica).

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002. – **Geraldo Melo – Artur da Távola – José Agripino – Eduardo Suplicy – Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do dia, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à **Item 1:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 16, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 16, de 2001, que *altera a legislação tributária federal e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Alex Canziani, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2002, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: a Comissão Mista, designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente ano, não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foi apresentada a Emenda nº 1 perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou a sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de março do corrente ano. Naquela Casa, foi designado Relator o Deputado Alex Canziani, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2002, e pela rejeição da Emenda nº 1. A Câmara dos Deputados, ao apreciar a matéria no dia 16 do corrente, deliberou pela aprovação da Medida Provisória e pela rejeição da Emenda.

O prazo de quarenta e cinco dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 29 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 18, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação. O prazo de sessenta dias de vigência e de tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 3, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados datado de 12 de abril do corrente.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória, do Projeto de Lei de Conversão e da Emenda nº 1, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, está encerrado o encaminhamento.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Medida Provisória, fica prejudicado o Projeto de Lei de Conversão.

Em votação a Emenda nº 1, com parecer contrário. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 16, DE 2001

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Em relação ao estoque de ações existente em 31 de dezembro de 2001, fica facultado à pessoa física e à pessoa jurídica isenta ou sujeita ao regime de tributação de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, efetuar o pagamento do imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos em operações realizadas no mercado à vista de bolsa de valores, sem alienar a ação, à alíquota de dez por cento.

§ 1º O imposto de que trata este artigo:

I - terá como base de cálculo a diferença positiva entre o preço médio ponderado da ação verificado na Bolsa de Valores de São Paulo, no mês de dezembro de 2001, ou no mês anterior mais próximo, caso não tenha havido negócios com a ação naquele mês, e o seu custo médio de aquisição;

II - será pago pelo contribuinte de forma definitiva, sem direito a qualquer restituição ou compensação, até 31 de janeiro de 2002;

III - abrangerá a totalidade de ações de uma mesma companhia, pertencentes à optante, por espécie e classe.

§ 2º O preço médio ponderado de que trata o § 1º:

I - constituirá o novo custo de aquisição, para efeito de apuração do imposto quando da efetiva alienação da ação;

II - será divulgado por meio de relação editada pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se também no caso de ações negociadas à vista em mercado de balcão organizado, mantido por entidade cujo objeto social seja análogo ao das bolsas de valores e que funcione sob a supervisão e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal divulgará também relação contendo os preços das ações negociadas na entidade de que trata este artigo, que serão avaliadas pelo mesmo critério previsto no inciso I do § 1º do art. 1º.

Art. 3º As aplicações existentes em 31 de dezembro de 2001 nos fundos de investimento de que trata o § 6º do art. 28 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com as alterações introduzidas pelos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, terão os respectivos rendimentos apropriados **pro rata tempore** até aquela data.

§ 1º No resgate de quotas referentes às aplicações de que trata este artigo serão observados os seguintes procedimentos:

I - se o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for inferior ao valor de resgate, o imposto de renda devido será o resultado da soma das parcelas correspondentes a dez por cento dos rendimentos apropriados até aquela data e a vinte por cento dos rendimentos apropriados entre 1º de janeiro de 2002 e a data do resgate;

II - se o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for superior ao valor de resgate, a base de cálculo do imposto será a diferença positiva entre o valor de resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de dez por cento.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também aos clubes de investimento que mantenham em suas carteiras percentual mínimo de sessenta e sete por cento de ações negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou de entidade referida no art. 2º.

Art. 4º Relativamente às entidades fechadas de previdência complementar optantes por regime especial de tributação, não serão consideradas, para fins de determinação do limite do valor do imposto de renda a ser pago, as contribuições extraordinárias da pessoa jurídica, relativas ao custeio de déficit de serviços passados, conforme dispuser o regulamento.

Art. 5º As entidades fechadas de previdência complementar ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 6º As perdas apuradas no resgate de quotas de fundo de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo ou em outro fundo de investimento administrado pela mesma pessoa jurídica, desde que sujeitos à mesma alíquota do imposto de renda, observados os procedimentos definidos pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 7º O sujeito passivo que deixar de apresentar Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica e Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), nos prazos fixados, ou que as apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda da pessoa jurídica informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta Declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º;

II - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na DCTF, na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica ou na Dirf, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega destas Declarações ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º;

III - de R\$ 20.00 (vinte reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação das multas previstas nos incisos I e II do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º Observado o disposto no § 3º, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a setenta e cinco por cento, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R\$ 200.00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317, de 1996;

II - R\$ 500.00 (quinhentos reais), nos demais casos.

§ 4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria Receita Federal.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência à intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.

Art. 8º Os serventuários da Justiça deverão informar as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos sob sua responsabilidade, mediante a apresentação de Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), em meio magnético, nos termos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º A cada operação imobiliária corresponderá uma DOI, que deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da respectiva operação, sujeitando-se o responsável, no caso de falta de apresentação, ou apresentação da declaração após o prazo fixado, à multa de 0.1% ao mês-calendário ou fração, sobre o valor da operação, limitada a um por cento, observado o disposto no inciso III do § 2º.

§ 2º A multa de que trata o § 1º:

I - terá como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração;

II - será reduzida:

a) à metade, caso a declaração seja apresentada antes de qualquer procedimento de ofício;

b) a setenta e cinco por cento, caso a declaração seja apresentada no prazo fixado em intimação;

III - será de, no mínimo, R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 3º O responsável que apresentar DOI com incorreções ou omissões será intimado a apresentar declaração retificadora, no prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal, e sujeitar-se-á à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por informação inexata, incompleta ou omitida, que será reduzida em cinquenta por cento, caso a retificadora seja apresentada no prazo fixado.

Art. 9º Sujeita-se às multas de que tratam os incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a fonte pagadora obrigada a reter tributo ou contribuição, no caso de falta de retenção ou recolhimento, ou recolhimento após o prazo fixado, sem o acréscimo de multa moratória, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

Parágrafo único. As multas de que trata este artigo serão calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição que deixar de ser retida ou recolhida, ou que for recolhida após o prazo fixado.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 17, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 17, de 2001, que *dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica – Condecine, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Maurílio Ferreira Lima, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2002.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: a Comissão Mista, designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente, não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, foi apresentada a Emenda nº 1 perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou a sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de março do corrente ano. A Emenda nº 1 do Deputado José Carlos Fonseca, apresentada perante a Comissão Mista, foi retirada pelo autor no plenário da Câmara dos Deputados no dia 6 de março passado. Naquela Casa, foi designado Relator o Deputado Maurílio Ferreira Lima, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2002. No dia 16 último, a

Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória.

O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 30 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 18, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

O prazo de sessenta dias de vigência e de tramitação da medida provisória esgotou-se no último dia 3, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados datado de 12 de abril do corrente.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória e do Projeto de Lei de Conversão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei de Conversão aprovado pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, está encerrado o encaminhamento.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, fica prejudicada a Medida Provisória.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2002

Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Art. 1º Fica remida a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE de que trata o art. 32 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001:

I - nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2002, que tenha como fato gerador a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográ-

ficas e videofonográficas com fins comerciais, por segmento de mercado a que forem destinadas; e

II - nos meses de janeiro e fevereiro de 2002, que incida sobre o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de importâncias relativas a rendimento decorrente da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação, a preço fixo.

Art. 2º O inciso V do Art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....
V - obra cinematográfica brasileira ou obra videofonográfica brasileira: aquela que atende a um dos seguintes requisitos:

a) ser produzida por empresa produtora brasileira, observado o disposto no § 1º, registrada na ANCINE, ser dirigida por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de três anos, e utilizar para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de cinco anos;

.....

c) ser realizada, em regime de co-produção, por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de co-produção, assegurada a titularidade de, no mínimo, quarenta por cento dos direitos patrimoniais da

obra à empresa produtora brasileira e utilizar para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de três anos." (NR)

Art. 3º O Art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, e dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 1º

.....

XII - minissérie: obra documental, ficcional ou de animação produzida em película ou matriz de captação digital ou em meio magnético com, no mínimo, três e no máximo vinte e seis capítulos, com duração máxima de um mil e trezentos minutos;

XIII - programadora: empresa que oferece, desenvolve ou produz conteúdo, na forma de canais ou de programações isoladas, destinado às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação, que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem que sejam gerados e transmitidos por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação;

XIV - programação internacional: aquela gerada, disponibilizada e transmitida diretamente do exterior para o Brasil, por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação, pelos canais, programadoras ou empresas estrangeiras, desti-

nada às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem;

XV - programação nacional: aquela gerada e disponibilizada, no território brasileiro, pelos canais ou programadoras, incluindo obras audiovisuais brasileiras ou estrangeiras, destinada às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem, que seja gerada e transmitida diretamente no Brasil por empresas sediadas no Brasil, por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação;

XVI - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária: aquela cuja matriz original de captação é uma película com emulsão fotossensível ou matriz de captação digital, cuja destinação é a publicidade e propaganda, exposição ou oferta de produtos, serviços, empresas, instituições públicas ou privadas, partidos políticos, associações, administração pública, assim como de bens materiais e imateriais de qualquer natureza;

XVII - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira: aquela que seja produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de três anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e téc-

nicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de cinco anos;

XVIII - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior: aquela, realizada no exterior, produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil há mais de três anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, um terço de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de cinco anos;

XIX - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada: aquela que não atende o disposto nos incisos XVII e XVIII, adaptada ao idioma português ou às condições e necessidades comerciais ou técnicas de exibição e veiculação no Brasil;

XX - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de pequena veiculação: aquela que seja produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de três anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, dois terços de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de três anos e cuja veiculação esteja restrita a municípios que totalizem um número máximo de habitantes a ser definido em regulamento;

XXI - claquete de identificação: imagem fixa ou em movimento inserida no início da obra ci-

nematográfica ou videofonográfica contendo as informações necessárias à sua identificação, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 1º Para os fins do inciso V deste artigo, entende-se por empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja de titularidade direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

§ 2º Para os fins do disposto nos incisos XVII, XVIII e XX deste artigo, entende-se por empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital seja de titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

§ 3º Considera-se versão de obra publicitária cinematográfica ou videofonográfica, a edição ampliada ou reduzida em seu tempo de duração, realizada a partir do conteúdo original de uma mesma obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária, e realizada sob o mesmo contrato de produção." (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 2º da Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....
III - programação e distribuição de obras audiovisuais de qualquer origem nos meios eletrônicos de comunicação de massa sob obrigatória e exclusiva responsabilidade, inclusive editorial, de empresas brasileiras, qualificadas na forma do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, com a redação dada por esta Lei.

....." (NR)

Art. 5º O art. 21 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21

Parágrafo único. No caso de obras cinematográficas e videofonográficas publicitárias, a marca indelével e irremovível de que trata o caput e nas finalidades ali previstas deverá constar na claquete de identificação." (NR)

Art. 6º O art. 28 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Toda obra cinematográfica e videofonográfica brasileira deverá, antes de sua exibição ou comercialização, requerer à ANCINE o registro do título e o Certificado de Produto Brasileiro - CPB.

§ 1º No caso de obra cinematográfica ou obra videofonográfica publicitária brasileira, após a solicitação do registro do título, a mesma poderá

ser exibida ou comercializada, devendo ser retirada de exibição ou ser suspensa sua comercialização, caso seja constatado o não pagamento da CONDECINE ou o fornecimento de informações incorretas.

§ 2º As versões, as adaptações, as vinhetas e as chamadas realizadas a partir da obra cinematográfica e videofonográfica publicitária original devem ser consideradas, juntamente com esta, um só título, para efeito do pagamento da CONDECINE." (NR)

Art. 7º O parágrafo único do art. 24, o art. 25 acrescido do seguinte parágrafo único, e os arts. 29 e 31, todos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24

Parágrafo único. As obras cinematográficas e videofonográficas estrangeiras estão dispensadas de cópia obrigatória no País até o limite de seis cópias, bem como seu material de promoção e divulgação nos limites estabelecidos em regulamento." (NR)

"Art. 25. Toda e qualquer obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira só poderá ser veiculada ou transmitida no País, em qualquer segmento de mercado, após pagamento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, de que trata o art. 32.

Parágrafo único. A adaptação de obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária deverá ser realizada por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, de acordo com o regulamento." (NR)

"Art. 29. A contratação de direitos de exploração comercial, de licenciamento, produção, coprodução, exibição, distribuição, comercialização, importação e exportação de obras cinematográficas e videofonográficas em qualquer suporte ou veículo no mercado brasileiro, deverá ser informada à ANCINE, previamente à comercialização, exibição ou veiculação da obra, com a comprovação do pagamento da CONDECINE para o segmento de mercado em que a obra venha a ser explorada comercialmente.

Parágrafo único. No caso de obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária, deverá ser enviado à ANCINE, o resumo do contrato firmado entre as partes, conforme modelo a ser estabelecido em regulamento." (NR)

"Art. 31. A contratação de programação ou de canais de programação internacional, pelas empresas prestadoras de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem, deverá ser sempre realizada através de empresa brasileira qualificada na forma do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, com a redação dada por esta Lei, ainda que o pagamento dos montantes a esta referentes seja feito diretamente à empresa estrangeira pela empresa brasileira que se responsabilizará pelo conteúdo da programação contratada, observando os dispositivos desta Medida Provisória e da legislação brasileira pertinente.

....." (NR)

Art. 8º O art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 33

.....

§ 3º A CONDECINE referente às obras cinematográficas e videofonográficas publicitárias será devida uma vez a cada doze meses para cada segmento de mercado em que a obra seja efetivamente veiculada." (NR)

Art. 9º A tabela "d" relativa ao art. 33, inciso I, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, constante do Anexo I daquela Medida Provisória, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 10. O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, na parte relativa ao inciso II do art. 33 da citada Medida Provisória, passa a vigorar com as tabelas "a", "b", "c" e "d", constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 11 O caput e os incisos do art. 36 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. A CONDECINE deverá ser recolhida à ANCINE, na forma do regulamento:

I - na data do registro do título para os mercados de salas de exibição e de vídeo doméstico em qualquer suporte, e serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura para as programado-

ras referidas no inciso XV do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, em qualquer suporte, conforme Anexo I;

II - na data do registro do título para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens e outros mercados, conforme Anexo I;

III - na data do registro do título ou até o primeiro dia útil seguinte à sua solicitação, para obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira, estrangeira ou estrangeira adaptada para cada segmento de mercado, conforme Anexo I;

IV - na data do registro do título, para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens e de comunicação eletrônica de massa por assinatura, para obra cinematográfica e videofonográfica nacional, conforme Anexo I;

V.- na data do pagamento, crédito, emprego ou remessa das importâncias referidas no parágrafo único do art. 32;

VI - na data da concessão do certificado de classificação indicativa, nos demais casos, conforme Anexo I." (NR)

Art. 12. O art. 37 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a ser § 1º:

"Art.37

§ 1º A pessoa física ou jurídica que promover a exibição, transmissão, difusão ou veiculação de obra cinematográfica ou videofonográfica que não

tenha sido objeto do recolhimento da CONDECINE responde solidariamente por essa contribuição

§ 2º A solidariedade de que trata o §1º não se aplica à hipótese prevista no parágrafo único do art. 32." (NR)

Art. 13. O art. 38 e seu parágrafo único da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 38. A administração da CONDECINE, inclusive as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização, compete à:

I - Secretaria da Receita Federal, na hipótese do parágrafo único do art. 32;

II - ANCINE, nos demais casos.

Parágrafo único. Aplicam-se à CONDECINE, na hipótese de que trata o inciso I do caput, as normas do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972." (NR)

Art. 14. O art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, fica acrescido dos seguintes incisos VII, VIII, IX e X e dos seguintes §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, passando o seu parágrafo único a ser § 1º e os seus incisos III, IV e VI a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39

.....

III - as chamadas dos programas e a publicidade de obras cinematográficas e videofonográficas veiculadas nos serviços de radiodifusão de sons e imagens, nos serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura e nos segmentos de

mercado de salas de exibição e de vídeo doméstico em qualquer suporte, bem como as versões com diminuição do tempo de exibição ou substituição, apenas, do objeto anunciado ou inteiros, as adaptações, as vinhetas e as chamadas realizadas a partir de uma mesma obra cinematográfica ou obra videofonográfica publicitária;

IV - as obras cinematográficas ou videofonográficas publicitárias veiculadas em municípios que totalizem um número de habitantes a ser definido em regulamento;

.....

VI - as obras audiovisuais brasileiras, produzidas pelas empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens e empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, para exibição no seu próprio segmento de mercado ou quando transmitida por força da lei ou regulamento em outro segmento de mercado, observado o disposto no parágrafo único, exceto as obras audiovisuais publicitárias;

VII - o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, das importâncias relativas a rendimentos decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos, referentes à programação, conforme definição constante do inciso XV do art. 1º;

VIII - obras cinematográficas e videofonográficas publicitárias brasileiras de caráter benéfico, filantrópico e de propaganda política;

IX - as obras cinematográficas e videofonográficas incluídas na programação internacional de que trata o inciso XIV do art. 1º, quanto à CONDECINE prevista no inciso I, alínea d do art. 33;

X - a CONDECINE de que trata o parágrafo único do art. 32, referente à programação internacional, de que trata o inciso XIV do art. 1º, desde que a programadora beneficiária desta isenção opte por aplicar o valor correspondente a três por cento do valor do pagamento, do crédito, do emprego, da remessa ou da entrega aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, das importâncias relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos, em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileira de produção independente, de televisão, minisséries, documentais, ficcionais, animações e programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela ANCINE.

.....

§ 2º Os valores correspondentes aos três por cento previstos no inciso IX deverão ser depositados na data do pagamento, do crédito, do emprego, da remessa ou da entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, das importâncias relativas a rendimentos decorrentes da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, em conta de aplicação financeira especial no Banco do Brasil, em nome do contribuinte.

§ 3º Os valores não aplicados na forma do inciso IX, após duzentos e setenta dias de seu depósito na conta de que trata o § 2º, destinar-se-ão à ANCINE, para aplicação em programas e projetos de fomento à produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas e videofonográficas de produção independente.

§ 4º Os valores previstos no inciso IX não poderão ser aplicados em obras audiovisuais de natureza publicitária.

§ 5º A liberação dos valores depositados na conta de aplicação financeira especial fica condicionada à integralização de pelo menos cinquenta por cento dos recursos aprovados para a realização do projeto.

§ 6º Os projetos produzidos com os recursos de que trata o inciso IX poderão utilizar-se dos incentivos previstos na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, limitado a noventa e cinco por cento do total

do orçamento aprovado pela ANCINE para o projeto." (NR)

Art. 15. A alínea a do inciso II do art. 40 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40.

.....

II -

a) obras audiovisuais destinadas ao segmento de mercado de salas de exibição que sejam exploradas com até seis cópias;

.....

III - (revogado)" (NR)

Art. 16. O art. 3º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os contribuintes do Imposto de Renda incidente nos termos do art. 13 do Decreto-Lei nº 1.089, de 1970, alterado pelo art. 2º desta Lei, poderão beneficiar-se de abatimento de setenta por cento do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem de produção independente, e na co-produção de telefilmes e minisséries brasileiros de produção independente e de obras cinematográficas brasileiras de produção independente." (NR)

Art. 17. O art. 60 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 60.

.....

§ 4º Os veículos de comunicação que veicularem cópia ou original de obra cinematográfica ou obra videofonográfica publicitária, sem que conste na claquete de identificação o número do respectivo registro do título, pagarão multa correspondente a três vezes o valor do contrato ou da veiculação." (NR)

Art. 18. O art. 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, modificada pela Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....
§ 2º Os projetos a que se refere este artigo deverão atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - contrapartida de recursos próprios ou de terceiros correspondente a cinco por cento do orçamento global aprovado, comprovados ao final de sua realização;

II - limite do aporte de recursos objeto dos incentivos de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada incentivo previsto no art. 1º e art. 3º desta Lei, podendo os mesmos ser utilizados concomitantemente;

III - apresentação do projeto para aprovação da ANCINE, conforme regulamento.

§ 3º Os investimentos a que se refere este artigo não poderão ser utilizados na produção de obras audiovisuais de natureza publicitária.

§ 4º A liberação de recursos fica condicionada à integralização de pelo menos cinquenta por

cento dos recursos aprovados para realização do projeto.

§ 5º A utilização dos incentivos previstos nesta Lei não impossibilita que o mesmo projeto se beneficie de recursos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, desde que enquadrados em seus objetivos, limitado o total destes incentivos a noventa e cinco por cento do total do orçamento aprovado pela ANCINE." (NR)

Art. 19. O art. 5º da Lei 8.685, de 20 de julho de 1993, modificado pelo art. 51 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Os valores não aplicados na forma do art. 1º no prazo de quarenta e oito meses contados da data do início do primeiro depósito na conta de que trata o inciso a do § 1º do art. 4º, e no caso do art. 3º após cento e oitenta dias de seu depósito na conta de que trata o inciso b do § 1º do art. 4º, destinar-se-ão à ANCINE, para aplicação em programas e projetos de fomento à produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas e videofonográficas de produção independente". (NR)

Art. 20. Os demais artigos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, alterada pela Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, e as demais tabelas de valores da CONDECINE constantes de seu Anexo I permanecem inalterados.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

"ANEXO I

Art. 33, inciso I

.....

d) MERCADO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DE MASSA POR ASSINATURA QUANDO SE TRATAR DE PROGRAMAÇÃO NACIONAL DE QUE TRATA O INCISO XV DO ART 1º (exceto obra publicitária)

- obra cinematográfica ou videofonográfica de até 15 minutos	R\$ 200,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica de duração superior a 15 minutos e até 50 minutos	R\$ 500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica de duração superior a 50 minutos	R\$ 2.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica seriada (por capítulo ou episódio)	R\$ 450,00

Art. 33, inciso II:

a) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA BRASILEIRA FILMADA NO EXTERIOR PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 28.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior , para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 20.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior , para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 3.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior , para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 3.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior , para o mercado de salas de exibição	R\$ 3.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior para outros segmentos de mercado	R\$ 500,00

b) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 84.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 70.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 10.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 6.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de salas de exibição	R\$ 6.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para outros segmentos de mercado	R\$ 1.000,00

c) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA ADAPTADA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 50.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 45.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 8.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 5.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de salas de exibição	R\$ 5.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para outros segmentos de mercado	R\$ 800,00

d) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA BRASILEIRA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 1.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira , para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 1.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira , para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira , para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 300,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira , para o mercado de salas de exibição	R\$ 300,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira para outros segmentos de mercado	R\$ 100,00

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 18, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 18, de 2001, que *dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo – GLP, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Alex Canziani, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2002.

(Relator Adjunto no Senado Federal: Senador Romero Jucá).

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: a Comissão Mista, designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente ano, não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de março do corrente ano. Naquela Casa, foi designado Relator o Deputado Maurílio Ferreira Lima, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2002. No dia 16 último, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória.

O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional terminou no dia 30 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 18, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

O prazo de sessenta dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 03, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados datado de 12 de abril corrente.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em conjunto, da Medida Provisória e do Projeto de Lei de Conversão, em turno único.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao ilustre Senador Carlos Wilson, para discutir a matéria.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com certeza não me sinto à vontade ao defender uma medida provisória. Entendo que o processo legislativo ordinário deveria ser bastante e suficiente, mas não posso me omitir, nesta tarde, diante da Medida Provisória nº 18, de 2001, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora chega ao Senado Federal.

Ninguém pode deixar de reconhecer a sua importância, porque essa Medida Provisória trata de promover a equalização dos preços e do transporte de álcool combustível, bem como de subsidiar o popular gás de cozinha.

Mantenho, sem alterar uma vírgula, as críticas pertinentes à ausência clara de uma matriz energética nacional, principalmente no que tange à utilização do álcool em substituição à gasolina. Entendo como absurdo o sepultamento de um combustível renovável, com baixo índice de poluição e que traz consigo uma tecnologia eminentemente brasileira. Refiro-me, é claro, ao motor alimentado por álcool hidratado, modelo que ninguém, nem mesmo a indústria automobilística, conseguiu entender como foi abandonado no Brasil.

Contudo, é preciso que olhemos com atenção para o que ocorre na indústria canavieira, principalmente a do Nordeste, até porque as disparidades regionais, tão marcantes no nosso País, seja em relação ao clima ou às condições de infra-estrutura, aqui se manifestam de forma desigual e violenta.

Os custos de produção do álcool são muito maiores no Nordeste, porque a cana-de-açúcar nordestina é colhida apenas uma vez por ano. O consumo, entretanto, notadamente do álcool que se mistura à gasolina se dá ao longo de todo o ano.

Por isso, Sr. Presidente, se os produtores nordestinos não forem atendidos com medidas de apoio à produção e à comercialização do álcool, fatalmente se aumentará o êxodo de usinas. Para trás ficará o esqueleto de uma indústria que já foi o orgulho de toda uma região. No seu rastro, o aumento do desemprego no campo, notadamente na Zona da Mata de Pernambuco, e o inchaço das cidades e todas as consequências que todos nós já conhecemos tão bem.

Quanto ao GLP, a argüição é ainda mais dramática. Se consideradas as cotações internacionais, os preços do gás de cozinha deveriam sofrer um reajuste de 70% na refinaria, nada menos do que o impacto de 35% no bolso do consumidor, mais uma vez. Um reajuste duro e cruel de cerca de R\$7,00 por botijão.

Reitero o meu desconforto em apoiar uma medida provisória. Mas encareço aos Colegas do Senado que a aprove. Não podemos permitir uma violência tão grande no bolso dos consumidores - a imensa maioria dos brasileiros - e a destruição da indústria do açúcar e do álcool no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, aprovado pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto dos Senadores Paulo Hartung e Ricardo Santos.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, fica prejudicada a Medida Provisória.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CONVERSÃO Nº 7, DE 2002

Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Parcela dos recursos financeiros oriundos da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico de que trata o art. 177, § 4º, da Constituição, será destinada à concessão de subvenções aos preços ou ao transporte do álcool combustível e de subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP.

Art. 2º As subvenções aos preços ou ao transporte do álcool combustível de produção nacional serão concedidas diretamente, ou por meio de convênios com os Estados, aos produtores ou a suas entidades representativas, inclusive cooperati-

vas centralizadoras de vendas, ou ainda aos produtores da matéria-prima, por meio de medidas de política econômica de apoio à produção e à comercialização do produto.

Art. 3º As medidas de política econômica referidas no art. 2º visam a assegurar a estabilidade do setor produtivo e serão criadas por ato do Poder Executivo, a seu exclusivo critério, compreendendo, entre outras, as seguintes:

I - equalização de custos de produção da matéria-prima;

II - aquisição e venda de álcool combustível;

III - instrumentos de apoio ao escoamento da produção, por meio de prêmios a serem pagos até o limite definido pelo volume de produção própria;

IV - oferta antecipada de garantia de preços por meio de promessa de compra e venda futura de álcool, cabendo ao interessado exercer ou não a opção de entrega do produto;

V - financiamento à estocagem de produto, com ou sem opção de compra; e

VI - financiamento para a emissão de Cédulas de Produto Rural-CPR, nos termos da Lei nº 8.829, de 22 de agosto de 1994, e suas alterações.

Art. 4º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à alocação de recursos orçamentários para o atendimento das políticas a que se refere esta Lei.

Art. 5º Fica autorizada a concessão de subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP a famílias de baixa renda por meio de programa federal denominado Auxílio-Gás.

§ 1º Os subsídios de que trata o caput serão concedidos, exclusivamente, às famílias que possuem renda familiar

per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício financeiro.

§ 2º O Poder Executivo definirá o órgão responsável pela execução do Auxílio-Gás, bem como os mecanismos a serem adotados na sua concessão.

Art. 6º Ato do Poder Executivo definirá o valor mensal do benefício por família e a periodicidade de sua concessão.

Art. 7º Para os efeitos do art. 74 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o período de transição definido no seu art. 69 fica prorrogado em seis meses, admitida nova prorrogação, por igual período, mediante ato do Poder Executivo.

§ 1º No prazo referido no caput, fica a Agência Nacional do Petróleo - ANP autorizada a determinar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás recebimentos de créditos e liquidação de débitos, cujos respectivos lançamentos à Conta Petróleo, Derivados e Álcool estejam previstos na legislação pertinente e seus fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2001.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º à liquidação de débitos do programa de equalização de custos de produção de cana-de-açúcar para a Região Nordeste, nas seguintes condições e na forma regulamentada pelo Poder Executivo:

I - referentes às produções de cana de açúcar havidas entre 1º de novembro de 1998 e 31 de dezembro de 2001, no volume de oitenta e três milhões e novecentos e onze mil toneladas de cana-de-açúcar, por um valor unitário de cinco reais e setecentos e trinta e quatro décimos milésimos de real por tonelada de produto entregue às destilarias e usinas nordestinas; e

II - referente à equalização dos custos de produção de cana-de-açúcar utilizada na fabricação do álcool etílico combustível estocado nas unidades industriais em 31 de outubro de 1998, no valor de vinte e dois milhões de reais.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 1º ao recebimento de créditos do programa de equalização de custos de produção de cana-de-açúcar para a Região Nordeste, referentes à antecipação concedida aos fornecedores de cana-de-açúcar no ano-safra 1998/1999, no valor de quarenta e sete milhões, setecentos e quinze mil reais.

Art.8º Os beneficiários do programa de equalização de custos de produção de cana-de-açúcar para a Região Nordeste, autores de ação judicial versando sobre esse programa, receberão os valores previstos no § 2º do art. 7º desde que desistam da ação ajuizada por meio de transação celebrada com a União.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento do disposto no caput, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria Geral da ANP ficam autorizadas a celebrar transação nos processos movidos contra a União, respeitados, como máximos, os valores fixados no § 2º do art. 7º.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 4:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 19, DE 2001**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 19, de 2001, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de treze milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Durante o prazo de 6 dias, após a publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União** não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista. A medida provisória iniciou a sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 2 do corrente; naquela Casa foi designado Relator o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela aprovação da medida provisória. A Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória no dia 16 do corrente. O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a medida provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação. O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da medida provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 15 de abril do corrente.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão da medida provisória em turno único. (Pausa.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para discutir.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta proposta está na Casa desde dezembro do ano passado com o intuito de atender a uma emergência ocorrida no Rio de Janeiro junto aos flagelados das enchentes. No entanto, estamos no fim do mês de abril e só agora a estamos apreciando.

Sr. Presidente, volto a insistir em propostas de minha autoria que tramitam nesta Casa com o fim de se criar um fundo emergencial de defesa civil no Brasil. Creio que já está na hora de criarmos tal fundo para que se atenda a essas emergências. Não podemos mais ficar esperando que as coisas aconteçam!

As duas propostas que tramitam nesta Casa são no sentido de se buscar junto às pessoas jurídicas e físicas uma pequena contribuição retirada do Imposto de Renda, nos moldes da Lei Rouanet, o direito de ser lançado em um fundo todo o seguro que se fizer no País, além de se retirar de todo o prêmio, o mínimo que seja, para também ser destinado a esse fundo de defesa civil nacional.

Criado esse fundo, um terço das respectivas contribuições vão para a defesa civil dos respectivos Estados; o outro um terço seria destinado a defesa civil dos Municípios. Com isso haveria uma motivação para, junto aos Municípios, pois a legislação permite, recolher uma porcentagem do Imposto de Renda a pagar. Vamos contribuir com o seguro para sabermos que, do total arrecadado, pelo menos um terço servirá para defesa civil no Município e assim sucessivamente em todo o Brasil. Repito: haverá um estímulo a fim de que não sejamos pegos de "calças curtas", refiro-me aos Governadores, aos Prefeitos, aos Veadores e até mesmo ao Presidente da República, que não contam com previsões no Orçamento para tais emergências. As intempéries e as catástrofes não avisam quando vão chegar e, para tanto, precisamos ser mais preventivos e organizados.

Sr. Presidente, na fronteira com a Argentina, no oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e Rio Grande do Sul, passamos por uma grande estiagem, portanto, há uma emergência. Contudo, não há um fundo específico para atender a tais necessidades. Resta-nos, então, recorrer à medida provisória. Temos também o projeto de lei que demorará mais ainda para atender os flagelados da seca.

Sr. Presidente, votarei favoravelmente à matéria, entendendo que é preciso criarmos um fundo nacional que possa nos atender quando tais situações ocorrerem, um fundo distribuído de acordo com a participação dos Estados e Municípios.

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes, para discutir.

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos analisando uma medida provisória que abre um crédito extraordinário

no valor de R\$13 milhões em favor do Ministério da Integração Nacional.

Sr. Presidente, chamo a atenção para esta medida provisória que o Presidente da República submete ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 1.518, de 28 de dezembro de 2001.

Esta Medida Provisória nº 19 abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$13 milhões para os fins que especifica. Este valor destina-se ao Estado do Rio de Janeiro, a ações emergenciais e defesa civil que atenderão cerca de dez Municípios da Baixada Fluminense e da região serrana, que sofreram os efeitos de inundações causadas por fortes precipitações pluviométricas que atingiram o Estado, visando minimizar os efeitos dos desastres ocorridos.

Sr. Presidente, assomo à tribuna para verificar e registrar como neste País as ações são morosas. Imagine V. Ex^a que já se passaram vários meses desde que as enchentes atingiram o Rio de Janeiro e somente agora estamos analisando a proposta, que é de dezembro de 2001.

Como muito bem registrou o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina, hoje, a seca está atingindo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E, no entanto, estamos votando uma suplementação para um fato ocorrido há vários meses! Desde então, quantos Estados, populações e comunidades sofreram as consequências da própria natureza: ou chuvas em demasia ou seca? Esses fenômenos destruíram, como ocorreu nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, plantações de milhares de agricultores que tirariam dali a sua sobrevivência para o ano todo.

Então, quando se fala em um fundo especial para a Defesa Civil, parece-me que este País tem que pensar um pouco mais. A Defesa Civil está sendo tratada como algo que corre atrás dos fatos, dos acontecidos e do sofrimento das pessoas que ficaram nas ruas, com seus bens destruídos em virtude de inundações, como esta que aconteceu no Rio de Janeiro e outras tantas, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Sul.

Estamos com um projeto, ao qual o Senador de Santa Catarina se referiu, dizendo de sua importância. No entanto, temos a informação de que o projeto foi considerado inconstitucional – e se trata de um projeto que prevê um fundo para a Defesa Civil, o qual já analisamos intensamente. E não se buscou construir uma alternativa para isso.

Sr. Presidente, chegou às minhas mãos um projeto que previa que o percentual que hoje é destinado ao financiamento da educação – aquele proveniente de recursos oriundos dos jogos, que hoje existem legitimamente no País, por intermédio da Caixa Econômica Federal, e que não são retirados pelos ganhadores –, fosse reservado para um fundo da Defesa Civil,

exatamente para não correremos atrás dos fatos e dos acontecimentos que martirizam e fazem tantas famílias sofrerem. Seria um fundo emergencial do qual o País pudesse se socorrer imediatamente após as catástrofes, seja de chuva ou da falta dela. Então, estabelecemos uma análise de que no mínimo um percentual do que hoje está indo para o esporte pudesse ser colocado nesse fundo de Defesa Civil.

Estou relatando um projeto de autoria do Senador Edison Lobão e queremos travar essa discussão neste País. E nesta Casa, o Senador Ney Suassuna, que passou pelo Ministério da Integração Nacional e conhece os pedidos de socorro deste País gigante, imenso, com tantas diferenças climáticas regionais, sabe da necessidade disso.

Então, que esta Casa, ao votar – e votaremos favoravelmente essa suplementação de recursos, porque é importante para socorrer o Estado do Rio de Janeiro –, olhe também para o sofrimento que os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão vivendo hoje com a seca. E quando o Governo Federal aciona, dizendo que poderá dar um socorro de R\$120,00, isso é até uma hipocrisia, um desrespeito com os nossos agricultores, porque sabemos que qualquer agricultor, por menor que seja, Senador Casildo Maldaner, sabe que esse valor não vai salvar a produção perdida pela secas que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão sofrendo.

Sr. Presidente, reitero a importância da Defesa Civil para este País, e este tema deve ser tratado com seriedade e não com migalhas e com um socorro que vem, às vezes, até tarde demais, num momento em que as nossas comunidades estão sofrendo profundamente.

Voto favoravelmente ao projeto, mas devemos buscar ações concretas para que este País trate as questões do desabrigo e do desencanto de milhares de pessoas com um pouco mais de solidariedade.

É o registro que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim como eu, V. Ex^a foi Ministro da Integração Nacional e sabe como é difícil se conseguir a aprovação dessas medidas provisórias. Concorde que já deveria haver um fundo para a Defesa Civil. Concorde também que deveria haver um mecanismo, Senadora Emilia Fernandes, muito mais rápido, porque essa é apenas uma das medidas provisórias. Depois dessa, já vieram duas de Minas Gerais, uma de São Paulo, também as de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enfim, são muitas as necessidades num País continental como o nosso. E o que nos faz, como V. Ex^a, Sr. Presidente, à frente de um Ministério com responsa-

bilidade em ações como essas, agir depressa. Dizia-me o Senador Lúcio Alcântara, há poucos minutos, que para receber a do Ceará levou um ano; outra do Rio Grande do Sul, um ano e meio, e esta está apenas com três meses. E conseguimos, enquanto estávamos no Ministério, algumas com um ou dois meses, quitar essas necessidades.

Sr. Presidente, não é com R\$120,00 ao mês que resolveremos o problema da seca em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Hoje, Santa Catarina tem cerca de 76 Municípios sob estiagem. No Rio Grande do Sul, são mais de 130. No entanto, estamos tentando ajudar pelo menos os bóias-frias. Para minha surpresa, já se passaram 120 dias do pedido e ainda não conseguimos o dinheiro. Os recursos que estão sendo solicitados são para fazer as obras de dragagem e encostas na Baixada Fluminense. É pouco dinheiro, mas foi o que se pôde conseguir.

Na verdade, a Defesa Civil tem que ser levada a sério. Penso que o Fundo é uma grande idéia e votarei favoravelmente à proposta. Peço aos Companheiros que também o façam porque esse dinheiro será aplicado em obras nas encostas e na drenagem das cidades que, em todo verão, causam sérios transtornos à população. Temos de pensar com mais seriedade na solução desses problemas, inclusive aprovando a Lei da Defesa Civil que há muito está engavetada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por coincidência, temos aqui dois ex-Ministros da Integração Nacional. Aliás, penso que esse ministério é o que mais tem ex-ministros, porque esses se sucedem com muita rapidez. Isso não significa dizer que a pasta não é importante. Ao contrário, ela reúne e trata de assuntos da mais alta importância para o País. Um deles é a Defesa Civil.

Há pouco, o Senador Ney Suassuna se referia ao comentário que lhe fiz. Há um ano, houve inundações na região metropolitana de Fortaleza, nos Municípios de Fortaleza, Palmácia, Aquirás, Maracanaú, Calcaia e Maranguape. Feita a avaliação dos danos, o Senador Ramez Tebet prontamente agiu no sentido de disponibilizar os recursos financeiros para fazer face àquela emergência: reconstrução de casas, de infra-estrutura urbana etc.

Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, talvez V. Ex^a fique até boquiaberto: transcorreu um ano entre a ocorrência da catástrofe e a liberação de R\$10 milhões para atender àqueles Municípios. Um ano! Rigorosamente, um ano! A natureza, talvez revoltada, castigou novamente Fortaleza, no aniversário da catástrofe anterior. Espero que não tenhamos que aguardar mais um ano para receber o dinheiro que

deverá contribuir para minimizar os danos ocorridos novamente em Fortaleza, Caridade, Pentecoste, Maranguape, Maracanaú e Calcaia.

Não se trata de desinteresse ou falta de empenho dos Ministros. Simplesmente, nossa organização da Defesa Civil é altamente precária, institucionalmente falhando, e também do ponto de vista de recursos financeiros. É preciso uma concepção moderna, integrada, nova, eficiente para a Defesa Civil. As calamidades infelizmente se sucedem, seja por efeitos da natureza, seja porque o homem, muitas vezes, ocupa indevidamente o espaço territorial. Mas o fato é que se faz necessária uma remodelação e um fortalecimento institucional e financeiro da Defesa Civil, porque se a calamidade vem quando menos esperamos, é de se supor que haja uma estrutura e uma organização eficientes para agir com a presteza que o caso requer.

Estive com o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso e, em seguida, com a Ministra Interina, Mary Dayse Kinzo, levando a nossa apreensão, a nossa preocupação com o que aconteceu na região metropolitana e no Município de Caridade. A BR-020 – Fortaleza-Brasília – foi cortada e uma ponte destruída. Toda documentação já foi entregue no Ministério da Integração Nacional, de tal sorte que esperamos que esse recurso agora não demore um ano para sair; ao contrário, que possa ser liberado com a rapidez que a importância do problema exige.

Acima de qualquer coisa, desejo alertar para que se tome a sério a organização da chamada Defesa Civil. Isso é importante porque o País, frequentemente, nas suas diferentes regiões, sofre com fenômenos climáticos e calamidades de toda sorte que não são prontamente atendidos de maneira profissional, ágil, mas, sim, amadoristicamente, muitas vezes com uma grande mobilização solidária, mas com pouca presteza e baixa eficiência.

É o apelo que faço, Senador Ramez Tebet, para que se olhe com cuidado, com atenção e que se reorganize a Defesa Civil para que não seja apenas uma dependência distante, ignorada, isolada, dentro do Ministério, sem poder prestar o serviço que dela se espera. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem deseje encaminhar a matéria, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00								
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR		
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA										13.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							13.000.000		
00 000	0999 0998 0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							13.000.000		
			F	0	F	00	0	100	13.000.000		
TOTAL - FISCAL										13.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										13.000.000	

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 20, DE 2001**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 20, de 2001, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor de dois bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos e vinte e oito reais, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de um bilhão, oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e cinco reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Kobayashi.

Alguns esclarecimentos:

Durante o prazo de 6 dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara no dia 2 do corrente. Naquela Casa, como já se disse, foi designado Relator o Depu-

tado Paulo Kobayashi, que concluiu seu parecer pela aprovação da Medida Provisória.

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida no dia 16 do corrente.

O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso esgotou-se em 31 de março passado.

Foi recebida formalmente pelo Senado no último dia 19, e a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara, datado de 15 de abril do corrente.

Discussão da Medida Provisória em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem deseje encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA**Nº 20, DE 2001**

Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 2.816.630.828,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 1.846.971.305,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito extraordinário no valor total de R\$ 2.816.630.828,00 (dois bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta mil e oitocentos e vinte e oito reais), em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração das próprias empresas, de repasses da controladora, de operações de crédito e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I, e de cancelamentos em outros projetos, nos termos do Anexo II.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 10.171/2001), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas, constantes do Anexo II, no valor global de R\$ 1.846.971.305,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil e trezentos e cinco reais).

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

TOTAL DO ORGAO : R\$ 88.156

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
20 AGRICULTURA

88.156

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
646 ABASTECIMENTO

88.156

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

74.004**13.752**

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS
22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

88.156

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
496 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

88.156**TOTAL****88.156**

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22208 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 88.156

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
20 AGRICULTURA

88.156

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
646 ABASTECIMENTO

88.156

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0352 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

74.004**13.752**

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
496 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

88.156**TOTAL****88.156**

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22208 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACOO.SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I C	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0352. PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR										74.484
		PROJETOS								
20 605	0352 1197	IMPLANTACAO DA PORTARIA PRINCIPAL DA UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE (MG)							10.578	
20 605	0352 1197 0001	IMPLANTACAO DA PORTARIA PRINCIPAL DA UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							10.578	
		PORTARIA IMPLANTADA (%) 46	1	4 - INV	90	0	495		10.578	
20 605	0352 1265	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE PROTECAO AMBIENTAL							3.300	
20 605	0352 1265 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE PROTECAO AMBIENTAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							3.300	
		INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA (%) 3	1	4 - INV	90	0	495		3.300	
		ATIVIDADES								
20 605	0352 4105	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							60.536	
20 605	0352 4105 0007	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							60.536	
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (%) 1	1	4 - INV	90	0	495		70.536	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									13.752	
		ATIVIDADES								
20 605	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							13.752	
20 605	0807 4102 0051	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							13.752	
		BEM MOVEL MANTIDO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495		13.752	
TOTAL - INVESTIMENTO									88.156	
ORGAO : 35000 - MINISTERIO DA FAZENDA										
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)				CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
TOTAL DO ORGAO : R\$ 97.331.474										
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS									97.331.474	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 494 SERVICOS FINANCEIROS									97.331.474	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUCOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									91.131.820 6.199.654	
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 25282 BANCO DA AMAZONIA S.A. 25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL									4.298.438 93.041.036	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									97.331.474	
TOTAL									97.331.474	
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.888.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.8.8.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.8.00.00 GERACAO PROPRIA									90.935.447 90.935.447 90.935.447	
TOTAL DA RECEITA									90.935.447	
90.935.447 RECEITAS CORRENTES				90.935.447 RECEITAS DE CAPITAL						

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.290.438		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		4.290.438
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		4.290.438
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL		3.211.606
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.078.832
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
496 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		4.290.438
TOTAL		4.290.438
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.000.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		2.012.198
6.100.00.00 RECURSOS PROPRIOS		2.012.198
6.110.00.00 GERACAO PROPRIA		2.012.198
TOTAL DA RECEITA	2.012.198 RECEITAS CORRENTES	2.012.198 RECEITAS DE CAPITAL
		0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL								3.211.606
		PROJETOS						
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS						995.000
23 694	0781 3252 0059	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA						515.000
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 6	1	4 - INV	90	0	495	515.000
23 694	0781 3252 0065	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE						480.000
		IMOVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	480.000
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS						762.670
23 694	0781 3324 0027	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA						610.183
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	610.183
23 694	0781 3324 0043	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA						152.487
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	152.487
		ATIVIDADES						
23 694	0781 4106	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						1.453.936
23 694	0781 4106 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL						1.453.936
		AGENCIA MANTIDA (9)	1	4 - INV	90	0	495	1.453.936
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.078.832

		ATIVIDADES						
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						1.078.832
23 694	0807 4103 0073	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL (ATIVO MANTIDO) (9)	1	4 - INV	99	0	995	1.078.832
TOTAL - INVESTIMENTO								4.290.436

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 93.041.836

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS | 93.041.836

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS | 93.041.836

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | 87.920.214
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 5.120.622

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
498 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 93.041.836

TOTAL | 93.041.836

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 88.923.249
6.100.000 RECURSOS PRÓPRIOS | 88.923.249
6.110.000 GERAÇÃO PRÓPRIA | 88.923.249
TOTAL DA RECEITA ... 88.923.249 RECEITAS CORRENTES ... 88.923.249 RECEITAS DE CAPITAL ... 0

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U D	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | 93.041.836

		ATIVIDADES						
23 694	0781 4106	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						87.920.214
23 694	0781 4106 0007	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL AGENCIA MANTIDA (9) 100	1	4 - INV	99	0	995	87.920.214

0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 5.120.622

		PROJETOS						
23 694	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS						5.120.622
23 694	0807 3286 0023	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO CEARA						4.538.672
23 694	0807 3286 0028	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) I	1	4 - INV	99	0	995	4.538.672
23 694	0807 3286 0028	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE SERGIPE						592.150
23 694	0807 3286 0028	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) I	1	4 - INV	99	0	995	592.150

TOTAL - INVESTIMENTO

93.041.836

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.616.343,324

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

23 COMERCIO E SERVICOS	75.973.288
25 ENERGIA	2.482.617.427
26 TRANSPORTE	15.483.609

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	65.138.222
642 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	572.394.956
692 COMERCIALIZAÇÃO	75.973.288
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	2.500.000
752 ENERGIA ELÉTRICA	71.159.000
753 PETRÓLEO	1.554.724.815
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	10.483.609
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	262.869.434

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0203 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	486.715.220
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL	71.391.935
0206 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA PETROQUIMICA	3.496.640
0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	846.897.990
0206 REFINO DE PETRÓLEO	399.507.056
0209 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	257.868.434
0209 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	10.483.609
0204 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	2.500.000
0206 ENERGIA NO EIXO SUL	54.000.000
0207 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	18.199.000
0406 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	28.126.210
0406 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	68.313.812
0607 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	204.200.930
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS	168.992.260

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS

3223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	54.000.000
3224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	6.663.000
3220 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1.429.818.804
3223 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	640.632.70
3229 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	75.973.288
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S.A.	14.561.893
32273 MANAUS ENERGIA S.A.	11.496.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	10.483.609
3220 REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	365.404.260

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.616.243.324
TOTAL	2.616.343.324

QUADRO SINTESE POR RECEITAS

6.800.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.468.111.036
6.100.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.894.846.710
6.1.100.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.894.846.710
6.2.000.000.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	168.992.260
6.2.2.000.00 CONTROLADORA	168.992.260
6.3.000.000.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	244.272.066
6.3.2.000.00 EXTERNAS	244.272.066
6.9.000.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	160.000.000
6.9.3.000.00 OUTRAS ESTATAIS	160.000.000
TOTAL DA RECEITA ... 2.468.111.036 RECEITAS CORRENTES ... 1.894.846.710 RECEITAS DE CAPITAL ... 573.264.326	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 54.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA	54.000.000
------------	------------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELÉTRICA	54.000.000
----------------------	------------

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0206 ENERGIA NO EIXO SUL	54.000.000
--------------------------	------------

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	54.000.000
---	------------

TOTAL

54.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NO EIXO SUL								54.000.000
		PROJETOS						
25 752	0295 5341	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO - CONVERSORA DE RIVIERA (URUGUAIO) A SUBESTAÇÃO DE LIVRAMENTO (RS)						54.000.000
25 752	0295 5341 (043)	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO - CONVERSORA DE RIVIERA (URUGUAIO) A SUBESTAÇÃO DE LIVRAMENTO (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						54.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (9 DE EXECUÇÃO FÍSICA) 99	1	4 - INV	90	0	495	54.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								54.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.663.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

6.663.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

752 ENERGIA ELÉTRICA

6.663.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

6.663.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

6.663.000

TOTAL

6.663.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								6.663.000
		ATIVIDADES						
25 752	0297 4467	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (5.071,62 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)						6.663.000

25 752	0297 4467 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (S. 07162 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NACIONAL							6.663.000
		SISTEMA MANTIDO (UNIDADE)	1	4	INV	00	0	495	6.663.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.663.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.429.018.004

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

1.429.018.004

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA
462 PRODUÇÃO INDUSTRIAL
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
753 PETRÓLEO
785 TRANSPORTES ESPECIAIS

65.138.322
206.998.696
2.508.000
906.081.545
248.307.541

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0285 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA PETROQUIMICA
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL
0288 REFINO DE PETRÓLEO
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE
0476 PESQUISA APLICADA NA AREA ENERGETICA
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA DE PETRÓLEO
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.495.640
678.161.948
283.495.856
248.307.541
1.508.000
28.125.218
68.313.012
196.619.597

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

1.429.018.004

TOTAL

1.429.018.004

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.888.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
6.188.000.000 RECURSOS PROPRIOS
6.118.000.000 GERAÇÃO PRÓPRIA
6.388.000.000 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO
6.328.000.000 EXTERNAS

1.399.018.004
1.399.018.004
1.399.018.004
30.000.000
30.000.000

TOTAL DA RECEITA = 1.429.018.004 RECEITAS CORRENTES = 1.399.018.004 RECEITAS DE CAPITAL = 30.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0285 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA
PETROQUIMICA

1.495.640

		PROJETOS						
25 662	0285 3304	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS						
25 662	0285 3304 0001	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NO ESTADO DA BAHIA (UNIDADE AMPLIADA (91)	1	4	INV	00	0	495

1.495.640

0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL

678.161.948

		ATIVIDADES						
25 753	0286 4237	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA LOGÍSTICA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL						264.245.440
25 753	0286 4237 0001	MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA LOGÍSTICA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL - NACIONAL						264.245.440
		SISTEMA MANTIDO (UNIDADE) 7	1	4 - INV	90	0	495	264.245.440
25 753	0286 4393	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL						230.386.449
25 753	0286 4393 0001	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						230.386.449
		POÇO EXPLORATORIO PERFURADO (UNIDADE) 35	1	4 - INV	90	0	495	230.386.449
		PROJETOS						
25 753	0286 1117	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORTE (ACRESCIMO DE 760 BOE/DIA)						27.978.027
25 753	0286 1117 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORTE (ACRESCIMO DE 760 BOE/DIA) - NA REGIÃO NORTE						27.978.027
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%)	1	4 - INV	90	0	495	27.978.027
25 753	0286 3314	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE (ACRESCIMO DE 9.200 BOE/DIA)						19.324.110
25 753	0286 3314 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE (ACRESCIMO DE 9.200 BOE/DIA) - NA REGIÃO NORDESTE						19.324.110
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%)	1	4 - INV	90	0	495	19.324.110
25 753	0286 3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM SUL (RJ) (ACRESCIMO DE 108.000 BOE/DIA)						130.017.780
25 753	0286 3317 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM SUL (RJ) (ACRESCIMO DE 108.000 BOE/DIA) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						130.017.780
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%) 3	1	4 - INV	90	0	495	130.017.780
25 753	0286 3320	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUL (ACRESCIMO DE 9.400 BOE/DIA)						6.210.142
25 753	0286 3320 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUL (ACRESCIMO DE 9.400 BOE/DIA) - NA REGIÃO SUL						6.210.142
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	6.210.142
0288 REFINO DE PETRÓLEO								203.495.856

		ATIVIDADES						
25 662	0288 4108	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO						74.358.555
25 662	0288 4108 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL						74.358.555
		PARQUE MANTIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	74.358.555
		PROJETOS						
25 662	0288 3135	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ)						375.000
25 662	0288 3135 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						375.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	90	0	495	375.000

25 662	0288 3151	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP)							1.600.800
25 662	0288 3151 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							1.600.000
		REFINARIA ADAPTADA (R DE EXECUCAO FISICA) I	1	4 - INV	90	0	495		1.600.000
25 662	0288 3155	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP)							4.632.000
25 662	0288 3155 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							4.632.000
		REFINARIA ADAPTADA (R DE EXECUCAO FISICA) I	1	4 - INV	90	0	495		4.632.000
25 662	0288 3287	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3.000 M³/DIA							8.424.885
25 662	0288 3287 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3.000 M³/DIA - NO ESTADO DE SAO PAULO							8.424.885
		UNIDADE IMPLANTADA (R12)	1	4 - INV	90	0	495		8.424.885
25 662	0288 3293	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) COM CAPACIDADE DE 10.000 M³/DIA							105.670.000
25 662	0288 3293 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) COM CAPACIDADE DE 10.000 M³/DIA - NO ESTADO DA BAHIA							105.670.000
		UNIDADE IMPLANTADA (R11)	1	4 - INV	90	0	495		105.670.000
25 662	0288 3298	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE DESTILACAO ATMOSFERICA NA REFINARIA DE MANAUS (AM) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA							1.996.006
25 662	0288 3298 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE DESTILACAO ATMOSFERICA NA REFINARIA DE MANAUS (AM) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.996.006
		UNIDADE IMPLANTADA (R1)	1	4 - INV	90	0	495		1.996.006
25 662	0288 3310	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROCRaqueamento CATALITICO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA							6.438.610
25 662	0288 3310 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROCRaqueamento CATALITICO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							6.438.610
		UNIDADE IMPLANTADA (R1)	1	4 - INV	90	0	495		6.438.610

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL

248.307.541

		ATIVIDADES							
25 785	0289 4107	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO.							147.450.000
25 785	0289 4107 0001	DERIVADOS E GAS NATURAL							147.450.000
		MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO. DERIVADOS E GAS NATURAL - NACIONAL							147.450.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		147.450.000
		PROJETOS							
25 785	0289 1033	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO DE JANEIRO (RJ) - BELO HORIZONTE (MG) EM 3,2 MILHOES M³/DIA							1.246.124
25 785	0289 1033 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO DE JANEIRO (RJ) - BELO HORIZONTE (MG) EM 3,2 MILHOES M³/DIA - NA REGIAO SUDESTE							1.246.124
		CAPACIDADE DE GASODUTO AMPLIADA (R11)	1	4 - INV	90	0	495		1.246.124

25 785	0289 1123	IMPLANTACAO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LIQUIDOS EM CABUNAS (RJ)							2.341.000
25 785	0289 1123 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LIQUIDOS EM CABUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.341.000
		UNIDADE IMPLANTADA (%): 2	1	4 - INV	90	0	495		2.341.000
25 785	0289 1173	AMPLIACAO DA MALHA DO GASODUTO DO NORDESTE							19.606.363
25 785	0289 1173 0001	AMPLIACAO DA MALHA DO GASODUTO DO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							19.606.363
		MALHA AMPLIADA (%):	1	4 - INV	90	0	495		19.606.363
25 785	0289 3111	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM							3.005.421
25 785	0289 3111 0035	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM - NO ESTADO DE SAO PAULO							3.005.421
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA): 1	1	4 - INV	90	0	495		3.005.421
25 785	0289 5159	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE							63.280.772
25 785	0289 5159 0030	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE							63.280.772
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA): 10	1	4 - INV	90	0	495		63.280.772
25 785	0289 5161	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM							3.377.861
25 785	0289 5161 0030	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE							3.377.861
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA): 1	1	4 - INV	90	0	495		3.377.861
25 785	0289 3708	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSFERENCIA DE NAFTA NA RLAMCOPENE (BA)							7.000.000
25 785	0289 3708 0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSFERENCIA DE NAFTA NA RLAMCOPENE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							7.000.000
		SISTEMA AMPLIADO (%): 33	1	4 - INV	90	0	495		7.000.000
25 785	0289 7967	IMPLANTACAO DE GASODUTO PILAR (AL) - CABO (PE) DE 190 KM							1.000.000
25 785	0289 7967 0001	IMPLANTACAO DE GASODUTO PILAR (AL) - CABO (PE) DE 190 KM - NA REGIAO NORDESTE							1.000.000
		GASODUTO IMPLANTADO (%): 1	1	4 - INV	90	0	495		1.000.000

0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE

2.508.000

		PROJETOS							
25 751	0294 3117	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE							2.508.000
25 751	0294 3117 0020	IMPLANTACAO DE USINA EOLICA PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							2.500.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA): 12	1	4 - INV	90	0	495		2.500.000

0476 PESQUISA APLICADA NA AREA ENERGETICA

28.125.210

		ATIVIDADES							
25 572	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							28.125.210
25 572	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							28.125.210
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE): 1	1	4 - INV	90	0	495		28.125.210

0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO

64.313.012

		ATIVIDADES					
25 572	0480 2005	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE					662.800
25 572	0480 2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL					662.800
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 12	1	4 - INV	90	0	495
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL					31.309.000
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL - NACIONAL					31.300.000
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495
25 572	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO					29.382.080
25 572	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL					29.382.080
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 66	1	4 - INV	90	0	495
	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO					4.189.010
25 572	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL					4.189.010
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 26	1	4 - INV	90	0	495
25 572	0480 4115	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO					2.779.122
25 572	0480 4115 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO - NACIONAL					2.779.122
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

196.619.597

		ATIVIDADES					
25 753	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					40.480.077
25 753	0807 4102 0099	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL					40.480.077
		BEM MOVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495
25 753	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELERPROCESSAMENTO					156.139.520
25 753	0807 4103 0113	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELERPROCESSAMENTO - NACIONAL					156.139.520
		ATIVO MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495

TOTAL - INVESTIMENTO

1.629.818.604

 ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

 ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

 CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO -
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 648.643.270

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		648.643.370
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
753 PETRÓLEO		648.643.370
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		486.715.220
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL		161.928.050
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		648.643.370
TOTAL		648.643.370
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		648.643.370
6.1.8.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		443.933.097
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		443.933.097
6.3.8.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		204.710.173
6.3.2.00.00 EXTERNAS		204.710.173
TOTAL DA RECEITA -	648.643.370	RECEITAS CORRENTES - 443.933.097
		RECEITAS DE CAPITAL - 204.710.173

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO								486.715.220
		PROJETOS						
25 753	0282 1239	INCORPORAÇÃO DE REFINO NO EXTERIOR						14.149.796
25 753	0282 1239 0001	INCORPORAÇÃO DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						14.149.796
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA)	1	4 - INV	90	0	495	14.149.796
25 753	0282 3281	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						166.592.920
25 753	0282 3281 0002	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						166.592.920
		CAPACIDADE AMPLIADA (2 DE EXECUÇÃO FÍSICA) 43	1	4 - INV	90	0	495	166.592.920
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						293.522.690
25 753	0282 3345 0001	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						293.522.690
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE)	1	4 - INV	90	0	495	293.522.690
25 753	0282 3580	IMPLANTACAO DE REDE DE POSTOS DE SERVICOS NO EXTERIOR						12.449.814
25 753	0282 3580 0001	IMPLANTACAO DE REDE DE POSTOS DE SERVICOS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						12.449.814
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	12.449.814
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL								161.928.050
		PROJETOS						
25 753	0286 3342	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO						161.928.050
25 753	0286 3342 0001	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO - NO EXTERIOR						161.928.050
		UNIDADE CONVERTIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	161.928.050

TOTAL - INVESTIMENTO		648.643.270
ORGAO : 32006 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.		
ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 75.973.288		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		75.973.288
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
692 COMERCIALIZACAO		75.973.288
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL		73.391.955
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.581.333
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		75.973.288
TOTAL		75.973.288

ORGAO : 32006 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL								73.391.955
		PROJETOS						
23 692	0283 1157	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL						27.424.250
23 692	0283 1157 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL - NACIONAL						27.424.250
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	27.424.250
23 692	0283 1163	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE SEGURANCA INDUSTRIAL						608.000
23 692	0283 1163 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE SEGURANCA INDUSTRIAL - NACIONAL						608.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	608.000
23 692	0283 3347	AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS						389.473
23 692	0283 3347 0001	AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - NACIONAL						389.473
		ESTABELECIMENTO AMPLIADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	389.473
23 692	0283 3350	MODERNIZACAO DA REDE DE POSTOS DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS E GAS NATURAL						32.175.232
23 692	0283 3350 0001	MODERNIZACAO DA REDE DE POSTOS DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS E GAS NATURAL - NACIONAL						32.175.232
		POSTO MODERNIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	32.175.232
23 692	0283 3351	AMPLIACAO DA REDE DE GRANDES CLIENTES						12.295.000
23 692	0283 3351 0001	AMPLIACAO DA REDE DE GRANDES CLIENTES - NACIONAL						12.295.000
		REDE AMPLIADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	12.295.000

0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

2.581.333

		ATIVIDADES						
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						2.581.333
23 692	0807 4103 0115	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						2.581.333
		ATIVO MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	2.581.333
TOTAL - INVESTIMENTO								75.973.288

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.561.893

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA 14.561.893

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
785 TRANSPORTES ESPECIAIS 14.561.893

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL 9.561.893
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 5.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 14.561.893

TOTAL 14.561.893

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 14.561.893
6.1.8.8.00.00 RECURSOS PROPRIOS 5.000.000
6.1.1.8.00.00 GERACAO PROPRIA 5.000.000
6.1.8.8.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 9.561.893
6.3.3.8.00.00 EXTERNAS 9.561.893
TOTAL DA RECEITA ... 9.561.893 RECEITAS CORRENTES ... 5.000.000 RECEITAS DE CAPITAL ... 9.561.893

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S.A.

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	----------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL 9.561.893

		PROJETOS						
25 785	0289 3352	AMPLIACAO DO SISTEMA DE COMPRESSAO DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL						9.561.893
25 785	0289 3352 0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE COMPRESSAO DO GASODUTO BOLIVIA - BRASIL - NACIONAL						9.561.893
		SISTEMA AMPLIADO (%) 35	1	4 - INV	90	0	495	9.561.893

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 5.000.000

		PROJETOS						
26 785	0807 1727	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS						5.000.000
26 785	0807 1727 0033	AQUISICAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						5.000.000
		BEM ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	5.000.000

TOTAL - INVESTIMENTO**14.961.293**

ORGÃO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.496.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
 25 ENERGIA

11.496.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
 752 ENERGIA ELÉTRICA

11.496.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

11.496.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

11.496.000

TOTAL

11.496.000

ORGÃO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								11.496.000
ATIVIDADES								
25 752	0297 4448	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (663,2 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)						4.270.000
25 752	0297 4448 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (663,2 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NO ESTADO DO AMAZONAS						4.270.000
		SISTEMA MANTIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	4.270.000
PROJETOS								
25 752	0297 3418	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA NO AMAZONAS DE 270 MW						7.226.000
25 752	0297 3418 0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA NO AMAZONAS DE 270 MW - NO ESTADO DO AMAZONAS						7.226.000
		USINA IMPLANTADA (UNID)	1	4 - INV	90	0	495	7.226.000
TOTAL - INVESTIMENTO								11.496.000

ORGÃO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.483.609

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
 26 TRANSPORTE

10.483.609

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

10.483.609

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	10.483.609
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	10.483.609
TOTAL	10.483.609
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	10.483.609
6.1.8.8.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	10.483.609
6.1.1.8.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	10.483.609
TOTAL DA RECEITA - 10.483.609 RECEITAS CORRENTES - 10.483.609 RECEITAS DE CAPITAL - 0	

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	IL	FTE	VALOR
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS								10.483.609
		PROJETOS						
26 784	0290 1061	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE NAVIOS						10.483.609
26 784	0290 1061 0001	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE NAVIOS - NACIONAL						10.483.609
		NAVIO MODERNIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	995	10.483.609
TOTAL - INVESTIMENTO								10.483.609

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32280 - REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 365.404.360

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	365.404.360
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
663 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	365.404.360
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0288 REFINO DE PETRÓLEO	196.412.000
0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS	168.992.360
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	365.404.360
TOTAL	365.404.360
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	365.404.360
6.1.8.8.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	36.412.000
6.1.1.8.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	36.412.000
6.2.8.8.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	168.992.360
6.2.2.8.00.00 CONTROLADORA	168.992.360
6.3.8.8.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	168.800.000
6.3.3.8.00.00 OUTRAS ESTATAIS	168.800.000
TOTAL DA RECEITA - 365.404.360 RECEITAS CORRENTES - 36.412.000 RECEITAS DE CAPITAL - 328.992.360	

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32280 - REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
8288 REFINO DE PETROLEO								196.412.000
		ATIVIDADES						
25 662	0288 2555	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL						9.671.000
25 662	0288 2555 0043	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						9.671.000
		SISTEMA MANTIDO (R\$) 100	1	4 - INV	90	0	495	9.671.000
25 662	0288 2557	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO						6.741.000
25 662	0288 2557 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						6.741.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (R\$) 100	1	4 - INV	90	0	495	6.741.000
		PROJETOS						
25 662	0288 5085	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS)						180.000.000
25 662	0288 5085 0043	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						180.000.000
		REFINARIA ADAPTADA (R\$ DE EXECUCAO FISICA) 19	1	4 - INV	90	0	495	180.000.000
0912 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS DE ATIVOS								168.992.260
		OPERACOES ESPECIAIS						
25 662	0912 0727	AQUISICAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS)						168.992.260
25 662	0912 0727 0043	AQUISICAO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						168.992.260
		REFINARIA ADQUIRIDA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	168.992.260
TOTAL - INVESTIMENTO								365.404.260

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 25.006.320

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
10 SAUDE

25.006.320

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
305 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

25.006.320

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS

25.006.320

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

14.362.695

36209 HOSPITAL FEMINA S.A.

4.606.437

36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.

6.117.188

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	25.086.320
TOTAL	25.086.320
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
4.000.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	25.086.320
6.100.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	25.086.320
6.1.100.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	25.086.320
TOTAL DA RECEITA ... 25.086.320 RECEITAS CORRENTES ... 25.086.320 RECEITAS DE CAPITAL ... 0	

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO I	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.362.695	

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
10 SAUDE	14.362.695

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	14.362.695

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS	14.362.695

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	14.362.695
TOTAL	14.362.695

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
4.000.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	14.362.695
6.100.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	14.362.695
6.1.100.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	14.362.695
TOTAL DA RECEITA ... 14.362.695 RECEITAS CORRENTES ... 14.362.695 RECEITAS DE CAPITAL ... 0	

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO I	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								14.362.695
		PROJETOS						
10 302	0004 5219	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.						14.362.695
10 302	0004 5219 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						14.362.695
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 31	1	4 - INV	90	0	695	14.362.695
TOTAL - INVESTIMENTO								14.362.695

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36209 - HOSPITAL FEMINA S.A.

ANEXO I	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.606.437	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
10 SAÚDE	4.606.437
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.606.437
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS	4.606.437
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.606.437
TOTAL	4.606.437
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
4.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.606.437
4.188.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS	4.606.437
4.118.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	4.606.437
TOTAL DA RECEITA - 4.606.437 RECEITAS CORRENTES - 4.606.437 RECEITAS DE CAPITAL - 0	

ORÇAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36209 - HOSPITAL FEMINA S.A.

ANEXO I			CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR	
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS								4.606.437	
		PROJETOS							
18 302	0004 5217	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A.						4.606.437	
10 302	0004 5217 0043	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL FEMINA S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.606.437	
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE: 175)	1	4 - INV	90	0	495	4.606.437	
TOTAL - INVESTIMENTO								4.606.437	

ORÇAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

ANEXO I			CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 6.117.188									
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES								6.117.188	
10 SAÚDE									
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES								6.117.188	
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL									
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS								6.117.188	
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS									
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								6.117.188	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									
TOTAL								6.117.188	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA									
4.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								6.117.188	
4.188.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS								6.117.188	
4.118.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA								6.117.188	
TOTAL DA RECEITA - 6.117.188 RECEITAS CORRENTES - 6.117.188 RECEITAS DE CAPITAL - 0									

ORÇAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0004 QUALIDADE E EFICIENCIA DO SUS								6.117.188
		PROJETOS						
10 302	0004 5215	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.						6.117.188
10 302	0004 5215 0043	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A. - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						6.117.188
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 102	1	4 - INV	90	0	495	6.117.188
TOTAL - INVESTIMENTO								6.117.188

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 4.600.830

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE | 4.600.830

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 4.600.830

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

6230 CORREDOR LESTE	3.600.830
6237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	700.000
6067 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	300.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

39211 COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO	3.000.000
39215 COMPANHIA DOCS DO PARA	1.000.000
39216 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO	600.830

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 4.600.830

TOTAL

| 4.600.830

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	3.600.830
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	3.600.830
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	3.600.830
TOTAL DA RECEITA - 3.600.830 RECEITAS CORRENTES - 3.600.830 RECEITAS DE CAPITAL - 0	

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 3.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

6230 CORREDOR LESTE | 3.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.000.000
TOTAL	1.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.000.000
6.100.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.000.000
6.110.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.000.000
TOTAL DA RECEITA - 3.000.000 RECEITAS CORRENTES - 3.000.000 RECEITAS DE CAPITAL - 0	

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FTE	VALOR
0230 CORREDOR LESTE								3.000.000
		PROJETOS						
26 784	0230 3265	DRAGAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - ES						3.000.000
26 784	0230 3265 0032	DRAGAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - ES - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						3.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M ³) 400	1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								3.000.000

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCS DO PARÁ

ANEXO I		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.000.000								
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES								
26 TRANSPORTE								1.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES								
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO								1.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS								
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								700.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								300.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								1.000.000
TOTAL								1.000.000

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCS DO PARÁ

ANEXO I		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FTE	VALOR

6237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTENS						700.000			
		PROJETOS							
26 784	0237 3337	EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - PORTO DE BELEM (PA)							700.000
26 784	0237 3337 0001	EXECUCAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARA							700.000
OBRA EXECUTADA (%): 17				1	4 - INV	90	0	405	700.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									300.000
		ATIVIDADES							
26 784	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							150.000
26 784	0807 4103 0039	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PARA							150.000
BEM MOVEL MANTIDO (%)				1	4 - INV	90	0	495	150.000
26 784	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							150.000
26 784	0807 4103 0039	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PARA							150.000
ATIVO MANTIDO (%)				1	4 - INV	90	0	495	150.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.000.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 600.830		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		600.830
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		600.830
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 6300 CORREDOR LESTE		600.830
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 490 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		600.830
TOTAL		600.830
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.88.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		600.830
6.1.8.00.00 RECURSOS PROPRIOS		600.830
6.1.1.8.00.00 GERACAO PROPRIA		600.830
TOTAL DA RECEITA _ 600.830 RECEITAS CORRENTES _ 600.830 RECEITAS DE CAPITAL _ 0		

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0238 CORREDOR LESTE								
600.830								

		PROJETOS					
26 784	0230 7029	AMPLIACAO DA REDE ELETRICA - PORTO DO RIO DE JANEIRO					600.830
26 784	0230 7029 0001	AMPLIACAO DA REDE ELETRICA - PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO RIO DE JANEIRO					600.830
		SUBESTACAO AMPLIADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0 495	600.830
TOTAL - INVESTIMENTO							600.830

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 73.280.724

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
24 COMUNICACOES | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
721 COMUNICACOES POSTAIS | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0236 SERVICOS POSTAIS | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS
41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 73.280.724

TOTAL | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 26.000.000
6.1.8.8.00.00 RECURSOS PROPRIOS 26.000.000
6.1.1.8.00.00 GERACAO PROPRIA 26.000.000
TOTAL DA RECEITA 26.000.000 RECEITAS CORRENTES 26.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 73.280.724

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
24 COMUNICACOES | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
721 COMUNICACOES POSTAIS | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0236 SERVICOS POSTAIS | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 73.280.724

TOTAL | 73.280.724

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 26.000.000
6.1.8.8.00.00 RECURSOS PROPRIOS 26.000.000
6.1.1.8.00.00 GERACAO PROPRIA 26.000.000
TOTAL DA RECEITA 26.000.000 RECEITAS CORRENTES 26.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FLNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO.SUBTITULO.PRODUTO	E S T R U T U R A	C O D E	M O D O	I N D I C E	F U N D A M E N T A L	VALOR
0256 SERVICOS POSTAIS								73.280.724
		PROJETOS						
24 721	0256 3220	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS FINANCEIROS POSTAIS						500.000
24 721	0256 3220 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS FINANCEIROS POSTAIS - NACIONAL						500.000
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (R DE EXECUCAO FISICA) 13	1	4 - INV	90	0	495	500.000
24 721	0256 3222	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE						72.780.724
24 721	0256 3222 0001	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE - NACIONAL UNIDADE DE ATENDIMENTO MODERNIZADA (UNIDADE) 719	1	4 - INV	90	0	495	72.780.724
TOTAL - INVESTIMENTO								73.280.724

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 88.156

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

20 AGRICULTURA

88.156

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

600 ABASTECIMENTO

88.156

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0303 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

88.156

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

22200 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

88.156

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

88.156

TOTAL

88.156

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22200 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 88.156

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

20 AGRICULTURA

88.156

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

600 ABASTECIMENTO

88.156

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0303 PRODUCAO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

88.156

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

88.156

TOTAL

88.156

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22200 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR								88.156
PROJETOS								
20 605	0352 1207	IMPLANTACAO DA UNIDADE DE PRODUCAO DA VITASOPA EM UBERLANDIA (MG)						
20 605	0352 1207 0001	IMPLANTACAO DA UNIDADE DE PRODUCAO DA VITASOPA EM UBERLANDIA (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						
		UNIDADE IMPLANTADA (9) 35	1	4 - INV	90	0	495	98.156
TOTAL - INVESTIMENTO								88.156

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 6.396.027

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS	6.396.027
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 694 SERVICOS FINANCEIROS	6.396.027
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.558.240 4.837.787
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS 25282 BANCO DA AMAZONIA S.A. 25226 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.278.240 4.117.787
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 498 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	6.396.027
TOTAL	6.396.027

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25282 - BANCO DA AMAZONIA S.A.ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.278.240

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS	2.278.240
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 694 SERVICOS FINANCEIROS	2.278.240
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.558.240 720.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 498 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	2.278.240
TOTAL	2.278.240

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25282 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL								1.598.240
		PROJETOS						
23 694	0781 3252	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS						450.000
23 694	0781 3252 0027	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO AMAPÁ						250.000
		AGÊNCIA INSTALADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	250.000
23 694	0781 3252 0053	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS						300.000
		AGÊNCIA INSTALADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	300.000
23 694	0781 3324	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS						1.108.240
23 694	0781 3324 0001	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO ACRE						269.830
		AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	269.830
23 694	0781 3324 0019	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO MARANHÃO						483.222
		AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5	1	4 - INV	90	0	495	483.222
23 694	0781 3324 0053	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS - NO ESTADO DO TOCANTINS						355.168
		AGÊNCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	355.168
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								730.000
		PROJETOS						
23 694	0807 3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS						730.000
23 694	0807 3286 0259	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NO ESTADO DO PARÁ						730.000
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	730.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.378.240

ORÇAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.117.787

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

4.117.787

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

694 SERVIÇOS FINANCEIROS

4.117.787

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4.117.787

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

4.117.787

TOTAL

4.117.787

ORÇAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0997 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								4.117.787
23 694	0907 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS						4.117.787
23 694	0907 4102 0073	MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						4.117.787
		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS						4.117.787
		MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						4.117.787
		BEM MOVEL MANTIDO (97)	1	4 - INV	90	0	495	4.117.787
TOTAL - INVESTIMENTO								4.117.787

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DO ORGAO - R\$ 1.792.206.398		

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

22 INDUSTRIA	1.250.000
23 COMERCIO E SERVICOS	389.310.848
24 ENERGIA	1.258.242.450
26 TRANSPORTE	143.683.060

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

641 PRODUCAO INDUSTRIAL	204.470.840
693 COMERCIALIZACAO	125.184.688
694 SERVICOS FINANCEIROS	273.384.200
752 ENERGIA ELETRICA	72.159.000
753 PETROLEO	925.866.155
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	143.314.060
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	47.825.455

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0202 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO	384.850.551
0203 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL	90.124.172
0205 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA PETROQUIMICA	17.763.200
0206 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL	865.764.804
0208 REFINO DE PETROLEO	189.457.640
0209 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	47.825.455
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS	142.400.000
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE	2.385.000
0296 ENERGIA NO EIXO SUL	54.800.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	15.774.000
0907 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	65.861.576

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.	54.800.000
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	6.663.000
32226 PETROLEO BRASILEIRO S.A.	1.156.262.079
32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	29.821.351
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	115.924.688
32240 PETROBRAS GAS S.A.	1.258.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.	11.496.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	143.683.060
32275 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY	273.384.200

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

499 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	1.792.206.398
TOTAL	1.792.206.398

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.000.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	1.644.074.110
6.100.00.00 RECURSOS PROPRIOS	39.951.400
6.110.00.00 GERACAO PROPRIA	39.951.400
6.200.00.00 RECURSOS PARA ALIAMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	143.683.060
6.220.00.00 CONTROLADORA	143.683.060
6.300.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	1.429.648.299

6.1.1.000.00 INTERNAS	273.386.300
6.1.2.000.00 EXTERNAS	1.156.262.099
6.2.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	31.871.351
6.2.2.00.00 CONTROLADORA	31.871.351
TOTAL DA RECEITA - 1.844.874.110 RECEITAS CORRENTES - 39.951.400 RECEITAS DE CAPITAL - 1.604.122.710	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 54.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		54.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		54.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0295 ENERGIA NO EIXO SUL		54.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		54.000.000
TOTAL		54.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NO EIXO SUL			54.000.000					
		PROJETOS						
25 752	0295 5115	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E L'UGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (AQUISICAO DE 12 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E CONSTRUCAO DE ENTRADA DA SUBESTACAO)						54.000.000
25 752	0295 5115 0043	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E L'UGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (AQUISICAO DE 12 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E CONSTRUCAO DE ENTRADA DA SUBESTACAO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SISTEMA IMPLANTADO (R\$ DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	54.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO			54.000.000					

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.663.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		6.663.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		6.663.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE	2.385.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	4.278.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	6.663.000
TOTAL	6.663.000

ORGÃO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO-SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE								2.385.000
		PROJETOS						
25 752	0291 3239	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA						3.195.000
25 752	0291 3239 0001	NO AMAPA DE 50 MW IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA NO AMAPA DE 50 MW - NO ESTADO DO AMAPA						2.385.000
		USINA IMPLANTADA (9%)	1	4 - INV	90	0	495	2.385.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								4.278.000
		PROJETOS						
25 752	0297 3238	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA TERMONORTE I EM RONDONIA DE 64 MW						3.300.000
25 752	0297 3238 0001	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA TERMONORTE I EM RONDONIA DE 64 MW - NO ESTADO DE RONDONIA						3.300.000
		USINA IMPLANTADA (9%)	1	4 - INV	90	0	495	3.300.000
25 752	0297 3241	IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA NO ACRE DE 73 MW						978.000
25 752	0297 3241 0001	IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA NO ACRE DE 73 MW - NO ESTADO DO ACRE						978.000
		USINA IMPLANTADA (9%)	1	4 - INV	90	0	495	978.000
TOTAL - INVESTIMENTO								6.663.000

ORGÃO : 32008 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.156.262.099

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	1.156.262.099
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
663 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	203.220.840
692 COMERCIALIZAÇÃO	9.268.000
753 PETRÓLEO	896.844.804
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	47.736.455
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL	9.268.000
0206 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA PETROQUIMICA	13.763.200
0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	868.764.804
0206 REFINO DE PETRÓLEO	189.457.640
0209 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	47.736.455
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	30.280.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
499 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

1.156.362.099

TOTAL

1.156.362.099

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

1.156.362.099

6.188.000.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO

1.156.362.099

6.328.000.00 EXTERNAS

1.156.362.099

TOTAL DA RECEITA - 1.156.362.099 RECEITAS CORRENTES - 0 RECEITAS DE CAPITAL -

1.156.362.099

ÓRGÃO : 32900 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

ANEXO II**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	QND	MOD	U	FTE	VALOR
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GÁS NATURAL E ALCOOL								9.260.000
		PROJETOS						
25 692	0283 3336	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER						9.260.000
25 692	0283 3336 0001	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER - NACIONAL						9.260.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO	1	4 - INV	90	0	495	9.260.000
(UNIDADE) 15								
0285 MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS BASICOS DA INDUSTRIA - PETROQUIMICA								13.763.200
		PROJETOS						
25 662	0285 1017	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE ACIDO ACRILICO DE 160.000 T/ANO NA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP)						12.000.000
25 662	0285 1017 0003	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE ACIDO ACRILICO DE 160.000 T/ANO NA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						12.000.000
		UNIDADE IMPLANTADA (%) 7	1	4 - INV	90	0	495	12.000.000
25 662	0285 3329	IMPLANTACAO DE POLO GAS-QUIMICO NO RIO DE JANEIRO COM CAPACIDADE DE PRODUCAO DE 500.000 T/ANO DE ETENO						1.763.200
25 662	0285 3329 0001	IMPLANTACAO DE POLO GAS-QUIMICO NO RIO DE JANEIRO COM CAPACIDADE DE PRODUCAO DE 500.000 T/ANO DE ETENO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						1.763.200
		POLO GAS-QUIMICO IMPLANTADO	1	4 - INV	90	0	495	1.763.200
(%) 38								
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL								845.764.804
		PROJETOS						
25 753	0286 1119	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE RORCADOR (RJ) (ACRESCIMO DE 126.000 BOE/DIA)						198.953.700
25 753	0286 1119 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE RORCADOR (RJ) (ACRESCIMO DE 126.000 BOE/DIA) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						198.953.700
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%) 6	1	4 - INV	90	0	495	198.953.700

25 753	0286 3312	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (ACRESCIMO DE 122.000 BOE/DIA)						366.420.000
25 753	0286 3312 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (ACRESCIMO DE 122.000 BOE/DIA) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	366.420.000
25 753	0286 3319	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE (ACRESCIMO DE 156.312 BOE/DIA)						300.391.104
25 753	0286 3319 0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GAS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE (ACRESCIMO DE 156.312 BOE/DIA) - NA REGIÃO SUDESTE SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (%) 2	1	4 - INV	90	0	495	300.391.104
0288 REFINO DE PETRÓLEO								189.457.640
		PROJETOS						
25 662	0288 1121	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR)						12.000.000
25 662	0288 1121 0001	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO DA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE AMPLIADA (%) 19	1	4 - INV	90	0	495	12.000.000
25 662	0288 1153	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO DA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP)						1.247.000
25 662	0288 1153 0003	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO DA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE AMPLIADA (%) 18	1	4 - INV	90	0	495	1.247.000
25 662	0288 3284	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3.200 M3/DIA						100.000
25 662	0288 3284 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3.200 M3/DIA - NO ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE IMPLANTADA (%) 11	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 662	0288 3295	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 7.000 M3/DIA						1.000.000
25 662	0288 3295 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 7.000 M3/DIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL UNIDADE IMPLANTADA (%) 16	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
25 662	0288 3299	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) COM CAPACIDADE DE 3.500 M3/DIA						15.588.660
25 662	0288 3299 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) COM CAPACIDADE DE 3.500 M3/DIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE IMPLANTADA (%) 11	1	4 - INV	90	0	495	15.588.660
25 662	0288 3303	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 2.000 M3/DIA						1.000.000

25 662	0288 3303 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 2.000 M³/DIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL UNIDADE IMPLANTADA (%) 13	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
25 662	0288 3354	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 3.000 M³/DIA						3.064.800
25 662	0288 3354 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 3.000 M³/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE IMPLANTADA (%) 3	1	4 - INV	90	0	495	3.064.000
25 662	0288 3355	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DAS UNIDADES DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) EM 1.000 M³/DIA						15.019.800
25 662	0288 3355 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DAS UNIDADES DE CRAQUEAMENTO CATALITICO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) EM 1.000 M³/DIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS UNIDADE AMPLIADA (%) 12	1	4 - INV	90	0	495	15.019.000
25 662	0288 3356	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE DIESEL NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 4.500 M³/DIA						70.048.350
25 662	0288 3356 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE DIESEL NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 4.500 M³/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIDADE IMPLANTADA (%) 43	1	4 - INV	90	0	495	70.048.350
25 662	0288 3357	IMPLANTACAO DE REFINARIA NO NORDESTE COM CAPACIDADE DE 189.000 BARRIS/DIA						1.000.000
25 662	0288 3357 0001	IMPLANTACAO DE REFINARIA NO NORDESTE COM CAPACIDADE DE 189.000 BARRIS/DIA - NA REGIAO NORDESTE REFINARIA IMPLANTADA (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
25 662	0288 3710	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 4.000 M³/DIA						1.000.000
25 662	0288 3710 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 4.000 M³/DIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL UNIDADE IMPLANTADA (%) 16	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
25 662	0288 3711	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA						19.999.000
25 662	0288 3711 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTAVEIS NA REFINARIA PRESIDENTE GETULIO VARGAS (PR) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA - NO ESTADO DO PARANA UNIDADE IMPLANTADA (%) 7	1	4 - INV	90	0	495	19.999.000
25 662	0288 3712	MODERNIZACAO DAS UNIDADES 1, 2 E 4 DE DESTILACAO ATMOSFERICA NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA)						29.127.630
25 662	0288 3712 0001	MODERNIZACAO DAS UNIDADES 1, 2 E 4 DE DESTILACAO ATMOSFERICA NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) - NO ESTADO DA BAHIA UNIDADE MODERNIZADA (%) 95	1	4 - INV	90	0	495	29.127.630
25 662	0288 7929	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE AUTOMACAO INDUSTRIAL						13.814.000
25 662	0288 7929 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE AUTOMACAO INDUSTRIAL - NACIONAL SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	13.814.000

25 662	0288 7995	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM 16,3 MW NA REFINARIA DE PAULINIA (SP)						1.950.000
25 662	0288 7995 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM 16,3 MW NA REFINARIA DE PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						1.950.000
25 662	0288 7997	MODERNIZACAO DE UNIDADE DE DESTILACAO ATMOSFERICA U-200A DA REFINARIA DE PAULINIA (SP)	1	4 - INV	90	0	495	1.500.000
25 662	0288 7997 0001	MODERNIZACAO DE UNIDADE DE DESTILACAO ATMOSFERICA U-200A DA REFINARIA DE PAULINIA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						1.500.000
		UNIDADE MODERNIZADA (%): 2	1	4 - INV	90	0	495	1.500.000

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL

47.736.435

		PROJETOS						
25 785	0289 1027	IMPLANTACAO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'AGUA (RJ) DE 15 KM						26.081.000
25 785	0289 1027 0001	IMPLANTACAO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'AGUA (RJ) DE 15 KM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						26.081.000
25 785	0289 1029	IMPLANTACAO DE COLETOR DE CONDENSADO DE GAS NATURAL DE 1.500 M ³ EM CABIUNAS (RJ)	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1029 0001	IMPLANTACAO DE COLETOR DE CONDENSADO DE GAS NATURAL DE 1.500 M ³ EM CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100.000
25 785	0289 1031	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE CONDENSADO DE GAS NATURAL DE 1.000 M ³ /DIA EM CABIUNAS (RJ)	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1031 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE CONDENSADO DE GAS NATURAL DE 1.000 M ³ /DIA EM CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100.000
25 785	0289 1105	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO POLIDUTO GOIANIA (GO) - CUIABA (MT) DE 825 KM	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1105 0001	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO POLIDUTO GOIANIA (GO) - CUIABA (MT) DE 825 KM - NA REGIAO CENTRO-OESTE						100.000
25 785	0289 1109	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE POLIDUTO REPAR - LONDRINA (PR) DE 395 KM	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1109 0001	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE POLIDUTO REPAR - LONDRINA (PR) DE 395 KM - NO ESTADO DO PARANA						100.000
25 785	0289 1111	IMPLANTACAO DE POLIDUTO PAULINIA (SP) - CAMPO GRANDE (MS) - CUIABA (MT) DE 1.690 KM	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1111 0001	IMPLANTACAO DE POLIDUTO PAULINIA (SP) - CAMPO GRANDE (MS) - CUIABA (MT) DE 1.690 KM - NACIONAL						100.000
25 785	0289 1113	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DA BASE DE SAO GONCALO (RJ)	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 1113 0001	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DA BASE DE SAO GONCALO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100.000
25 785	0289 1115	IMPLANTACAO DO GASODUTO CABIUNAS (RJ) - TUBARAO (ES) DE 300 KM	1	4 - INV	90	0	495	377.000
25 785	0289 1115 0001	IMPLANTACAO DO GASODUTO CABIUNAS (RJ) - TUBARAO (ES) DE 300 KM - NA REGIAO SUDESTE						377.000
		GASODUTO IMPLANTADO (%): 8	1	4 - INV	90	0	495	377.000

25 785	0289 1125	IMPLANTACAO DE GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 41 KM						9.320.455
25 785	0289 1125 0001	IMPLANTACAO DE GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) DE 41 KM - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						9.320.455
		GASODUTO IMPLANTADO (%) 74	1	4 - INV	90	0	495	9.320.455
25 785	0289 1129	IMPLANTACAO DE GASODUTO URUCU (AM) - PORTO VELHO (RO) DE 500 KM						2.500.000
25 785	0289 1129 0001	IMPLANTACAO DE GASODUTO URUCU (AM) - PORTO VELHO (RO) DE 500 KM - NA REGIAO NORTE						2.500.000
		GASODUTO IMPLANTADO (%) 25	1	4 - INV	90	0	495	2.500.000
25 785	0289 1131	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM						2.500.000
25 785	0289 1131 0001	IMPLANTACAO DO GASODUTO COARI - MANAUS (AM) DE 420 KM - NO ESTADO DO AMAZONAS						2.500.000
		GASODUTO IMPLANTADO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	2.500.000
25 785	0289 1219	IMPLANTACAO DE ETANODUTO CABUNAS - REDUC (RJ) DE 183 KM						458.000
25 785	0289 1219 0001	IMPLANTACAO DE ETANODUTO CABUNAS - REDUC (RJ) DE 183 KM - NA REGIAO SUDESTE						458.000
		ETANODUTO IMPLANTADO (%) 8	1	4 - INV	90	0	495	458.000
25 785	0289 3224	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO GASODUTO ARACATI - IGUAU (CE) DE 216 KM						100.000
25 785	0289 3224 0001	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO GASODUTO ARACATI - IGUAU (CE) DE 216 KM - NO ESTADO DO CEARA						100.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 3353	IMPLANTACAO DE TERMINAL EM PECEN (CE)						4.500.000
25 785	0289 3353 0001	IMPLANTACAO DE TERMINAL EM PECEN (CE) - NO ESTADO DO CEARA						4.500.000
		TERMINAL IMPLANTADO (%) 49	1	4 - INV	90	0	495	4.500.000
25 785	0289 3432	IMPLANTACAO DE TERMINAL DE GNL DE 160.000 M³ EM SUAPE (PE) E SISTEMAS COMPLEMENTARES						100.000
25 785	0289 3432 0001	IMPLANTACAO DE TERMINAL DE GNL DE 160.000 M³ EM SUAPE (PE) E SISTEMAS COMPLEMENTARES - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						100.000
		SISTEMA IMPLANTADO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 3434	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO (RJ) - SAO PAULO (SP) DE 2,5 PARA 4 MILHOES DE M³/DIA						100.000
25 785	0289 3434 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO (RJ) - SAO PAULO (SP) DE 2,5 PARA 4 MILHOES DE M³/DIA - NA REGIAO SUDESTE						100.000
		CAPACIDADE AMPLIADA (%) 2	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 3435	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE GASODUTO CABUNAS - CANTAGALO (RJ) DE 95 KM						100.000
25 785	0289 3435 0001	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE GASODUTO CABUNAS - CANTAGALO (RJ) DE 95 KM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						100.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 3441	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REVAP (SP) DE 480 KM						400.000
25 785	0289 3441 0001	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REVAP (SP) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE						400.000
		OLEODUTO IMPLANTADO (%)	1	4 - INV	90	0	495	400.000
25 785	0289 3443	IMPLANTACAO DE OLEODUTO ARAUCARIA - PARANAGUA (PR) DE 95 KM						100.000
25 785	0289 3443 0001	IMPLANTACAO DE OLEODUTO ARAUCARIA - PARANAGUA (PR) DE 95 KM - NO ESTADO DO PARANA						100.000
		OLEODUTO IMPLANTADO (%) 1	1	4 - INV	90	0	495	100.000
25 785	0289 7993	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 300.000 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAIJA DA ILHA GRANDE (RJ)						508.000

25 753	0289 7993 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADE PARA TRATAMENTO DE OLEO DE 300.000 BARRIS/DIA NO TERMINAL DA BAIJA DA ILHA GRANDE (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	-							503.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNID)	1	4 - INV	90	0	495			503.000

0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

30.280.000

		PROJETOS							
25 753	0887 1171	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS							30.280.000
25 753	0887 1171 0001	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS - NACIONAL							30.280.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNID)	1	4 - INV	90	0	495		30.280.000

TOTAL - INVESTIMENTO

1.186.362.099

ORGÃO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 29.821.351

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

29.821.351

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
753 PETROLEO

29.821.351

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO

29.821.351

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

29.821.351

TOTAL

29.821.351

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

29.821.351

6.888.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO

29.821.351

6.888.000.00 CONTROLADORA

29.821.351

TOTAL DA RECEITA ... 29.821.351 RECEITAS CORRENTES ... 0 RECEITAS DE CAPITAL ...

29.821.351

ORGÃO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------	-------	-------	-----	-------	-------

0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO

29.821.351

		PROJETOS						
25 753	0282 1035	IMPLANTACAO DE UNIDADES LUBRAX						21.470.445
25 753	0282 1035 0001	CENTER NO EXTERIOR IMPLANTACAO DE UNIDADES LUBRAX CENTER NO EXTERIOR - NO EXTERIOR UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE) 62	1	4 - INV	90	0	495	21.470.445
25 753	0282 1037	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE LUBRIFICANTES NO EXTERIOR						8.350.906
25 753	0282 1037 0001	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE LUBRIFICANTES NO EXTERIOR - NO EXTERIOR POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 35	1	4 - INV	90	0	495	8.350.906

TOTAL - INVESTIMENTO

29.821.351

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 115.924.688		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		115.924.688
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 692 COMERCIALIZAÇÃO		115.924.688
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		1.643.000
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GÁS NATURAL E ALCOOL		80.864.172
0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		33.417.516
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		115.924.688
TOTAL		115.924.688
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.888.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		39.951.400
6.188.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		39.951.400
6.118.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		39.951.400
TOTAL DA RECEITA - 39.951.400 RECEITAS CORRENTES - 39.951.400 RECEITAS DE CAPITAL - 0		

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA.ACAO.SUBTITULO.PRODUTO	E S F	G N D	M O D	L U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								1.643.000
		PROJETOS						
23 692	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR						1.643.000
23 692	0282 5484 0001	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						1.643.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	1.643.000
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL								80.864.172
		ATIVIDADES						
23 692	0283 4111	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO						1.547.000
23 692	0283 4111 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO - NACIONAL						1.547.000
		INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	1.547.000
		PROJETOS						
23 692	0283 1165	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE COMERCIALIZACAO DE GLP						341.000
23 692	0283 1165 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE COMERCIALIZACAO DE GLP - NACIONAL						341.000
		INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA (%)	1	4 - INV	90	0	495	341.000
23 692	0283 1175	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS						3.459.000
23 692	0283 1175 0001	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS - NACIONAL						3.459.000
		PRODUTO DESENVOLVIDO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	3.459.000

23 692	0283 3346	AMPLIACAO DAS UNIDADES DE FABRICACAO DE ASFALTO, LUBRIFICANTES, PARAFINAS E ISOLANTES							229.000
23 692	0283 3346 0001	AMPLIACAO DAS UNIDADES DE FABRICACAO DE ASFALTO, LUBRIFICANTES, PARAFINAS E ISOLANTES - NACIONAL							229.000
		UNIDADE AMPLIADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		229.000
23 692	0283 3348	AMPLIACAO DA REDE DE POSTOS DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS E GAS NATURAL							73.873.200
23 692	0283 3348 0001	AMPLIACAO DA REDE DE POSTOS DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS E GAS NATURAL - NACIONAL							73.873.200
		POSTO INSTALADO (UNIDADE) 20	1	4 - INV	90	0	495		73.873.200
23 692	0283 3349	MODERNIZACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS							1.414.972
23 692	0283 3349 0001	MODERNIZACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - NACIONAL							1.414.972
		ESTABELECIMENTO MODERNIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		1.414.972

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO **33.417.516**

		ATIVIDADES							
23 692	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS							2.187.020
23 692	0807 4101 0099	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							2.187.020
		IMÓVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495		2.187.020
23 692	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							31.230.496
23 692	0807 4102 0101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							31.230.496
		BEM IMÓVEL MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495		31.230.496
TOTAL - INVESTIMENTO									115.934.688

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO EXTRAORDENARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.250.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
22 INDUSTRIA		1.250.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
663 PRODUCAO INDUSTRIAL		1.250.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.250.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.250.000

TOTAL		1.250.000
-------	--	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		1.250.000
6.928.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.250.000
6.928.000.00 CONTROLADORA		1.250.000
TOTAL DA RECEITA - 1.250.000 RECEITAS CORRENTES - 0 RECEITAS DE CAPITAL -		1.250.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S.A.

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FTE	VALOR
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.250.000
22 662	0007 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						36.000
22 662	0007 4101 0101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						36.000
		IMOVEIS MANTIDO (%) 100	I	4 - INV	90	0	495	36.000
22 662	0007 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						307.750
22 662	0007 4102 0103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						307.750
		SEM MOVEL MANTIDO (%)	I	4 - INV	90	0	495	307.750
22 662	0007 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						906.250
22 662	0007 4103 0117	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						906.250
		ATIVO MANTIDO (%)	I	4 - INV	90	0	495	906.250
TOTAL - INVESTIMENTO								1.250.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.496.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

11.496.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 733 ENERGIA ELETRICA

11.496.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 6297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

11.496.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 498 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

11.496.000

TOTAL

11.496.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FTE	VALOR
6297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								11.496.000
		PROJETOS						
25 732	0297 3418	IMPLANTACAO DE USINA TERMOELETRICA NO AMAZONAS DE 270 MW						11.496.000

25 752	0297 3418 0001	IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA NO AMAZONAS DE 270 MW - NO ESTADO DO AMAZONAS USINA IMPLANTADA (R\$) 2	1	4 - INV	90	0	495	11.496.000
TOTAL - INVESTIMENTO								11.496.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 143.403.060

QUADRO SINTESE POR FUNCOES **143.403.060**
26 TRANSPORTE

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES **143.314.860**
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO **89.000**
785 TRANSPORTES ESPECIAIS

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS **89.000**
8289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL **142.400.000**
8290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS **914.060**
8887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA **143.403.060**
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL **143.403.060**

QUADRO SINTESE POR RECEITA **143.403.060**
6.888.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO **143.403.060**
6.288.000.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO **143.403.060**
6.338.000.00 CONTROLADORA **143.403.060**
TOTAL DA RECEITA - 143.403.060 RECEITAS CORRENTES - 0 RECEITAS DE CAPITAL - 143.403.060

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

ANEXO II **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

8289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL **89.000**

		PROJETOS						
26 785	8289 1045	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS						89.000
26 785	0289 1045 0001	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS - NACIONAL						89.000
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (R\$) 30	1	4 - INV	90	0	495	89.000

8290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS **142.400.000**

		PROJETOS						
26 784	8290 1063	AQUISICAO DE NAVIOS DE 140.000 TFB						142.400.000
26 784	0290 1063 0001	AQUISICAO DE NAVIOS DE 140.000 TFB - NACIONAL						142.400.000
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	142.400.000

91402

		PROJETOS						
26 784	0807 1059	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA- ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS						914.060
26 784	0807 1059 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE INFORMACAO E MELHORIA DA INFRA- ESTRUTURA DAS REDES DE DADOS - NACIONAL						914.060
		SISTEMA IMPLANTADO (9)	1	4 - INV	90	0	49%	914.060
		TOTAL - INVESTIMENTO						143.403,060

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 273.386.200	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICOS	273.386.200
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes 694 SERVICOS FINANCEIROS	273.386.200
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0383 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO	273.386.200
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	273.386.200
TOTAL	273.386.200
QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.8.8.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	273.386.200
6.1.8.8.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO	273.386.200
6.3.1.8.00.00 INTERNAS	273.386.200
TOTAL DA RECEITA — 273.386.200 RECEITAS CORRENTES — 0 RECEITAS DE CAPITAL —	273.386.200

ORGAO : 12000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 12278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								273.386.200
		PROJETOS						
23 694	0282 1057	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL						273.386.200
23 694	0282 1057 0003	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						273.386.200
		BEM ADOTRIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	00	0	495	273.386.200
TOTAL - INVESTIMENTO								273.386.200

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	MOD	U	FTE	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS								1.000.000
		PROJETOS						
26 784	0237 3269	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA)						1.000.000
35 784	0237 3269 0201	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARA						1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M²) 329000	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.000.000

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO EXTRAORDINARIO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 47.280.724

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
24 COMUNICACOES

47.280.724

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
721 COMUNICACOES POSTAIS

47.280.724

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0296 SERVICOS POSTAIS

46.560.856

0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

719.868

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

47.280.724

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

47.280.724

TOTAL

47.280.724

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 47.280.724

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
24 COMUNICACOES

47.280.724

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
721 COMUNICACOES POSTAIS

47.280.724

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0296 SERVICOS POSTAIS

46.560.856

0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

719.868

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

47.280.724

TOTAL

47.280.724

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 SERVICOS POSTAIS								46.560.856
PROJETOS								
24 721	0296 3221	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE						5.187.401
24 721	0296 3221 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE - NACIONAL						5.187.401
		UNIDADE DE PRODUCAO/TRANSPORTE AMPLIADA (UNIDADE) 690	1	4 - INV	90	0	495	5.187.401
24 721	0296 3227	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						2.364.968
24 721	0296 3227 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL						2.364.968
		UNIDADE DE ATENDIMENTO AMPLIADA (%) 1725	1	4 - INV	90	0	495	2.364.968

24 721	0286 3222	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	1	4 - INV	90	0	495	22.836.723
24 721	0256 3223 0001	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL UNIDADE DE ATENDIMENTO MODERNIZADA (UNIDADE) 2032	1	4 - INV	90	0	495	22.035.723
		ATIVIDADES						
24 721	0286 4094	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE						11.655.239
24 721	0256 4094 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE - NACIONAL INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE) 1970	1	4 - INV	90	0	495	11.655.239
24 721	0256 4095	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						5.317.525
24 721	0256 4095 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL INFRA-ESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE) 57	1	4 - INV	90	0	495	5.317.525
0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								719.868
		ATIVIDADES						
24 721	0887 4096	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE INFORMATICA						719.868
24 721	0887 4096 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE INFORMATICA - NACIONAL SISTEMA MANTIDO (UNIDADE) 17	1	4 - INV	90	0	495	719.868
TOTAL - INVESTIMENTO								47.288.724

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 21, DE 2001

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 21, de 2001, que *institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – Profae*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista Relatora: Deputada Nice Lobão. Alguns esclarecimentos:

A Comissão Mista, designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente, não chegou a se instalar.

Durante o prazo de 6 dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara no dia 2 do corrente. Naquela Casa, a Relatora, Deputada Nice Lobão, em substituição à Comissão Mista, concluiu seu parecer pela aprovação da Medida Provisória.

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória no dia 17 do corrente.

O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado.

Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara datado de 15 de abril do corrente.

Discussão da Medida Provisória em turno único. (Pausa.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC.) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Para discutir, tem a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC.) Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nobres colegas, essa proposta visa auxiliar quem faz enfermagem no Brasil, no que se refere ao transporte, seja no âmbito municipal, seja no âmbito intermunicipal. As pessoas que fazem o curso de Enfermagem se dedicam diuturnamente aos que mais precisam, não só no que se refere à aplicação de medicamentos

mas também no sentido de oferecer uma mão meiga, uma palavra de consolo, uma palavra amiga. Parece-me que essa medida provisória visa prestar um auxílio, com relação ao transporte, àqueles que cursam Enfermagem e por isso tem seus méritos.

Faço isso, Sr. Presidente, porque ainda há pouco em Santa Catarina, precisamente no sul do Estado, na cidade de Imbituba, criou-se uma escola de Enfermagem. São mais de cem alunos matriculados, principalmente mulheres; são alunos que vivem não só naquele Município, mas, também, nos Municípios circunvizinhos. Estivemos lá na última sexta-feira, à noite, conversando com os alunos. Essa medida, pelo menos em parte, é uma espécie de lenitivo, pois ajuda a minimizar os custos dos alunos. Como eu me referi há pouco, esse curso visa não só aplicar medicamentos, mas, também, levar uma palavra amiga, uma mão meiga àqueles que mais precisam.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, trata-se de uma medida provisória de grande mérito e que pretende instituir o auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – Profae.

Nós sabemos da carência que existe em todo o Brasil de profissionais da área de enfermagem – atendentes, auxiliares, e assim por diante. Esse projeto pretende tão-somente auxiliar nas despesas realizadas com transporte pelos alunos matriculados neste programa, estabelecendo a quantia de R\$30,00 por mês, que beneficiará cerca de 225 mil trabalhadores ou estudantes do setor, 50% deles auxiliares de enfermagem, cuja renda média não ultrapasse a um salário mínimo. É de alto alcance social e o custo estimado é de 105 milhões.

Portanto, nós votaremos favoravelmente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora eu tenha todas as divergências com a condição política atual do Ministério da Saúde, entendo que esse projeto traz um grande benefício aos trabalhadores de enfermagem no Brasil, busca a qualificação desses profissionais, tem o diagnóstico preciso no Brasil afora de que existe uma grande dívida dos gestores públicos com a revisão da atividade profissional dos agentes e trabalhadores de enfer-

magem brasileiros. O propósito do projeto é qualificar, rever toda a formação desses profissionais e trazer a elevação da assistência à população que busca o serviço público de saúde.

É um projeto inquestionavelmente de mérito e, sem dúvida alguma, trará um grande benefício à saúde.

Lamentavelmente, a bolsa-auxílio é de apenas R\$ 30,00.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 21, DE 2002

Institui o Auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído para os exercícios de 2002 e 2003 o Auxílio-Aluno, destinado a custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos alunos matriculados em cursos integrantes do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE, nos deslocamentos de suas residências para os locais de realização dos cursos que estiverem freqüentando e destes para suas residências.

§ 1º O valor mensal do Auxílio-Aluno, a ser pago pela União, em pecúnia, será de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês.

§ 2º É vedada a incorporação do auxílio a que se refere este artigo aos vencimentos, remuneração, ao provento ou à pensão.

§ 3º O Auxílio-Aluno, de natureza jurídica indenizatória, não será considerado para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para o Plano de Seguridade Social e planos de assistência à saúde.

§ 4º Na hipótese de pagamento mediante operação sujeita à incidência da contribuição instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, ou do tributo que o suceder, o crédito do benefício será acrescido do valor correspondente àquela contribuição ou tributo.

Art. 2º O Auxílio-Aluno não será devido cumulativamente com benefício de espécie semelhante ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de indenização ou auxílio pago sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 3º Farão jus ao Auxílio-Aluno os alunos que estiverem freqüentando efetivamente os cursos do PROFAE.

§ 1º A concessão do auxílio será automaticamente cancelada nos casos de:

- I - comprovada quebra de assiduidade; e
- II - abandono ou evasão.

§ 2º O cancelamento da concessão do Auxílio-Aluno, por quebra de assiduidade, será feito quando for verificado que o aluno não obteve, no mês, setenta e cinco por cento de presença.

Art. 4º A concessão do Auxílio-Aluno dar-se-á conforme o disposto em regulamento, que estabelecerá, ainda, o prazo máximo para sua implementação.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 7:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22, DE 2001**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 22, de 2001, que *altera a legislação tributária federal e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Rodrigo Maia, concluindo pela aprovação da Medida Provisória e das Emendas nºs 1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002, que apresenta.

A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro e não chegou a instalar-se. Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2 perante a Comissão Mista. A Medida Provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia dois do corrente.

O Relator, já mencionado, deu parecer pela aprovação da Medida e das Emendas nºs 1 e 2, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002, que apresenta.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão no dia 17 do corrente. O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado.

Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a Medida Provisória passou a sobrestar as deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, de 15 de abril do corrente.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria. Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Souto, designado pela Presidência como Relator-Adjunto.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, várias iniciativas parlamentares, ao longo do ano passado, procuraram corrigir uma grande injustiça que era, justamente, a falta de atualização do Imposto de Renda.

Eu me lembro de diversos projetos que tramitaram nesta Casa. Um deles, lembro-me bem, de autoria do Senador Paulo Hartung, procurava corrigir essa

injustiça, que era uma tributação disfarçada sobre o Imposto de Renda das pessoas físicas.

Alguns desses projetos começaram a tramitar e o Governo, naturalmente que entendeu a necessidade de atender a esses apelos editou uma medida provisória que corrigia a tabela em 17,5%. Não era a correção que havia sido solicitada por diversos projetos parlamentares, mas, de qualquer sorte, atendia parcialmente a necessidade dos contribuintes pessoas físicas do Brasil.

O Governo, entretanto, ao editar a medida provisória e procurando recuperar os recursos que, eventualmente, o Tesouro Nacional perderia, fez uma alteração que mereceu muita discussão nas duas Casas Parlamentares. Com o fim de recuperar os recursos, aumentou de 12% para 32% o Imposto de Renda sobre as empresas prestadoras de serviço.

Na Câmara dos Deputados, designado Relator o Deputado Rodrigo Maia, por orientação do nosso Partido, o PFL, S. Ex^a apresentou no seu projeto de lei de conversão um parecer que aprovava a medida provisória, mas que, entretanto, rejeitava a idéia da correção do Imposto de Renda das empresas prestadoras de serviço de 12% para 32%.

A meu ver, essa iniciativa foi oportuna. Num momento em que todos falamos do excesso de carga tributária no Brasil, não havia por que aumentar o Imposto de Renda dessas empresas de 12% para 32%. Além disso, outra alteração introduzida pelo Relator na Câmara dos Deputados estabeleceu que a alíquota de 27,5% somente prevalecerá até o ano de 2002, não valendo, portanto, para o ano de 2003.

Essas foram as duas alterações principais que considero terem melhorado bastante a medida provisória, dentro desse projeto de conversão. Por isso mesmo, o meu parecer é a favor da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o congelamento da tabela do Imposto de Renda durou mais de seis anos no nosso País. O que era arrecadação, com o tempo virou um ato de confisco. Digo isso para valorizar a posição desta Casa, porque foi aqui que nasceu a luta pela correção da tabela de Imposto de Renda.

Conseguimos aprovar um projeto que corrigia a tabela de Imposto de Renda em 35%, a sua faixa de isenção e as suas deduções. Esse projeto foi para a Câmara dos Deputados. No final do ano passado, completando quase dois anos de tramitação, a Câmara dos Deputados o aprovou num acordo, que teve a presença da Oposição e também de Lideranças do Governo.

Posteriormente, já anunciada a sanção do projeto, o Governo contactou as Lideranças Parlamentares durante o recesso e argumentou que o texto do acordo trazia alguma insegurança jurídica.

O Governo encontrou, por parte das Lideranças do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do autor do projeto original amplo acolhimento à sua proposta de vetar o acordo e estabelecê-lo numa medida provisória. Qual não foi a nossa surpresa, Sr. Presidente, ao ver embutidos na medida provisória dois contrabandos. O primeiro prorrogava a alíquota provisória de 27,5% indefinidamente, o que não estava no acordo. O segundo aumentava a contribuição social sobre o lucro líquido dos profissionais liberais e dos prestadores de serviço.

O Governo desrespeitou as duas Casas e, na verdade, praticou um ato de absoluto desprezo por um trabalho realizado durante os dois anos de tramitação do projeto.

Fiquei muito feliz, na semana passada, quando a Câmara dos Deputados restituiu o acordo, garantindo uma correção de 17,5%, que é fruto do acordo e metade daquilo que o Senado Federal propôs de correção, e limpou a medida provisória.

O Senador Paulo Souto, como Relator nesta Casa, simplesmente referenda essa posição da Câmara. Como autor da proposta original, quero dizer da minha satisfação, porque, durante os últimos quase oito anos, é a primeira vitória dos contribuintes brasileiros na sua relação com o Fisco, com a Secretaria da Receita Federal. Espero que essa pequena vitória seja uma janela para a reestruturação do sistema tributário brasileiro, não mais como uma tarefa deste Governo, que já está no final, mas como uma tarefa do próximo Presidente da República e da próxima composição do Congresso Nacional.

O Brasil precisa de um outro sistema tributário. Estamos vendo agora a carga tributária bater acima de 30% do Produto Interno Bruto, informação divulgada na semana passada. Um país em desenvolvimento não suporta isso. O que precisamos é de poupança para financiar a agricultura, o serviço, a atividade industrial, e assim por diante, gerando emprego e progresso.

É esse o registro que eu queria fazer; de satisfação, ainda que parcial, na esperança de que possamos ganhar força e energia para fazer o que precisa ser feito, uma profunda reforma tributária no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a concorda em encaminhar a votação?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT - SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Hartung apresentou um projeto de lei que recebeu o apoio do Bloco de Oposição e acabou sendo vetado pelo Presidente da República. Mas, em boa parte, o propósito colocado pelo Senador Paulo Hartung de se fazer um ajuste nos diversos patamares sobre os quais incidem as tabelas de Imposto de Renda acabou sendo considerado, e isso está sendo reconhecido no projeto.

Por outro lado, Sr. Presidente, no que diz respeito ao princípio da progressividade, no que diz respeito ao princípio que normalmente deve caracterizar um sistema tributário, segundo o qual aqueles que detêm mais recursos devem contribuir proporcionalmente mais, o que observamos é que, neste caso, há um certo retrocesso; a tabela previa para aqueles que detinham maior rendimento 27,5% de desconto de Imposto de Renda, uma alíquota que chegou a ser de 35% e, agora, volta novamente para o patamar de 25%, a partir de 2002.

Nesse sentido, quero registrar que há um retrocesso, porque deveríamos caminhar para um sistema tributário no que diz respeito à questão da renda, em que começássemos por um patamar que seria garantido para todos os cidadãos como um direito à cidadania. Depois desse patamar, haveria um intervalo de renda, onde não se cobraria Imposto de Renda – seria o patamar de isenção – para, então, progressivamente, haver alíquotas progressivas que poderiam se iniciar com 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 27,5%, 30% ou relativamente mais, como em diversos países. Portanto, não consideramos ideal a proposta que está em votação, muito embora tenha recebido a aprovação da Oposição no entendimento havido na Câmara dos Deputados.

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua o encaminhamento de votação.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de saudar a todos, mas não poderia deixar de fazê-lo de forma muito especial ao Senador Paulo Hartung.

É evidente que muitos companheiros do PT e da Oposição, tanto na Câmara como no Senado, ao longo da história recente do País, têm feito um trabalho sério, qualificado tecnicamente, buscando inclusive estabelecer a chamada progressividade da tabela de Imposto de Renda, que, mesmo com algumas correções das distorções existentes, tem, sem dúvida alguma, injustiças gigantescas.

Eu e o Senador Tião Viana conversávamos sobre as injustiças que existem e sobre a necessidade da criação de novas alíquotas para aqueles que ganham mais de R\$8 mil. É de fundamental importância que isso seja feito. Não podemos aceitar que seja um mecanismo de impedimento da arrecadação de determinados setores. Não podemos privilegiar determinados setores – enquanto o setor produtivo é de fundamental importância – com a reforma tributária, mas não na preservação dos salários individuais, conforme as injustiças da tabela de Imposto de Renda.

Tenho que saudar o Senador Paulo Hartung pelo espírito que teve ao longo da discussão desta proposta. Em nenhum momento, S. Ex^a fez disso uma conquista pessoal. Muito pelo contrário, cedeu às discussões na Câmara, com o Governo, no Senado, no sentido de que pudéssemos, ao menos, compatibilizar algumas perdas, possibilitando a correção de algumas distorções.

Infelizmente, da forma como aqui está colocado, existe uma coisa que ainda é preservada, que é uma insegurança jurídica, a partir do momento que, após este ano, a partir de 2003, volta ao congelamento inicial e exige um novo projeto de lei e o empenho de um novo governo – espero que seja o do companheiro

Lula – a fim de viabilizar a correção das distorções, mesmo abrindo mão de uma arrecadação de praticamente R\$4 bilhões, o que acaba aumentando a arrecadação com a volta da tabela congelada anteriormente. Portanto, existe a correção das distorções, e, infelizmente, cria-se insegurança jurídica em função do ano de 2003. Corrige algumas distorções, o que é positivo. Mas é de fundamental importância que esta Casa realize um grande debate a respeito da progressividade do Imposto do Renda no País.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2002

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00	-	-
De 1.058,01 até 2.115,00	15	158,70
Acima de 2.115,00	27,5	423,08

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 até 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

Art. 2º Os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....
III - a quantia de R\$ 106,00 (cento e seis reais) por dependente;
.....

VI - a quantia de R\$ 1.058,00 (mil e cinquenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade.

....." (NR)

"Art. 8º

.....
II - das deduções relativas:
.....

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar,

de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.998,00 (mil, novecentos e noventa e oito reais);

c) à quantia de R\$ 1.272,00 (mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente;

....." (NR)

"Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de vinte por cento do valor desses rendimentos, limitada a R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.

....." (NR)

Art. 3º O art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 24

.....

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, considerar-se-á separadamente a tributação do trabalho e do capital, bem como as dependências do país de residência ou domicílio." (NR)

Art. 4º As disposições relativas a preços, custos e taxas de juros, constantes dos arts. 18 a 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicam-se, também, às operações efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que não vinculada, residente ou domiciliada em país ou dependência cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

Art. 5º Na hipótese de doação de livros, objetos fonográficos ou iconográficos, obras audiovisuais e obras de arte, para os quais seja atribuído valor de mercado, efetuada por pessoa física a órgãos públicos, autarquias, fundações públicas ou entidades civis sem fins lucrativos, desde que os bens doados sejam incorporados ao acervo de museus, bibliotecas ou centros de pesquisa ou ensino, no Brasil, com acesso franqueado ao público em geral:

I - o doador deverá considerar como valor de alienação o constante em sua declaração de bens;

II - o donatário registrará os bens recebidos pelo valor atribuído no documento de doação.

Parágrafo único. No caso de alienação dos bens recebidos em doação, será considerado, para efeito de apuração de ganho de capital, custo de aquisição igual a zero.

Art. 6º O campo de incidência do IPI abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde a notação "NT" (não-tributado).

Art. 7º Para efeito do disposto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, o percentual de incidência é o constante da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 8º É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas e às competições desportivas relacionados com a preparação das equipes brasileiras para jogos olímpicos, paraolímpicos e parapanamericanos.

§ 1º A isenção aplica-se a equipamento ou material sem similar nacional, assim considerado aquele homologado para as competições a que se refere o caput pela entidade federativa internacional da respectiva modalidade esportiva.

§ 2º A isenção do IPI estende-se também aos equipamentos e materiais adquiridos diretamente de fabricante nacional.

Art. 9º São beneficiários da isenção de que trata o art. 8º os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paraolímpicas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), bem como as entidades nacionais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas.

Art. 10. O direito à fruição do benefício fiscal de que trata o art. 9º fica condicionado:

I - à comprovação da regularidade fiscal do beneficiário, relativamente aos tributos e contribuições federais;

II - à manifestação da Secretaria Nacional de Esportes do Ministério do Esporte e Turismo sobre:

a) o atendimento do requisito estabelecido no § 1º do art. 9º;

b) a condição de beneficiário da isenção, do importador ou adquirente, nos termos do art. 10; e

c) a adequação dos equipamentos e materiais importados ou adquiridos no mercado interno, quanto à sua natureza, quantidade e qualidade, ao desenvolvimento do programa de trabalho do atleta ou da entidade do desporto a que se destinem.

Parágrafo único. Tratando-se de produtos destinados à modalidade de tiro esportivo, a manifestação quanto ao disposto nas alíneas a e c do inciso II será do órgão competente do Ministério da Defesa.

Art. 11. Os produtos importados ou adquiridos no mercado interno, na forma do art. 9º, poderão ser transferidos, sem o pagamento dos respectivos impostos:

I - para qualquer pessoa e a qualquer título, após o decurso do prazo de quatro anos, contado da data do registro da Declaração de Importação ou da emissão da Nota Fiscal de aquisição do fabricante nacional; ou

II - a qualquer tempo e qualquer título, para pessoa física ou jurídica que atenda às condições estabelecidas nos arts. 9º a 11, desde que a transferência seja previamente aprovada pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As transferências, a qualquer título, que não atendam às condições estabelecidas nos incisos I e II do caput sujeitarão o beneficiário importador ou adquirente ao pagamento dos impostos que deixaram de ser pagos por ocasião da importação ou da aquisição no mercado interno, com acréscimo de juros e de multa de mora ou de ofício.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o adquirente, a qualquer título, de produto beneficiado com a isenção é responsável solidário pelo pagamento dos impostos e respectivos acréscimos.

Art. 12. Os benefícios fiscais previstos nos arts. 9º a 12 aplicam-se a importações e aquisições no mercado interno cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2004.

Art. 13. A Secretaria da Receita Federal e a Secretaria Nacional de Esportes expedirão, em suas respectivas áreas de competência, as normas necessárias ao cumprimento do disposto nos arts. 9º a 13.

Art. 14. Ficam revogados os arts. 13 e 15 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no caso do:

I - art. 1º, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2002.

II - art. 2º, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de passar ao próximo item, a Mesa deseja fazer uma saudação especial ao Senador Paulo Hartung.

O projeto de lei é praticamente da autoria de V. Ex^a, com veto do Poder Executivo, que enviou a medida provisória. O que significa que, se não fosse a iniciativa de V. Ex^a, não haveria esse pequeno benefício concedido aos contribuintes brasileiros. Portanto, o Senado Federal congratula-se com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, o art. 270 do Regimento Interno dispõe que as proposições em tramitação no Senado são subordinadas, em sua proposição, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição. Estão em tramitação ainda na Casa sete medidas provisórias, que foram lidas na sessão de ontem e cujos avulsos encontram-se distribuídos nas Bancadas. As medidas provisórias já chegaram ao Senado com o seu prazo de apreciação esgotado, ou seja, sobrestando as demais apreciações legislativas. Nessas condições, a Presidência propõe aos Srs. Líderes e ao Plenário sua inclusão na Ordem do Dia da presente sessão para apreciação, tendo em vista que, de acordo com a Constituição, enquanto não apreciarmos as medidas, não poderemos prosseguir com as demais matérias anteriormente agendadas, tais como as propostas de emenda à Constituição que tratam da propriedade de empresas jornalísticas e da verticalização das coligações.

Não vejo que haja objeção.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com relação à Medida Provisória nº 4, faço uma consulta – é evidente que não existem obstáculos, apesar da turbulência gigantesca criada para cada um dos Parlamentares viabilizar a discussão de todas as medidas provisórias – ao Líder do Governo e ao Senador Jonas Pinheiro, que foi designado Relator-Adjunto da MP nº 24, se ela entrará na Ordem do Dia ou se, no momento da discussão da medida provisória específica, ela será retirada da pauta.

Faço a consulta, Sr. Presidente. Como há destaques, emendas, discussões com o Governo e com o setor produtivo em relação à MP nº 24, a informação que eu tinha, até uma hora atrás, era a de que ela não entraria na Ordem do Dia de hoje para que ampliássemos o debate sobre essa medida, que é polêmica. Existem reivindicações sérias e objetivas, que podem ser introduzidas hoje, pois temos obrigação de estar preparados, todos os dias e todas as horas, para fazê-lo. Mas, se for possível, proponho retirá-la da

Ordem do Dia, para que ela não entre em discussão hoje, para que possa ser melhor analisada pelo Sr. Relator-Adjunto, o qual tem feito inúmeros esforços para discutir o assunto junto ao Governo e junto a alguns Parlamentares que acompanham o setor agrícola – a não ser que o mesmo já tenha possibilidade de fazer as considerações agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, ainda sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes quero prestar os esclarecimentos à Senadora Heloísa Helena, porque esse é dever da Mesa.

Estão todas com o prazo vencido; portanto, não há possibilidade de retirá-la.

Consulto o Senador Jonas Pinheiro sobre a proposição.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta medida provisória está servindo de base para a discussão de uma outra medida provisória já aprovada e em vias de sofrer sanções. Ou seja, pode ser vetado algum dispositivo aprovado na medida provisória anterior, que é a Medida Provisória nº 9. Recebi uma comunicação do Ministro Pedro Parente para que amanhã, às 11 horas, possamos trabalhar na Medida Provisória nº 24, junto com o que ainda temos de problema da Medida Provisória nº 9, que já foi aprovada. Como existem emendas que o Governo está tentando negociar com o Congresso, teremos que fazer uma reunião, porque muitos dos aspectos que possivelmente serão vetados na Medida Provisória nº 9 terão que ser corrigidos e incluídos na Medida Provisória nº 24.

Em função disso, Sr. Presidente, não há como votar hoje essa medida provisória, se a decisão depender do Relator, no Senado, pois tenho a responsabilidade junto ao Palácio do Planalto de discutir, amanhã, a Medida Provisória nº 24 e os vetos à Medida Provisória nº 9.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, o Vice-Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que, neste caso, a Liderança do Governo vai acompanhar o relatório do Senador Jonas Pinheiro. Como bem disse o Senador Jonas Pinheiro, estamos discutindo no Gabinete Civil e no Ministério da Agricultura uma forma de ampliar e fazer uma ação mais completa com todas as medidas provisórias que trataram de renegociação da dívida.

Por conta disso, a Liderança do Governo acompanha também o posicionamento do Relator-Adjunto, em plenário, e solicita que a apreciação da matéria fique para o dia de amanhã, proporcionando tempo para o entendimento, para a ampliação do debate e atendimento de alguns pleitos.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de louvar, inicialmente, a atuação do Senador Jonas Pinheiro, o qual, há muito tempo - não é de hoje - funciona como interlocutor do Partido, nas negociações em torno da recomposição de títulos do crédito rural.

Estamos na reta final de uma longa jornada. O Senador Jonas Pinheiro, que é um **expert** no assunto, até pela sua formação, um interlocutor do Partido que está desempenhando a contento sua tarefa, tem reuniões marcadas com o Ministro Pedro Parente e com representantes do Governo com vistas à obtenção de uma solução tanto boa para os agricultores quanto palatável para o Governo.

De modo que, com esta manifestação de apreço e de apoio à posição externada pelo Senador Jonas Pinheiro, que fala pelo PFL, quero renovar o apelo para que, associando-me à posição do Líder do Governo, isolemos essa MP, apreciemos as restantes, deixando-a para apreciação após entendimento final com o Ministro do Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a, enquanto a Mesa verifica se há ou não condições de dar continuidade à apreciação de algumas matérias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo que determina a legislação e o Regimento Interno, como não podemos isolar apenas uma medida provisória, o adequado é, então, transferir toda a pauta para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O objetivo do Senado é votar conforme a lei. Se não for possível votar algumas matérias, aí atenderei. Se houver alguma apta à votação, sem prejuízo da legislação, votaremos. Caso contrário, suspenderemos tudo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção dos Líderes da Casa, por gentileza. Sete medidas provisórias estão sobre a mesa. Todas têm o mesmo prazo de vencimento: 30 de março. Como há concordância da Casa, transiro para amanhã a votação da Medida Provisória nº 24, que foi objeto de manifestação da Senadora Heloísa Helena e com a concordância das

demais Lideranças, nada obstando que prossigamos na apreciação de outras medidas provisórias que têm o mesmo prazo de vencimento.

Consulto as Lideranças sobre a questão. Estou fazendo a presente consulta, porque todas as medidas provisórias têm o mesmo prazo de vencimento. Nosso objetivo é votar e não trancar a pauta. Se podemos fazer hoje, por que deixar para amanhã? Uma vez que estamos ainda no prazo para votação das matérias, não estaremos, a meu ver, violando a lei. Agora, se as Lideranças não aceitarem, retiro tudo, porque quem manda são os Líderes e a lei.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a medida provisória específica a ser relatada pelo Senador Jonas Pinheiro, pela ordem em que está na pauta, obsta que sejam votadas, hoje, as demais? Todas vencem no mesmo dia, não?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Todas elas, Senador, venceram no mesmo dia.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB - RJ) – Então poderemos perfeitamente, por parte do Governo, apreciá-las.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A meu ver, sim. Agora quero ouvir os Senadores. A Secretaria está me informando que sim.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB - RJ) – De nossa parte, não há problema.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ouço o Líder José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos discutindo apenas as medidas provisórias, se uma delas vai ficar para ser votada amanhã significa que hoje vamos votar só as MPs e não o restante da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem dúvida, porque as outras matérias ficariam bloqueadas. Na verdade, elas estão sobrestadas, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT - SE) – Nesse caso, há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se há acordo, prossigamos.

Agradeço as Lideranças da Casa, porque o Senado dá demonstrações de que deseja votar, e votar dentro da lei e de acordo com a vontade do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 23, de 2002

(Incluída na pauta com
a aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 23, de 2002, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$115 milhões (cento e quinze milhões de reais) para os fins que especifica.

– Parecer favorável proferido em plenário da Câmara dos Deputados pelo Relator, Deputado José Borba, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Mesa esclarece que, durante o prazo de seis dias após a publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A medida provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 02 do cor-

rente. Naquela Casa foi designado Relator o Deputado José Borba, que concluiu seu parecer pela aprovação da medida provisória. A Câmara dos Deputados aprovou a medida no dia 16 do corrente. O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 31 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a medida provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação. O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da medida provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados datado de 15 de abril do corrente.

Prestados esses esclarecimentos, está em discussão a matéria, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 23, DE 2002

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 115.000.000,00, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor global de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Na hipótese prevista no art. 102-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, alterada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, o saldo apurado das dotações orçamentárias, objeto do Anexo I desta Medida Provisória, consignadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, será remanejado para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									10.000.000
		PROJETOS							
26 782	0220 5384	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS							10.000.000
26 782	0220 5384 0001	OBRAS RODOVIARIAS-EMERGENCIAIS - NACIONAL							10.000.000
			F	4	P	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ORGAO : 5300 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

INEXOR

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECLTOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0667 DEFESA CIVIL									105.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							105.000.000
06 182	0667 4580 0857	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - NA REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS							105.000.000
			S	3	P	00	0	100	105.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									105.000.000
TOTAL - GERAL									105.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA									115.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
49 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							115.000.000
49 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							115.000.000
TOTAL - FISCAL									115.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									115.000.000

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 9:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 25, de 2002

(Incluída na pauta com a
aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 25, de 2002, que *dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário*.

- Parecer favorável proferido em plenário da Câmara dos Deputados pelo Relator Deputado Armando Abílio, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Presidência esclarece que a Comissão Mista designada por esta Presidência, no dia 19 de fevereiro do corrente ano, não chegou a se instalar. Durante o prazo de 06 dias após a publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União** não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A medida provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara no dia 02 do corrente. O Relator, Deputado Armando Abílio, concluiu seu parecer pela aprovação da medida provisória. A Câmara aprovou a Medida no dia 17 do corrente. O prazo de 45 dias esgotou-se em 31 de março passado. Foi recebida formalmente pelo Senado no último dia 19 e passou a sobrestar as deliberações legislativas desta Casa.

O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da medida provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados datado de 15 abril do corrente.

Em discussão a matéria, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação a medida provisória aprovada pela Câmara.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA**Nº 25, DE 2002**

Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A opção, pelo regime especial de tributação instituído pela Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, por entidade aberta ou fechada de previdência complementar, sociedade seguradora ou administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, instituídos a partir de 1º de janeiro de 2002, quando efetivada no próprio ano-calendário de sua instituição, produzirá efeitos a partir do trimestre-calendário da opção até 31 de dezembro do referido ano-calendário.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às hipóteses de instituições resultantes de cisão, total ou parcial, incorporação e fusão.

Art. 2º O regime especial de tributação de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001:

I - relativamente aos planos assistenciais, alcança, exclusivamente, os vinculados às entidades fechadas de previdência complementar submetidos às normas estabelecidas no art. 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001;

II - terá o imposto ali referido imputado às provisões, reservas técnicas e fundos dos respectivos planos.

Parágrafo único. Os prazos de opção a que se referem o caput e o § 1º do art. 3º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, ficam prorrogados, relativamente ao último quadrimestre de 2001 e ao ano-calendário de 2002, para o último dia útil do mês de janeiro de 2002, produzindo efeitos, na hipótese do:

I - caput, para todo o ano calendário de 2002;

II - § 1º, para o período de 1º de setembro de 2001 a 31 de dezembro de 2002, observado o disposto no § 2º daquele artigo.

Art. 3º O resultado negativo apurado em um trimestre-calendário, na forma do art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, poderá ser compensado nos trimestres-calendário seguintes, enquanto o optante estiver submetido ao regime especial de tributação.

Art. 4º Para efeito do disposto no § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, quando houver transferência de participante de plano de benefícios de caráter previdenciário para outro plano da mesma espécie, operado pela mesma ou outra entidade, manter-se-á, para o participante transferido, como data de ingresso, aquela de sua admissão no plano original.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo:

I - não poderá haver qualquer disponibilidade de recursos para a pessoa jurídica patrocinadora ou instituidora, bem assim para o participante, nem mudança na titularidade do plano;

II - a transferência terá obrigatoriamente de ser efetuada entre planos operados por entidade aberta de previdência complementar ou por sociedade seguradora.

Art. 5º O disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 16, de 27 de dezembro de 2001, aplica-se às entidades abertas de previdência complementar, na hipótese de migração ou transferência de planos oriundos de entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 6º O pagamento ou parcelamento na forma do art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, alcança, inclusive, os débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, ajuizados ou a ajuizar, relativos:

I - a processos judiciais ajuizados até 31 de dezembro de 2001, com vencimento previsto, na legislação em vigor, até 31 de janeiro de 2002;

II - na hipótese de entidade fechada de previdência complementar, à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e à Contribuição para a Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a totalidade de suas bases de incidência, a serem determinadas na forma estabelecida pelos §§ 5º, 6º, inciso III, e 7º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, independentemente da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores, observado o disposto no inciso I deste artigo e no § 3º do art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001.

Art. 7º A desistência de ações judiciais referida no § 1º do art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, alcança, obrigatoriamente, todas aquelas cujos débitos serão pagos ou parcelados na forma do referido artigo.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput**, admitir-se-á a desistência parcial, desde que o débito correspondente possa ser distinguido daquele que se vincular à ação remanescente.

§ 2º O pedido de conversão em renda ao juiz do feito onde exista depósito com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito, ou garantir o juízo, equivale, para os fins do gozo do benefício, ao pagamento.

§ 3º O gozo do benefício e a correspondente baixa do débito envolvido pressupõe requerimento administrativo ao dirigente do órgão da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional responsável pela sua administração, instruído com a prova do pagamento ou do pedido de conversão em renda.

§ 4º No caso do § 2º, a baixa do débito envolvido pressupõe, além do cumprimento do disposto no § 3º, a efetiva conversão em renda da União dos valores depositados.

§ 5º Se o débito estiver parcialmente solvido ou em regime de parcelamento, aplicar-se-á o benefício previsto neste artigo somente sobre o valor consolidado remanescente.

§ 6º O disposto neste artigo não implicará restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

§ 7º As execuções judiciais para cobrança de créditos da Fazenda Nacional não se suspendem, nem se interrompem, em virtude do disposto neste artigo.

Art. 8º Deverão, também, ser objeto de desistência os processos administrativo-fiscais, instaurado nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, relativos a débitos a serem pagos ou parcelados na forma do art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001, observadas as condições estabelecidas em seu § 1º, bem assim, no que couber, o disposto no art. 7º desta Medida Provisória.

Art. 9º As desistências referidas nos arts. 7º e 8º poderão ser formalizadas até o último dia útil do mês de fevereiro de 2002, desde que efetuado o pagamento integral ou da primeira parcela no prazo estabelecido no **caput** do art. 5º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 10:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 27, DE 2002

(Incluída na pauta com a
aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 25, de 2002, que dispõe sobre as infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem representação uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

– Parecer favorável do Deputado André Benassi em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 09, de 2002.

A Comissão Mista designada por esta Presidência, no dia 19 de fevereiro do corrente, não chegou a se instalar.

Durante o prazo de 06 dias após a publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A medida provisória iniciou a sua tramitação no plenário da Câmara no dia 02 do corrente. Naquela Casa foi designado Relator o Deputado André Benassi, que apresentou Projeto de Lei de Conversão nº 09, de 2002, e a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão no dia 17 do corrente.

O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional terminou no dia 31 de março. Foi recebida formalmente pelo Senado no dia 19. A medida provisória passou a sobrestar as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

O prazo de 60 dias esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de 15 de abril do corrente ano.

Discussão, em conjunto, da medida provisória e do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2002, em turno único.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos com a inclusão agora dessa matéria. Contudo, não há sequer os avulsos da medida provisória que será votada. V. Exª informou que estavam na mesa, pelo menos aqui não está.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa informa que foi distribuída, mas, mesmo assim, se V. Exª concorda será feita outra distribuição. O Senador Romeu Tuma informa que recebeu. A secretaria deve atender aos Srs. Senadores que não têm os avulsos.

Vou continuar.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Se V. Exªs permitirem, colocarei o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2002, aprovado pela Câmara dos Deputados, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2002, fica prejudicada a medida provisória.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE CONVERSÃO Nº 9 DE 2002

Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Na forma do inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição, quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, em especial das Polícias Militares e Civas dos Estados, proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais:

I - seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro (arts. 148 e 159 do Código Penal), se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima;

II - formação de cartel (incisos I, a, II, III e VII do art. 4º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990); e

III - relativas à violação a direitos humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte; e

IV - furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação.

Parágrafo único. Atendidos os pressupostos do caput, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto à Senadora Emilia Fernandes, que também fez reclamação, se S. Ex^a tem o avulso?

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Não, Sr. Presidente, não temos o avulso aqui. Não está na nossa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Alguns Senadores têm o avulso e outros, não.

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Pergunto a V. Ex^a se a MP nº 26, de 2002, foi colocada em votação, o motivo e se a votaremos ainda? Porque já estamos na MP nº 27. É um esclarecimento que peço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É a que vai entrar agora.

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Então votamos as de nºs 25 e 27 e agora vamos para a de nº 26?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. Agora vamos para a de nº 26.

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Estou acompanhando. Sem os avulsos, preciso do esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a quer o avulso dela?

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Não. Agora tenho as orientações aqui. Não da Mesa, mas do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o painel está indicando errado, por isso a confusão. Ele está indicando a Medida Provisória nº 27. Isso causou certa confusão aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos à Medida Provisória nº 26. Direi do que ela se trata e fica dissipada qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 11:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 26, DE 2002

(Incluída na pauta com a
aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 26, de 2002, que dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional, e dá outras providências.

– Parecer favorável proferido em plenário da Câmara dos Deputados pelo Relator Deputado Antonio Carlos Pannunzio, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente e não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista;

A Medida Provisória iniciou sua tramitação no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 2 do corrente. Naquela Casa foi designado Relator, o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela aprovação da Medida Provisória.

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória no dia 17 do corrente. O prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado;

Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação;

O prazo de sessenta dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de 15 de abril corrente.

Feitos esses esclarecimentos, coloco em discussão a medida provisória, em turno único. (Pausa.)

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para dizer que esta matéria jamais poderia ser objeto de medida provisória. É por isso que as medidas provisórias se avolumam e produzem o atravancamento da pauta.

Com todo o respeito, Sr. Presidente, esta matéria não é matéria de relevância e urgência, mas, evidentemente, vamos votar favoravelmente à matéria, que é justa. Entretanto, não tem a relevância e a urgência que caracterizariam a necessidade de uma medida provisória. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ontem mesmo, disse que concordava inteiramente com V. Ex^a.

Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória, aprovada pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 26, DE 2002

Dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica extinta, a partir de 1º de fevereiro de 2002, a gratificação de produção suplementar, instituída pela Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, e devida aos servidores da Imprensa Nacional.

Art. 2º Os servidores da Imprensa Nacional farão jus à Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

§ 1º Havendo diferença entre o valor da gratificação de produção suplementar, tendo por base a média apurada no exercício de 2001, que corresponde à importância de R\$ 1.241,07 (mil, duzentos e quarenta e um reais e sete centavos), expurgados os períodos em que ocorreram paralisações naquele órgão, e o valor médio da GDATA, observado o nível de cada servidor, será ela paga a título de complementação.

§ 2º A complementação de que trata o § 1º deste artigo será também devida aos servidores redistribuídos ou que vierem a ser redistribuídos, desde que em exercício na Imprensa Nacional no exercício de 2001.

Art. 3º A gratificação de produção suplementar continuará sendo devida aos atuais aposentados e pensionistas, bem assim àqueles que, em 25 de janeiro de 2002, preenchem os requisitos para a aposentadoria, não cumulativamente com a GDATA, tomando-se como base de cálculo o seu valor médio, na forma do disposto no § 1º do art. 2º.

Parágrafo único. Às aposentadorias cujos requisitos venham a ser preenchidos após 25 de janeiro de 2002 e às pensões concedidas após aquela data aplicam-se as regras da GDATA previstas no art. 5º da Lei nº 10.404, de 2002, cumulativamente com o previsto no § 1º do art. 2º desta Medida Provisória.

Art. 4º No mês de janeiro de 2002, a gratificação de produção suplementar será paga tendo por base o seu valor médio, conforme o disposto no § 1º do art. 2º desta Medida Provisória.

Art. 5º Os servidores alcançados pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 7º Ficam revogados os arts. 3º a 7º da Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, e a Lei nº 8.895, de 21 de junho de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 12:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 29, DE 2002**

(Incluída na pauta com a
aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 29, de 2002, que dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado José Carlos Aleluia, em substituição à Comissão Mista, deu parecer favorável na Câmara dos Deputados.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 19 de fevereiro do corrente ano, e não chegou a instalar-se. Durante o prazo de seis dias após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas à Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia dois do

corrente. Naquela Casa, foi designado Relator o Deputado José Carlos Aleluia, em substituição à Comissão Mista, que concluiu seu parecer pela aprovação da Medida Provisória. A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória no dia 17 do corrente.

O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a Medida Provisória passou a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

O prazo de 60 dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de 15 de abril do corrente.

Em discussão a Medida Provisória, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA**Nº 29, DE 2002**

Dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, submetido a autorização, regulamentação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a ser integrado por titulares de concessão, permissão ou autorização e outros agentes, na forma da regulamentação, vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica, com a finalidade de viabilizar as transações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas interligados.

§ 1º A regulamentação prevista neste artigo deverá abranger, inclusive:

I - a instituição da Convenção de Mercado;

II - o estabelecimento das Regras e Procedimentos de Mercado;

III - a definição das regras de funcionamento do MAE, inclusive a forma de participação dos agentes nesse Mercado; e

IV - os mecanismos de proteção aos consumidores.

§ 2º A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contrato bilateral será realizada a preços determinados, conforme a Convenção e as Regras de Mercado.

Art. 2º São órgãos do MAE a Assembléia-Geral, o Conselho de Administração e a Superintendência.

§ 1º As atribuições dos órgãos previstos no caput serão estabelecidas em estatuto próprio, elaborado pelos titulares de concessão, permissão ou autorização e outros agentes mencionados no art. 1º.

§ 2º A ANEEL regulamentará a forma de custeio administrativo e operacional do MAE, que poderá incluir contribuições de seus membros, emolumentos cobrados sobre as transações realizadas e encargos.

§ 3º A forma de solução das eventuais divergências entre os agentes integrantes do MAE, será estabelecida na Convenção de Mercado e no estatuto, que contemplarão e regulamentarão mecanismo e convenção de arbitragem, a eles se aplicando os arts. 267, inciso VII; 301, inciso IX; 520, inciso VI; e 584, inciso III, do Código de Processo Civil.

§ 4º Ficam as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, titulares de concessão, permissão e autorização, autorizadas a aderirem ao MAE, inclusive ao mecanismo e à convenção de arbitragem previstos no § 3º.

§ 5º Consideram-se disponíveis os direitos relativos a créditos e débitos decorrentes das operações realizadas no MAE.

Art. 3º A ANEEL, visando a assegurar a continuidade das operações de contabilização e liquidação do mercado de energia elétrica, regulamentará e conduzirá o processo de transição necessário à constituição e à efetiva operação do MAE, na forma do art. 1º.

Parágrafo único. Os bens, recursos e instalações pertencentes à Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE continuam afetados às operações do MAE até que os agentes promovam sua incorporação ao patrimônio do MAE, obedecidos os procedimentos e as diretrizes estabelecidos em regulamentação específica da ANEEL.

Art. 4º A constituição do MAE, na forma do art. 1º, deve estar concluída até 1º de março de 2002.

Art. 5º O caput do art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual § 1º para parágrafo único:

Art. 14. Cabe ao poder concedente estabelecer a regulamentação do MAE, definir as regras da organização inicial do Operador Nacional do Sistema Elétrico e implementar os procedimentos necessários para o seu funcionamento." (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados o art. 12 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, respeitadas as transações concluídas, contabilizadas ou não, e os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados até a data da publicação desta Medida Provisória, e o § 2º do art. 14 daquela Lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 13:**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 30, DE 2002**

(Incluída na pauta com a
aquiescência das Lideranças)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 30, de 2002, que institui o programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Xico Graziano, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

A Comissão Mista designada por esta Presidência, no dia 19 de fevereiro do corrente, não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, não foram apresentadas emendas perante a Comissão Mista.

A Medida Provisória iniciou a sua tramitação no plenário da Câmara dos Deputados no dia 02 do corrente. Naquela Casa, o relator Deputado Xico Graziano, em substituição à Comissão Mista, concluiu o seu parecer pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão no dia 17 do corrente. O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 31 de março passado. Tendo sido recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 19, a Medida Provisória passou a sobrestar as demais deliberações legislativas desta Casa, até que se ultime a sua votação.

O prazo de sessenta dias de vigência e tramitação da Medida Provisória esgotou-se no último dia 15, sendo prorrogado por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de 15 de abril do corrente ano.

Discussão, em conjunto, da medida provisória e do projeto de lei de conversão, em turno único.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para discutir.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, discutir políticas compensatórias é sempre muito difícil quando elas são absolutamente dissociadas da realidade local. É evidente que votaremos favoravelmente, porque sei, como nordestina que sou, de uma dessas famílias que, muitas vezes, emocionam pela pobreza e pelo sofrimento, na televisão, emocionam nos discursos e nos palanques oficiais, embora pouco de concreto e objetivo seja feito em relação aos pobres do Nordeste.

Já que essa medida provisória será aprovada, seria importante que todos os Parlamentares, especialmente os do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, ficassemos atentos para a discussão dos possíveis vetos presidenciais – que espero que não aconteçam em relação à Medida Provisória nº 9. Infelizmente, a Câmara dos Deputados se encarregou de fazer uma conspiração, a partir do momento que derrubou uma emenda importante, aprovada no Senado, que tratava da condição de adimplência para repactuação do saldo devedor.

É de fundamental importância que nos preparemos para a votação da Medida Provisória nº 24 amanhã, porque ela é muito importante e já está virando cantilena por parte de todos nós. A mim, que já estou nesta Casa há três anos, já está sendo cansativa a discussão do tema — o setor produtivo rural, financiado pelos fundos constitucionais, através do mix do Fat. Brigamos, durante toda a discussão do tema, para corrigir as distorções no saldo devedor. Conseguimos pouco e, para o pouco que se conseguiu, o Governo estabelece, como data limite para a repactuação, o dia 29 de junho, o que é inviável. Pode até ser que não o seja para os Estados dos demais Senadores, mas para Alagoas é inviável. O montante, o teto que foi estabelecido pela Medida Provisória nº 24, é inviável também. Noventa por cento dos produtores rurais do Estado de Alagoas, da bacia leiteira, que está justamente no sertão, região cantada em verso e prosa como a fundamen-

tal para ser atendida, com o objetivo de melhorar a situação de miséria e sofrimento dos nordestinos, acabam não sendo contemplados.

Portanto, faço um apelo ao Governo para que aumente o teto, no mínimo, para 35 mil reais, em relação aos contratos de 1995. É de fundamental importância que isso seja feito, não apenas para os devedores do Estado de Alagoas, mas para todos os devedores dos fundos constitucionais, justamente, das regiões mais pobres do País, das regiões como essa do Nordeste, para a qual estamos votando uma medida compensatória.

A partir do momento em que aprovamos o seguro-renda para preservar, pelo menos, a estrutura anátomo-fisiológica dos famintos do Nordeste, que possamos viabilizar a dinamização da economia local, bem como a geração de empregos e de renda para que o pobre faminto nordestino não fique a mercê dos cadastros feitos e da distribuição desse tipo de seguro de política compensatória.

Espero que o Governo mostre sensibilidade, amanhã, na votação do projeto, para incluir, na MP nº 24, os devedores dos fundos constitucionais do **mix**, do FAT, alterando o teto hoje designado, porque, no caso de Alagoas, 90% dos produtores rurais, especialmente os da bacia leiteira, ficam de fora e estão completamente impossibilitados de dispor desse benefício.

Já que falamos em Nordeste, também precisamos alterar o seguro-safrá. A grande maioria da produção do pequeno agricultor, do agricultor familiar do Nordeste é da chamada lavoura branca, ou seja, mandioca, inhame e folhosa; e esse tipo de produção ficou de fora do seguro-safrá, que na verdade é uma esmola, porque são até R\$600, divididos em seis vezes, para o produtor que ganha até um salário mínimo e meio mensal.

Então, que ao menos se possibilite a ampliação dessa "esmola-safrá" e a ela tenham acesso o pobre produtor nordestino e os pobres produtores das regiões financiadas pelos fundos constitucionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há que se notar que a bolsa-renda, ao prover a família do agricultor penalizado pela seca de até R\$60, avança no direito à cidadania, antes de distribuição de cesta básica.

Mas ainda há situações que levam muitas vezes à distorção. Sessenta reais para uma família constituída ora por mãe e criança, ora mãe, pai e oito crianças, é um critério nem sempre o mais equânime.

Hoje, temos Bolsa-Renda, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e outras, além de vários programas, como o de Erradicação do Trabalho Infantil. É preciso perceber que a racionalidade e o bom-senso estão a indicar que o melhor meio será prover cada pessoa neste País de uma renda como um direito à cidadania igual para todos. Isso servirá para quaisquer situações, inclusive aquela de calamidade por seca.

O projeto, portanto, é um avanço, mas numa direção que ainda está longe de ser alcançada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Votação do projeto de lei de conversão, aprovado pela Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2002, fica prejudicada a Medida Provisória.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2002

Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa-Renda, a ser custeado com recursos alocados para ações emergenciais de defesa civil, para atendimento dos agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

Art. 2º Cabe ao Ministério da Integração Nacional a gestão do Programa de que trata o art. 1º, competindo-lhe definir:

I - os critérios para a determinação dos beneficiários;

II - os órgãos responsáveis pelo cadastramento da população no Programa;

III - o valor do benefício, que poderá ser de até R\$ 60,00 (sessenta reais), mensais;

IV - as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários; e

V - as formas de controle social do Programa.

Art. 3º A operação do Programa Bolsa-Renda fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária.

Art. 4º Os compromissos oriundos de financiamentos de Crédito Rural pactuados com recursos controlados do crédito rural oficial, definidos no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, cujas atividades foram desenvolvidas em áreas ou municípios declarados pelo Governo Federal em estado de calamidade pública ou situação de emergência em razão do fenômeno de estiagem, poderão ser reescalados segundo as normas do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, por prazo compatível com a capacidade de pagamento do produtor, admitindo-se a dispensa do recolhimento da eventual receita obtida ou a ser obtida com a atividade prejudicada pelo fenômeno.

§ 1º Na prorrogação, ficam assegurados os encargos financeiros originais pactuados, bem como eventual mecanismo de equalização por parte do Tesouro Nacional que tenha vigorado durante o financiamento.

§ 2º Fica o Tesouro Nacional autorizado a criar condições especiais de financiamento para os agricultores dos municípios declarados em estado de calamidade pública ou atingidos pelo fenômeno da estiagem, visando assegurar a recuperação de sua capacidade produtiva.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 24, de 2002, constará como Item 1 da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, conforme as Lideranças acordaram.

É a seguinte a matéria:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 24, DE 2002

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 24, de 2002, que *dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Proce- ra, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Carlos Alberto Rosado, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2002, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia de hoje cuja apreciação fica adiada:

– 14 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 1999 (Votação nominal)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais)*, tendo

Pareceres sob nºs 80, de 2001, e 60, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, 1º pronunciamento: oferecendo a redação para o segundo turno; e 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 167 e 168, de 2001): concluindo que a matéria retorne ao exame do Plenário para prosseguimento da sua apreciação em segundo turno, uma vez que a proposição não pode sofrer modificações que envolvam o mérito.

– 15 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2002 (Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 178, de 2002 – art. 357 do Regimento Interno)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens*, tendo

Parecer sob nº 242, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, com voto contrário do Senador Roberto Requião e abstenções dos Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres.

– 16 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que *dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal* (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos), tendo

Parecer sob nº 244, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Especial Mista de Segurança Pública, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências*.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2001 (nº 895/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova solicitação de o Brasil*

fazer a declaração facultativa prevista no artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na Convenção, tendo

Parecer favorável, sob nº 81, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Cândido.

– 19 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 382, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2001 (nº 397/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque), concluída em Nova Iorque, em 10 de junho de 1958*, tendo

Parecer favorável, sob nº 82, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Sarney.

– 20 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 267, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2001 (nº 806/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Mundonovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 150, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 21 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 317, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2001 (nº 745/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Estudantil da Zona Sul de Belo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 127, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

– 22 –

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 12, DE 2002**
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 194, de 2002 –
art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2002 (nº 1.044/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 266, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 147, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 1999, e 284, de 2001, por regularem a mesma matéria.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 155, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2001, a fim de aguardar decisão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, por se tratar de matérias correlatas.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 2º do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Cândido, *solicitando voto de censura ao Governo do Estado de Israel pela invasão militar da Cisjordânia, Estado da Palestina*, tendo

Parecer favorável, sob nº 279, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador Artur da Távola.

Para comunicação de interesse partidário, estão inscritos a Senadora Marina Silva e o Senador Álvaro Dias.

O SR. ARTUR DA TAVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, em primeiro lugar quero me congratular com V. Ex.^a e com a Casa pela eficiência na votação dessas matérias e o avanço que se deu na votação de medidas provisórias desobstruindo a pauta com a colaboração de toda a Casa.

Congratulo-me com V. Ex.^a e com todos as Sr^{as} e Srs. Senadores por essa votação efetivamente rápida e eficiente feita na tarde de hoje.

Em segundo lugar, apenas quero aclarar alguns aspectos. Fica, portanto, suspensa a votação de qualquer matéria daqui por diante, na sessão de hoje, porque a pauta está trancada pela Medida Provisória nº 24, que será votada amanhã. Fica também suspensa qualquer deliberação terminativa nas Comissões, no dia de amanhã, quarta-feira.

Quero apenas deixar isso bem claro com a Casa, com V. Ex.^a, para que todos os Senadores fiquem perfeitamente informados a esse respeito. Ou seja, suspende-se hoje o restante da pauta, sobretudo que fica pela Medida Provisória n.º 24, e suspendem-se as votações relativas a matérias terminativas nas Comissões.

Quero conclamar também os Srs. Senadores que pertencem à Bancada do Governo, para que não deixem de assistir à Comissão de Infra-Estrutura, que foi suspensa em razão da votação do plenário, para que lá compareçam, pois haverá ali uma votação importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Artur da Távola, vamos aos esclarecimentos.

V. Ex.^a, ao fazer a indagação à Mesa, já prestou os esclarecimentos, mas repetirei.

A Medida Provisória nº 24 é o item primeiro da pauta de amanhã. Enquanto ela não for votada, o Plenário não vota nada. A pauta está trancada. As Comissões, em matéria terminativa, não podem votar, mas podem trabalhar nas matérias que não tiverem caráter não-terminativas.

É preciso que isso fique claro, porque amanhã é quarta-feira, dia em que há reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que poderá trabalhar matérias que não sejam terminativas.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, não por responsabilidade de V. Ex.^a, mas da Mesa da Comissão de Infra-Estrutura e de todos nós que lá estávamos, não estivemos aqui durante a votação da Medida Provisória nº18, porque a Comissão estava funcionando. Mas gostaria de deixar firmada a minha posição.

Para o Estado de Alagoas, de uma forma muito especial, a aprovação da matéria significa recursos novos, são mais de 160 milhões de subsídio de equalização da cana-de-açúcar do Nordeste. Infelizmente, o Governo Federal esteve retendo, desde 1999, recursos para o nosso Estado. Mas esse subsídio só resolverá provisoriamente. É dinheiro novo entrando em caixa; contudo, sabemos que se o pagamento não for efetivado, haverá quebradeira de um setor importante.

Todos sabem, Senador Jefferson Péres, da briga histórica que tenho com o setor sucro-alcooleiro do meu Estado. O problema não é da cana-de-açúcar, mas de algumas personalidades que dirigem o setor, que até se dispõem a viver desse tipo de situação.

Poderíamos, se desejássemos - e seria de fundamental importância para o Congresso Nacional -, instalar uma comissão mista para discutir o papel estratégico da cana-de-açúcar, um novo componente de matriz energética por meio da biomassa, inclusive de um combustível não poluente que traria estabilidade ao País diante de crises como a do Oriente Médio. Temas de tamanha importância, de utilização de alta tecnologia produzida no mundo garantiria o aumento de produtividade, inclusive em menores extensões territoriais.

Gostaria de falar também, Sr. Presidente, a respeito do vale-gás, que possui valor muito menor do que o real. Trata-se de um subsídio de R\$7,50, quando o botijão de gás, que todos compramos - a população pobre também -, aumentou em R\$10,00. O Governo, por irresponsabilidade, estabeleceu um instrumento até bonito, do ponto de vista eleitoral: sai por aí distribuindo vale-gás, mas não compensa

sequer o subsídio anteriormente concedido às famílias de baixa renda.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex^a, mas deixo o meu voto registrado com referência à MP nº 18.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Marina Silva, pela Liderança do Bloco.

A SR^a MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de trazer ao conhecimento do Plenário o que já é do conhecimento público, sobretudo no Distrito Federal. Trata-se do que poderíamos denominar de "Caso Cristovam Buarque".

O ex-Governador Cristovam Buarque está condenado pela Justiça Eleitoral do Distrito Federal a três meses de detenção, convertidos em três meses de prestação de serviço à comunidade e à multa de R\$360,00 pelo suposto crime de desobediência a ordens da Justiça Eleitoral.

A sentença foi proferida em Ações Penais Eleitorais, que alega ter havido desobediência a duas liminares concedidas pela Corregedoria Regional Eleitoral antes e durante a campanha eleitoral de 1998.

Em abril de 1998, o PMDB ingressou com uma representação pedindo a suspensão de toda a propaganda institucional do Governo do Distrito Federal, alegando que nela constava o **slogan** "Governo Democrático e Popular", o qual caracterizaria promoção pessoal do Governador e propaganda eleitoral antecipada.

A liminar foi deferida, suspendendo toda a propaganda. Posteriormente, o TSE modificou a decisão e manteve a proibição de uso do **slogan**. Esta decisão foi integralmente cumprida no prazo de cinco dias, fixado pelo próprio corregedor. As provas estão no processo. Apesar disso, o TRE manteve a condenação por desobediência.

Em julho de 1998, o PMDB entrou com outra representação no TRE, alegando que a lei eleitoral proibia o uso de placas de obras e programas de governo durante o período eleitoral. Novamente outra liminar foi concedida, mandando o então Governador Cristovam Buarque retirar todas as placas existentes no Distrito Federal.

Esta decisão outra vez foi modificada pelo TSE, que admitiu o uso de placas, mas proibiu o uso

de símbolos ou expressões que identificassem os candidatos à reeleição. A decisão obrigava tanto o ex-Governador quanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi proibido o uso da expressão "Brasil em Ação". O Presidente não a cumpriu, tanto que o PT nacional, em outra representação, provou o descumprimento, mas o TSE disse que não era sua responsabilidade pessoal, ou seja, não era responsabilidade pessoal do Presidente no caso da expressão "Brasil em Ação", coisa que não aconteceu com relação à propaganda do Distrito Federal, que essa, sim, foi considerada como de responsabilidade pessoal do Governador Cristovam Buarque.

Ocorre que, no mesmo dia em que a decisão do TSE foi tomada e comunicada a Cristovam, ele determinou ao secretário de Comunicação Social que mandasse cumprir a ordem. Por isso, no dia 21 de agosto de 1998, o secretário de Comunicação Social enviou Carta Circular a todos os secretários de Governo e presidentes de empresas e de fundações, determinando o cumprimento da decisão do TSE.

Posteriormente, o TRE, em diligências realizadas, identificou o descumprimento parcial, encontrando algumas placas sem pintura. Por isso, caracterizou como tendo havido nova desobediência do então Governador.

Entretanto, ao contrário do que entendeu o TSE para o Presidente da República, ou seja, que este não possuía responsabilidade pessoal pelo descumprimento verificado, no caso do Cristovam, essa responsabilidade foi exigida, a ponto de o relator dizer que o então Governador tinha a obrigação de verificar em seu próprio carro o cumprimento da decisão do TRE por parte de seus subordinados.

A condenação nem poderia ter ocorrido, porque houve prescrição. Como decorreu mais de dois anos entre os fatos tidos como desobediência e a denúncia do Ministério Público, o processo deveria ter sido arquivado. Não foi e continua a produzir seus efeitos, ameaçando inclusive impedir a candidatura de Cristovam, haja vista que a consequência da condenação transitada em julgado é a inelegibilidade por três anos.

Há recursos contra a decisão do TRE que deverão ser julgados pelo TSE. Espera-se que esse Tribunal, mais distante das paixões locais, julgue-os rapidamente, absolvendo Cristovam Buarque ou, pelo menos, reconhecendo a prescrição e mandando arquivar os processos.

Trata-se de um absurdo a condenação por desobediência a ordens judiciais que, num caso, foi cumprida integralmente e, noutro, além de ter sido cumprida quase que integralmente, houve expressa ordem do ex-Governador para que os secretários e presidentes de empresas procedessem àquilo que determinava a Justiça.

Tudo isso pode ser explicado pela tensa relação mantida pelo então Governador Cristovam Buarque com o Poder Judiciário do Distrito Federal, o que decorreu do fato de a Oposição, especialmente o então Deputado Distrital Luiz Estevão, Senador cassado pelos fatos que todos os senhores conhecem, ter judicializado ação política, de modo que tudo era levado ao Judiciário e, em geral, eram concedidas liminares ou decisões desfavoráveis ao Governo do Professor Cristovam Buarque.

Espera-se que o TSE, mantendo-se equidistante das paixões locais, possa reconhecer a injustiça que vem sendo cometida contra o ex-Governador Cristovam Buarque.

O Sr. Senador Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Senadora Marina Silva, conceda-me V. Exª um aparte?

A SR.ª MARINA SILVA (Bloco/PT - AC) – Ouço o aparte de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Senador Eduardo Suplicy (Bloco/PT - SP) – Senadora Marina Silva, V. Exª traz um histórico isento a respeito dos procedimentos havidos durante o Governo Cristovam Buarque e de como ele, diante da orientação da Justiça eleitoral, resolveu determinar a seus secretários e dirigentes de empresas para que houvesse tão-somente o cumprimento da ordem da Justiça Eleitoral. V. Exª também mostra como houve um procedimento distinto no caso do Governador Cristovam Buarque e do Presidente Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito ao mote "Brasil em Ação". Houve um tratamento díspar, e dada a extraordinária contribuição do Governador Cristovam Buarque como figura pública, torna-se ainda mais grave a decisão que, por enquanto, mantém a Justiça Eleitoral de Brasília. Espera-se – e este é o teor principal do pronunciamento de V. Exª, com o qual estou de pleno acordo – que o Tribunal Superior Eleitoral possa examinar a injustiça que se cometerá ao impedir que o ex-Governador Cristovam Buarque dispute as eleições este ano. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento, com o qual estou de pleno acordo. Quero expressar o nosso sentimento sobre a importância de a Justiça Elei-

toral, em nível superior, reconhecer a injustiça que está sendo cometida contra Cristovam Buarque.

A SR.ª MARINA SILVA (Bloco/PT - AC) – Agradeço o aparte de V. Exª, como Líder do Bloco de Oposição, Senador Eduardo Suplicy, e o incorporo inteiramente ao meu pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que não advogo a idéia de uma justiça, de uma ética de circunstância. Creio que agir de acordo com as circunstâncias é estabelecer um dos mais ferozes princípios de injustiça. O gestor público, no caso o Presidente Fernando Henrique, que usava como mote de seu Governo a frase **Brasil em Ação**, quando essa expressão foi identificada como ligação ao período eleitoral houve a proibição do seu uso; e o não cumprimento dessa determinação judicial poderia acarretar penalidade. No entanto, compreendeu-se que o Presidente da República não poderia sair em um carro próprio, com uma equipe de campanha, arrancando placas – até porque boa parte dessa equipe também são figuras ilustres, Ministros, ex-Ministros, Presidentes de instituições muito poderosas, são seus militantes de proa.

No caso do Governador Cristovam Buarque, o entendimento da Justiça é que a responsabilidade de coordenar a retirada das placas era do Governador, uma responsabilidade pessoal: S. Exª deveria sair em carro próprio, com um grupo de pessoas, e retirar determinadas placas. Ou seja, há aí uma justiça e uma ética de circunstância, com dois pesos e duas medidas: para um caso, toda a compreensão, todo o relevo em relação ao problema; para outro, todo o rigor da lei, toda a severa imposição de que o Governador, pessoalmente, era responsável.

Ora, tanto o Presidente Fernando Henrique quanto o Governador Cristovam, ressalvadas aí as devidas proporções das posições que ocupam, são figuras públicas que só poderiam executar a ação da Justiça, já que se tratava de uma propaganda institucional que anunciava obras do Governo, se essa fosse por meio de decisão institucional. E as pessoas que executaram essa ordem – que não foi uma ordem verbal, mas por escrito do Secretário de Comunicação Social – por alguma razão deixaram algumas placas. Só que nesse caso não houve o crédito da não-execução total àqueles que iriam executar a ação e, sim, pessoalmente ao então Governador Cristovam Buarque.

Todos nós aqui conhecemos a figura do ex-Governador Cristovam Buarque, e é por isso que estou

fazendo este pronunciamento, com todo o respeito que tenho pela Justiça. Sei que são poderes autônomos, mas a sociedade brasileira precisa entender o que está acontecendo, porque a condenação do ex-Governador Cristovam Buarque significa a cassação dos seus direitos políticos e significa também cassar milhares de brasilienses que querem votar em S. Ex^a para que venha a ser Senador nesta Casa – se Deus quiser – e dar uma grande contribuição para o Brasil pela sua competência, sensibilidade e capacidade de tratar os problemas deste País.

Acho inclusive que foi cometida uma ironia na penalidade aplicada ao ex-Governador Cristovam Buarque, porque, além da multa estabelecida em dinheiro, também há a prestação de serviço à comunidade, e acho que isso, para o Sr. Cristovam Buarque, não pode ser entendido como uma pena, de jeito algum, porque prestar serviço à comunidade é o que S. Ex^a tem feito em mais de 30 anos de vida pública, como bom professor na Universidade de Brasília, como ex-Reitor, como o Governador que criou a Bolsa-Escola e como Presidente da Missão Criança. Talvez a pena a ser imposta ao ex-Governador Cristovam Buarque fosse parar de dar suas aulas aos alunos da UnB, onde S. Ex^a ensina como ser um economista comprometido com a transformação social, política, econômica e cultural deste País. Aí, sim, isso seria um castigo para o Cristovam, porque prestar serviços à comunidade ele já faz há muito tempo. Talvez outro castigo fosse proibi-lo de ser Presidente da Missão Criança – uma referência para o mundo todo; o trabalho que ele está fazendo, sobretudo com relação à Bolsa-Escola, é referência para mais de 40 países –, proibindo-o de falar sobre educação, para tirar jovens da exclusão social a que estão submetidos. Prestar serviços à comunidade, para o Cristovam, não é uma pena, ao contrário, é uma continuação daquilo que faz.

Por isso, tenho certeza de que, numa instância superior, em que não há os problemas da disputa paroquial e da justiça de circunstância, tenho absoluta certeza de que esse processo não prosseguirá eivado de injustiças para perseguir e prejudicar uma pessoa que está sendo cassada antecipadamente.

Faço um apelo, se é que posso, ao povo do Distrito Federal para que fique bem atento ao que está ocorrendo. Que as pessoas que queiram derrotar o Cristovam o façam nas urnas; aliás já o fizeram uma vez – não quero aqui entrar nesse mérito. Mas, por mecanismos judiciais escudados em uma visão parcial de Justiça, tentar cassar antecipadamente

aquele que poderá dar uma grande contribuição para este País, não me parece justo. Como professora, companheira de Partido, admiradora de seu trabalho como professor e Presidente da Missão Criança, quero me solidarizar com o meu companheiro Cristovam Buarque, porque considero isso injusto.

Não vou citar nomes, mas sei que muitos daqueles que desviaram recursos públicos, inclusive de instituições muito importantes para a minha região, a Região Amazônica, poderão voltar para o Senado da República. Sei que muitos dos que fraudaram processos poderão voltar sem qualquer impedimento da Justiça. No entanto, o Governador do Programa Bolsa-Escola, da Missão Criança, o bom Reitor da Universidade de Brasília, que contribuiu, e muito, para a criação da União dos Povos da Floresta, para a instalação do Conselho Nacional dos Seringueiros, com quem tenho uma dívida, em nome do Chico Mendes, poderá ser cassado, antecipadamente, para que aqui não venha trazer a sua contribuição. Penso que essa seria uma grande frustração para a população do Distrito Federal.

Sempre que um cidadão de Brasília, uma criança ou um idoso chegar à faixa de segurança, e um motorista parar o carro num gesto de cidadania e respeito pelo ser humano, deve lembrar-se de que o cidadão Cristovam Buarque, que introduziu tantos procedimentos corretos, humanitários e respeitosos no âmbito dos direitos humanos e da dignidade dos moradores do Distrito Federal, como uma referência para o Brasil, esse cidadão está sendo cassado não pela Justiça, como deveria ser.

Não considero que seja correto usar um peso para o nosso Presidente e outro para o nosso ex-Governador. Dois pesos e duas medidas não são referências para a Justiça. A justiça deve ser aplicada de modo igual, até porque os dois procederam encaminhando aquilo que a Justiça determinou: a retirada das placas. Se a obra não foi executada totalmente e algumas ainda restaram, não pode ser conferida à pessoa do Governador a responsabilidade por não realizá-la. Ainda mais, se o caso já prescreveu, não há por que continuar; deveria pelo menos ser arquivado.

Em nome desse distanciamento, de uma Justiça que leve em conta a grande injustiça que poderá ser praticada no caso do Governador Cristovam Buarque, é que acredito na ação isenta e correta do TSE para o caso Cristovam Buarque, para a alegria do povo do Distrito Federal e de todos aqueles, que como eu, desde 1985, quando da criação do Conse-

Iho Nacional de Seringueiros, acompanham o seu trabalho e a contribuição que dá ao povo deste País. Ele não merece ser achincalhado como se fosse um desrespeitador das normas e da legislação brasileira, na observância do que são os critérios de impessoalidade que devem nortear a ação do gestor público.

Erros podem ser cometidos. No momento em que se chama a atenção para tal, eles precisam ser corrigidos. E houve a intenção expressa do Governador em corrigir os erros identificados segundo o entendimento daqueles que determinaram a suspensão da propaganda oficial. Lamentavelmente, parece-me, a intenção não era fazer cumprir a lei, mas usá-la para prejudicar o indivíduo Cristovam e, sobretudo, a sua caminhada política.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concede a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias, como Líder do PDT, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome da Liderança do PDT, trago a esta tribuna denúncia do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos e Containers do Estado do Paraná.

Esse sindicato denuncia a tentativa de monopólio do Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos de Pequenas e Microempresas de Transporte Rodoviário de Veículos – Sindicato Nacional dos Cegonheiros, cuja base territorial é o Estado de São Paulo.

Denuncia, portanto, a tentativa de invasão da base territorial do Estado do Paraná, a exemplo do que já ocorreu em relação a outros Estados, especificamente Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Essa tentativa de invasão da base territorial do Paraná por um sindicato com sede em São Paulo está provocando indignação, revolta, desemprego e manifestações que acabam, lamentavelmente, em violência.

O Sindican, que tem base territorial no Estado de São Paulo, já promoveu uma tentativa de invasão no Espírito Santo, inicialmente, quando os carros – Mercedes, BMW, Volvo, Suzuki, Renault, Honda, entre outros – que chegavam ao Brasil utilizavam-se do Porto de Vitória.

O Sindican, com o objetivo de obter maior lucro para seus filiados, em face do grande fluxo de

veículos que chegavam ao Porto de Vitória, tentou invadir o espaço territorial do Espírito Santo, causando prejuízo aos carreteiros capixabas.

Aqueles reagiram, criando o seu próprio sindicato, o Sintraves – Sindicato das Pequenas e Microempresas de Transportadores Rodoviários de Veículos do Estado do Espírito Santo –, para a defesa dos seus interesses. O sindicato obteve perante a Justiça o reconhecimento do seu direito e impediu a invasão do seu território por parte do Sindican.

Depois dessa tentativa frustrada, novas tentativas foram realizadas na Bahia e em Minas Gerais, também sem sucesso. Agora, o Sindican, de forma impositiva, tenta ocupar o espaço que pertence ao Sindicato do Paraná, provocando, com isso, o desemprego de trabalhadores do meu Estado que atuam perante a Renault.

É curioso e importante destacar que o Sindican se autodenomina sindicato nacional e está exatamente no mesmo endereço de outro sindicato, o Sindicato Nacional dos Cegonheiros. Ambos os sindicatos apresentam o mesmo endereço e o mesmo presidente, o Sr. Aliberto Alves.

O sindicato do Paraná pretende impedir que se consume esse fato, impondo-se na base territorial da categoria específica no Estado do Paraná, controlado e representado pelo Sintravec. Há, sem sombra de dúvida, uma agressão aos direitos dos cegonheiros que trabalham naquele Estado.

O sindicato nacional já referido não admite, por exemplo, que os trabalhadores do Paraná atuem no Estado de São Paulo. Os cegonheiros que prestam serviço à montadora Renault, implantada no Estado do Paraná, não podem, quando estão em São Paulo, carregar automóveis fabricados pelas montadoras Ford e GM, por exemplo. Porém, quando os cegonheiros filiados ao Sindicato de São Bernardo do Campo estão no Paraná, eles têm o privilégio de dividir igualmente os serviços com os trabalhadores do Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse fato motivou o sindicato paranaense a pleitear seus direitos perante o Poder Judiciário. O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República do Ofício do Consumidor e da Ordem Econômica, lotado no Rio Grande do Sul, já vem investigando o monopólio do transporte de veículos das montadoras no Brasil, onde dois grupos operam: um deles é o Grupo Sada Transporte, um grupo italiano responsável por várias empresas, entre

elas a Brasul, T. Norte, Da Cunha, Transzero, Transmoreno. O outro grupo é denominado Axis, responsável pela Chilater, Sinimbu, Transfer, Trans Zoor. Esses grupos fundaram uma associação que se denomina ANTV – Associação Nacional dos Transportadores de Veículos, que, dessa forma, opera perante as montadoras no Brasil.

Em Curitiba, existe uma empresa não filiada à Antv, que é a Transportadora Gabardo, que trabalha com 40 caminhoneiros não filiados à ANTV e mais 40 agregados, igualmente não filiados; que são filiados ao Sindicato do Paraná.

Esses 80 caminhoneiros estão vinculados ao Sintravec – Sindicato dos Cegonheiros do Estado do Paraná, que respeita a sua base territorial, ou seja, o Estado do Paraná, e não admite a invasão de um sindicato do Estado de São Paulo.

Pretende o Sintravec evitar o monopólio e exige o respeito à Constituição Federal, cujo art. 8º, inciso II, preconiza o seguinte:

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...)

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

Medidas judiciais de interdito proibitório já foram promovidas com êxito em Curitiba, pelo advogado Ricardo de Luca Mach, que é o advogado desse sindicato paranaense. Foi expedido mandado de interdito proibitório e, apesar de devidamente cientificados da decisão judicial, continuaram descumprindo-a, trabalhando normalmente no Estado, fato que já foi comunicado ao Juiz.

O Procurador da República, portanto, está investigando esses fatos.

Amanhã, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a empresa CAT – LOG, que representa a Renault nessa área de transporte, responderá se o contrato com a empresa de Transportes Gabardo será mantido e, conseqüentemente, com os caminhoneiros paranaenses. Caso a resposta seja negativa, haverá outra manifestação de bloqueio da entrada da fábrica da Renault do Brasil, tendo em vista que os caminhoneiros do Estado do Paraná não se confor-

mam com a invasão arbitrária dos caminhoneiros paulistas. Daí a urgência das providências.

Ocorreram, durante manifestações anteriores de bloqueio da **Renault**, agressões físicas aos caminhoneiros do Sindicato do Paraná. O que se pretende agora é evitar novas cenas de violência em manifestações na frente da fábrica da Renault em Curitiba.

Por isso, estamos encaminhando ofícios aos Ministros dos Transportes e do Trabalho, para que ambos procurem intervir a fim de evitar a continuidade desses abusos, a agressão à Constituição do País e, lamentavelmente, a agressão aos direitos dos trabalhadores do Paraná.

Esperamos que as providências sejam tomadas, porque entendemos ser da responsabilidade, tanto do Ministério dos Transportes quanto do Ministério do Trabalho, atuarem na iminência de um impasse que pode se prolongar.

Somente uma negociação envolvendo sindicatos, o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Transportes poderá solucionar este impasse. É o apelo que fazemos desta tribuna aos dois Ministros. Esperamos uma pronta ação de ambos, para que possamos evitar maiores aborrecimentos no Estado do Paraná.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo desta semana, Alagoas presta merecido tributo a Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, que completaria 110 anos neste dia 23 de abril.

Como parte das homenagens a esta data, o Instituto Pontes de Miranda, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Escola Superior de Advocacia promovem, em Maceió, o Congresso Nacional de Direito Privado Constitucional e a Sétima Conferência Estadual dos Advogados.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pela primeira vez em 71 anos de existência,

reúne-se na capital alagoana, reverenciando a memória do ilustre jurista.

Imposições do meu ofício, Sr. Presidente, exigindo minha permanência em Brasília, impediram que eu pudesse atender ao convite para participar das justas homenagens prestadas em solo alagoano a esse grande brasileiro. Verdadeiramente honrado, ocupo a tribuna do Senado da República para registrar o importante acontecimento.

A história de vida deste ilustre cidadão alagoano é marcante. Em 1892, nasceu em Maceió aquele que seria um dos maiores autores jurídicos do País e grande figura da inteligência universal.

Até a data de sua morte, no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1979, Pontes de Miranda viveu 87 anos de impressionante produção intelectual. Lúcido e ativo, trabalhou até o final de seus dias.

Pontes de Miranda, prematuro de sete meses, não foi precoce apenas de nascimento. Ainda muito jovem, aos 14 anos de idade, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1911, aos 19 anos.

Em 1909, antes mesmo de concluir o curso, já havia escrito o seu primeiro livro, *"À margem do Direito"*, publicado em 1912. Em 1913, editou *"A Moral do Futuro"*, com prefácio de José Veríssimo. Recebeu o aval e o estímulo de ninguém menos que Rui Barbosa. Daí por diante não parou mais. Obras-primas surgiram em quantidade.

Em 1916, aos 24 anos, escreveu *"História e Prática do Habeas Corpus"*, dando firmeza à defesa dos direitos fundamentais do homem. Esse livro magnífico não envelheceu com o tempo e ainda hoje é consulta obrigatória para estudantes e operadores do Direito em geral.

"O Tratado de Direito Privado", concluído em 1970, tem 30 mil páginas condensadas em 60 volumes. É, sem dúvida, a mais extensa obra até hoje escrita por uma só pessoa, como lembrou, aqui mesmo nesta tribuna, nesta Casa, o ex-Senador e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa.

Ao publicar, em 1945, a obra *"Democracia, Liberdade e Igualdade – Os Três Caminhos"*, exaltou o papel da educação do povo como condição básica para a vida democrática.

Defensor apaixonado dos direitos humanos, desde cedo propagou a igualdade entre homens e mulheres, afirmando que, em matéria de sexo, tudo nos une e nada nos separa, inclusive no plano dos méritos, das prerrogativas e dos deveres.

Movido pela sua admirável capacidade de trabalho e pelo seu talento, escreveu com profundidade sobre quase tudo: direito, sociologia, filosofia, matemática, ciência política. Produziu literatura de excelente qualidade e publicou poemas.

Era um intelectual de vanguarda. Escreveu sobre o direito à subsistência, o direito ao trabalho, o direito à educação, o direito à assistência, o direito ao ideal. A obra *"Os Novos Direitos do Homem"*, de 1933, antecedeu, Sr. Presidente, em 15 anos a Declaração das Nações Unidas.

Paladino da liberdade e da democracia, não hesitou em recusar o posto de embaixador brasileiro na Alemanha, por discordar dos métodos de então.

Passou a maior parte da sua vida na biblioteca, com mais de 100 mil volumes. Estudava e escrevia no mínimo doze horas por dia. Sua obra genial ultrapassou os 200 volumes e foi traduzida para dezenas de idiomas.

Pontes de Miranda espalhou brilho por onde passou. Advogado, matemático, jornalista, filósofo, sociólogo, antropólogo, magistrado, professor, poeta, diplomata, ocupou a Cadeira de número 7 da Academia Brasileira de Letras.

Além do estudo, Pontes de Miranda também amou a vida e a vivência. Tinha prazer em saborear um churrasco com os amigos. Frequentava clube, boates e gostava de música – dos clássicos até a jovem música pop. Sempre esteve à frente de seu tempo.

Defensor das prerrogativas do Poder Legislativo, o ilustre jurista alagoano foi, durante toda sua longa vida, um monumento de coerência, de retidão e de força moral.

"O que fica é o que se fez. E o que se fez é de todos."

Essa frase, dita pelo próprio Pontes de Miranda, reflete a importância da manutenção do patrimônio cultural e moral deixado pelo grande pensador e que pertence a todos e a todos há de sempre ser útil.

É a esta gigantesca figura, orgulho de Alagoas e do Brasil, que tenho a honra de prestar minha humilde homenagem. E sei que também o faço em nome do meu Partido, o PMDB, refletindo o sentimento da bancada alagoana no Congresso Nacional.

Todos nós temos o dever cívico de preservar, além da magistral obra, o exemplo de desprendimento, de dignidade e de vida deixados por Pontes de Miranda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar um fato que considero importante, relacionado com a atuação do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

No último dia 11, na Embaixada da Espanha, aqui em Brasília, tive a satisfação de testemunhar um fato muito significativo para o Rio Grande do Sul. O Governo do Estado gaúcho e o Governo da Espanha assinaram um contrato que objetiva a execução dos estudos de viabilidade do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria.

O contrato foi firmado pelo Secretário de Obras Públicas e Saneamento do Rio Grande do Sul, Edson Silva, o Conselheiro Econômico Espanhol para o Brasil, Vitor Audera Lopes, e o engenheiro José Roncero, diretor das empresas contratadas Euroestúdios S/A e Novotecn S/A.

A Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria localiza-se na região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 15.739 km², englobando os territórios de seis Municípios gaúchos: Dom Pedrito, Sant'Ana do Livramento, Rosário do Sul, Cacequi, Lavras do Sul e São Gabriel, sendo que os dois últimos possuem suas sedes municipais fora da Bacia.

Esta região, Srªs e Srs. Senadores, tem um significado muito especial para mim. Dom Pedrito é minha cidade natal e Sant'Ana do Livramento é minha cidade de vivência política, de onde saí da Câmara Municipal – onde fui vereadora por três mandatos – e da minha sala de aula – onde durante 23 anos exerci o magistério – para vir ao Senado Federal.

Portanto, conheço bem essa região, seu potencial e o esforço de sua gente para vencer as dificuldades, assim como a ausência de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do seu povo.

O nosso Governo do Rio Grande do Sul tem consciência e compromisso com aquela região e tem se empenhado em desenvolver políticas alternativas em várias áreas, em direção a mudanças do perfil socioeconômico e cultural, visando a melhor distribuição de renda, a diversificação, a construção participativa e solidária da riqueza e, principalmente, o fortalecimento do espírito de integração regional.

Enquanto alguns, inclusive lá do Estado do Rio Grande do Sul, insistem em dividir ou separar o Rio

Grande, nós, ao contrário, apostamos no somatório de forças, de idéias, de esforço coletivo como forma de alcançar a dignidade e o bem-estar da nossa gente daquela importante região, brasileiros e brasileiras por opção, verdadeiros patriotas, heróis anônimos das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, o grau de importância desta Bacia Hidrográfica no contexto regional levou o Poder Público Estadual a promover uma série de ações de planejamento ao longo dos anos – não apenas este Governo, inclusive em Governos anteriores –, objetivando o processo de gestão dos recursos hídricos regionais, fundamentais para o desenvolvimento integrado e sustentável ambientalmente. O Estado considera este projeto de tal importância que, por meio do Decreto nº 37.756, de 9 de setembro de 1997, criou o Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria.

O Programa de Recuperação desta significativa bacia hidrográfica do Rio Grande do Sul é uma dessas ações concretas que tem entre seus objetivos:

Adotar programas de tratamento integrado e coordenado para a recuperação e o desenvolvimento da bacia do rio Santa Maria, induzindo o aproveitamento racional dos recursos naturais, conciliando o desenvolvimento das atividades com a preservação ambiental dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Promover o fortalecimento do gerenciamento ambiental e dos recursos hídricos, no âmbito da bacia.

Desenvolver instrumentos necessários ao gerenciamento dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica, que se constituem na infra-estrutura básica ao desenvolvimento econômico da região.

Nesse sentido, cabe ressaltar o importante trabalho realizado pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, fundado em 1994, na cidade de Dom Pedrito, e presidido nos últimos anos pelo senhor Romeu Andreazza. Desde a sua fundação, o Comitê do Rio Santa Maria tem realizado o trabalho de identificação dos problemas cruciais do consumo de água – no que se refere à poluição –, dificuldades de vazão e outros pertinentes.

É importante que se diga que esse Comitê é formado por representantes governamentais e não-governamentais, a população, os produtores, os ambientalistas, os estudiosos, as universidades.

Em relação ao contrato entre o Governo do Estado e a Espanha, ressalta Andreazza:

É muito importante essa iniciativa para avançarmos na viabilidade da recuperação do rio Santa Maria para o Estado e para a região, possibilitando com esses estudos e levantamentos subsídios para o Plano de Recuperação e Desenvolvimento de nossa bacia, e até possíveis financiamentos internacionais.

Assim, dentro do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Santa Maria, estão previstas obras de barreamento, educação ambiental para preservação da natureza e perenização do rio.

O levantamento quali-quantitativo das águas da bacia está em fase de execução, por meio de convênio firmado entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Universidade Federal de Santa Maria.

Estão sendo implantados projetos de tratamento de esgotos urbanos nas cidades abrangidas. Nesse verão passado, por exemplo, foi feito algo inédito: pela primeira vez, órgãos que tratam da questão do meio ambiente realizaram publicação semanal das análises das águas do rio junto à cidade de Rosário do Sul, demonstrando padrões de balneabilidade.

Faz parte ainda do programa, a construção, em Dom Pedrito, do Centro de Reciclagem de Vasilhames e Embalagens de Resíduos Agrotóxicos, que está à disposição de toda a bacia.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa conquista torna o Rio Grande do Sul o primeiro Estado brasileiro a assinar contrato nesses termos com o Governo da Espanha, medida esta não apenas de alto significado para o Rio Grande do Sul e para a metade sul do Estado, mas também, sem dúvida, para o Brasil.

Dessa forma, o contrato assinado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Governo da Espanha para a execução dos estudos de viabilidade do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica de Santa Maria contará com recursos no valor de 286 mil Euros (aproximadamente R\$580 mil), que serão repassados diretamente pelo Governo espanhol ao consórcio de empresas espanholas vencedor da licitação.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque estamos fazendo esse destaque. Houve compreensão e sensibilidade por parte do Governo da Espanha que

conseguiu repassar ao Estado do Rio Grande do Sul o montante de 286 mil Euros, aproximadamente R\$580 mil, que serão doados sem a necessidade de contrapartida e a fundo perdido. O ato de assinatura é resultante das negociações entre a Secretaria de Obras Públicas e Saneamento (SOPS) e o Ministério da Economia da Espanha, realizadas quando o Secretário de Obras Públicas e Saneamento, Edson Silva, esteve, juntamente com a comitiva do Governador Olívio Dutra, em Madri.

Trata-se de uma importante conquista para a metade sul do Estado que, sabemos, tem dificuldades sociais e econômicas, até pela cultura da centralização de renda, pela falta de diversificação que há. Diz o Secretário de Obras:

Esta é uma importante conquista para a metade sul do Estado, na medida que possibilita discutir, a partir desse projeto, mecanismos para potencializar o desenvolvimento econômico, integrando os Municípios da fronteira banhados pelo Rio Santa Maria.

Ao concluir os estudos, no prazo de 6 meses, como está previsto, certamente os resultados serão importantes para apresentar alternativas de desenvolvimento sustentável para a Região, com a utilização múltipla dos recursos hídricos nas áreas de abastecimento, proteção ambiental, regularização de vazão, lazer e piscicultura.

Os trabalhos deverão identificar o que é necessário para evitar as sucessivas cheias que durante o inverno atingem os Municípios Cacequi, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Sant'Ana do Livramento e São Gabriel, todos banhados pelo rio. Possibilitam ainda a geração de novos empregos, o aumento da renda e a irrigação principalmente nas culturas de arroz, milho, soja e fruticultura.

Sr. Presidente, nos próximos dias 29 e 30, parlamentares da Espanha virão a esta Casa para trocar informações com parlamentares brasileiros

Finalizando, quero me solidarizar com o Governo espanhol e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do nosso Governador Olívio Dutra, que demonstra sensibilidade para construir o futuro investindo em projetos, mas agindo no presente, oferecendo alternativas, mantendo diálogos constantes com as comunidades locais, nacionais e também internacionais. Essa visão de um Governo participativo e popular é que faz a diferença.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assisti, de certa forma exultante, ao ato que assinou Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique, em Palácio, de contratos para outorga de concessão de uso de bem público do aproveitamento hidrelétrico em diversas regiões do País. Dentre eles, dois projetos estão no território tocantinense: o projeto de São Salvador, no rio Tocantins, e o projeto de Santa Isabel, no rio Araguaia.

São, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, iniciativas fundamentais, porque a matriz energética brasileira, praticamente centrada na produção hidrelétrica, procura atender às demandas de um País que busca o seu caminho correto de desenvolvimento. Seguramente a energia é combustível preponderante, fundamental, para esse processo de desenvolvimento, fato que se fez sentir na demanda reprimida registrada no ano passado. Entendemos que, de agora para frente, a oferta e a busca da geração de energia elétrica vem ao encontro das necessidades do nosso País, que procura encontrar definitivamente os caminhos adequados para o seu desenvolvimento.

No Tocantins, Sr. Presidente, encontrava-se presente o Governador Siqueira Campos, que, de forma pioneira, inaugurou uma nova matriz de energia para o Estado, dando ensejo a que Tocantins organizasse o seu sistema de geração, de produção e de distribuição, fazendo a energia elétrica chegar aos diversos municípios tocantinenses. Agora, de forma expressiva também, avança em direção ao meio rural, dando oportunidade ao homem do campo de oferecer a sua família uma condição mais favorável, mais saudável de vida e, além disso, permitindo-lhe otimizar o desenvolvimento de suas atividades econômicas, quer atividade pesqueira, quer atividade pastoril, quer atividade agrícola.

Esse investimento propiciou a convocação do setor primário para um modelo novo de parceria, em que o setor primário contribuiu para a produção de energia elétrica, tão necessária e tão importante para o Brasil.

Por essa razão, surgiu ali a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, com a capacidade de geração de 950 megawatts, atendendo de pronto à demanda de Tocantins, que não ultrapassa ainda os

150 megawatts. Com isso, Tocantins dá sua contribuição às demais regiões brasileiras, onde há demanda reprimida. Esses novos investimentos – com o aporte de valores expressivos, seguramente superiores a R\$2 bilhões – certamente contribuirão para a irrigação da economia do Estado, gerando mais riquezas, novos pontos de serviços e, mais do que isso, propiciando o atendimento das necessidades nacionais das diversas regiões brasileiras, propiciando à região tocantina o uso múltiplo das águas. Não haverá somente o aproveitamento energético e a geração da energia elétrica tão importante neste momento de crescimento do Brasil, mas o uso múltiplo das águas, com o aproveitamento das atividades pesqueiras, de navegação e de irrigação, oferecendo oportunidades para novos empreendimentos e para que o aproveitamento do potencial de riquezas que Tocantins oferece seja transformado em postos de serviços, em geração de benefícios, de riquezas e de postos de trabalho que efetivamente beneficiem sua população.

É motivo de muita alegria para a brava gente tocantinense, que acreditou nesse rincão brasileiro e experimenta um processo avançado de desenvolvimento e de progresso que reflete na melhoria da qualidade de vida das pessoas e em uma efetiva promoção social. Vêm esses novos empreendimentos, que hoje o Presidente da República, com a presença do Senador Siqueira Campos, assina com as concessórias, demarcar o processo de aumento de produção e de geração desse verdadeiro combustível do desenvolvimento, que é a energia elétrica nos rios Tocantins e Araguaia.

É, portanto, com muita alegria, Sr. Presidente, que registro este momento significativo para o Estado do Tocantins, para a valorosa gente tocantinense e, de resto, para todo o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encontra-se na Casa o Sr. José Reginaldo Duarte, primeiro suplente convocado da representação do Estado do Ceará, em virtude de licença concedida ao titular, Senador Luiz Pontes, para tratar de interesse particulares.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o Diploma recebido:



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ESTADO DO CEARÁ**



O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, aos 14 de dezembro de 1998, diploma 1º Suplente de Senador, eleito pela Coligação "Prá Frente Ceará" (PPB / PTB / PPS / PSD / PSDB), no pleito de 4 de outubro do mesmo ano, o Senhor JOSÉ REGINALDO DUARTE, de acordo com os extratos das atas constantes no verso.

Fortaleza, 14 de dezembro de 1998.

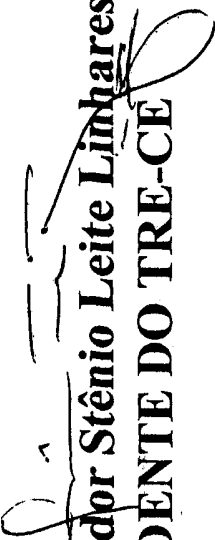

**Desembargador Stênio Leite Linhares
PRESIDENTE DO TRE-CE**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Extrato da Ata Geral

Às 17:30 horas do dia 16 de outubro de 1998, na sala de sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, sob a presidência do Senhor Desembargador Stênio Leite Linhares, presentes o Senhor Vice-Presidente Desembargador Raimundo Hélio de Paiva Castro, os Senhores Juizes José Maria de Vasconcelos Martins, Luiz Nivardo Cavalcante de Melo, José Arísio Lopes da Costa, José Danilo Correia Mota, Napoleão Nunes Maia Filho e o Senhor Procurador Regional Eleitoral, Francisco de Araújo Macedo Filho, foi proclamado eleito para o cargo de 1º Suplente de Senador, pela Coligação "Prá Frente Ceará" (PPB / PTB / PPS / PSD / PSDB), no pleito de 4 de outubro de 1998, o Senhor JOSÉ REGINALDO DUARTE.

Às 17:30 horas do dia 2 de dezembro de 1998, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará tomou conhecimento do total de votos apurados - 3.300.859 - tendo o referido candidato obtido 1.433.020 votos.
Fortaleza, 14 de dezembro de 1998.


Desembargador Stênio Leite Linhares
PRESIDENTE DO TRE-CE

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Chico Sartori, Mozarildo Cavalcanti e Leomar Quintanilha para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Reginaldo Duarte é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. REGINALDO DUARTE (Bloco/PSDB – CE) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Reginaldo Duarte, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Ceará, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do PSDB.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2002.

Nome parlamentar: **Reginaldo Duarte**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se 25 do corrente, quinta-feira, às 13 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à votação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 5, de 2001, discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2002, e dos Projetos de Decreto Legislativo do Congresso Nacional nºs 4, 5, 6, 7 e 8, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Carlos Bezerra, Romero Jucá, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Tião Viana, Mauro Miranda e Leomar Quintanilha enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a este plenário debate por mim proferido no Seminário Maracanaú 2002, promovido pela Associação dos vice-prefeitos do Estado do Ceará – AVIPRECE, realizado no município de Maracanaú, em 19 de abril próximo passado, onde se discutiu a municipalização da saúde no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

NOTA TÉCNICA Nº 360, DE 2002

MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL O que deu e o que não deu certo

1. Um pouco de história

A municipalização das ações de saúde é uma idéia antiga e cara ao Movimento de Reforma Sanitária. Ela foi o tema da 3ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1961, e era o eixo fundamental da reforma sanitária que se formulava no período.

Com o golpe militar de 1964, estabeleceu-se um movimento de desmunicipalização das responsabilidades sociais e, dentre elas, a saúde. A centralização de recursos no nível federal durante o período autoritário – em especial após a reforma tributária de 1967 – e o crescimento da oferta de serviços de assistência médica pela Previdência Social durante a década de 70 tiveram, como consequência, a redução da participação de estados e municípios no investimento e no financiamento de ações e serviços de saúde.

As ações pioneiras intentadas nas décadas de 70 e 80 – Programa Nacional de Controle da Tuberculose, Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, Ações Integradas de Saúde, Sistema Único Descentralizado de Saúde – testaram a estratégia de descentralização, pouco contribuindo, no entanto, para a municipalização, uma vez que as transferências federais se fizeram apenas para as secretarias estaduais de saúde e só muito excepcionalmente atingiram os municípios.

A diretriz de descentralização é a primeira a ser citada no texto constitucional que define o Sistema Único de Saúde: "descentralização com direção única em cada esfera de governo". Sua implementação, no entanto, sofre tantos percalços quanto as demais. Entre outras coisas, as disponibilidades e os meca-

nismos de financiamento do sistema têm definido as características e as possibilidades de sua materialização.

A partir da promulgação das normas operacionais do Sistema Único de Saúde de 1993 e 1996, viu-se um redobrar de esforços no sentido de avançar a descentralização da saúde no País que se concretizou, principalmente, como municipalização.

O aprimoramento das transferências fundo-a-fundo e a responsabilização crescentemente assumida pelas administrações municipais com ações e serviços de saúde fizeram com que, hoje, a própria diretriz da Emenda Constitucional nº 29 – que determina a aplicação de percentuais mínimos das receitas tributárias com gastos com saúde nos níveis federal, estadual e municipal – tenha sido superada na grande maioria dos municípios brasileiros.

Segundo recente levantamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mais de 80% dos municípios brasileiros já gastam com saúde mais do que os 15% de recursos de fonte tributária obrigatórios.

O avanço no processo de gestão municipal das ações e serviços de saúde ocorreu, com muita frequência, acompanhando o fortalecimento da estrutura de poder municipal. A busca e a experimentação de processos e instrumentos gerenciais mais racionalizadores, mais democráticos e autônomos em saúde não são fato isolado, mas, em uma proporção grande dos casos, fazem parte de um processo de modernização da administração municipal como um todo.

Em alguns municípios, entretanto, o setor saúde é que se adianta no processo e define um ritmo mais intenso.

2. Do que estamos falando

Municipalização está sendo aqui entendida como a competência do Poder Público Municipal para formular as políticas de saúde de âmbito local e para planejar, organizar, executar, avaliar e controlar as ações e serviços de saúde na sua área de atuação.

Ela é justificada pela maior racionalidade que confere à organização do sistema de saúde, uma vez que o poder de decisão se encontra mais próximo dos problemas a serem enfrentados.

Como todo processo de descentralização, consiste em redistribuição de poder, redefinição de papéis das três esferas de governo, reorganização institucional, reformulação de práticas e controle social.

3. O que deu certo

Em primeiro lugar, a transferência da gestão das ações e serviços de saúde para o nível municipal resultou em melhora concreta do atendimento e do acesso, com redução do volume de fraudes e irregularidades, comprovando o acerto da política de municipalização e regionalização quando bem conduzida.

Os estudos disponíveis mostram que há maior satisfação dos usuários nos municípios que assumiram mais a gestão de sua saúde.

Na medida em que envolve dimensões políticas, sociais e culturais, a efetivação da municipalização – e da regionalização como um todo – pressupõe diálogo, negociação e pactuação entre os atores. Esses processos vêm sendo desenvolvidos e aprimorados com o tempo e constituem a base de legitimação das decisões.

O exercício do poder, das responsabilidades e das competências políticas, gerenciais e técnicas, pelos municípios, no processo de assumir e exercer a gestão das ações e serviços de saúde tem representado para muitos deles uma conquista gradativa de recursos, de autonomia e de instrumentos de gestão que ampliam o espaço de governabilidade do município.

4. O que não deu certo

Importantes áreas de responsabilidade no âmbito das novas atribuições dos municípios que passaram a gerir seu setor saúde não foram assumidas por eles.

Assim, por exemplo, enquanto uma alta proporção de municípios passou a assumir o controle de doenças – atribuição praticamente exclusiva do nível federal, no antigo modelo –, um em cada quatro não mantinha sistemas de vigilância epidemiológica.

A vigilância sanitária também não foi assumida por igual proporção de municípios que tiveram sua saúde municipalizada.

A assistência farmacêutica foi assumida de forma amadorística pela maioria dos municípios.

Igualmente a questão dos recursos humanos – que tem assumido um caráter estratégico, nesses últimos anos, no setor como um todo – vinha sendo tratada de maneira bastante incipiente por eles, ou simplesmente ignorada.

Na área de assistência médica, a municipalização tropeçou em sérios problemas, entre eles o fato de esses municípios não terem assumido as funções de fiscalização e controle dos serviços credenciados e contratados.

Muitos municípios tiveram e têm problemas sérios no que diz respeito às especialidades médicas, por conta das resistências e bloqueios que dificultam o estabelecimento de relações de referência e contra-referência.

São significativas as dificuldades de vários municípios em obter número e distribuição adequados de leitos para urgências e emergências.

Na maioria dos casos, não houve adequação das estruturas administrativas das prefeituras e secretarias municipais de saúde às novas atribuições advindas do processo de municipalização. Em decorrência dessa dificuldade, a maioria desses municípios vem atuando com uma estrutura informal ou paralela, marcada pelas relações pessoais entre técnicos e dirigentes.

Os principais problemas de gestão ainda presentes são a concentração de atividades em poucas unidades administrativas; a deficiência de unidades de administração e financeira; a inexistência de unidade de desenvolvimento de recursos humanos; a precariedade das redes de comunicação; a indefinição de papéis e competências das unidades administrativas; a inadequação dos planos de cargos e dos quadros de pessoal e a inexistência ou inoperância de organismos de controle e fiscalização.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu objetivo, ao subir à tribuna hoje, é chamar a atenção para um projeto de lei, de minha autoria, de importância fundamental para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso. Trata-se de um projeto na área de transportes, que tem por escopo modificar o trajeto original de uma rodovia, a BR-242, assim como está descrita no Plano Nacional de Viação, que é uma lei de 1973. A modificação do trajeto faz-se necessária, de modo a adaptá-lo às transformações ocorridas na economia e na demografia do Estado de Mato Grosso nos últimos 29 anos.

Sr. Presidente, o Plano Nacional de Viação, desde que foi aprovado em 1973, tem cumprido papel relevante no desenvolvimento nacional, ao traçar os caminhos pelos quais os passageiros e as cargas se movimentam no extenso território que temos. Todavia a realidade, como sabemos, é dinâmica, e seria impossível aos técnicos que elaboraram o plano, há praticamente trinta anos, saber qual seria a configuração econômica e demográfica das diversas regiões de nosso País, passado esse considerável lapso de tempo. Por esse motivo, o Plano Nacional de Viação vem sendo continuamente modificado e aperfeiçoado, por

meio de iniciativas legislativas. O PLS de minha autoria é uma dessas iniciativas.

A BR-242, atualmente, sempre no sentido leste-oeste, isto é, longitudinal, parte das proximidades da cidade de Feira de Santana, corta o Estado da Bahia, passando por Seabra e Barreiras, entra no Estado de Tocantins, cortando-o também, de ponta a ponta, depois entra no Estado de Mato Grosso, passando pela cidade de São Félix do Araguaia. Embora não tenha sido construído em sua totalidade, o traçado original da BR-242, a partir de São Félix do Araguaia, faz uma inflexão no sentido sudoeste, para contornar pelo sul a reserva indígena do Xingu, e termina na cidade de Sorriso. Meu projeto estende esse traçado original até a cidade de Comodoro, às margens da rodovia BR-364, a Cuiabá-Porto Velho, passando, até seu ponto final, também por São José do Rio Claro e por Campo Novo dos Parecis.

Com tal modificação, pretende-se servir de infra-estrutura rodoviária duas microrregiões de Mato Grosso que cresceram muito nos últimos anos, tanto em termos econômicos quanto em termos demográficos. Ambas estão inseridas na região centro-oeste de Mato Grosso, de economia diversificada e dinâmica, com relevo para a agricultura comercial, a pecuária e a extração mineral, contando com extensas áreas de cerrado propícias à agricultura mecanizada.

A primeira dessas microrregiões, a Alto Teles Pires, concentra 16,8% de toda a produção agrícola do Estado e tem muito potencial para crescer ainda mais, desde que conte com sistema de transporte adequado. O mesmo se pode dizer da segunda microrregião, a Parecis, que se sobressai pela produção de grãos destinados à exportação, principalmente soja, milho, arroz, cana-de-açúcar e, mais recentemente, algodão.

Cumprir dizer, igualmente, que várias cidades dessas duas microrregiões, por conta do crescimento econômico, experimentaram aumento populacional considerável. Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis e Campos do Júlio foram cidades que, na última década, tiveram expansão demográfica de média anual superior a 10%!

Portanto, a extensão do traçado da BR-242 proporcionaria o encurtamento significativo de distância para o escoamento da produção e para o transporte de pessoas, permitindo a conexão com hidrovias implantadas ou em processo de implantação e a ligação com a costa leste do País.

Devo dizer, por fim, que o traçado proposto pelo PLS de minha autoria acrescentaria 715 km aos 2.049 km do traçado original. No entanto, o trecho

acrescido superpõe-se a outras rodovias federais, a BR-163 e a BR-364, em vários segmentos, sendo, por isso, o acréscimo efetivo de apenas 203 km.

Assim, quero contar com a simpatia e a compreensão de meus Nobres Colegas em relação a esse relevante projeto em favor da expansão econômica e da prosperidade do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ocasião da passagem do Dia do Exército Brasileiro, comemorado no último dia 19, quero prestar minha homenagem a todos que integram essa força vital para a Nação. A presença do Exército em todo o território nacional, seguindo sua vocação histórica, garante a soberania e a integridade do País.

O sentimento nativista da gente brasileira assomou no século XVII, quando da expulsão dos estrangeiros. Brancos, índios e negros, gente de todos os matizes sociais, em Guararapes, constituíram a semente do Exército de uma Pátria cuja independência foi proclamada a 7 de setembro de 1822.

A marcha das Entradas e Bandeiras pelo interior do País deu origem à construção de fortes e fortins, dos pampas sulinos aos confins amazonenses, numa afirmação de que a terra tinha dono. O Exército esteve sempre presente para garantir a integridade territorial e social do Brasil. Internacionalmente, o Exército participou da guerra da Tríplice Aliança, na segunda metade do século XIX e, internamente, teve papel importante da Proclamação e na consolidação da República.

No início do século passado, a doutrina do Exército Brasileiro sofreu influência da Missão Francesa, que possuía uma concepção de guerra puramente defensiva. Quando, porém, o Brasil começou a ser vítima dos ataques nazistas, nos idos de 40, a doutrina do Exército abandonou os princípios franceses para adotar o modelo americano, mais agressivo.

Na prática, enviou à Europa uma força expedicionária, chefiada pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, que teve êxito fazendo mais de 15 mil prisioneiros de guerra, além de ter capturado duas divisões inimigas. Fomos vitoriosos em Monte Castelo, Montese e Forno, agindo sempre de acordo com a doutrina adotada na época.

Algumas mudanças sofreu o Exército, a partir da década de 60, que o tornaram mais moderno e eficiente e garantiram o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a presen-

ça em operações de manutenção de paz em várias partes do mundo.

As transformações, além de doutrinárias, processaram-se na organização básica do Exército, para torná-lo eficiente e moderno. Recentemente, foram aprovadas instruções e normas visando à organização e ao funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). Consiste o SIDOMT em uma doutrina de aplicação apoiada na realidade brasileira, com a adoção de normas humanísticas, que refletem as condições socioeconômicas do País.

A nova doutrina adotada pelo Exército, de integração à Nação, está sendo desenvolvida procurando preparar a arma para o futuro, dentro de princípios de realismo, modernidade e liderança. Para que seja dinâmica, moderna e ajustada à realidade social brasileira, a doutrina tem sido trabalhada continuamente.

Para atender ao fim previsto, o Exército tem-se debruçado mais sobre o qualitativo do que sobre o quantitativo. Reduziu seus efetivos em benefício da eficácia e das exigências modernas. Medidas concretas já foram tomadas, como as reestruturações dos Comandos Militares do Leste e do Sudeste.

Estão sendo modernizadas as atividades de inteligência e de guerra eletrônica, as ações de comando e controle, as redes de rádio fixas e radiotelefônicas privativas e a rede integrada de telecomunicações do Exército (RITEX).

Consolidando sua individualidade, o Exército brasileiro adotou uma doutrina militar genuinamente nacional, desenvolvendo conceitos capazes de perfeita adaptação às demandas do futuro. A força terrestre tem hoje excelente eficiência operacional, graças aos investimentos feitos nos últimos anos na modernização de equipamentos. Também deu-se atenção especial aos cursos de instrução militar ministrados aos militares profissionais. Uma das medidas adotadas concentrou-se na criação dos Tiros de Guerra, ampliando a presença de militares em todos os rincões do País, responsáveis pela reserva atual de mais de 35 mil homens e mulheres.

Mesmo sem contenciosos em nossa faixa de fronteira, devemos estar sempre atentos a qualquer movimento externo que possa ameaçar nosso território e nossa soberania. Felizmente, podemos contar com um Exército preparado para qualquer eventualidade, capaz de organizar-se rapidamente e responder a qualquer chamado da Pátria.

Todos os membros do Exército Brasileiro devem ser hoje saudados e receber os agradecimentos dos cidadãos pelo zeloso e competente trabalho que reali-

zam em prol da nossa unidade territorial e da manutenção da soberania nacional. Recebam, soldados e militares, minhas congratulações e votos de que continuem nessa heróica e árdua caminhada, com a alegria e a responsabilidade que sempre os caracterizam.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, muitos são os desafios que movem a nós que entramos pela nem sempre fácil seara da política. O desenvolvimento econômico, o bem-estar social, a universalização da educação, o controle inflacionário, enfim, uma infinidade de projetos nos mobilizam e nos mantêm ativos, sempre em busca de transformações.

Há, porém, determinados temas que são recorrentes; problemas para os quais nunca deixamos de dedicar nossa atenção e, não obstante, eles permanecem lá, como que a nos desafiar, como se estivessem sempre testando nossa capacidade técnica e política.

Um desses temas recorrentes em nossa atuação é o do letramento, ou, como se diz tradicionalmente, o da alfabetização. Diante do fato de que a maior parte dos países desenvolvidos resolveu esse problema ainda no início do século passado, não deixamos de ficar embaraçados diante da nossa suposta incapacidade para universalizar a leitura e a escrita.

Não é de hoje que essa demanda é tema de políticas públicas, de mobilizações da sociedade. Particularmente depois da década de 30 do século passado, muitas foram as campanhas dedicadas à alfabetização. Contudo, os índices de analfabetos com mais de quinze anos continuaram a nos desafiar.

Mas o óbvio (e isso está sempre à mostra e nos recusamos a ver) nunca havia sido feito: parar de produzir analfabetos. Como? Universalizando o ensino fundamental na idade propícia. E é enfrentar esse óbvio o que o Governo Fernando Henrique Cardoso tem feito nestes últimos sete anos de trabalho.

Noventa e sete por cento de nossas crianças já estão na escola. Ou seja, estamos universalizando o letramento ainda na infância. Mas isso não bastava, uma vez que, de anos passados, ainda persistia o analfabetismo entre milhões de jovens. Por isso, os programas de Educação de Jovens e Adultos buscam resgatar essa parcela da população. No Censo Escolar de 2001, constatou-se um crescimento da matrícula de jovens e adultos da ordem de 12%, o que repre-

senta o retorno de cerca de 400 mil pessoas à sala de aula.

Não obstante todos esses esforços, ainda existem cerca de 15 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever. Por isso, foi colocado em prática o Programa de Alfabetização Solidária, a partir de 1998. Nos últimos anos, mais de três milhões de jovens e adultos foram alfabetizados, graças ao projeto Adote um Aluno. Por esse mecanismo, empresas e pessoas físicas dividem com o MEC os custos da escolarização dessas pessoas.

O Alfabetização Solidária procura atuar em locais de grande concentração de analfabetos. Para tanto, está presente em 1.578 municípios do Norte e Nordeste, justamente aqueles em que a universalização do ensino só chegou recentemente e que, portanto, têm grandes contingentes de iletrados.

Outra frente de atuação do Alfabetização Solidária está nos grandes centros urbanos, locais em que também (pelo fenômeno da migração) há grande concentração de analfabetos. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Goiânia já estão sendo atendidos por essa linha do Alfabetização Solidária.

Portanto, Senhoras e Senhores, a universalização do letramento está cada vez mais próxima e podemos vislumbrar mais uma vitória da persistência. Esses resultados que já começam a se mostrar nos permitem esperar que, até o fim desta década, pelo menos o analfabetismo entre os jovens esteja superado.

Nossas congratulações, portanto, ao Ministro Paulo Renato, ao Alfabetização Solidária e, principalmente, aos milhares de professores e professoras alfabetizadores que se encarregam de abrir essa porta do conhecimento para milhões de crianças, jovens e adultos em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o septuagésimo segundo aniversário do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo, o CPOR-SP, transcorrido no dia 6 de abril deste ano, foi comemorado em uma solenidade que reuniu autoridades civis e militares, alunos, ex-alunos, familiares e amigos, num clima de alegria e civismo. Formado pelo CPOR-SP no ano de 1952, participei das comemorações com carinho especial, uma vez que a data marcava, também, o Jubileu de Prata da Turma **Patriarca da Independência**, e o Jubileu de Ouro da Turma **José Bonifácio de Andrade e Silva**, a qual tive a honra de integrar, subli-

nhando com significado especial o transcurso da data em minha biografia.

São belas as lembranças que guardo daqueles tempos! Quem teve oportunidade de adentrar os portões do Casarão em Santana e ali crescer durante dois anos, aprendendo a cultivar os valores necessários ao homem que deseja concorrer para o crescimento seguro de um Brasil forte e coeso, certamente dele não se esquece. O CPOR será sempre lembrado como a sua casa, onde habita parte de sua história e onde seu nome ficou escrito em letras impressas com muito trabalho.

Sob o arrojado Comando do **Tenente-Coronel Heldo Fernando de Souza**, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo - CPOR/SP segue cumprindo sua missão, com renovada dedicação e os mesmos objetivos, voltados sempre aos interesses da Nação. Ao longo de seus 72 anos de existência, a cada turma que se forma, uma meta é alcançada. Assim segue o CPOR-SP, no objetivo de proporcionar a formação básica moral, física e técnico-profissional do Oficial das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico, da Reserva de Segunda Classe do Exército, para o desempenho de funções elementares de tropa, na paz e na guerra.

Passo a transcrever aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as palavras do Comandante Heldo Fernando de Souza, pronunciadas na oportunidade da solenidade alusiva ao transcurso dos 72 anos do CPOR-SP, que rememoraram um pouco da história da Instituição, arrancando efusivos aplausos de participantes e convidados:

" O início do século passado, foi para o nosso País, um período de extrema relevância histórica. Os seus primeiros anos foram marcados pela inquietude e apreensão dos brasileiros, e onde a Nação pôde vivenciar um tumultuado encadeamento de fatos, que culminaram com o final da República Velha.

O episódio da Primeira Grande Guerra e o freqüente emprego de tropas nacionais durante aqueles anos foram alvo de judiciosa análise por diversos militares brasileiros, interessados na atualização da força e em seu desenvolvimento como instrumento eficaz de emprego e combate.

Em meio à efervescência dos acontecimentos dessa época, um jovem Oficial, o Capitão **Luiz de Araújo Corrêa Lima** lançava, em 1928, na bateria do 1º Grupo de Artilharia Pesada, o embrião dos órgãos formadores de Oficiais da Reserva do nosso Exército.

Seu trabalho desenvolveu-se no intuito de suprir a grande carência de Oficiais Subalternos de que se ressentia a força terrestre e, mais que isso, a necessidade de uma eventual mobilização. De pronto esta idéia foi reconhecida pelos chefes militares de então, o que possibilitou a implementação de estabelecimentos congêneres em outras unidades da federação.

O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo foi criado dois anos após, em 06 de abril de 1930, ocupando inicialmente as instalações do IV Esquadrão do 2º Regimento de Cavalaria Divisionário, com sede em Quitaúna, vindo a ocupar esse local no ano de 1948.

A história do CPOR de São Paulo tem sido marcada pela dedicação aos interesses da Nação e, ainda, por uma perfeita integração de idéias entre o Exército e a sociedade paulistana. Assim, em 1932, o CPOR tomou parte na Revolução Constitucionalista, quando os alunos foram incorporados às Forças Revolucionárias, e vivenciando, em várias frentes de combate, coragem, determinação e uma valorosa formação militar.

Durante a II Guerra Mundial, oficiais formados por este Centro integraram a Força Expedicionária Brasileira e, nos campos de batalha da Itália, deixaram as marcas de seus ideais de liberdade, patriotismo e heroísmo. Escreveram páginas de glória do Exército Brasileiro, alguns com o próprio sangue, como o Tenente Amaro, que hoje tem seus feitos heróicos reconhecidos e seu nome imortalizado na denominação do 1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, situado na cidade de Valença-RJ.

O CPOR participou ainda, de forma ativa, do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, quando, integrando um grupamento tático do Exército, foi o primeiro elemento a atingir a região de Resende-RJ, com sua bateria de obuses, integrada pelos alunos do curso de artilharia.

Hoje, ao comemormos o Septuagésimo Segundo Aniversário de nosso Estabelecimento de Ensino Militar, reunindo, neste pátio onde outrora foi o Solar dos Andradas as turmas **José Bonifácio de Andrade e Silva** e a turma **Patriarca da Independência** que comemoram os jubileus de ouro e prata respectivamente e também a atual turma de alunos, incorporada há cerca de um mês, cumpre destacarmos a participação deste Centro da história de nosso País, como um tributo àqueles que, no passado, cumpriram com excelência o seu dever e, mais que isto,

representam uma referência que terão de fazê-lo no futuro.

Cabe ressaltar que o CPOR de São Paulo orgulha-se de ter formado até esta data **15.658** oficiais da reserva do Exército Brasileiro, que, ao passar por esta Casa, auferiram não só conhecimentos militares, mas incorporaram valores cívicos e patrióticos, emoldurando um caráter sólido e ilibado.

São homens que se destacaram em feitos de guerra quando foi preciso. São homens que, em tempos de paz, participaram, e participam ativamente, da vida nacional e que ocupam lugares de destaque nos mais diversos segmentos institucionais deste País, tornando-se motivo de orgulho para o nosso Centro e incentivo aos novos alunos a persistirem na sua missão e incorporarem os magníficos exemplos legados pelas gerações passadas.

Hoje é um dia de júbilo para todos nós, integrantes do CPOR, porque contamos com a presença de autoridades civis e militares, ex-alunos, familiares e amigos deste Centro, que, nesta manhã, oferecem uma justa homenagem ao CPOR-SP, organização ímpar de ensino no Exército Brasileiro, forja de cidadãos, depositário dos mais caros valores militares, e guardião da honra, do espírito cívico e da vontade de servir ao povo brasileiro, maior riqueza da Nação, impulsionando-os a contribuir para o engrandecimento deste País, cuja vocação natural é de ser grande e próspero, e que com a união dos segmentos civil e militar levaremos o Brasil ao lugar de destaque no concerto das nações e nos motivaremos a bradar com orgulho em alto e bom tom o lema: Brasil acima de tudo!!“

Muito obrigado!

MINHA HOMENAGEM AOS POVOS INDÍGENAS

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Escolhido por sua importância histórica para o indigenismo nas Américas, o dia 19 de abril é emblemático da própria história das lutas travadas pelo movimento indígena nas últimas décadas.

A data reverencia a participação dos índios no I Congresso Interamericano, realizado no México, em 1940.

Convidados a participar do evento, juntamente com representantes de diversos países americanos, os representantes indígenas relutaram em aceitar o convite, devido à desconfiança que nutriam em relação às sociedades não-índias. Após alguns dias, convencidos da importância do Congresso para a causa indígena, concordaram em participar.

No Brasil o registro em nosso calendário data do ano de 1943, por decreto do então Presidente da República Getúlio Vargas.

Passadas mais de seis décadas, as comemorações em torno do Dia do Índio deixaram de limitar-se a uma jornada escolar, simbólica, e ocuparam grandes fóruns, tomando semanas de discussão, às vezes meses, mesmo todo um ano, como foi o caso do movimento Brasil 500 anos. Em 2002, teremos conferências, encontros e debates consagrados, exclusivamente, à discussão da questão indígena em todo o país. Neles, os movimentos indígenas buscam consolidar sua atuação e desenvolver estratégias políticas para garantir sua cidadania, devolvendo-lhes seu lugar de sujeito da história.

Somente no Acre, acontecem essa semana dois eventos: o “III Encontro de Culturas Indígenas”, promovido pelo Governo do Estado, UNI e Funai e apoiado por diversas entidades, em Rio Branco; e o encontro “Povos Indígenas do Rio Juruá celebram a idéia de uma terra sem males”, que se realiza em Cruzeiro do Sul, e foi organizado pelo Mopij (Movimento dos Povos Indígenas do Rio Juruá) e Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Cabe ressaltar que o movimento indígena no Acre tem sido de grande valia para a política indigenista brasileira, revelando lideranças de peso no cenário nacional. Prova disso é o título de Cidadão Paulistano recebido, ontem, naquela capital, por Sabá Manchinery, Coordenador-Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA).

Liderança carismática, o homenageado foi distinguido com a mais alta honraria prevista na lei orgânica do município de São Paulo. Após colaborar com importantes organizações indígenas do Acre e do Brasil, foi eleito por aclamação para a Coordenação da COICA, no ano passado, tornando-se o primeiro brasileiro a assumir tal posto.

Lamentavelmente, a despeito de toda a articulação política das organizações indígenas e do apoio de instituições financeiras, ONGs e órgãos governamentais, decorridos mais de 13 anos da promulgação da nossa Carta Magna, suas terras ainda não foram todas demarcadas.

O atual Governo Federal não age diferente, demonstrando total desinteresse em cumprir o mandamento constitucional estampado no art. 67, das Disposições Transitórias, que assim estabelece: “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.

O débito do Congresso Nacional não é menor. Em suas gavetas permanecem guardadas matérias absolutamente fundamentais para esses povos, como o Estatuto do Índio e a Convenção 169, a qual tive a honra de relatar perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em 1999.

Como Senador, desde a primeira hora de meu mandato, tenho procurado lutar, junto ao Parlamento e ao Governo Federal, pelo estabelecimento de medidas que garantam o efetivo respeito às diferenças étnicas, à identidade cultural e aos direitos políticos, culturais e econômicos das populações indígenas, sistematicamente ignorados pelas autoridades brasileiras. Tenho ocupado a tribuna por diversas vezes para falar do assunto e apresentado proposições legislativas, como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 07, de 2002, que institui mecanismos de ação afirmativa em prol das populações indígenas, que tramita no Senado.

Assim sendo, quero cumprimentar os índios do Acre, através de suas organizações e de suas lideranças, bem como o Governo do Estado e as demais entidades que colaboraram para tornar possível esse grande fórum de debates sobre questões relevantes para o seu destino.

Aproveito para irmanar-me nesse grande esforço coletivo empreendido pelos índios do Brasil e por tantas pessoas que, como nós, almejam ver garantidos seus direitos fundamentais como cidadãos desse país.

Gostaria de encerrar essa breve homenagem com duas mensagens, anexadas na íntegra, uma de D. Aloísio Lorscheider e, a outra, do Padre Paulino, as quais peço-lhes a gentileza de incorporar às minhas palavras, como forma de prestar um tributo à CNBB, que, este ano, elegeram os índios como tema da Campanha da Fraternidade, com o lema: *"Fraternidade e povos indígenas - por uma terra sem males."*

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

O NOSSO POVO INDÍGENA

As tribos indígenas de nossa Pátria merecem todo o nosso empenho. São pessoas como nós. Têm os seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Os dois artigos referentes aos nossos povos indígenas honram os Constituintes que os redigiram e assinaram. Falta ainda a sua regulamentação. Já se

passaram tantos anos. De 1988 a 2002 são precisamente catorze anos. Por que ainda não foram regulamentados estes pontos? A impressão que se cria em quem observa de fora é que este assunto dos nossos indígenas seja um assunto de pouca monta. Na realidade, é bem o contrário. Se há assunto importante e urgente, é precisamente o assunto referente aos nossos indígenas. Eles aqui viveram e construíram civilizações antes de nós. Será que não prejudicamos o nosso belo País, deixando que tantos povos desaparecessem, e os que não desapareceram, vivam como párias?!

Perderam-se muitas línguas; perderam-se muitas cosmovisões; perderam-se enormes valores culturais. Está na hora de ainda não só preservarmos o que aí está, mas oferecer aos povos indígenas que ainda restam, a possibilidade de um desenvolvimento ulterior, dentro de suas culturas, com respeito à sua organização.

Se eu pudesse apresentar um pedido, então eu pediria que o Estatuto do Índio fosse tomado a sério. Que ele não significasse um retrocesso em relação ao estabelecido constitucionalmente, mas fosse um passo à frente. O que fizermos em prol do nosso povo indígena, nós o fazemos em prol do nosso querido País.

Cordialmente,

Aloísio Cardeal Lorscheider, Arcebispo de
Aparecida-SP, abril de 2002.

**Carta enviada ao Senador Tião Viana
pelo Padre Paulino**

Sena Madureira 16 de abril de 2002

Caríssimo Exmº Senador Tião,
Saudações cordiais.

No dia 19 de abril há muito tempo lembramos os nossos amigos índios. Se faz reuniões, estudos, passeatas folclóricas. Tudo bem porque a nossa sociedade deve se acostumar à pluralidade de culturas e tornar o índio que por muito tempo foi considerado um ser humano inferior, e *"acutizado"* (*sic*) de um racismo exagerado que levou aos massacres da última guerra.

Não gosto realmente de lembrar o índio como folclore, mas como realmente ele é, na sua simplicidade, na sua partilha, nas suas danças nas noites de luar, nos altos dos barrancos do rio Purús, enquanto a lua estendia um véu misterioso de prata e tornava aquelas noites em um saber quase místico. O índio, especialmente o Kulina que conheço mais e no meio dele vivi e saboreei a cultura.

Tudo falava de alegria. Os meninos se levantavam de manhã, ajeitavam os seus pequenos arcos e pequenas flechas, se internavam na mata caçando e voltavam à roda de um foguinho, assavam a caça - que muitas vezes era um calango, um rato coró.

Como era bonito escutar a descrição da caça.

As meninas seguiam as mães com um cesto nas costas e iam para o roçado, limpando e ajudando-as com pequenas facas as mães que limpavam estivas, às vezes com a pequenina na tipóia que ficava mamando enquanto a mãe limpava o roçado, e chegando na aldeia, faziam o fogo e assavam macaxeira e bananas, enquanto a menina maiorzinha embalava a criancinha na rede cantando saudosas e suaves melodias. Tudo respirava serenidade.

Não quero dizer com isto que não tivessem defeitos porque todo ser humano tem, mas ... a grande vantagem que mais achava nele é que não tinha ganância. A criança era criada com liberdade e não era nunca açoitada. Um dia, uma criancinha foi tirar um peixinho que assava no fogo no terreiro e se queimou e correu com a mãe, chorando e a mãe não bateu nem repreendeu. Só disse: "Vai buscar de novo". E ela foi e se queimou e chorou de novo e correu até a mãe. A mãe disse: "Vai buscar de novo" mas ele não foi e aprendeu que não devia mexer com fogo.

Infelizmente esta cultura foi deturpada pela ganância que introduziu o álcool, e o gado que tinham e que prosperava bem foi vendido a troco de enxada e de álcool. Um patrão fez um grande campo para o gado com a mão de obra barata dos índios e o pagamento era o álcool porque o índio não valia nada, não sabia nada. Pelo menos agora, entendemos que devemos amar os índios e a cultura dele e o esforço do governo está neste sentido, embora que aprenderam o infeliz caminho da cidade, mas ... reconhecê-los, ajudá-los e amá-los já é muita coisa. Infelizmente pedem o que prejudica mais, mas porque querem imitar o branco e dos brancos assumem os defeitos. Os índios devem ser amados porque no fundo da cultura deles nos dão uma mensagem de esperança. No mundo de um capitalismo selvagem, consumista e individualista, nos dizem que devemos partilhar, que a vida é alegre, devemos vivê-la em abundância.

Os homens iam para as roçadas e cantavam e trabalhavam todos juntos. Tudo era partilhado, era trabalho, era caça, era pesca. Não era uma sociedade competitiva e egoísta. É verdade que nas casas não tinham nada, mas é verdade que todos, desde pequenos, se acostumavam a procurar na floresta e

no rio o que comer. Sempre ia nos roçados com eles, mas sempre me colocavam perto de alguma pessoa de confiança, porque não conhecendo a mata podia acontecer alguma coisa e de fato um dia levantando o facão, vi o índio segurar o braço e gritar "cobra, cobra" e era uma perigosa papagaia. Outra vez, dois meninos estavam ao meu lado e com o facão terçado roçavam o mato. A um certo ponto o menino gritou "macá"; não entendendo bem, continuei e os dois seguraram a minha mão e mostraram uma terrível "pico de jaca". Nestes pequenos atos percebia a delicadeza deste povo humilde, simples mas também extremamente brincalhão.

Um dia estavam roçando e havia muita jurubeba. Não sabendo bem a língua, gritavam "pari". Eu pensava que fosse "Padre" e ficava parado e a jurubeba caía em cima de mim com os espinhos e eles riam, mas "pari" queria dizer "cuidado, cuidado!".

la caçar com eles mas eu não sabia caçar e tinha ódio por causa da guerra de armas, mas eles defendem a personalidade de cada um e ninguém pode ser desprezado na comunidade e quando chegava na aldeia me davam um quarto de veado para levar para casa. Assim era a pesca, embora não pescasse quase nada, dividiam o peixe e me davam para entrar honradamente na aldeia e não ser humilhado. Na aldeia sempre vi muita criatividade. As mulheres descaroçavam o algodão, fiavam e ao mesmo modo falavam e riam animadamente.

Pe. Paolino de Baldassari

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia a dia diminui a população rural brasileira por falta de total assistência ao homem do campo. Na época da globalização e das grandes privatizações, cerca de 20 milhões de brasileiros vivem sem iluminação elétrica em casa. Essa é uma das razões do êxodo rural, acrescida do descaso pelas carências locais, especialmente referentes à educação, saúde e até mesmo alimentação. A iluminação noturna e o acesso aos meios de comunicação não resolveriam, evidentemente, todos os problemas rurais, mas contribuiriam para a melhoria da condição de vida desses cidadãos.

Recente pesquisa realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, a pedido da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, mostrou que o homem do campo brasileiro está envelhecendo. A média de idade dos produtores rurais é de 52 anos, sendo que 45% desses têm mais de 55 anos e 11%,

mais de 70. Só 32% têm menos de 45 anos de idade. Como a maioria dos filhos desses pequenos proprietários rurais reside na cidade, a responsabilidade pela produção de alimentos fica nas mãos dos mais idosos, seguidamente avessos a novas tecnologias. Essa situação demonstra o grande desafio que é a fixação do homem no campo.

Ainda a mesma pesquisa mostra que 8,2 milhões de pessoas abandonaram suas casas no campo, entre 1991 e 2000. Em janeiro do próximo ano, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vai iniciar um censo agropecuário, em que a diminuição da população rural economicamente ativa no País será um dos dados a serem apurados.

Para enfrentar reivindicações e ameaças dos integrantes do MST – Movimento dos Sem Terra, o Governo faz promessas, nem sempre cumpridas. Infelizmente, inexistem programas contínuos de assistência aos produtores rurais. Muitas vezes, os assentados nos programas de reforma agrária são abandonados à própria sorte, sem dinheiro, sem assistência técnica, sem qualquer incentivo para que progridam naquilo que se dispuseram a fazer.

Apesar de o Brasil contar com centenas de programas rurais, a maioria é localizada, estadual, e beneficia apenas parcela da população rural. Programas têm sido esporadicamente implantados, sempre com a sensação de temporariedade. A CODEVASF, – até o ano 2000, construiu cerca de 40 núcleos habitacionais, 4.838 residências para colonos e técnicos e 17 centros técnico-administrativos. Visando ao bem-estar dos pequenos produtores assentados, a empresa construiu 40 escolas e 30 postos de saúde e recuperou ou ampliou outros prédios.

A CODEVASF que se dedica ao progresso do Nordeste, por mais e melhor que atue, não tem sido capaz de garantir os benefícios sociais almejados pela população, nem de impedir o crescente êxodo rural. A geomorfologia nordestina apresenta graves vulnerabilidades, algumas centenárias. A seca e as consequências de uma ocupação desordenada têm sido catastróficas.

Em 1999, o governo lançou o Pronaf Planta Brasil – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em substituição ao Procerá – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. O Pronaf atende aos assentados e aos pequenos trabalhadores rurais, por intermédio de financia-

mentos para custeio e investimento, à taxa anual de 4%.

Alguns outros projetos, como o Lumiar, que concede assistência técnica aos assentamentos; o Casulo, que prevê a geração de emprego e renda na periferia dos núcleos urbanos; o Roda Viva, que busca a melhoria das condições de vida nos assentamentos; o Nordeste Competitivo; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste; o Banco da Terra; o Prodesa – Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordestino; o Cédula da Terra; o Pró-Solo podem ser benéficos, mas não atingem toda a população rural brasileira, deixando sempre um déficit indesejado de atendimento.

A falta de programas e de atendimento à população rural faz com que o dinheiro das aposentadorias seja o sustentáculo de inúmeras pessoas no campo, especialmente nos municípios sertanejos do Nordeste, conforme apurou o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O sertão assolado pela seca encontra nesse dinheiro sua única e última esperança de sobrevivência.

Também deixa muito a desejar a assistência à saúde do homem do campo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário fez uma análise situacional de saúde para os assentados da reforma agrária, principalmente porque o Sistema Nacional de Saúde é basicamente urbano e são inexistentes ou ineficientes, em geral, as iniciativas para a área rural.

Felizmente, não foi verificado nenhum quadro dramático, embora tenham sido encontrados projetos inacabados, postos de saúde prontos, mas sem utilização e prédios desativados. O maior problema encontrado foi a desnutrição. Verificou-se também uma carência de transporte na assistência disponibilizada para os acidentados.

Grande é o desconhecimento e o despreparo das famílias de assentados quanto aos problemas básicos de saúde, além de ser pequena a capacidade para enfrentar condições ambientais novas e doenças desconhecidas. Somente uma política global de saúde dirigida à população rural poderá minorar os problemas encontrados no campo. Ações integradas, recursos humanos e programas específicos dirigidos à saúde devem ser tomados para que o homem do campo tenha acesso integral aos serviços de saúde.

O governo deve investir em programas dirigidos à produção familiar, especialmente nas zonas

mais pobres, incentivando a articulação da agricultura familiar com o setor agroindustrial, aperfeiçoando os mecanismos que permitam essa integração, sem esquecer o sistema de previdência rural. Incentivos às cooperativas de crédito e caixas econômicas municipais são outras medidas que podem e devem ser tomadas.

Ano passado, o governo implantou alguns programas em benefício do homem do campo, visando a minorar as catastróficas conseqüências da seca nordestina: Bolsa-Renda e Bolsa-Alimentação, este último mais conhecido como Vale-Comida, tiveram papel determinante na redução dos impactos da seca sobre a população. Mesmo com caráter temporário, os programas tiveram tamanho sucesso, que o Governo lançou o Seguro-Safra, que garante uma renda mínima aos agricultores que perderem suas safras em função da estiagem. Durante um período de até seis meses, as famílias prejudicadas receberão seis parcelas de R\$ 100,00 e, em contrapartida, deverão pagar uma taxa anual de R\$ 6,00. Esse seguro acaba com a necessidade de ações emergenciais e destina-se aos pequenos agricultores do Nordeste e do norte de Minas Gerais, com renda familiar de até um salário mínimo e meio e que explorem área inferior a quatro módulos fiscais.

Um dos maiores desafios da reforma agrária é tornar os assentamentos viáveis e produtivos, visando à melhoria das condições de vida no campo. A formação de cooperativas, em alguns núcleos rurais, tem contribuído para facilitar a vida dos assentados. Nos locais onde a infra-estrutura é pobre, os índices de abandono dos assentamentos são maiores.

Sr. Presidente, esperamos que o Governo invista no campo com mais coragem, utilizando programas de impacto e ações afirmativas e progressistas para todo o território nacional, pois só a aplicação de investimentos no meio rural será capaz de reduzir o êxodo rural e, conseqüentemente, reduzir a pobreza e diminuir a violência dos grandes centros. E dessa forma teremos garantidos os direitos do homem do campo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grave crise institucional por que passou a nossa vizinha Venezuela nas últimas semanas, que culminou com a deposição do presidente Hugo Chávez, alerta-nos

para a fragilidade das democracias do continente sul americano.

Legitimamente eleito para governar a Venezuela, o presidente Hugo Chávez sofreu golpe de estado orquestrado por setores das forças armadas em conjunto com representantes de grupos empresariais. Mantido sob custódia, teve a sua renúncia comunicada por líderes oposicionistas, que indicaram o empresário Pedro Carmona para sucedê-lo. Em apenas 24 horas de governo, o novo presidente dissolveu o parlamento venezuelano. Entretanto, forças militares fiéis ao presidente Chávez garantiram o seu retorno ao poder, numa demonstração de apoio ao regime democrático e à liberdade. De volta à presidência, o presidente Hugo Chávez reabriu o parlamento e propôs um governo de conciliação nacional, sem perseguições políticas.

O que ocorreu na Venezuela apenas reforça o sentimento de que é absolutamente essencial a consolidação da democracia no nosso continente. Os regimes de força não podem mais ter espaço na sociedade contemporânea. Ao povo deve ser assegurado o direito de escolher livremente o seu governante. Os golpistas que tentaram surrupiar o legítimo mandato do presidente venezuelano alegaram que agiram dessa forma em razão de o governante não estar cumprindo as promessas feitas durante a campanha presidencial. Escolheram, todavia, o caminho errado para atingir os seus objetivos. A não ser que a legislação venezuelana dispusesse sobre a possibilidade de afastamento de um presidente legalmente eleito por não cumprir promessas de campanha, em que lhe fosse assegurada ampla defesa, somente à população caberia decidir sobre a sua permanência ou não no poder, através de processo eleitoral.

Recentemente, vivemos no Brasil a dolorosa experiência de afastar um presidente da república legitimamente eleito. Comprovadamente envolvido em esquema de corrupção, instaurou-se processo de **impeachment** em que lhe foi assegurada ampla possibilidade de defesa. Antes que o processo encerrasse a sua tramitação, o presidente renunciou ao mandato, assumindo a presidência o vice-presidente com ele eleito. Nesse caso, o processo transcorreu em clima de absoluta tranquilidade, tendo o Brasil dado ao mundo exemplo de amadurecimento democrático.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que soa grave, além do próprio episódio em si, que se configura num verdadeiro atentado à democracia, é

a divulgação de notícia de que o governo norte americano teria apoiado os golpistas venezuelanos. Instada a se pronunciar sobre o assunto, a Casa Branca admitiu que funcionários do governo americano tiveram encontros com líderes golpistas venezuelanos antes da tentativa de derrubar Hugo Chávez, mas negou que tenha tido qualquer participação na desastrosa operação.

É difícil imaginar que um país que se vangloria de ser o mais democrático do mundo e que trabalha pela implantação desse regime em todas as nações possa ter tido participação direta ou indireta na frustrada tentativa de golpe de estado na Venezuela. No entanto, rumores de que a nação mais poderosa do mundo em outras épocas tenha agido nos bastidores para derrubar governos de países da América Latina como os do Chile, de Salvador Allende, da Argentina, de Isabelita Perón, e do próprio Brasil, de João Goulart, reforçam as suspeitas de que os EUA realmente tenham tido algum tipo de participação no episódio venezuelano. Se comprovada verdadeira, tal postura norte americana deve merecer o mais veemente repúdio de todos aqueles que têm compromisso com a democracia e com o estado de direito.

Agindo no sentido oposto ao dos EUA, a Organização dos Estados Americanos manifestou apoio ao governo venezuelano e reconheceu a legitimidade do presidente Hugo Chávez. Posicionou-se claramente contrária a qualquer tentativa de golpe e favorável à manutenção da ordem institucional.

A solução das questões internas envolvendo disputas político-partidárias da Venezuela são, obviamente, de sua exclusiva responsabilidade. Às outras nações do mundo, especialmente as mais importantes e vizinhas, como o Brasil, cabe apoiar e trabalhar pela consolidação da democracia no nosso continente, único regime capaz de promover o desenvolvimento e de distribuir riquezas.

De nossa parte, desejamos que o Brasil continue a dar ao mundo exemplo de amadurecimento democrático e de apoio à liberdade, ao garantir ao seu povo o exercício pleno da cidadania.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência parabeniza a todos os Srs. Senadores pelo êxito dos trabalhos de hoje. Em termos de votação de medidas provisórias que travavam a pauta do Senado da

República, batemos um recorde, porque votamos 13 das 14 medidas provisórias que estavam aguardando apreciação do Senado Federal. Resta votarmos apenas uma, a de nº 24, a qual, certamente, se Deus quiser, apreciaremos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 24, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 24, de 2002, que *dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Carlos Alberto Rosado, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2002, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 1999 (Votação nominal)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais)*, tendo

Pareceres sob nºs 80, de 2001, e 60, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, 1º pronunciamento: oferecendo a redação para o segundo turno; e 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 167 e 168, de 2001): concluindo que a matéria retorne ao exame do Plenário para prosseguimento da sua apreciação em segundo turno, uma vez que a proposição não pode sofrer modificações que envolvam o mérito.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 178, de 2002 –
art. 357 do Regimento Interno)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo*

Parecer sob nº 242, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, com voto contrário do Senador Roberto Requião e abstenções dos Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que *dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal* (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos), tendo

Parecer sob nº 244, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 5 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2002, de iniciativa da Comissão Especial Mista de Segurança Pública, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 369, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2001 (nº 895/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova solicitação de o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na Convenção, tendo*

Parecer favorável, sob nº 81, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

7

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 382, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2001 (nº 397/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque), concluída em Nova Iorque, em 10 de junho de 1958, tendo*

Parecer favorável, sob nº 82, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Sarney.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 267, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2001 (nº 806/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Mundonovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 150, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 317, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2001 (nº 745/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Estudantil da Zona Sul de Belo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 127, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 12, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 194, de 2002 –
art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2002 (nº 1.044/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sara Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 266, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 11 –

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 147, de 2002, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 1999, e 284, de 2001, por regularem a mesma matéria.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 12 –

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 155, de 2002, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2001, a fim de aguardar decisão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001, por se tratar de matérias correlatas.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 13 –

REQUERIMENTO Nº 136, DE 2002
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
§ 2º do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Cândido, *solicitando voto de censura ao Governo do Estado de Israel pela invasão militar da Cisjordânia, Estado da Palestina*, tendo

Parecer favorável, sob nº 279, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude de obstrução do item 1.

– 14 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1999
(Em regime de urgência – art. 336, II,
do Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 187, de 2002)

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que *estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 167, de 2002, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 15 –

PARECER Nº 278, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 278 de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Maguito Vilela, sobre a Mensagem nº 106, de 2002 (nº 228/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Max Hoertel*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira.

– 16 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2001 (nº 2.660/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias*, tendo

Parecer sob nº 237, de 2002, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2002, de iniciativa da Comissão Especial Mista de Segurança Pública, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva*.

– 18 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 384, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2001 (nº 853/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação Turística celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, em Caracas, em 8 de fevereiro de 2000 e de sua emenda, por troca de notas, concluída em 11 de julho de 2000*, tendo

Parecer favorável, sob nº 83, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino.

– 19 –

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 418, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2001 (nº 855/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999*, tendo

Parecer favorável, sob nº 84, de 2002, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.*)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RAMEZ TEBET**

**23/04/2002
Terça-feira**

-
- 10:00 - Excelentíssimo Senhor Paulo Jobim Filho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**
- 11:00 - Senhor Valdery Albuquerque, Presidente da Caixa Econômica Federal**
- 11:30 - Excelentíssimo Senhor Miguel Reale Junior, Ministro de Estado da Justiça**
- 12:00 - Senhor Paulo Pennacchi, Presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, e senhor Célio Aparecido Navarro, Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Atacadistas e Distribuidores**
- 15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal**

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 010 , DE 2002

*Aprova contingenciamento parcial do
Orçamento do Senado Federal para o
exercício financeiro de 2002.*

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso I, do Regimento Interno e em conformidade com o disposto no art. 52, XII, da Constituição Federal,

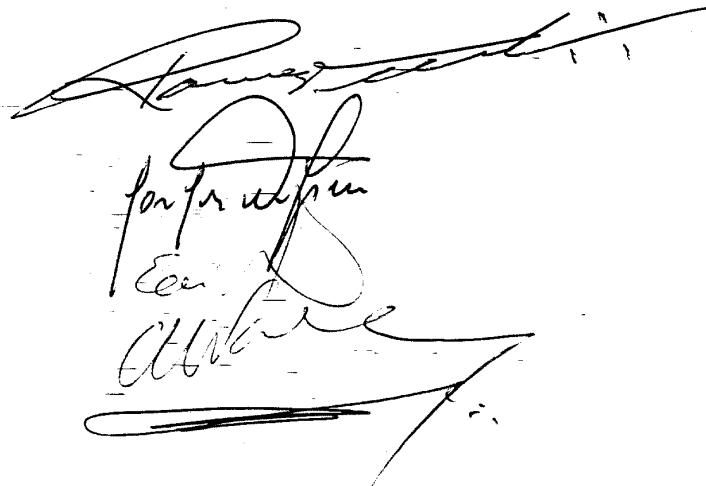
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo I, contingenciamento parcial do Orçamento do Senado Federal e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, para o exercício financeiro de 2002.

Art. 2º - Fica o Órgão Central de Coordenação e Execução, autorizado a promover, se necessário, remanejamentos entre projetos, atividades e/ou operações especiais, preservando, entretanto, os valores ora aprovados.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 23-4-2002.



ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL			EM REAL	
02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA				
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - EXERCÍCIO 2002				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	CORTE ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO FINAL	
01.031.0551.3182 - OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DO S.F.				
01.031.0551.3182.0001 - NACIONAL	8.300.000,00	3.992.000,00	4.308.000,00	
DOTAÇÃO AUTORIZADA		CORTE PROPOSTO		
	8.300.000,00	3.992.000,00	4.308.000,00	

02.000 - SENADO FEDERAL			EM REAL
02.103 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS			
QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - EXERCÍCIO 2002			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL			
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	CORTE ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO FINAL
01.031.0551.3180 - INTERLEGIS - REDE DE INTEGR. E PARTIC. LEGISL.			
01.031.0551.3180.0001 - NACIONAL	12.700.000,00	6.108.000,00	6.592.000,00
DOTAÇÃO AUTORIZADA		CORTE PROPOSTO	DOTAÇÃO FINAL
12.700.000,00		6.108.000,00	6.592.000,00

		EM REAL	
TOTAL GERAL - DOTAÇÃO AUTORIZADA		TOTAL GERAL - CORTE PROPOSTO	TOTAL GERAL - DOTAÇÃO FINAL
21.000.000,00		10.100.000,00	10.900.000,00





ATOS DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE****N.º 032, DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003009/02-5,

RESOLVE dispensar o servidor ALEXANDRE BASTOS DE MELO, matrícula 4597, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador José Jorge, com efeitos financeiros a partir de 15 de março de 2002, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 23 de abril de 2002.



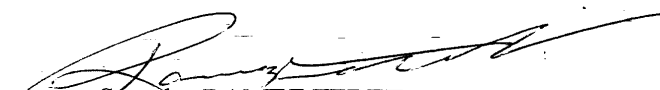
Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATO DO PRESIDENTE**N.º 033, DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003008/02-9,

RESOLVE designar o servidor WELLINGTON PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 4688, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador José Jorge, com efeitos financeiros a partir de 15 de março de 2002.

Senado Federal, 23 de abril de 2002.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 452 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

RESOLVE:

nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8112, de 1990, **ESACHEU CIPRIANO NASCIMENTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, 23 de abril de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

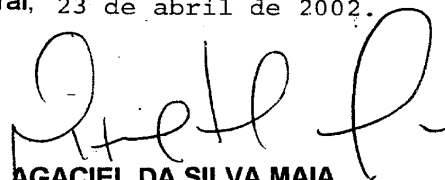
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 453 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

RESOLVE:

nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8112, de 1990, **JESUS ALFREDO RUIZ SULZER** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, 23 de abril de 2002.



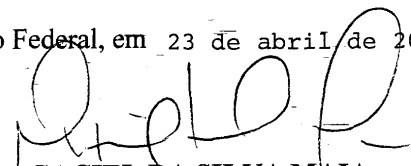
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 454, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **SEBASTIÃO RUBENS GOMES PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 23 de abril de 2002.



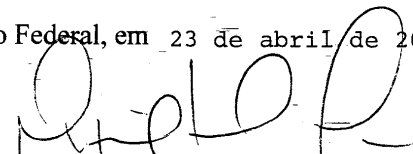
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 455, DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997,

RESOLVE exonerar **MARTA REGINA RIBEIRO SOARES**, matrícula n.º 31785, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 23 de abril de 2002.



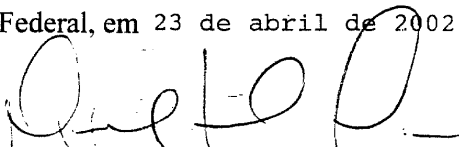
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 456, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARPECHA SANTANA CAMPOS VILAR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 23 de abril de 2002.



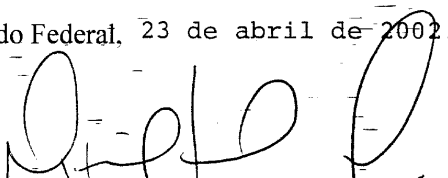
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 457, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003009/02-5,

RESOLVE designar o servidor **ALEXANDRE BASTOS DE MELO**, matrícula 4597, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador José Jorge, com efeitos financeiros a partir de 15 de março de 2002.

Senado Federal, 23 de abril de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Bello Parga	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	(PDT)	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLCY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ²

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2201		2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071		3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS ¹¹)						
Heloísa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino ¹³	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051 (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)						

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001). O PDT se desliga do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18.4.2002.

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

¹³ Comunicação de desfiliação do PSB, a partir do dia 27.2.2002, lida na Sessão do SF de 6.3.2002 (DSF de 7.3.2002).

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: Cleide Maria Barbosa F. Cruz

Ramais: 3488 – 3491 – Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: Will de Moura Wanderley

Ramais: 3623 – Fax: 3606

Secretários: Francisco Naurides Barros (ramal 3508)

Dulcília Ramos Calháo (ramal 3514)

Janice de Carvalho Lima (ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: Sérgio da Fonseca Braga

Ramais: 3507 – Fax: 3512

Secretários: Maria de Fátima Maia de Oliveira (ramal: 3520)

Cleudes Boaventura Nery (ramal: 3503)

Maria Consuelo de Castro Souza (ramal: 3504)

Rilvana Cristina de Souza Melo (ramal: 3509)

Hermes Pinto Gomes (ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Dirceu Vieira Machado Filho

Ramais: 4638 – 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE – Luiz Gonçalves da Silva Filho (ramal: 4605)

CAS – José Roberto Assumpção Cruz (ramal: 4608)

CCJ – Gildete Leite de Melo (ramal: 3972)

CE – Júlio Ricardo Borges Linhares (ramal: 4604)

CFC – José Francisco B. de Carvalho

CI – Celso Antony Parente (ramal: 4354)

CRE – Maria Lúcia Ferreira de Mello (ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1204/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em: 11/04/2002

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001			
REUNIÕES:		SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	
SECRETÁRIO:		☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255	
☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605		E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br	
FAX: 311-4344		ATUALIZADA EM: 22.02.2002	

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho (1)	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampalo	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 3/04/2002

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB

VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

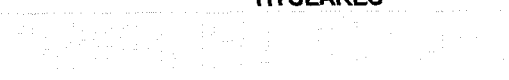



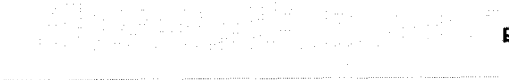



Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br
Atualizada em 11/04/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES	SUPLENTEs
	
PMDB - 3	
	
PFL - 2	
	
BLOCO PSDB/PPB - 1	
	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1	

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(2) Reassunção do titular em 8.04.2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 11/04/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF
VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1-(VAGO)	
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
ALVARO DIAS - PDT	PR-4059/60	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77

REUNIAO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 03/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes (3)	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em :3/04/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindbera Curv	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 11/04/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

**PRESIDENTE:
RELATOR:**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTE(S))

TITULARES	SUPLENTE(S)
PMDB	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
PFL	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
BIOCO PSDB/PPB	
VAGO	1- VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO

RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna (4)	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 11/04/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES

(05 TITULARES E 03 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (4)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	-05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(4) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 17/04/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS